

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE MESTRADO

**AS JOVENS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC): trabalho,
família e projetos de vida**

SIRLEI ANTONINHA KROTH GASPARETO

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

2009

SIRLEI ANTONINHA KROTH GASPARETO

**AS JOVENS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC): trabalho,
família e projetos de vida**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Campina Grande, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a Dra. Marilda de Menezes

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

2009

DIGITALIZAÇÃO:

SISTEMOTECA - UFCG

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

G249j

2009 Gaspareto, Sirlei Antoninha Kroth

As jovens do movimento de mulheres camponesas (MMC) : trabalho, família e projetos de vida / Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto. - Campina Grande, 2009.

178 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Referências.

Orientadora : Profa. Dra. Marilda de Menezes.

1. Jovens Camponesas. 2. Movimentos de Mulheres Camponesas. 3. Projetos de Vida. I. Título.

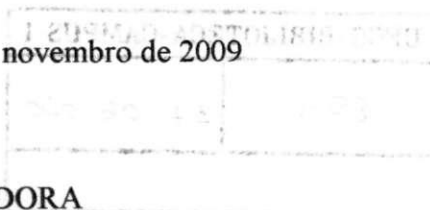
CDU 316.343.37-055.2(043)



SIRLEI ANTONINHA KROTH GASPARETO

**AS JOVENS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC): trabalho,
família e projetos de vida**

Dissertação apresentada em 09 de novembro de 2009



BANCA EXAMINADORA

Profª Draª Marilda de Menezes (UFCG/CH/PPGCS - Orientadora)

Profº Drº Luiz Henrique Herminio Cunha (UFCG/CH/PPGCS - Examinador interno)

Profº Drº Roberto Veras (UFCG/CH/PPGCS - Examinador interno Suplente
Profª Draª Ghislaine Duque – UFCG/CH/PPGCS -Examinadora interna suplente)

Profª Draª Idalina Maria Freitas Lima Santiago (Examinadora externa)

Dedico este trabalho as mulheres e jovens camponesas de todo o Brasil, especialmente de Santa Catarina.

Ao meu filho, Matheus que me fez acreditar que embora que embora a caminhada seja difícil, quando Deus está a nossa frente nos guiando tudo é possível!

Ao meu pai, Osvaldo Kroth que me ensinou que a vida é uma luta constante e que precisamos do amor para enfrentar todos os obstáculos.

Ao meu companheiro que esteve comigo ao logo desta caminhada e de outros desafios, me apoiando e me incentivando nas horas que eu mais precisava.

A Deus pelo milagre da vida e a coragem e a determinação que me concedeu de enfrentar os desafios.

In Memoriam

Ao meu pai, Osvaldo Kroth. Aos lutadores e lutadoras do nosso povo. Principalmente a todas as mulheres, em especial jovens, que morreram na luta para construir um mundo mais justo, igualitário e humano.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível porque tive a participação direta ou indireta de algumas pessoas, a quem muito agradeço.

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pelas intuições e sensibilidade, base de todas as minhas conquistas. Por permitir que eu chegasse ao final desta etapa tão importante e simbólica na minha vida.

Ao MMC/SC, pela experiência ímpar de luta e poder das mulheres camponesas. Pela indicação do meu nome para compor uma turma com alunos dos Movimentos Sociais da Via campesina, através de uma parceria com a UFCG, cujo processo seletivo foi realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Às jovens, Ângela Terezinha Roman, Ana Elza Munarini, Alex Sandra Maranhão, Andréia da Silva Fossal, Clarinês Panis, Julciane Anzilago, Noeli Welter, Taborda Rosmari galvão, Rita Zaparoli, Marquiela Trombeta, que aceitaram falar sobre suas vidas, perspectivas e sonhos, criando a possibilidade para estabelecer algumas reflexões a cerca das jovens e da continuidade na luta das mulheres.

Agradeço à Zenaide Colett, educadora popular, amiga e companheira de militância de tantos anos. Por ter acompanhado “passo a passo” todos os momentos de elaboração deste trabalho. Porque disponibilizou de seu tempo não apenas para fornecer subsídios, textos, arquivos do MMC bem como muito contribuiu com seu conhecimento teórico/prático. Sou grata a todas as companheiras do MMC que de alguma forma, direta ou indiretamente, me ajudaram nesta caminhada.

Minha gratidão especial à Arlene Renk, amiga e companheira de grandes lutas. À Alison Paim e Francisco Dalchiavon, por terem lido o trabalho e contribuído no sentido de melhorar a coerência do texto, conteúdo e formatações. Agradeço à Márcio Argolo que se dispôs a ajudar na formatação de gráficos. O apoio de vocês foi fundamental. Obrigada!

À Eva Maria Dalchiavon pela mais profunda solidariedade! Sempre presente nos maiores de todos os desafios. Pela convivência, pela amizade, pela alegria do encontro. Pelo seu comprometimento com as causas mais sublimes de libertação das mulheres, do povo, da

sociedade. Sua participação neste trabalho é ímpar! A você todo meu reconhecimento e gratidão.

Sou especialmente grata aos/às colegas de turma pela solidariedade e companheirismo. Em especial: Maria Suely, Franqueline, Sandra, Francis e Ricardo estes com quem mantivemos um contato mais próximo. À Fábria Reis por seu apoio em diferentes momentos, principalmente auxiliando-me na relação direta com a secretaria de pós-graduação da UFCG, na entrega dos trabalhos no decorrer do Curso e sempre muito sensível aos momentos mais difíceis que enfrentei neste período. Particularmente, agradeço por sua disponibilidade em fazer a revisão final deste trabalho. Muito obrigada pelo companheirismo. Ao Paulo Mansan, pela convivência e solidariedade!

Meu carinho aos professores do curso: Edgar Malagodi, Lemuel Guerra, Roberto Veras, Ramonildes Gomes, Márcio Caniello, Benedita Edina da Silva Lima Cabral e Magnólia Gibson. Os conhecimentos que me transmitiram, mesmo durante o pouco tempo em que tive a oportunidade de participar e presenciar as aulas, muito contribuíram na minha formação. Estendo meus agradecimentos à Universidade Federal de Campina Grande e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Um agradecimento especial à minha querida e principal incentivadora de todo esse trabalho. Orientadora, mestra e amiga, Dra. Marilda Menezes. Com carinho e muita perfeição me guiou em todos os momentos de construção da dissertação. Sensível e dedicada como ela é, sempre me deu ânimo para chegar ao final desta etapa, que considero, de todas as de minhas trajetórias, a mais íntegra e profunda que só vem reforçar minha experiência pessoal e profissional. A ela todo meu carinho e admiração. Obrigada Marilda! Sem você, eu não teria chegado onde cheguei.

Ao meu pai (+), minha mãe e a minha família, pelas lições, pelo amor com que me acompanharam e me ajudaram a enfrentar os obstáculos: doença, distância, saudades, sabiamente fomos alcançando a própria superação.

Ao companheiro Darci, pelo amor e partilha cotidiana. Foi ele que, em meio ao inesperado ocorrido já nos primeiros três meses de curso, assumiu com determinação seu papel de pai e de companheiro, sempre presente me apoiando para chegar até aqui. Ajudou-

me a elevar o meu espírito a uma dimensão maior. Com você em minha vida, *tudo* ficou mais leve. Vencemos mais uma, das tantas batalhas por nós persistidas.

À Matheus, bravo guerreiro, razão principal de minha vida, que me dá a satisfação dessa conquista “sem igual” de ser sua mãe. Pela sua coragem! Por sua leveza de alma. A ele devo toda esta força e luz que me inspiro a fundo nos meus desejos do saber, do conhecer. Desejo imensamente continuar vendo-o crescer livre, cheio de saúde, forte, inteligente e feliz.

Enfim, eternamente grata a todos/as que me ajudaram concluir uma etapa que recomeça agora.

RESUMO

O MMC/SC é um movimento de mulheres camponesas que a partir de 2004 adquire caráter nacional e marca presença nos diferentes Estados do Brasil. Está alinhado à Via Campesina tendo como principais bandeiras, a luta pelos direitos, pela igualdade e por um Projeto de Agricultura Camponesa. O foco deste estudo está diretamente ligado a esse processo de construção, perpassando os eixos de gênero e classe, cuja experiência possibilita a emergência de um novo sujeito social que são *as jovens camponesas*. Para tanto utilizo heurísticamente as referências teóricas de Eduard Thompson dando centralidade à categoria “experiência”. A metodologia básica utilizada encontra na história oral e na etnografia sua principal referência. Em se tratando das considerações finais observa-se que as jovens da primeira década do segundo milênio querem viver diferentes de seus pais e suas mães, muitas delas, não aceitam passivamente viver num mundo de privacidade, estando no foco de suas preocupações o acesso à terra, à renda e o estudo na perspectiva de construção de “uma vida melhor”.

Palavras chaves: Jovens Camponesas, Movimentos de Mulheres Camponesas, Projetos de vida.

ABSTRACT

The MMC/SC Peasant Women's Movement in the state of Santa Catarina is a women's movement that, since 2004, has become national in character and has increased its presence in various Brazilian states. Allied to Via Campesina, the movement's principle struggles are for rights, equality and the Strengthening of family agriculture. The focus of this thesis is directly linked to this construction process, especially related to the axes of gender and class, whose experience has made possible the emergence of a new social political subject: *young rural women*. To this end, I apply Eduard Thompson's theoretical references – bringing to the forefront the category “experience” – while using, as my baseline methodology, oral history and ethnography. In conclusion, this thesis has found that the young women of the second millennium's first decade want to live differently to their fathers and mothers; many of them don't passively accept their living conditions. Rather they struggle for access to land, to income and to education with the aim of constructing “a better life”.

Key words: Young rural women, Peasant Women's Movement, Life plan.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Estado de Santa Catarina

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Faixa etária

Gráfico 02 – Escolaridade

Gráfico 03 – Local de residência

Gráfico 04 – Escolha da profissão

Gráfico 05 – Gosto pela vida no campo

Gráfico 06 – Razões pelo gosto da vida no campo

Gráfico 07 – Expectativa em relação ao local de moradia

Gráfico 08 – O que mudar no campo

Gráfico 09 – Elementos da agricultura camponesa

LISTA DE SIGLAS

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas.

ANMTR- Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

B.D.C.Co. - Brazil Development & Colonization.

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base.

CEPA – Centro de estudos e Pesquisas da Agricultura.

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.

DESER - Departamento Sindical de Estudos Rurais.

FETRAF-SUL - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, Sul do Brasil.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICEPA/SC- Instituto de Planejamento de Economia Agrícola de Santa Catarina.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização E Reforma Agrária

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.

MMC – Movimento das Mulheres Camponesas.

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul. (Associação econômica integrada pela Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai.).

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostras a Domicílio.

PRONAF – Programa da Agricultura Familiar.

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

VC – Via Campesina.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
A participação das mulheres no interior da luta.....	27
O interesse pela pesquisa: uma problemática familiar.....	29
Referências teóricas.....	30
Estratégias Metodológicas.....	31
CAPÍTULO I - Agricultura familiar, agricultura camponesa, e a construção de um novo sujeito social “a jovem camponesa”.....	43
1.1 Debate de categorias.....	43
1.2 A agricultura familiar.....	44
1.3 Agricultura camponesa.....	48
1.4 De mulheres à camponesas.....	54
1.5 Uma construção política de sujeitos sociais: <i>As jovens camponesas</i>.....	57
CAPÍTULO II - Relações de gênero na família camponesa do oeste catarinense.....	66
2.1 Gênero e Divisão Sexual do trabalho.....	67
2.2 Divisão social do trabalho, apropriação e partilha da renda.....	74
2.3 A problemática da sucessão e os padrões de herança.....	78
2.4 Concepções de família e as formulações do MMC.....	81
2.5 Família: aconchego e conflitos.....	87
CAPÍTULO III – Trajetórias e a construção da proposta de agricultura camponesa.....	92
3.1 As mulheres agricultoras e a experiência do MMA/SC ao MMC.....	94
3.2 Projeto de agricultura camponesa.....	100
3.3 Crédito Especial para as Mulheres.....	107
3.4 Elementos que não podem faltar no Projeto de Agricultura Camponesa, na perspectiva das jovens.....	110
3.5 A escolarização como direito das jovens camponesas.....	115

CAPÍTULO IV - Perspectivas e projetos de vida das jovens camponesas.....	121
4.1 Dificuldades e alternativas.....	122
4.2 Os posicionamentos das jovens frente às propostas do MMC.....	126
4.3 Nem sempre a voz do MMC é a voz das jovens camponesas.....	133
4.4 Perspectivas das jovens camponesas.....	135
4.5 Matizes do perspectivizar das jovens no MMC: Terra, renda, educação.....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	153
ANEXOS.....	167
Anexo 1 - Questionário complementar da pesquisa sobre as jovens camponesas.....	167
Anexo 2 - Entrevista realizada com as militantes do MMC.....	176

Introdução

Esta Dissertação de Mestrado tem como objeto de estudo as jovens do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina – MMC/SC, no seu trabalho, nas relações de hierarquia na família e projetos de vida. Suas experiências em relação ao movimento diferenciam-se entre si: algumas delas conhecem mais o movimento, outras participam esporadicamente de algumas atividades e outras ainda, por atuarem a mais tempo no movimento assumindo tarefas diferenciadas, identificando-se com as causas assumidas pelo movimento são aqui consideradas como *militantes do MMC/SC*. Quanto ao perfil etário, são mulheres, na sua grande maioria, solteiras, entre 15 a 30 anos, o que não significa desconsiderar maior ou menor faixa etária. Concluíram ou estão cursando o ensino médio. Estão em busca de conquistarem uma vida melhor.

Saliento que essas jovens, não constituem um grupo monolítico. Algumas iniciaram sua militância através de um convite de colegas, outras ainda, recém casadas foram sendo motivadas pelo próprio companheiro que militava em outras esferas sociais. Outras, desde criança acompanhavam suas mães, em atividades do movimento. Por exemplo, Ana Elza Munarini, afirma que sua identificação com o movimento se deu a partir da própria experiência de vida da mãe e da família militante¹, cujos membros participam em diferentes movimentos e espaços sociais. A Rita Zaparoli integrou-se ao MMC, a partir do momento em que se mudou para Quilombo/SC. Seu marido havia assumido a posição de agente pastoral na Paróquia Santa Inês daquele município e a incentivou para que participasse da vida social na luta pelos direitos. Recebeu o convite do MMC/SC para cursar *Pedagogia da Terra*², a partir daí envolveu-se em tarefas do movimento, assumindo a coordenação da educação formal. Marquiela Trombeta vivia com sua família no interior de Iraceminha/SC. Filha de agricultores, cuja propriedade está melhor estruturada, sua família vive em regime de integração à agroindústria. Marquiela diz que chegou ao movimento quando foi convidada

¹Pai Antoninho João Munarini, participa na direção regional no SITRAF (Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar), diariamente tem que ir a atividades. É da inserção do PT do município. Minha mãe Carmem da Rosa Kilian Munarini, direção estadual do MMC, é a coordenadora do projeto das sementes crioulas. São várias atividades semanais. Minha irmã Camila Munarini mora em Florianópolis, militante do MST, tem um filho dois anos Yane Pinheiros Munarini. Trabalha com sem teto da capital de Florianópolis. Meu irmão engenheiro agrônomo, Ângelo Munarini, trabalha com projeto do Biodiesel do Movimento dos Pequenos Agricultores -MPA. São Miguel D Oeste e toda essa grande região. Foi muito nesta questão que ele se formou, ele não participava de movimento nenhum e foi muito de nosso incentivo, meu da minha irmã, da minha mãe que já tava nos movimentos e ele foi e hoje ele tá bem realizado e diz que não pensa em deixar os movimentos sociais hoje.

²O Curso *Pedagogia da Terra* é uma conquista dos movimentos sociais junto ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Universidades. O curso visa a formação de educadores/as do campo, conscientes de seu papel social e da luta pela reforma agrária e é especialmente voltado a pessoas ligadas à terra. Além de contemplar a matriz curricular de um curso de Pedagogia, as discussões são voltadas ao campo e à luta pela reforma agrária agregando no currículo, a temática da educação do campo, como direito agrário, por exemplo.

diretamente para fazer o curso *Pedagogia da Terra*. A partir daí foi sendo preparada para a profissão que almejava: “ser professora”. A Julciane Inez Anzilago vem de família engajada nos movimentos sociais em sua comunidade no meio rural, trabalhava no frigorífico Aurora de Quilombo, quando recebeu o convite para estudar pelo movimento.

Assim, diversos motivos as levam até o movimento, entretanto a possibilidade de continuidade do *estudo*, para muitas delas, esteve no foco de suas preocupações quando pensam em seus projetos de vida. A participação no movimento possibilita-as a refletirem sobre si mesmas, sobre suas vidas em família, bem como passam a socializar diferentes concepções em relação à vida camponesa e ao *papel social*³ que a mulher ocupa na família. Algumas dessas jovens gradativamente foram se envolvendo em atividades promovidas pelo movimento. Na luta pelos direitos, compõem as direções internas coordenando ações no movimento sendo que pouco a pouco foram assumindo uma maior inserção neste espaço. Elas são filhas de pequenos agricultores, descendentes de famílias oriundas na sua maioria do Rio Grande do Sul em décadas passadas. Vivem em regime de economia familiar, cuja agricultura caracteriza-se pela produção do auto-consumo e de renda. A partir de um contexto de lutas históricas e buscando formas de enfrentamento às condições insuficientes de reprodução social das famílias, essas jovens estão se constituindo como um grupo específico dentro do Movimento de Mulheres Camponesas. Algumas questões se colocam: Como se posicionam as jovens no MMC e no interior de suas famílias? Em que medida os conhecimentos, as habilidades, as atitudes trabalhadas no MMC/SC, atendem às buscas de realização dessas jovens? Que aspectos da experiência das mulheres e de suas famílias, são representadas pelas narrativas das jovens quando elaboram seus projetos de vida e suas expectativas? Será que a proposta do MMC/SC, relativa ao Projeto de Agricultura Camponesa está atendendo às demandas colocadas pelas jovens e pelas suas famílias? Que aspectos do projeto de agricultura camponesa resultado da experiência do MMC/SC pode influenciar nos projetos de vida dessas jovens?

As transformações das condições de reprodução social das famílias podem ser melhor compreendidas a partir do contexto histórico de constituição da região oeste de Santa

³Estudos de Weisheimer, 2004, destacam que, entre os fatores desfavoráveis para a permanência das mulheres no meio rural, está a atribuição de um papel social subordinado aos homens no interior da hierarquia familiar que marcaria sua socialização na agricultura. Em sua pesquisa, constatou que as moças envolveram-se menos nas atividades agrícolas, seu trabalho cotidiano é menos valorizado e principalmente doméstico. Entram dificuldades de rendimentos financeiros advindos da agricultura e propriedade da terra, impactam na visão crítica do trabalho agrícola e modo de vida de seus pais.

Catarina⁴. A qual, até o momento de sua efetiva criação, encontrava-se em seu estado natural, caracterizado pelo *bioma mata atlântica*⁵ cujos primeiros habitantes eram os povos *kaingangue* e *guarani*. Estes povos tinham características comuns em relação à posse coletiva da terra. Pode-se dizer que o povo *guarani* realizava o plantio em roçados e mudavam de lugar conforme a necessidade da produção. Os *kaingangues* eram mais coletores, caçadores e pescadores. Também eram chamados de *bugres*, termo pejorativo dado a estes povos, pelos colonizadores. Outro termo usado na região é o *caboclo*⁶, referindo-se à miscigenação entre índios, bandeirantes e negros libertos. Em 1838, fazendeiros paulistas, acompanhados de escravos e libertos, ocuparam os chamados Campos de Palmas, instalando as fazendas para criar a chamada Estrada das Missões. As áreas de campo foram expropriadas da população indígena. Por ocasião da Lei de Terras, extensas áreas foram registradas em nome de poucos fazendeiros.

O contexto vivido neste período era de disputa das terras entre o Brasil e Argentina, que reivindicavam a área do atual oeste catarinense. Isto perdurou até 1895, quando o presidente dos EUA, Grower Cleveland legitimou as terras em favor do Brasil. Entretanto os conflitos regionais em torno das disputas pelas terras continuaram. Um exemplo disso foi o conflito entre o Paraná e Santa Catarina em torno das rendáveis terras, visando à ampliação territorial e econômica. A indefinição de limites entre Paraná e Santa Catarina foi um dos motivos que levou à eclosão da Guerra do Contestado (1912-1916)⁷. Finda a guerra, com posição favorável à Santa Catarina, parte do território conquistado pelos paulistas em 1838 foi administrado por Santa Catarina. Isso implicou na revalidação de títulos de terra expedidos e na concessão de glebas de terras às colonizadoras estabelecidas no Rio Grande do Sul que

⁴Santa Catarina é um dos 27 Estados do Brasil, localizado no centro da Região Sul. É o vigésimo maior estado da nação, o décimo primeiro mais populoso, além de ser o nono mais povoado. As dimensões territoriais abrangem uma área de 95.346 km². Limitadas aos estados do Paraná (ao norte) e Rio Grande do Sul (ao sul), Oceano Atlântico (a leste) e a Argentina (a oeste). O oeste catarinense foi colonizado por gaúchos de origem italiana e alemã na primeira metade do século XX.

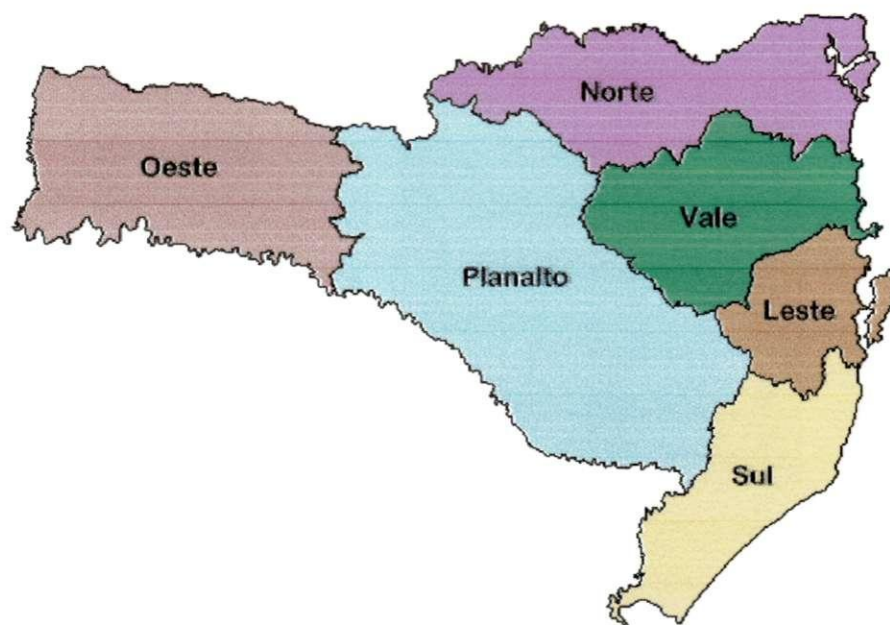
⁵De acordo com Roberto Malvezzi da Comissão Pastoral da Terra, *bioma* é conceituado no mapa como um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria. o Bioma da Mata Atlântica, possui uma área aproximada (Km²) de 1.10.182 o que representa 13,04% da área total do Brasil. Cobre inteiramente três estados - Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina - e 98% do Paraná, além de porções de outras 11 unidades da federação. Aproximadamente 70% da população brasileira vivem na área desse bioma aproximadamente 120 milhões de pessoas. É descrito como a grande floresta costeira brasileira. Que abrange do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul. Em alguns lugares adentra o continente, como no Paraná. Foi também o mais rico bioma brasileiro em biodiversidade. Ainda é em termos de Km². Hoje é o mais devastado de nossos biomas. Restam aproximadamente 7% de sua cobertura vegetal. São manchas isoladas, muitas vezes sem comunicação entre si. Há quem fale em apenas 5%. A Mata Atlântica é o exemplo mais contundente do modelo desenvolvimento predatório desse país. Foi ao longo dele que se saqueou o pau Brasil e depois se instalaram os canaviais, tantas outras monoculturas, além do complexo industrial. Quem vive onde já foi esse bioma muitas vezes nem conhece seus vestígios, tamanha sua devastação. (<http://www.defesabiogaucha.org/terror/terror04.htm>) Pesquisa feita em 26.07.2009.

⁶Esse grupo denominava-se "brasileiros" (RENK, 2000) e praticava a cultura do auto-consumo.

⁷Finda a Guerra a parte ocupada pelos fazendeiros paulistas e a população cabocla existente nas matas pertenceram a Santa Catarina. Após a conquista do direito ao território buscou-se medidas para efetivar a ocupação nesta região. Uma delas foi a criação da estrada de ferro, iniciada em 12 de dezembro de 1910 ligando Itararé a Santa Maria (PELUSO, 1991).

foram colonizando as terras do oeste catarinense. A partir de 1817 intensificou-se a criação do município de Chapecó, bem como, o processo de colonização⁸.

Mapa 01 – Estado de Santa Catarina



A região oeste de Santa Catarina, desde seu surgimento, foi colonizada pelos/as agricultores/as do Rio Grande do Sul, oriundos/as das Colônias Velhas, trazendo as marcas do processo de migração. Muitas famílias do Rio Grande do Sul influenciada pelas propagandas foram em busca de melhores condições de vida, fixando-se no Oeste do Estado de Santa Catarina. Nessa época, em muitos casos, o homem (pai) e, não raro, o filho mais velho, vinham na frente, abrindo caminhos para posteriormente voltar ao Rio Grande do Sul e trazer a mulher e os filhos/as. (RENK, 1999). Migrar, nesse contexto, fazia parte da estratégia de reprodução social camponesa.

⁸Chapecó, considerado município pólo da região foi criado conforme a Lei 1.147, de 25 de agosto de 1917. é interessante observar que a própria localização da sede foi motivo de conflitos, visto que havia o interesse explícito das empresas colonizadoras. Em 1931, a sede de Chapecó se fixou no Passo dos Índios, onde se localizava a sede da empresa Bertaso, Maia e Cia, responsável pela intensa ocupação da região, promovendo o processo de migração das Velhas colônias gaúchas, atraindo os descendentes de europeus para a região. “A Bertaso trouxe mais de 8.000 famílias do RS para SC, numa condição de que as terras eram vendidas contando com uma entrada de 30% e o restante em 02 parcelas semestrais” (CAMPOS, 1987, p. 72).

A colonização do Oeste se fez rápida e exponencialmente. De 1920 a 1940, temos 10.340 migrantes. Nos dez anos seguintes, 1940 – 1950 22.801. As décadas de 50 e 60 são as que mais atraíram gente para lá. De 1950 a 1960, temos 48.664 migrantes. Na década seguinte, 61.730. Em 1980, quase a metade da população regional não era natural do município onde residia, o que dá uma idéia da intensidade da migração (PAULILO, 1996, p. 111).

Na década de 1920 se juntavam os interesses das colonizadoras sediadas nas zonas coloniais, por ganhos financeiros de suas terras, bem como, a intenção do governo de Santa Catarina que via na região do Contestado a oportunidade de soberania e ocupação de “áreas vazias”, com os interesses dos colonos que buscavam garantir a terra, recurso escasso e fundamental para a reprodução social da unidade familiar e a vida no campo. De maneira geral, os homens ‘italianos e alemães’⁹ eram os que possuíam acesso à terra, pré-requisito essencial para o casamento, embora hoje essa exigência pareça não ser cumprida como outrora (RENK, 2001). Este processo de colonização expulsou da terra os povos nativos e caboclos. Vale ressaltar que os povos nativos e caboclos não se orientavam pela propriedade privada da terra. Motivo pelo qual são expulsos de suas posses, por não haver registro de suas terras. Os meios que *coronéis e as colonizadoras*¹⁰, com apoio do próprio governo, utilizaram para expulsar posseiros caboclos e índios foram diversos, entre eles citamos a própria guerra do Contestado. “Com o fim da guerra do Contestado, esta região passou a ser “colonizada” pelos colonos do Rio Grande do Sul” (RENK, 1999, p.10).

O oeste catarinense foi a última região do estado a ser colonizada por migrantes provenientes principalmente das colônias européias do Rio Grande do Sul. Para se ter uma idéia em 1914, a empresa colonizadora Brazil Development & Colonization (B.D.C. Co.), recebeu 569.057 hectares em concessões de terra, propôs as colônias européias no Rio Grande do Sul uma possibilidade de adquirir novas terras consideradas devolutas. A B.D.C. Co. repassou a outras empresas a tarefa de colonizar o oeste:

Em 1918 surge a firma Bertaso, Maia e Cia. Que, em 1920, compra cerca de 100.000 hectares na margem esquerda do Rio Chapecó. Recebe também terras devolutas do Estado em troca da construção da estrada Passo do Goyo-en/Passo dos Índios. Em 1923, essa firma passa a pertencer exclusivamente a Ernesto Bertaso e chegou a controlar 224.924 hectares para fins de colonização. Outras empresas colonizadoras que atuaram nesta região foram: Empresa Chapecó Pepery Ltda; Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense; Cia Territorial Sul Brasil; Sociedade Popular para Católicos de Língua Alemã, conhecida como Volksverein;

⁹ São assim chamados os descendentes originários dos países europeus.

¹⁰ A empresa colonizadora Ernesto Francisco Bertaso iniciou suas atividades no município de Chapecó, em 1918. Essa firma denominava-se Bertaso, Maia & Cia, e seus proprietários eram Ernesto Francisco Bertaso, Manoel Passos Maia e Agilberto Attilio Maia.

Os coronéis eram os *amigos* que distribuíam auxílio a *todos*, além de grande proprietário de terras, exerciam controle político local, apoiando e se apoiando nas classes conservadoras estaduais e federais, através, primeiro, do Partido Republicano Catarinense, a seguir, do Partido Social Democrático e, finalmente, após a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) (VICENZI, 2003).

Barth, Beneti Cia; Empresa Colonizadora Industrial Saudades e Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi (PAULILO, 1996, p. 108).

Ao chegar ao oeste, mesmo considerando o dado favorável das terras férteis, as famílias se depararam com a falta de estruturas, estradas, meios de transporte, energia, não possuíam casas, o que as levou a gradativamente organizar suas unidades de produção agrícola. Nos primeiros tempos, suas moradas eram simples, com pouco conforto. Era comum nos primeiros anos de colonização usar a mesma casa para moradia e parte transformada em galpão, onde guardavam seus produtos, protegendo-os de intempéries e ferramentas de trabalho. Poucos moradores conseguiam construir suas casas com melhores condições ou mesmo um prédio de madeira que serviria somente para moradia. Com o passar do tempo, as famílias que possuíam as melhores áreas, terras férteis e grandes extensões de mato, árvores boas para a madeira como o pinho, o angico (...), foram construindo as primeiras casas. Normalmente casas grandes, com *porão*¹¹, situadas próximo a fontes e rios e nos melhores lugares de suas áreas, processo semelhante ao que aconteceu em outras regiões no sul do Brasil. Ellen Woortmann (1988), ao reportar-se para o estudo *da emigração e as colônias*, tratando especificamente da vinda dos imigrantes, para a região de São Leopoldo no Rio Grande do Sul, diz que, estes, após terem adquirido as terras, “construíram uma casa tosca, derrubaram a mata com o auxílio dos demais colonos realizaram o plantio. Enquanto os filhos e cunhado continuaram trabalhando a terra, o patriarca Thön voltou à Alemanha para buscar o resto do grupo, as mulheres e as crianças” (WOORTMANN, 1995, p. 17).

Algumas famílias na medida em que foram desenvolvendo a região aí também se fixaram, se reproduziram e foram se espalhando pelos municípios tomando conta das terras onde viviam os caboclos e alguns povos indígenas. Muitos indígenas e caboclos, impossibilitados de habitarem suas terras, fugiam dos colonos e iam para o Paraná, tentando escapar da “peste branca”¹² que estava invadindo suas terras, sendo que alguns permaneciam em terras acidentadas nas beiras dos rios, no oeste de Santa Catarina. Renk (1999), recupera esse processo de espoliação, mostrando a dupla face da migração, onde, de um lado se encontram brasileiros que além de não ter papéis/escritura das terras possuíam um entendimento em relação à terra, compreendendo-a enquanto bem da humanidade. De outro, os de origem européia, cuja concepção em relação à terra está vinculada à mercadoria, ao negócio, ao capital. Assim ter *papéis*, significa ter *escritura*, ter *posse*, ser *dono das terras*.

¹¹Porão significa o espaço geográfico construído na esfera inferior das casas servindo como uma espécie de depósito. Para a cultura italiana um lugar por excelência onde se guarda o vinho, salame, queijo. Além de ferramentas e outros utensílios.

¹²Designação dada pelos caboclos referindo-se aos colonizadores.

Dispor de capital para transmitir aos filhos é condição indispensável para ser considerado colono. Os estudos mostram que para os povos indígenas e caboclos existe uma diferenciação entre o tempo de antes, marcado pela cultura brasileira e que têm como característica a abundância das terras, saúde, felicidade e paz, sendo o tempo depois da colonização identificado como um tempo ruim, estragado. Já para os que colonizaram antes não havia nada e agora há o desenvolvimento e o progresso. Também para os agricultores que nesta região chegavam com suas famílias foi um tempo difícil, de sofrimento e muito trabalho até chegar o 'desenvolvimento'. Estes foram traçando outro perfil sócio-econômico da região, saindo do modo de produção vinculado ao auto-sustento para o modelo mercantil que preza pela produção de excedentes. A partir destes elementos, Poli (1995), destacou o perfil dos habitantes da região oeste, conforme suas formas de organização e fases distintas.

_ fase da ocupação indígena: até meados do século XIX, fora algumas incursões exploratórias portuguesas, a região era território tradicionalmente ocupada pelos índios kaingangs.

_ fase cabocla: a população que sucedeu à indígena e miscigenou-se com esta foi a dos luso-brasileiros, mais conhecida como caboclos, cuja principal atividade era a cultura de subsistência, o corte da erva mate e o tropeirismo. Esta é a fase mais esquecida e menos estudada.

_ fase da colonização: caracterizada pela penetração de elementos de origem alemã e italiana vindas principalmente do Rio Grande do Sul, pelo desenvolvimento dos projetos de colonização e da exploração madeireira. Esses colonos passam a adquirir terras das colonizadoras formando a grande frente agrícola e pecuária que vai afastando aos poucos o caboclo (POLI, 1995, p.73).

Fazem parte do processo de constituição do oeste catarinense, em todos os tempos, as buscas de estratégias para melhorar a vida no campo. A partir dos anos 1950 do século XX, como a região trabalhava com a produção de excedentes, surgiu uma maior demanda de produtos resultando no desenvolvimento de novas atividades no ramo agroindustrial, através do qual se dá a instalação de frigoríficos¹³. Em 1960, esse processo torna-se ainda mais intensivo, fazendo com que, a partir de 1970, a agroindústria começa por alterar as condições de reprodução da família camponesa, intensificando a crise¹⁴ na agricultura. Há por assim

¹³ Em outubro de 1952, instala-se na cidade de Chapecó o frigorífico S.A. Indústria e Comércio Chapecó. Em 1956, Frigorífico Indústria e Comércio Ltda. (INCOMASA). Em 1969 a Cooperativa Central Oeste Catarinense - tendo como objetivo a industrialização e comercialização da produção de suínos. Período em que se intensifica a criação dos centros urbanos, sendo que a retomada econômica por meio das indústrias passa atrair migrações rural/urbana dada as dificuldades do meio rural. Em 1970, surge o fortalecimento do setor agroindustrial. É implantada a COOPER ALFA que atua no ramo de beneficiamento, processamento e indústria de cereais, entre outras atividades. (ALBA, 2002). A SADIÁ Avícola, e a CEVAL Alimentos. Processo que corresponde a fase de terceirização de muitos serviços realizados pelas agroindústrias.

¹⁴ João Pedro Stédile durante *Palestra sobre a crise, proferida no Curso de Especialização em jornalismo da PUC-SP/CEPIS/ENFF em 27 de maio de 2009* explicou que existe uma polêmica na interpretação sobre a natureza da crise que passa pela explicação de duas concepções: 1. Diz respeito aos economistas neoclássicos que "procuram fazer uma leitura do capitalismo a partir das necessidades do capital, portanto, ideologicamente, se somam aos interesses da burguesia", defendendo a idéia de que se trata de uma crise cíclica, que afeta alguns países e/ou setores, a exemplo de tantas que já ocorreram em épocas passadas. 2. Um outro grupo defende que a crise não é cíclica, mas é sistêmica.

dizer uma inversão de valores culturais, dos costumes, tradições e produção agrícola. A produção agrícola camponesa/familiar, como por exemplo a criação de galinhas caipiras, de porco comum/crioulo, prioritariamente produzido para o auto-consumo, sendo o excedente colocado à venda, foi sendo substituída pelos grandes aviários e chiqueiros de suinocultura, produzidos em grande escala comercializado através do processo de *integração*¹⁵. Esse processo de mudança não se deu de forma tranqüila e sem conflitos. Poli (1998), explica que a peste suína africana, por exemplo, ao levar a matança grandes quantidades de porcos comum/crioulo passou a dar lugar ao suíno/porco branco comercializado pela agroindústria, o que levou agricultores/as ao enfraquecimento, à falência e ao abandono da vida no campo. No Oeste Catarinense, de acordo com dados do (IBGE, 2001), no período compreendido entre 1991 e 2000, migraram do campo para a cidade 102 mil pessoas.

Esse modelo de agricultura química, extensiva e industrial sobre a agricultura, baseado na agroindústria, imposto pelo programa revolução verde, alterou também as relações sociais no campo, sendo que começou a ser mais fortemente sentida pelas famílias, a partir dos anos de 1980. Devido o uso intensivo de agrotóxicos, insumos, semente híbrida entre outros, as terras foram enfraquecendo e tornando-se menos produtivas. Destaca-se também o endividamento de camponeses/as, nos bancos, dado os altos custos dos juros dos financiamentos de equipamentos agrícolas. Isso tudo levou a um acentuado processo de empobrecimento visto que, num determinado momento, estes se viram impossibilitados de acompanhar os preços dos novos insumos. A mecanização das lavouras substituiu a mão-de-obra, intensificando o êxodo rural de quem não tinha terra e também das famílias que eram expulsas devido ao endividamento no banco levando a formação de um contingente de desempregados. É importante ressaltar que desde a época da colonização, a região oeste se caracterizou pelos pequenos estabelecimentos rurais de trabalho familiar. Estes estabelecimentos se constituíram enquanto base de sustentação no surgimento das atividades

Trata-se de uma crise que afeta todo o sistema capitalista, e, em geral, tem sido internacional. Para os movimentos sociais alinhados à Via Campesina, trabalha-se com a hipótese de que “essa crise que estamos entrando agora provavelmente se trata de uma crise sistêmica, e não apenas cíclica”. Isto significa que ela será prolongada pelo mínimo cinco anos”. Mesmo que o capitalismo queira se rejuvenescer e ingressar num novo ciclo de acumulação, se a crise for de fato sistêmica, eles não conseguem fazer o reajuste em menos de 10 anos”. A palestra destaca as características da crise e apresenta alguns elementos de um Projeto Popular para sair da crise, além de destacar uma plataforma popular para a saída da crise.

¹⁵ Grandes empresas estabelecem com os agricultores uma “parceria” na produção. Nesta parceria o/a agricultor/a disponibiliza a infraestrutura e mão de obra com base no trabalho familiar, o qual deve adotar as orientações previamente discriminadas pela assistência técnica do manejo da criação ou da produção de grãos e, de outro, a agroindústria que é detentora de um vasto complexo industrial fornece insumos em geral tanto para o cultivo da lavoura, como a criação de suínos, aves, gado e produção de leite, até o controle completo da comercialização e beneficiamento da produção. A forte influência da agroindústria no campo estabelece um processo seletivo de certa forma “naturalizado”, pois o/a agricultor/a precisa se enquadrar nas regras estabelecidas criando um processo de dependência e ou exclusão.

comerciais e industriais, que adquirem forte expressão nos dias atuais. Silvestro¹⁶ (1995), chama atenção no sentido de que:

O potencial de produção da agricultura na região, permitiu a constituição do capital agroindustrial. A suinocultura se firma como a principal atividade agropecuária da grande maioria dos pequenos agricultores, e a relação entre a agroindústria e a pequena produção começa a se estreitar chegando ao nível do processo produtivo (SILVESTRO, 1995, p. 110).

Os dados referentes à produção revelam esta realidade rural. Segundo o Instituto de Planejamento de Economia Agrícola de Santa Catarina - ICEPA/SC, existem no estado de Santa Catarina, cerca de 180 mil pequenas propriedades rurais. Embora ocupem apenas 41% da área dos estabelecimentos agrícolas, são responsáveis por 70% da produção agrícola e pesqueira do estado, destacando-se na produção de 67% do feijão, 70% do milho, 80% dos suínos¹⁷ e aves. O principal produto agrícola é o milho para a produção de carnes, seguido pela soja, fumo, mandioca, feijão, arroz, banana, batatinha, alho, cebola, tomate, trigo, maçã, uva, aveia e cevada. 64% da produção de leite esta concentrada na região¹⁸ oeste, sendo que as pequenas propriedades com menos de 50 hectares respondem por 82% desta produção. Neste sentido, desenvolveu uma produção diversificada de auto-consumo¹⁹ e renda. Mesmo que houvesse por parte de muitos/as camponeses/as que buscaram formas para resistir e se contrapor a lógica moderna de agricultura, foi visível o crescimento de dependência e a subordinação de camponeses/as às agroindústrias transnacionais. Observa-se que ao aderir às inovações da agroindústria implantando o monocultivo, ao uso de agrotóxicos, transgênicos, insumos que entre outras conseqüências provocam a perda da biodiversidade, esgotamento do solo, doenças nas pessoas, animais e vegetais, influenciando no êxodo rural.

O que se vivencia hoje é a perda de competitividade dinâmica da região em função do esgotamento desse modelo de desenvolvimento, seja pelo impacto ambiental, estagnação dos investimentos dos clusters de carnes e sua crescente expansão/transferência para regiões com competitividade infra-estruturais mais vantajosas. A crise no setor agropecuário se reflete na exclusão social das famílias que habitam a região. A pobreza no meio rural, juntamente com a crise da agropecuária, influenciam decisivamente o êxodo rural.

Diante deste contexto de crise, é preciso ressaltar que a agricultura familiar como forma de organização dos meios de produção apresenta-se como uma alternativa que tem grande importância social e econômica para a reprodução econômica e

¹⁶Este mesmo autor diz que a agricultura familiar apresenta-se no oeste catarinense como grande responsável pelo crescimento econômico regional. 95 municípios da região produzem mais de 50% do Valor da Produção Agrícola do Estado, sendo que há 75 mil unidades familiares de produção, segundo dados censitários do IBGE de 2000 citados pelo autor.

¹⁷Dados do ICEPA, 2004

¹⁸Dados da cooper alfa, junho/2008

¹⁹Ultimamente há uma retomada nos estudos e pesquisas em torno do tema da produção para auto-consumo. Neste trabalho o auto-consumo diz respeito à produção realizada pela família e destinada ao seu próprio consumo. Alguns autores clássicos dos estudos rurais, têm se dedicado à observação sobre a importância desta prática na organização produtiva e econômica dos camponeses. Entre eles destacamos: Chayanov (1974) e Wolf (1976).

social das famílias na produção de alimentos e transformação dos mesmos através das agroindústrias familiares, conhecidas como agroindústria de pequeno porte (BADALOTTI, FILIPPIM, RENK, et alii 2007, p.06).

As mudanças ocorridas no processo de ocupação da região oeste, além de definir um sistema econômico e político nessa região, influenciaram na constituição de um sistema de valores culturais e mexeu no jeito de viver dessas famílias, que cada vez mais se vêm diante de uma complexa situação. A problemática das jovens adquire importância neste contexto, sobretudo pela necessidade de visualizar alternativas e projetos econômicos, culturais, sociais e políticos que valorizem e respeitem a agricultura camponesa enquanto espaço de *reprodução social*²⁰, considerado fundamental para a permanência e continuidade de jovens no campo. Nesse sentido, é importante analisar como as relações sociais de gênero e de poder se constituem no interior da família camponesa e como as jovens lidam com tais realidades. Trata-se de questões que perpassam o universo familiar, desde a chegada dessas famílias no oeste, e afetam principalmente as mulheres, considerando que a figura masculina é ainda quem determina os rumos e perspectivas da produção agrícola. Se tomarmos como exemplo, a regra de herança da terra, podemos perceber que estas se somam ao tamanho diminuto da terra que se fragmenta a cada geração, conforme revelam os dados:

Segundo dados do CEPA, em 1990 a população rural correspondia a 54,8% dos habitantes. A área agrícola regional aumentou em cerca de 50% de 1960 a 1980, tendo avançado sobre as áreas de matas e de terras ociosas ou inaproveitáveis. Estas últimas caíram no mesmo período de 53% para 29% do total. O aumento da superfície de terras agricultáveis, porém, não significou aumento do tamanho da propriedade, cuja área média decaiu de 31,5 hectares em 1960 para 22,4 hectares em 1985 (RENK, 1996, p. 113).

O tamanho da propriedade em 1960 em média era de 31,5 hectares, já em 1985 baixou para 22,4 hectares, intensificando cada vez mais o processo de minifundização através da fragmentação fundiária. Alguns dados do IBGE em relação à evolução do número de estabelecimentos agropecuários com área inferior a 10 ha. na região oeste, mostram que: em 1975 eram 26.936 estabelecimentos com área inferior a 10 ha.; 1980 passaram para 32.613; 1985 esse número subiu para 40.100 (Fonte: IBGE – Censo agropecuário – 1995). Verifica-se cada vez mais, neste período um maior número de propriedades com menor tamanho, intensificando por sua vez a precariedade das condições de reprodução social da família camponesa.

²⁰O conceito de reprodução social é mencionado nesta pesquisa, relacionado à dinâmica que leva os camponeses/as – e neste caso as jovens – “a buscarem formação específica e estratégias para a viabilização econômica da unidade produtiva, condição fundamental para a realização de projetos individuais” (Almeida 1986, p.67).

Assim, ao mesmo tempo, em que na região oeste se estabelecia a pequena agricultura foram se consolidando as grandes agroindústrias no estado, sendo que entre as 20 maiores empresas, seis²¹ estão ligadas à produção agrícola e industrialização dos alimentos, movimentando quase um bilhão de dólares anual em carnes de frango e suínos, fazendo de Santa Catarina uma potência em vários mercados do agronegócio²². Mesmo, Santa Catarina sendo destaque no agronegócio internacional vem acumulando um rastro de desigualdade social. Em 2004, 18% dos pobres do estado viviam no campo²³, em situação de insegurança alimentar. Em se tratando da habitação são 33.842 famílias rurais sem casa²⁴.

Foi mais precisamente no final dos anos de 1970 e início de 1980, que agricultores/as diante da situação de crise agravada pelo endividamento nos bancos, baixos preços dos produtos agrícolas, fim dos subsídios agrícolas²⁵, motivados pelas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs começaram se organizar em pastorais, sindicatos, associações, movimentos sociais populares entre eles, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, o Sindicato de Trabalhadores Rurais - STR, o Movimento de Atingidos pelas Barragens - MAB, O Movimento de Mulheres Agricultoras – MMA/SC, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Suas reivindicações e lutas foram: ser contra o endividamento e juros dos financiamentos, por reforma agrária, crédito, política agrícola, preços justos, direitos e reconhecimento social.

A participação das mulheres no interior da luta

²¹ Bünge Alimentos, Sadia, Perdigão, Seara, Cooper Central e a Cooperativa Alfa.

²² O Agronegócio é o novo nome de um velho fenômeno, “é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista” (Fernandes, 2004, p.01). Compartilho da ideia de que o agronegócio é muito mais que um novo apelido para o velho sistema “plantation”. O “agronegócio”, como um “modelo” de desenvolvimento agrícola atual, ocupa longas extensões de terra principalmente com a monocultura de eucalipto, pinos, cana-de-açúcar, soja, milho, entre outros, através do qual grandes empresas capitalistas (a maior parte delas estrangeiras) controlam o processo de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização de produtos de origem agrícola, pecuária, florestal e extrativista, a maior parte destes produtos são produzidos tendo em vista o abastecimento do mercado internacional. Essas empresas envolvem diversos setores da economia que incluem desde a produção até as fontes de financiamento como os bancos privados e estatais. Trata-se de um verdadeiro complexo empresarial que ganhou importância para os interesses do comércio exterior brasileiro. Por outro lado, Dados do IBGE nos mostram que mais que um modelo agrícola o agronegócio é um fenômeno político e ideológico que mascara os dados da produtividade no Brasil. Conforme o instituto, 78,1% da produção total de soja no país é proveniente de pequenos e médios agricultores. Outros produtos de consumo como ovos, café, feijão, milho, mandioca são em sua maioria oriundos de pequenos agricultores: os camponeses produzem mais de 77% dos ovos; 70,4% do café; 78,5% do feijão; 54,4% do milho; 91,9% da mandioca. Já a produção de horticultura e legumes é totalmente proveniente de pequenos agricultores. Trata-se de uma nova forma de territorialização do capital no campo, forjada num contexto de políticas neoliberais e de intensificação dos processos de concentração e centralização do capital em múltiplas escalas, especialmente mundial.

²³ IBGE/PNAD 2003 – 2004, Pesquisa de Sonia Rocha Instituto de Estudo do Trabalho e Sociedade – IETS, 04/02/06.

²⁴ Segundo dados da COAHB 2003.

²⁵ “Na década de 80, o agravamento do desequilíbrio do setor público levou o governo a promover uma violenta redução da disponibilidade total de crédito rural (principalmente de investimento), entre 1979 e 1984, voltando a crescer um pouco em 1985, mas com uma taxa de subsídio decrescente, que passa de 38%, em 1980, para 2,3% em 1985, com a introdução da correção monetária, a partir de 1984, a taxa de subsídio voltou a subir, em 1986, com o Plano Cruzado, para desaparecer novamente, a partir do segundo semestre de 1987” (ROMERIO, 2002 p. 129).

No caso das mulheres agricultoras, a parcela que já participava nesses diferentes espaços, principalmente militando nas CEBs, lutas de oposição sindical, passaram a se reunir e chamar outras mulheres. Começaram a discutir sobre as relações de gênero tanto no que se refere à subalternidade em relação aos maridos quanto em relação aos órgãos de representação política, a exemplo do sindicato, da igreja, bem como, as discussões de classe, entre outros. Gradativamente foram organizando suas bandeiras de lutas²⁶ específicas e gerais, sendo que sua organização não demorou muito tempo para que se configurasse enquanto movimento social, específico e autônomo de mulheres agricultoras, que foi marcado pela capacidade de articular as lutas contra as desigualdades entre homens e mulheres bem como as desigualdades sociais entre ricos e pobres. Na época, tais discussões eram traduzidas na perspectiva *de gênero e classe*, não como se fossem duas coisas “juntáveis” imediatamente, mas enquanto elementos que perpassam uma experiência onde a condição de opressão das mulheres está imbricada na condição da exploração de classe e vice-versa, para as quais será impossível não serem tratadas a partir desse contexto. As agricultoras do oeste de Santa Catarina, ao participarem efetivamente de movimentos sociais, sindicais, pastorais e principalmente na medida em que foram organizando seu próprio movimento específico, estabeleceram leituras sobre si mesmas, sobre a problemática das classes sociais, sobre as relações de gênero, sobre a conjuntura social e sua relação com a estrutura de sociedade em que vivemos, conforme veremos no decorrer deste trabalho.

Ao longo dessas duas últimas décadas, as mulheres agricultoras organizadas no MMC foram alterando suas bandeiras de luta e ressignificando seus projetos e perspectivas em relação ao campo, tendo como ponto de partida a problemática vivida na agricultura. É neste contexto que, a temática das jovens emergiu com maior força no movimento, em Santa Catarina, mais precisamente a partir do ano 2000. Ele se vincula ao debate que o MMC/SC propõe sobre o *projeto de agricultura camponesa*, que leva as mulheres a discutir sobre a problemática da agricultura, as demandas e necessidades das mulheres e das famílias camponesas, bem como construir discursivamente elementos para uma agricultora agroecológica, como ponto de partida para a autonomia das mulheres. É desta experiência que se origina a temática de estudo sobre as jovens camponesas.

Devido à crise pela qual passa a agricultura camponesa nos últimos anos, no oeste

²⁶ Aposentadoria, sindicalização, atendimento médico hospitalar, reconhecimento da profissão, entre outras.

catarinense observa-se que muitas são as formas de busca para superação das dificuldades encontradas, entre elas estão às atividades fora da unidade de produção. Entre as entrevistadas, nota-se que a maioria das famílias, de uma forma ou de outra, busca uma renda complementar à agricultura. Identificada nas narrativas, essa complementação da renda é decorrente da profissão de pedreiro, mecânico, professor, doméstica e operária de agroindústria local, sendo que a mais citada é o frigorífico de frangos Aurora. Conforme observou Schneider (1999), trata-se de situações nas quais as famílias ou os indivíduos recorrem às atividades não agrícolas e à pluriatividade²⁷, cuja temática é mencionada neste trabalho e adquire importância visto que foi apontada pelas jovens enquanto “estratégias ou mecanismos para viabilizar interesses pessoais ou coletivos, em geral traduzidos na busca de rendas mais altas ou trabalhos menos penosos que a atividade agrícola” (Schneider, 1999, p. 125). Assim, os diferentes segmentos sociais têm buscado encontrar soluções mais viáveis para os problemas vivenciados, embora a situação seja agravada, pois as soluções são mais complexas e estruturais.

O interesse pela pesquisa: uma problemática familiar

O *interesse* pelo estudo sobre as *jovens da roça*, categoria nativa, de auto-identidade regional, também utilizada pelas próprias jovens de forma similar a *jovens camponesas*, se dá a partir de questionamentos persistidos durante a trajetória social, desde meados de 1980, principalmente como militante neste movimento, em diálogo com o próprio campo acadêmico. Antes mesmo de assumir uma atuação mais direta com o MMC, minha trajetória estava ligada ao trabalho com a juventude. Em 1987, participei do Curso a nível superior para capacitação do trabalho com juventude, ministrado pela PUC de Porto Alegre/RS, onde a problemática das jovens mulheres estava aí presente, porém sem uma visibilidade e aprofundamento. O público deste curso, era na sua grande maioria composto de jovens. Retornando deste curso, ainda neste mesmo ano, atuei no trabalho Pastoral na Paróquia de Quilombo/SC, onde assumi o trabalho com a juventude mais caracterizada como juventude rural, através da Coordenação da Pastoral da Juventude. Naquela ocasião, as discussões,

²⁷“Fenômeno através do qual membros das famílias que habitam o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural” (SCHNEIDER, 2003 p.48).

relativas às expectativas da juventude, estavam condicionadas à idéia da necessidade da própria juventude, com sua capacidade e luta, moldar os passos de sua organização. Em 1993, ao concluir o curso de Pedagogia, realizei o estágio de vivência, com os jovens da Pastoral da Juventude Rural, da diocese de Chapecó/SC, onde na ocasião, trabalhei o conteúdo sobre a *metodologia do trabalho com a juventude* servindo como fundamento básico para a elaboração do trabalho de conclusão do curso que abordava a temática da juventude rural. Diga-se, neste período, no oeste catarinense, se estabelecia um diálogo permanente entre a luta das mulheres e a pastoral da juventude.

Em 1997, realizei uma pesquisa acadêmica sobre como as mulheres agricultoras foram se construindo enquanto sujeitos sociais ao mesmo tempo em que foram moldando o surgimento do Movimento de Mulheres Agricultoras. A partir de 2005, assumi no MMC/SC a coordenação do *Grupo de Proposição e Elaboração* que têm como tarefa pensar sobre a realidade vivida pelas mulheres na agricultura e com elas pensar perspectivas no movimento. Esta experiência me aproximou das jovens camponesas, ocasião em que me dediquei a observá-las, ouvi-las, resultando na definição da escolha deste tema. As atividades realizadas com as jovens, de forma direta e indireta, permeadas pelas questões internas do próprio movimento, foram determinantes na formulação das questões enquanto construção deste objeto.

Referenciais teóricos

A categoria analítica '*jovem da roça*' apresenta-se, ao longo do trabalho, em negociação com '*jovem camponesa*', em processo de construção, que vem constituindo-se enquanto um grupo social específico, através da própria ação das jovens que participam no MMC. Desde o início deste trabalho, tenho me deparado com a complexidade no questionamento: O que são jovens camponesas? Principalmente porque se trata de dois termos desafiadores '*jovens e camponesas*', que necessitam especificar seus significados. Mais ainda porque as jovens que aqui estudo apresentam perfil atípico e não se enquadram na categoria comumente designada "jovem camponesa". Primeiro porque estudo uma realidade etária que vai de 14 aos 30 anos, assim justifico por ser o público característico que mais tem se aproximado do MMC, nestes

últimos 10 anos. Essas do ponto de vista teórico não seriam consideradas *jovens*, pois das entrevistadas apenas três delas possuem de 17 a 21 anos. Repito: para o MMC/SC elas são jovens! Em se tratando da designação *camponesa*, a complexidade é ainda maior, pois o fato de terem sua origem no meio rural não as fazem delas imediatamente camponesas. Serem filhas de famílias que no passado foram agricultoras tampouco lhes assegura para sempre o qualificativo de agricultora, de camponesa. Como escapar de um tratamento naturalizado e determinístico de tais conceitos? É este um dos desafios que persisti durante a realização do trabalho. Na busca de referência para a argumentação de *camponesa*, Shanin, (2005), esclarece que:

Camponês é uma mistificação (...) não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. (...) Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral, e o mesmo é válido para o contexto histórico (Shanin, 2005, p. 02).

Não será possível compreender o “camponês” descontextualizado da realidade social em que se insere. A perspectiva de Shanin adquire importância neste trabalho primeiro porque nos permite pensar sobre a organização e hierarquias sociais na família. Isso possibilita questionar os posicionamentos da jovem no interior da família, sendo que uma parcela desta, não mais aceita a forma tradicional, presente nas famílias da região oeste catarinense, onde todos os membros trabalham sendo que, por exemplo, o resultado do trabalho fica “num caixa só”, não dispondo de uma justa distribuição dos resultados desse trabalho a todos os seus membros. Segundo porque, nos permite esclarecer de que se trata da construção política de uma categoria social que estabelece estreita ligação com experiência das mulheres agricultoras e de seu movimento social, que no processo de sua afirmação histórica resignifica e incorpora outros significados, concebendo ao/à “camponês/camponesa”, não como algo estático, imutável, a - histórico, mas enquanto sujeitos ativos, em sua relação com os projetos de vida.

Renk (2001)²⁸, ao abordar sobre a trajetória das mulheres agricultoras²⁹, num contexto da agricultura no oeste catarinense, mostra que, contrariamente, ao fato do campesinato ter sido considerado como estático, imutável, a realidade tem mostrado um campesinato dinâmico, que interage com a sociedade apresentando diferentes estratégias de reprodução da

²⁸ A mesma autora lembra que noutro contexto, Hobsbawm (1972) alerta para a crença de que a “sociedade tradicional” tem sido tomada como estática e incambiável o que é um equívoco, um mito da ciência social vulgar.

²⁹ As mulheres agricultoras, eram assim mencionadas no início dos anos de 1980, pela sua Organização de Mulheres Agricultoras., OMA/SC. Atualmente são reconhecidas como mulheres camponesas, público pertencente ao mesmo movimento, que no decorrer de seu processo formativo mudou o nome de OMA/SC para MMA/SC Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina à Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina, MMC/SC, cfme veremos mais adiante.

vida. Neste trabalho, *camponeses/as*³⁰ adquirem sinônimo de agricultores/as que dispo de pequenas unidades produtivas, utilizam-se do trabalho familiar na produção, destacando-se como sua principal característica a diversidade. Encontrando como categoria nucleante os conceitos terra, trabalho e família como elementos definidores de sua campesinidade (WOORTMANN, 1990). Em geral, não se destaca a posição específica de cada membro da família, entretanto, as jovens da roça estão aí inseridas, desempenham diferentes funções relativas ao processo de trabalho da agricultura familiar/camponesa. Para compreender as jovens é preciso situá-las no contexto da família. Visto que o núcleo familiar, é constituído de sujeitos diferenciados, se fundamenta no trabalho familiar, produção para auto-consumo, comercialização, onde todos os membros cooperam, sendo que vivem e sobrevivem com pouca terra, diferenciando-se assim da agricultura latifundiária, caracterizada pelas grandes áreas, monocultivo e pelo trabalho assalariado. As particularidades da *jovem da roça*, pode se diferenciar do rumo trilhado por sua família. Wanderley (2003), ao estudar sobre os projetos de individualização dos jovens rurais do nordeste afirma que os mesmos estão incorporados a própria trajetória da família. A autora destaca que: "... a unidade familiar de produção tende, pela sua natureza, a propiciar a saída de certo número de filhos que não podem ser mantidos no interior do estabelecimento familiar" (WANDERLEY, 2003, p. 10).

Um dos problemas posto pelas jovens, visto a partir do contexto em que se insere a família camponesa e, de certa maneira discutidos no MMC, diz respeito à falta de condições objetivas para as jovens da roça, entre elas, o acesso à terra, ao estudo, à renda e a falta de autonomia das mulheres, o que tem levado muitas jovens a saírem do campo, buscando na cidade perspectivas para uma vida melhor.

As estratégias de reprodução social para os agricultores familiares do Oeste Catarinense parecem estreitar-se sempre mais. Os jovens, mesmo querendo prosseguir na agricultura e dar continuidade ao papel de seus pais, com a falta de apoio e de perspectiva de políticas adequadas a sua permanência no espaço rural catarinense, são levados a migrar para as cidades, sobretudo os grandes centros urbanos do país (MALMANN, 2004, p.10).

O autor mostra que a falta de condições para a reprodução social dos agricultores familiares na região oeste catarinense leva os jovens a buscarem alternativas fora das

³⁰Camponeses aqui são mencionados como os antigos colonos, regionalmente assim conhecidos. Porém sendo vistos numa condição de ampliação do horizonte camponês. Paralelo ao "mundo encolhido", desponta a visibilidade dos/as colonos/as, pela via de sua inserção política nos movimentos de protesto e reivindicação. As manifestações tem ocorrido a partir dos anos 80, ocupando lugar nas cidades, que passaram a ser o lócus das manifestações rurais. (...) Hoje o "mundo" tornou-se mais acessível do que era há alguns anos atrás. Há um maior número de colonos/as e filhos/as deste/as que tem mundo. Para isto contribuíram as novas formas de associativismo, a circularidade urbano-rural, as migrações dos/as filhos/as de colonos/as, a face pública dos agricultores, através das inserções nos movimentos sindical e popular. Ou seja, trata-se de um movimento de mão dupla: colonos/as inserindo-se no "mundo" e este imiscuindo-se na vida dos colonos/as" (RENK, 2001, p.219).

atividades agrícolas, sendo que o meio rural passa a limitar cada vez mais o horizonte da juventude camponesa. Conforme dados disponibilizados pelo IBGE referentes ao censo 2000, existem 34.081,330 jovens com 14 a 24 anos de idade no Brasil. Destes, apenas 18% residem no meio rural. No sul do Brasil, os jovens entre 15 a 29 anos de idade chegam a representar 27% da população rural. Weisheimer, 2004 explica que o processo migratório se dá:

Ora por fatores de atração (a integração ao mercado urbano ou inserção social via escolarização, ambas vinculadas às expectativas de melhores condições de vida); ora por fatores de exclusão, que levam em conta as condições do meio rural (WEISHEIMER, 2004, p. 14).

Entretanto, esses fatores de atração, embora adquiram sua importância, não são suficientes para responder pelas reais situações em que vive a juventude rural, neste caso refiro-me às jovens da roça. Mallmann, (2004), ao realizar sua análise comparativa em São Carlos/SC município onde existe uma organização relativa das mulheres camponesas e do MMC/SC, descreve que as condições inadequadas, dentro do meio rural, têm provocado um crescente êxodo rural, pois, em 1960, Santa Catarina a população rural representava 50% da população total, diminuindo para 42,94 % em 1970, 38,50 em 1982 e 33% em 1990. “Além dos problemas de acesso à terra, a grande maioria dos jovens rurais se defrontam hoje, mais do que ontem, com problemas sérios no que se refere à satisfação de suas necessidades básicas: saúde, educação, trabalho, etc” (MALLMANN, 2004, p.02). Neste contexto, em particular, em que pese as orientações e práticas sociais vivenciadas pelas jovens no interior do MMC, principalmente referindo-se ao debate em torno da construção de um projeto de agricultura camponesa, que leva em conta as múltiplas dimensões da vida no meio rural, explicita-se um impasse quando se pensa na reprodução social da família camponesa.

Assim, para pensar as jovens camponesas será oportuno trazer presente o conceito de *experiência* através do qual, homens e mulheres tratam subjetivamente as suas condições de vida e, neste caso, confrontá-lo com a noção de projeto de vida. A jovem, como sujeito da própria história, quer compreender qual é o horizonte que orienta as suas decisões. Um modo de ajudar a perceber e visualizar este horizonte é perceber quais são os grandes desejos e sonhos que elas alimentam. Tomamos a categoria da “experiência” em Thompson como ponto de referência, para compreender a relação entre objetividade e subjetividade. Essa perspectiva nos permite pensar sobre como as jovens tratam subjetivamente as suas condições de vida. Que condicionamentos sociais organizam o trabalho, a família e a vida das jovens? Elas resistem? Se adequam ou resignificam as condições objetivas que definem suas vidas? A

categoria experiência em Thompson é uma reação ao estruturalismo de Althusser. Em seu livro *A Miséria da Teoria* (1981), expressa que a experiência é a “influência do ser social sobre a consciência social. Constitui-se numa categoria que, auxilia a pensar como as respostas sociais, a muitos acontecimentos inter-relacionam-se” (THOMPSON, 1981, p.15).

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas estão presas: na prisão, pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a estas experiências gerais, velhos sistemas conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença. Essa apresentação imperativa dos efeitos do conhecimento não está prevista na epistemologia de Althusser, que é a do recipiente – um fabricante não se preocupa com a gênese de sua matéria-prima, desde que ela chegue a tempo (THOMPSON, 1981, p.17).

O que Thompson considera quando trata sobre a experiência é a dimensão dos valores, regras sociais, costumes e as descreve como consciência afetiva e moral, como constituintes do fazer-se da classe e das diversas categorias sociais. As pessoas não experimentam suas experiências apenas como idéias. Elas experimentam também como sentimentos e lidam com esses sentimentos no seu jeito de viver, nas normas, obrigações familiares, de parentesco, de reciprocidade, nos valores e convicções que criam ao longo da vida.

Propomos nesse trabalho analisar a construção das jovens camponesas enquanto *sujeitos ativos* no mundo, que geram alternativas a partir das suas condições objetivas, que muitas vezes reagem e/ou se submetem frente às situações que lhes são impostas e, por vezes, também se orientam por ações de autonomia nas relações de dominação presentes na família e na sociedade em geral. Para a análise deste objeto, alguns elementos são considerados importantes quando se busca investigar as “jovens da roça”, militantes do MMC. Entre eles destaque: *Em relação à família*, é forte a reprodução de relações cotidianas permeadas pelo “peso” da figura masculina nas relações que envolvem essas *jovens* rurais/camponesas, ficando muitas vezes ausentes dos espaços de decisão, situação, que passa a ser questionada e, em muitos casos, não mais aceita como “natural”, para parcelas desse público. *Em relação ao trabalho*, na maioria das vezes, as jovens da roça, não encontram sua própria valorização para as atividades que desenvolvem no interior das unidades de produção, sejam elas relacionadas ao espaço doméstico ou ligadas à lavoura. Isso se torna ainda mais complexo quando as condições de reprodução da família camponesa oferecida às jovens, que, frequentemente têm lhes colocado dificuldades principalmente quando se trata do acesso a terra, à educação, neste caso, “cursar uma faculdade”, bem como, não dispõem de uma renda própria, algo

reivindicado pelas mesmas, o que lhes confere uma “certa ausência de autonomia”, no que diz respeito ao suprimento de suas necessidades, influenciando em suas *perspectivas de futuro*.

Em *relação ao movimento*, será importante, no sentido de perceber em que medida a experiência e o debate sobre o projeto de agricultura camponesa têm dialogado com a perspectiva e projetos de vida dessas jovens. A este respeito, o que se pretende é perceber como o aprendizado das mulheres desse movimento dialoga com as percepções dessas jovens sobre a família e o trabalho e vice-versa. E como as jovens elaboram suas expectativas e projetos de vida, a partir de suas principais necessidades. O objetivo geral do presente estudo está na análise da formulação de posicionamentos das jovens frente à realidade que vivem na família, no trabalho em relação à permanência ou não no meio rural. Ao mesmo tempo, perceber como elas ressignificam este espaço e re-elaboram suas concepções, enquanto possibilidade para desenvolverem seus projetos de vida. Ditos de outra maneira, as percepções das jovens militantes, mesmo não sendo a voz oficial do MMC são amplamente influenciadas pelo movimento e vice-versa. O movimento também passa a incorporar as visões dessas jovens. Neste sentido interessa-me perceber as tensões, aproximações e distanciamentos entre as jovens e o MMC.

O estudo parte do pressuposto de que as jovens militantes formulam suas concepções e projetos de vida, a partir do meio em que estão inseridas. A dificuldade encontrada por elas para conseguir acesso aos recursos financeiros advindos da agricultura, necessários para responder as suas necessidades e aspirações, confrontando-se com a prática social apreendida no movimento, suscita nessas jovens questionamentos em relação ao meio rural enquanto horizonte para suas vidas. Neste sentido levanto as seguintes hipóteses:

a) As jovens camponesas da região oeste de Santa Catarina, em um contexto de forte migração, particularmente das jovens, que, ao lado da recusa ao acesso a terra, ao estudo, e à renda, bem como, a falta de valorização enquanto jovem camponesa, “buscam outras profissões, geralmente na cidade, como meio de encontrar melhores condições de vida”, implica estabelecer relações, com o modelo de agricultura capitalista e patriarcal que cada vez mais intensifica o movimento de expulsão das famílias agrícolas, colocando em condição desfavorável e crítica a questão da continuidade e permanência no meio rural.

b) O processo de luta e a experiência das mulheres do MMC/SC pode influenciar as jovens a assumirem ações e posturas de resistência frente a algumas características reproduzidas na

família camponesa, como é o caso da dependência econômica dos pais, da não participação política das mulheres, levando as jovens à elaboração de diferenciados projetos de vida em relação ao meio rural.

c) Considerando os debates feitos no MMC em relação à importância de construção do Projeto de Agricultura Camponesa, mediado pelas necessidades de acesso à terra, ao estudo e à renda, as jovens re-elaboraram suas perspectivas em diferentes dimensões. Entre elas, está o desejo de morar no meio rural e trabalhar na cidade.

Estratégias metodológicas

Pode-se dizer que, do encontro entre uma prática militante e a análise da literatura acadêmica, foram surgindo algumas considerações que se colocaram em forma de questionamento, consideradas relevantes para a pesquisa: Qual a posição, como mulher e como filha, ocupada pelas jovens na família? Como as jovens lidam com a dimensão do poder masculino na família? Quais são os limites da reprodução familiar camponesa e como as jovens lidam com essas condições/limites? Têm acesso à terra para elas cultivarem? Qual é o acesso ao estudo? à renda? Que condições seriam necessárias para motivar as jovens a permanecerem no campo? O acesso à educação, através de cursos formais, oferecidos pelo MMC às militantes pode contribuir para que as jovens ressignifiquem seus projetos de vida em relação à permanência no campo? Mas também, ao contrário, o fato de cursar uma faculdade pode servir de estímulo para muitas jovens buscarem outras profissões, encontrando a cidade enquanto espaço de realizações pessoais, familiares e sociais.

Metodologicamente, mesmo esclarecendo que não será trabalhado de forma sistemática e cronológica, escolhi alguns momentos considerados importantes para o estudo, por demarcar o protagonismo das mulheres camponesas, na região oeste de Santa Catarina, que nos permite situar melhor a preocupação com a inserção deste novo sujeito social que são as jovens camponesas. Neste sentido, as análises tendem a estabelecer relações a partir dos seguintes períodos:

a) 1960 – 1983 = Período caracterizado pela modernização da agricultura que se intensifica na região oeste catarinense e encontra no modelo de integração das famílias do meio rural às agroindústrias, possibilidades e resistências. Período este marcado pelo surgimento dos Movimentos Sociais do Campo. Muitas mulheres estão presentes nos diferentes movimentos sociais, nas pastorais porém sem visibilidade enquanto sujeito político, tomador de decisão e com formação política para ler os processos que vão além das particularidades regionais.

b) 1983 – 1994 = é o período que marca o início oficial do MMA/SC até a conquista do salário maternidade para as agricultoras. As mulheres agricultoras, se articularam para constituir um movimento autônomo, lutaram pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural e pelos direitos previdenciários: aposentadoria, auxílio doença, auxílio acidente de trabalho, pensão de viúva, salário maternidade etc. Inseridas num contexto agrícola imerso no processo de recessão econômica, elas também discutem a diversificação das atividades no meio rural, como alternativas de permanência no meio rural. A partir deste contexto adquire significados políticos e acadêmicos os conceitos de *agricultura familiar e agricultura camponesa*.

c) 1995 – 2000 = a luta das mulheres agricultoras é marcada pela campanha da documentação, pela *Articulação de Mulheres Trabalhadoras Rurais*³¹ (ANMTR), em nível nacional e no sul do Brasil destacando como bandeiras de luta: direito à saúde, educação e o debate em torno do modelo de agricultura química, os transgênicos, agrotóxicos e a garantia dos direitos previdenciários.

d) 2000 – 2004 = Período mediado por um amplo trabalho de base nos Estados onde havia movimento autônomo de mulheres do campo, **fator constitutivo para consolidação do MMC**³². É onde se faz o debate sobre o projeto de agricultura que as mulheres querem construir.

e) 2004 - 2008– É intensificado o debate e luta em torno do projeto de agricultura. As temáticas relativas à educação, à produção de alimentos e as perspectivas de vida e trabalho das jovens são prioridade no MMC. Ampliam-se, tanto as possibilidades dos espaços de socialização das jovens do meio rural, quanto ganha expressão e visibilidade a articulação da

³¹Nos dias 19 a 24 de outubro de 1995 tendo como lema “*Mulher Trabalhadora rural: Amante da Igualdade... é preciso ter força, é preciso ter garra, sempre*”. No encontro foi consolidada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) como espaço de discussão, elaboração e unificação das lutas. Fazem parte da ANMTR movimentos autônomos, coletivos de mulheres dos movimentos mistos e pastorais. (Cartilha da ANMTR 1º Encontro Nacional, 1997, p. 03.)

³²A constituição de um movimento popular, autônomo, classista aflora da necessidade de unificar as lutas feministas aprofundando a história de luta das mulheres e elaborar coletivamente a intervenção política para a construção de uma sociedade igualitária. Após intenso processo de estudo com dirigentes e grupos de base em 19 estados, foi realizado, em Brasília de 5 a 8 de março de 2004, o congresso nacional de consolidação do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC. (Arquivos internos do MMC).

juventude do meio rural através da Via Campesina³³. Assim, ao longo dessas duas últimas décadas, o MMC altera e redimensiona suas bandeiras de luta, ressignificando seus projetos e perspectivas a partir de novas problemáticas nas condições de reprodução social das mulheres e das famílias na agricultura.

É neste contexto que a temática das jovens emergiu com maior força no movimento, em Santa Catarina, mais precisamente a partir do ano 2004. Ela se vincula ao debate sobre o *projeto de agricultura camponesa* que visa contemplar as demandas e necessidades das mulheres e das famílias camponesas. No MMC, o processo de inserção das jovens faz parte e se dá de forma integrada à dinâmica das lutas assumidas pelas mulheres do movimento. Não se trata de um setor específico, embora sejam realizados momentos formativos, cursos e encontros específicos só para as jovens, que são espaços importantes de sua socialização.

Será importante perceber quais os fatores relevantes nesses períodos, tanto do ponto de vista das mudanças ocorridas no cotidiano da vida no meio rural, na região oeste principalmente através das influências da revolução verde, bem como, às mudanças ocorridas no processo de luta pela emancipação das mulheres camponesas que originou o Movimento de Mulheres Camponesas e que de certa maneira abriu espaço para as elaborações das jovens em relação à permanência no meio rural. De acordo com Bourdieu “é necessário ter consciência de que todo objeto propriamente científico é conscientemente e metodicamente construído” (BOURDIEU, 1999, p. 64), o que significa, antes de tudo, uma orientação consciente na construção desse trabalho. Para Bourdieu, no livro *Miséria do Mundo*, a ação e relações sociais são compreendidas a partir das narrativas e experiências sociais. É importante, ressaltar, que na *A ilusão biográfica*, Bourdieu (1996) mostra que a história individual é perpassada pela estrutura social. O autor defende que se deve procurar o que subjaz a esses fenômenos, a essas manifestações, aquilo que à primeira vista não aparece. Ao dialogar com as jovens militantes e com o próprio movimento, buscamos estabelecer relações entre as condições da existência, a consciência, as práticas e as ideologias enquanto matriz determinante do indivíduo (BOURDIEU, 1992).

São fontes deste trabalho as entrevistas que realizei com as jovens camponesas. Num primeiro momento, de forma aleatória, apliquei 21 questionários. A partir dos questionários, observando alguns critérios como: Jovens que já possuem um maior envolvimento nas atividades do MMC; jovens que concluíram ou estão freqüentando algum curso de formação escolhidas pelo MMC. Destas, defini trabalhar com 10 jovens tendo como critério principal

³³A Via campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas, comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa.

aquelas que possuem um maior envolvimento em atividades do MMC/SC, reconhecidas pelo movimento como militantes. Selecionei para este trabalho dois blocos de questionamentos: um relativo à *vida familiar* e um segundo bloco de questões vinculadas às *expectativas dessas jovens em relação ao campo*. Os questionários devem ser entendidos como resultado de um processo de inserção e acompanhamento junto às jovens militantes do MMC/SC, que contribuíram, num primeiro momento, para levantar algumas considerações a respeito de suas concepções. Longe de situá-los de forma isolada, ou como uma “técnica a mais”, estes questionários, adquirem, na perspectiva da história oral, a intenção de ouvir a versão das jovens militantes e não apenas do movimento social, buscando compreendê-las dentro de suas inter-relações. “(...) Em essência, desejamos ouvir aqueles que não foram ouvidos – as pessoas comuns, os negros, as mulheres, os colonizados” (PORTELLI, 1997, p.18).

Adquire relevância algumas atividades das jovens como é o caso de um dos cursos realizados em 2005, onde as jovens discutiam sobre suas concepções e projetos de vida em relação ao meio rural. Utilizei alguns trechos de cartas que essas jovens escreveram na ocasião em que participavam desta atividade. Estavam longe de suas famílias, e uma das tarefas propostas neste debate, era escrever uma carta para alguma pessoa de sua referência, falando sobre as temáticas debatidas. As cartas foram lidas no próprio grupo, trabalhadas a partir de seu conteúdo e será mencionada na dissertação. Vale ressaltar, que neste momento já havia decidido pesquisar sobre as expectativas das jovens, sendo que esse processo me permitiu observar as narrativas das jovens com maior interesse e atenção voltada para o trabalho de pesquisa. Entendo que o conteúdo das cartas também pode identificar e expressar certa visão das jovens, em relação às mães, ao papel que ocupam na família e suas expectativas de vida.

A complexidade do contexto em que se insere a problemática das jovens do meio rural justifica a escolha da metodologia da história oral, que é uma metodologia qualitativa assim como a etnografia. A História Oral como um método de pesquisa que está ligado a diferentes temas como memória, biografia e narrativa oral, permite o acesso às narrativas sobre fatos passados ou recentes, enriquecendo as investigações nas diversas áreas das Ciências Sociais, de sujeitos que normalmente não encontram espaço nas histórias e relatos oficiais, possibilitando a análise das diferentes realidades, vivências e interpretações. De acordo com Portelli, (1997), as fontes orais contam-nos não apenas o que um povo ou um indivíduo fez, mas também os seus anseios, o que acreditavam estar fazendo ou fizeram. Em que pese os

questionamentos relacionados à credibilidade da história oral como método, no sentido de que o entrevistado pode ter uma falha de memória, pode criar uma trajetória artificial, se auto-celebrar, fantasiar, omitir ou mesmo mentir, conseguiu-se ao longo de um processo estabelecer uma metodologia estruturada para a produção de dados a partir dos relatos orais, colocando em cena a possibilidade de ouvir impressões, perspectivas, anseios daqueles que E. P. Thompson³⁴ denomina como “os de baixo”. Tais pesquisadores alertam para aquilo que poderia ser percebido como um problema, que por sua vez, acaba se transformando em um recurso, uma vez que o próprio entrevistador, no ato de produção da narrativa sociológica, não deixa de produzir uma versão do que entendeu ter acontecido.

É importante ter presente a crítica à fidedignidade das fontes orais no sentido de que elas são carregadas de subjetividade. Essa subjetividade muitas vezes é percebida, mas é ela que muitas vezes faz a diferença. Entendo que as histórias de vida, assim como as entrevistas, embora exista diferença teórica-metodológica entre uma e outra, (FERREIRA, 1996), elas fazem parte da história oral. Nos “permite conhecer diferentes versões sobre um mesmo período ou fato, versões estas marcadas pela posição daqueles que os viveram e os narram” (TREBITSCH, 2001, p 96, apud MENEZES, p. 6). Neste sentido, utilizei a entrevista semi-estruturada, de forma presencial, com perguntas abertas. “Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversarmos enriquecem nossa experiência [...] Cada entrevista é importante, por ser diferente de todas as outras” (PORTELLI, 1997, p. 17). Já, Bourdieu (1999), alerta que “somente quando se apóia num conhecimento prévio das realidades que a pesquisa pode fazer surgir às realidades que ela deseja registrar” (p. 706). Em se tratando do processo de construção da pesquisa, a entrevista, assim como qualquer outra técnica, precisa incorporar a reflexão sobre os cuidados que são indispensáveis para a obtenção de bons resultados. O autor afirma que “a reflexividade deve estar baseada num “olhar sociológico”, permitindo perceber

³⁴Além de seu trabalho teórico e historiográfico, Thompson desenvolveu também uma prática de natureza política orientada por sua concepção e defesa do socialismo. O ativismo político e as constantes polêmicas das quais participou, associados à importância que sempre atribuiu aos temas relacionados à luta dos trabalhadores e sua contribuição intelectual para a elaboração de uma “história vista de baixo”, distinguem-no como um dos mais importantes historiadores e socialistas ingleses.

Fiel às “premissas de 1956”, Thompson assume o compromisso de reafirmar os princípios socialistas em uma luta contra as políticas do estatismo e do autoritarismo. Articula a proposta de uma “política vista de baixo” a seu projeto de uma “história vista de baixo”. Seu trabalho relaciona esses aspectos à prática da luta dos trabalhadores e enfatiza os conceitos fundamentais de resistência, dissenso, protesto. As exigências históricas a favor dos “direitos” do indivíduo e da comunidade contra a autoridade transgressora do Estado confirmam, para Thompson, que a própria experiência de luta mantém-se como a principal forma de definição de interesse de classe. O clamor por um direito possibilita que pessoas subjugadas afirmem sua solidariedade, em oposição à classe dominante. O ponto central dessa dinâmica é a união mediante a luta, união capaz de articular os interesses em conflito, e organizados ao longo do processo histórico. Para Thompson, as reivindicações pelas liberdades civis representam um catalisador para os movimentos populares e consolidam um cenário mais amplo para a luta de classes. A defesa de Thompson das políticas de libertação também incorpora a questão da luta de classe, constante em sua obra. Sua luta pelos direitos civis, em suas várias frentes, é um tema chave.

e controlar, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual se realiza” (BOURDIEU, 1999, p.694).

Realizei 21 entrevistas com jovens da roça, sendo 10 jovens militantes do MMC, que exerce alguma liderança no movimento e 11 jovens que participam ou não dos *grupos de base*³⁵ e em algumas atividades do movimento. As entrevistas foram realizadas em dois momentos: durante um encontro do MMC realizado no Centro de Formação Maria Rosa do MMC em Chapecó – SC, em novembro de 2007, com a maioria das militantes deste trabalho e um segundo momento, na Escola de Educação Básica Professora Jurema Savi Milanez, município de Quilombo/SC, onde entrevistei as jovens da roça que participavam, ou não do movimento a nível de comunidade nos grupos de base. Fizeram parte deste estudo as seguintes jovens do MMC/SC. Ana Elsa Munarini, nasceu em Chapecó. Solteira, 23 anos. Está cursando Direito. Mãe de duas filhas. Uma com 2 anos e meio, Anita Rosa de Carle, e Maria Heloisa Munarini de Carle, tem 6 meses. Mora na comunidade de Linha Faxinal dos Rosas, Chapecó. É militante do MMC/SC; Clarinês Panis, nasceu em Xaxim, mora na Comunidade N.Sra. dos Navegantes, São João, Águas Frias SC. Tem 21 anos. Solteira. Estudando pelo MMC no curso pós-médio: Técnico em agropecuária ecológica; Noeli Welter Taborda, nasceu em Linha Raigão Alto– Tunápolis. Tem 27 anos, é casada. II grau incompleto. É responsável pela Secretaria de Lutas do MMC; Julciane Inês Anzilago, nasceu em Quilombo, SC. Tem 26 anos. Solteira. Morava com os pais na Linha Saudades – Quilombo, SC. Atualmente exerce militância pelo MMC em GOIANIA. GO. Possui o Ensino superior; Ângela Terezinha Roman, 17 anos, Ensino Médio, nasceu em Linha Lageado Grande, São José do Cedro, SC; Andréia da Silva Fossal, 30 anos, Ensino Superior Completo, nasceu em Faxinal dos Rosas, Chapecó, SC; Marquiela Trombeta, 24 anos, cursando pós-graduação, nasceu em Cunhaporã, SC; Rosmari Galvão, 23 anos, curso Técnico Agroecológico incompleto, nasceu em São Marcos Novo, Horizonte SC; Rita Zaparoli, 27 anos, ensino Superior, nasceu em Saudades, SC, mora em Quilombo, SC. É casada e mãe de duas filhas; Sueli Deozóquio, 21 anos, ensino superior incompleto, nasceu em São Lourenço D’Oeste, SC.

A dissertação está organizada em quatro capítulos: CAPÍTULO I. Agricultura familiar,

³⁵ São chamados de *grupos de base*, os espaços que as mulheres se reúnem para conversar sobre suas vidas, seus interesses, suas dificuldades e como resolvê-las, para resolver os problemas e conquistar aquilo que precisam. O grupo de base continua sendo o alicerce do MMC. É ali que as mulheres aprendem a construir de forma coletiva, o planejamento do que é necessário viabilizar para garantir cada atividade programada, distribuindo as tarefas com as companheiras. Procuram sempre construir espaços acolhedores, participativos, solidários, criativos e que fortaleçam a mística libertadora do MMC.

agricultura camponesa, e a construção de um novo sujeito social: a jovem camponesa. Através do qual parto de uma breve revisão bibliográfica a respeito desses conceitos, agricultura familiar e agricultura camponesa, ambos centrados na organização familiar do trabalho agrícola, que encontra em análises contemporâneas, como é o caso Teodor Shanin (2005), bem como, em Ricardo Abramovay (1997), entre outros uma referência, os quais me permite pensar sobre uma nova categoria que emerge no meio rural, a partir da experiência específica em construção, que são *as jovens camponesas do MMC/SC*.

No CAPÍTULO II: as relações de gênero na família camponesa do oeste catarinense. Retomo o debate no âmbito das relações na família no oeste de Santa Catarina, a divisão social do trabalho, principalmente considerando as transformações ocorridas com o processo de modernização agrícola e integração das famílias influenciando diretamente nas condições de trabalho das jovens da roça.

No CAPÍTULO III: As jovens camponesas e a proposta do MMC/SC. Trabalho o projeto de agricultura camponesa e a educação formal. Busco confrontar a noção de experiência com noção de projeto de vida das jovens.

No Capítulo IV: Expectativas e projetos de vida das jovens camponesas. Voltei-me para a análise das representações das jovens a cerca *da família*, através da qual as jovens fazem suas avaliações em relação à influência da figura masculina, *do trabalho* destacando o acesso à renda, e enquanto condições para a permanência e continuidade no meio rural, observei os aspectos que as jovens destacam em relação ao acesso a terra, à educação e à renda construída em base à autonomia pessoal e familiar. Há necessidades de políticas públicas sociais para as mulheres visando a viabilidade da vida agrícola enquanto condição para a reprodução camponesa.

CAPÍTULO I - Agricultura familiar, agricultura camponesa, e a construção de um novo sujeito social “a jovem camponesa”.

1.1 Debate de categorias

Entendo ser oportuno, neste primeiro capítulo, estabelecer algumas considerações em torno das categorias: *agricultura familiar* e *agricultura camponesa*, cujas características são similares, embora suas especificidades as diferenciem entre si. O esforço reside não necessariamente na definição dos conceitos propriamente dito, o que não significa ignorá-los, ou concebê-los como algo estático, acabado, mas em perceber que se trata de processos que estão em construção, cuja dinâmica leva a elaboração de categorias que permanentemente “se fazem” e por sua vez estão em disputa tanto no mundo acadêmico quanto no mundo político. O foco dessa discussão adquire significado a partir da experiência das mulheres agricultoras e do MMC da região oeste de Santa Catarina.

Considerando que uma das problemáticas pertinentes neste debate, gira em torno do “desaparecimento da agricultura camponesa”, sendo marcada historicamente por posturas diferenciadas entre autores que tratam sobre essa temática, há que se considerar que com a modernização da agricultura implantada pela revolução verde, e mais recentemente a investida no agronegócio brasileiro, cada vez mais a vida no meio rural sofre ameaças dada à força do capital transnacional. Neste trabalho, essa problemática não poderá ficar despercebida e adquire significado, sobretudo pelo fato das manifestações e lutas dos movimentos sociais no campo, principalmente nos últimos períodos, terem chamado atenção para a necessidade de mudanças estruturais necessárias para a reprodução da família camponesa e que assegure condições para a juventude realizar seus projetos de vida e suas perspectivas no campo. Neste sentido, foi interessante observar como a categoria *campesinato* tem sido abordada e re-significada pelas mulheres do MMC, considerando que no espaço do movimento, as mulheres estudam e recuperam aspectos da experiência camponesa de seus antepassados, em cima dos quais também vão re-elaborando, recriando suas concepções e perspectivas.

Em meados de 1960 até final de 1970, os debates com base no referencial marxista clássico sobre “a questão agrária” buscavam explicar o caráter do desenvolvimento capitalista no Brasil e compreendia o campesinato como o conjunto de pequenos minifúndios que produziam para o auto-sustento, contrapondo-se ao latifúndio. Vale ressaltar de que o conceito *colono* foi muito utilizado anteriormente e a partir daquele período começa surgir a

categoria *trabalhadores rurais*. Nas décadas de 1980 emergem novas categorias construídas nos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Neste contexto, com raras exceções, o campesinato também era interpretado enquanto resquícios feudais³⁶. É inegável que naquele período, bem como, em outros contextos, a categoria analítica *campesinato* está carregada de conteúdo político e ideológico, visto que a preocupação era identificar seu papel no desenvolvimento capitalista e na revolução socialista. Assim, meu esforço foi evidenciar as diferentes atribuições que tal categoria vai constituindo. Em 1970, utilizou-se a noção menos politizada de “pequeno produtor”, sendo que nos anos de 1980, o termo incorpora duas noções: *integração e exclusão*, demarcando a relação estabelecida com o capital industrial. Há uma adesão de muitas famílias ao processo de integração às agroindústrias, principalmente no sul do Brasil. Entretanto, a categoria *agricultura camponesa*, não deixou de existir. É interessante perceber que no auge dessas discussões, emerge na sociedade brasileira e em nível internacional, novos atores sociais entre eles os movimentos sociais, organizações e articulações de camponeses/as. Esses recuperam aspectos tratados anteriormente pelas lutas camponesas e, ao assumirem-se como “camponês” re-colocam o debate sobre o campesinato enquanto categoria analítica e política, bem como para orientar seus projetos de agricultura *camponesa*, em contraponto ao modelo de mercado agroindustrial.

As buscas dos conceitos utilizados na construção do conhecimento estão estreitamente ligadas em suas dimensões históricas, sociais e políticas, por isso são determinantes nas escolhas de categorias para as análises. Neste sentido adotaremos o termo *agricultura camponesa*, a partir das concepções e perspectivas utilizadas pelo MMC, alinhado à Via Campesina. Trata-se da experiência das mulheres agricultoras/camponesas e deste movimento, que no decorrer do processo de lutas recriam e re-significam suas concepções em torno da realidade do campo, valendo-se da categoria *agricultura camponesa*. Neste contexto pensamos *as jovens camponesas*, como categoria analítica que vão se constituindo enquanto novo sujeito social a partir de suas práticas vinculadas à experiência no MMC/SC.

1.2 Agricultura familiar

Agricultura familiar, embora não se tratando de um conceito recente, é um termo que tem sido utilizado pelas Ciências Sociais, principalmente nos últimos anos, para caracterizar

³⁶Caio Prado Junior, não concordava com esta visão. Para este autor o campesinato aparecia como forma assalariamento disfarçado, ou seja, como proletariado rural. Prado Jr. 1978.

um determinado tipo de agricultura. Weisheimer (2004), ao estudar sobre *os jovens agricultores e seus projetos profissionais*, buscou contextualizar a emergência da noção de agricultura familiar no âmbito acadêmico brasileiro, ao mesmo tempo, em que recapitulou, o debate teórico sobre as formações familiares na agricultura, o que lhes possibilitou entender melhor os processos sociais vividos pelos jovens agricultores. O que me parece pertinente neste estudo, é perceber como a noção de “pequeno produtor”, a partir de 1970, vai cedendo lugar para o termo “*campesinato*”³⁷.

Outra transição conceitual importante é entre a categoria de pequena produção e de agricultor familiar, de acordo com Abramovay (1998), o que passa a caracterizar o meio rural brasileiro é a presença da agricultura familiar enquanto unidade de produção. Segundo este autor, a década de 1980 pode ser caracterizada por uma interiorização industrial formando uma combinação agroindustrial que trás consigo o aumento da produtividade das unidades agrícolas alterando as relações sociais, de trabalho, de produção. As principais conseqüências destacadas pelo referido autor é a capitalização da atividade agrícola combinada com a exclusão do pequeno produtor. Abramovay (1992), define a agricultura familiar como um modelo de agricultura cuja perspectiva está em responder às exigências de integração ao mercado, que atingiu a grande propriedade como também impactou nas pequenas unidades de produção. O autor destaca que se trata de propriedade “altamente integrada ao mercado capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser de longe caracterizada como camponesa” (ABRAMOVAY, 1992, p. 22).

Incorporando ou não essa perspectiva da integração ao mercado, o conceito de agricultura, principalmente, na década de 1980, foi sendo ampliada. Em 1989, um dos principais estudos realizados por Kageyama e Bergamasco, constatou que a agricultura com base no trabalho familiar representava mais de 70% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil (KAGEIYAMA; BERGAMASCO, 1989). Paralelo a isso cada vez mais, foi sendo notável a inversão de pessoas³⁸ que trocaram o campo pela cidade, principalmente de jovens que deixavam o campo e foram em busca de melhores condições de vida na cidade. Neste sentido, uma reportagem³⁹, realizada no oeste catarinense mostra que as famílias camponesas

³⁷Em meados de 1950 ao final de 1960, estudos sobre o caráter de desenvolvimento capitalista no Brasil, com base no referencial marxista clássico, diz que “o campesinato era tido como um conjunto de diferentes tipos de minifúndios caracterizados pela produção de subsistência que aparecem em oposição ao latifúndio” (Weisheimer, 2004, p.45). As relações estabelecidas interpretavam o campesinato como resquícios feudais, no campo brasileiro, o que originou a idéia de que a agricultura, tal como estava organizada representava obstáculo ao desenvolvimento capitalista no Brasil. Este termo neste período foi marcado pelo conteúdo político ideológico, ao pensar o papel do campesinato no desenvolvimento capitalista e na revolução socialista.

³⁸Em 1940 um terço da população vivia no campo. Quarenta anos depois esse dado se inverte. (FARIA, 1983).

³⁹Jornal Expresso d'Oeste. Menos gente e dinheiro no campo, 20 de Outubro de 2006.

encontram-se cada vez mais descapitalizadas e com menos gente. “Na zona rural só fica mesmo quem tem grande quantidade de terra agricultável ou aqueles que já não têm mais idade compatível para se aventurar na cidade”.

Algumas características relativas à agricultura familiar podem ser encontradas em diferentes fontes. A FAO/INCRA (1996, p. 04), apresenta a definição de três características⁴⁰: A gestão da unidade de produção, os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Maior parte do trabalho é exercida pelos membros da família. A propriedade dos meios de produção (nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza a transmissão. Para Lamarche (1993), a ênfase está no trabalho e cooperação familiar. “a exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (LAMARCHE, 1993, p. 15). Entretanto não significa negar as exigências impostas pelo mercado agrícola industrial moderno que tornou os/as agricultores/as cada vez mais dependentes, explorados e empobrecidos.

Desta forma, é visível os dados apontados para uma realidade agrícola onde cada vez mais,

Mais gente está vivendo com menos no campo. Em 2002, 35,92% das pessoas com mais de dez anos na zona rural ganhavam até dois salários mínimos mensais. No ano passado, quando ocorreu a segunda estiagem consecutiva e arrasou o setor agropecuário catarinense, já eram 39,8%, ou 346,7 mil (Reportagem: Jornal Expresso Oeste, 20.10.2006).

Neste sentido, a agricultura familiar, entendida como aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm laços de parentesco, conforme advertiu Neves (1995) e Carneiro (2000), não poderá ser vista descontextualizada da dinâmica social, sendo de fundamental importância perceber de que não há uma definição unânime e tão pouco operacional para a concepção de agricultura familiar, o que pode ser aplicado em relação à agricultura camponesa.

Já, de acordo com Scheneider (2003), do ponto de vista político, a “agricultura familiar”, ganha certa legitimidade a partir dos anos de 1990, quando esta categoria vai sendo incorporada especialmente pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), pela Federação dos

⁴⁰Essas mesmas características encontram-se no trabalho de (GUANZIROLI, 1998.)

Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF-SUL), que, mesmo não sendo uma entidade nacional, possui grande influência na região sul e se articula nacionalmente e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Sendo utilizado por estes movimentos em defesa de seus interesses frente à constituição do Mercosul.

As mobilizações do “Grito da Terra”⁴¹ apresentam as demandas e reivindicações por políticas de preços e de crédito para os agricultores familiares. *Agricultura familiar* foi um conceito formulado dentro do Ministério da Agricultura e Pecuária na década de 1990 durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Este governo trabalhava na perspectiva de criar no Brasil os *Farmers Americanos* que são aqueles agricultores capitalizados integrados à agroindústria. Fernando Henrique Cardoso chegou a afirmar na época que a agricultura brasileira comportava em torno de 600.000 produtores e o restante era política compensatória. Essa era a visão neoliberal daquela época. Em 1996, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), esse termo (*agricultura familiar*) adquire uma conotação institucional, sendo também assimilada pelo governo e pela CONTAG.

Posteriormente, no sul do Brasil a FETRAF também aderiu o conceito. A imprensa teve interesse em propagandear os dois conceitos, agricultura familiar para os pobres e agronegócio para os ricos. A FETRAF ainda usa o conceito criada na década de 1980. Assim sendo, a agricultura familiar pode ser compreendida em sua terminologia como aquela categoria política que permite reivindicar acesso às políticas públicas.

Em uma recente entrevista sobre questões relacionadas à criação do PRONAF Wanderley (2007), diz que, independentemente das dificuldades e limitações de implementação das políticas públicas, com a criação do PRONAF, há um reconhecimento do Estado brasileiro, em relação à condição de agricultor e as potencialidades do antes chamado “pequeno produtor”. “Este era mais visto como pequeno do que como produtor - ou “produtor de baixa renda” (WANDERLEY, 2007).

Mendras (1978), em seu estudo sobre *as sociedades camponesas* prevê a substituição

⁴¹O *Grito da Terra* é uma das atividades de massa que o Movimento Sindical e Movimentos Sociais de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais realizam, anualmente, desde 1995. É um momento de apresentação aos Governos Federal, Estaduais e Municipais de um conjunto de reflexões, reivindicações e anseios que são gerados a partir das necessidades da agricultura familiar brasileira. Até aqui os gritos da terra, tiveram um papel fundamental na conquista de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar. A exemplo do PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar, instituído pelo governo Federal. O *Grito da Terra* é também um espaço de diálogo com a sociedade. Através de manifestações, busca-se sensibilizar a população do campo e da cidade sobre a importância de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, com base na realização da Reforma Agrária e o no fortalecimento da Agricultura Familiar. Projeto este, considerado pelos movimentos como condição indispensável para acabar com as profundas desigualdades existentes e solucionar problemas crônicos como o desemprego, a fome e a violência urbana e rural.

do campesinato francês em relação ao advento do agricultor moderno. Ou seja, o camponês vai transformando-se em agricultor, produtor agrícola, “que é ao mesmo tempo, empreiteiro e trabalhador proprietário de seus meios de produção, mas que não utiliza – ou só em pequena escala – mão de obra assalariada” (MENDRAS, 1978, p. 13). Isto não significa dizer que a categoria “*camponês, agricultura camponesa*” deixou de ser utilizada, pelo contrário, buscou-se pesquisas articulando as duas categorias. Chayanov elaborou a formulação de “*modo de produção camponês*”, visto como um processo de trabalho indiretamente subordinado ao capital.

1.3 Agricultura camponesa

Em se tratando da *agricultura camponesa*, similar à *agricultura familiar*, a dimensão da família é destacada por diferentes autores e aparece enquanto característica determinante, que adquire sua relevância nesta análise, visto que o objeto em estudo, as jovens camponesas, têm sua implicação direta com a experiência no núcleo familiar. Entre os autores que apresentam a família enquanto elemento indispensável para análise camponesa, destacam-se: (CARVALHO, 2006); (SANDRONI, 1985), (CHAYANOV apud SILVA 1981) (MENDRAS, 1978), (SHANIN, 2005), entre outros. Vejamos: Horácio Martins Carvalho (2006), ao problematizar sobre a *agricultura camponesa*, destaca a *família* como um elemento constitutivo dessa identidade. Seja ela *singular* ou *ampliada*, produtora ou extrativista de produtos e subprodutos agropecuários, florestais, pesqueiros e artesanais, entre outros. O acesso aos recursos naturais e a terra, bem como, as diferentes formas e modos históricos de apropriação desses recursos naturais ou de relação com a natureza, constitui a identidade camponesa.

De acordo com Sandroni (1985), o campesinato pode ser definido como:

O conjunto de grupos sociais de *base familiar* que, em graus diversos de autonomia, se dedica a atividades agrícolas em glebas determinadas”. Para este autor, o *trabalho familiar*, adquire centralidade, o que não significa negar que eventualmente poderá empregar mão-de-obra assalariada, visto que o camponês/a detém a propriedade da terra, e conta com a autonomia total ou parcial na gestão da mesma, o que lhes confere como dono de parte ou da totalidade da produção (SANDRONI, 1985, p. 45).

Mendras (1976), ao pensar sobre o termo *sociedades camponesas*⁴² destaca “a importância estrutural do *grupo doméstico*, a organização da vida econômica e da vida social da coletividade”. Shanin (1973), num primeiro momento destacou quatro características para agricultura camponesa:

“A propriedade rural familiar como unidade básica da organização econômica e social, a agricultura caracterizada pelo trabalho na terra e normalmente com a criação de animais como principal meio de subsistência, uma cultura tradicional específica diretamente ligada à vida nas pequenas comunidades rurais e sujeição multidirecional a poderes exteriores” (SHANIN, 1973 apud ABRAMOVAY, 1998, p.108).

Posteriormente, Shanin chamou atenção para a necessidade de se observar que tais características são insuficientes e não podem ser vistas descontextualizadas de suas culturas tradicionais, dos laços e relações constituídas na pequena propriedade. O autor destaca uma variedade de características economicamente relevantes. Por exemplo, o *planejamento da produção e o cálculo do desempenho*, na agricultura camponesa, diferem substancialmente dos de uma empresa capitalista. O padrão efetivo de *controle da terra*, expresso na propriedade familiar, e os “*direitos de posse*” diferem da propriedade legal dos não camponeses contemporâneos. Além disso, a exploração inter-camponesa e inter-aldeias possui formas e direções de desenvolvimento específicas. Pelos padrões de cálculos aceitos, muitos estabelecimentos rurais camponeses, que “trabalham com prejuízo” e deveriam “ir a bancarrota”, continuam operando e inclusive investindo. O autor insiste em chamar atenção para a importância de que “os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral.” (SHANIN, 2005, p. 5). É importante perceber que, Shanin (2005), quando se refere às *condições da vida produtiva camponesa*, afirma que elas necessitam e se moldam pelo estabelecimento de um eco-sistema e um equilíbrio particular entre agricultura, atividade extrativa e artesanato, com uma ênfase particular no cultivo, mais do que na manufatura. Alexander V. Chayanov, chama atenção no sentido de que a *unidade de produção familiar agrícola* é regida por princípios diferentes da unidade de produção capitalista.

Na economia agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens (CHAYANOV apud SILVA, 1981, p. 17).

⁴²“A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera suas originalidades. Um sistema econômico de autarquia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente; Uma coletividade local caracterizada por relações internas de circunvizinhanças; A função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre coletividades camponesas e sociedades envolventes” (MENDRAS, 1978, p. 15).

Neste sentido, a observação da estrutura interna na unidade de trabalho familiar permitirá a compreensão de que é impossível, sem a categoria salário, impor a esta estrutura um lucro líquido, a renda e o juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra. Há outra dinâmica nesta lógica camponesa. Na sua grande maioria, os autores acima citados convergem nos elementos característicos da agricultura camponesa: a família, trabalho e o acesso a terra. A agricultura camponesa, centrada na reprodução, o que não significa “a exclusão do lucro na realidade camponesa”. Sendo as expectativas direcionadas às necessidades e condições reprodutivas. Tais características, por sua vez, lhes conferem uma relativa autonomia face à sociedade global, o que possibilita a realização de novas perspectivas. Henri Mendras (1976), quando fala de uma relativa autonomia face à sociedade global, destaca a importância estrutural dos grupos domésticos, enquanto um sistema econômico de “autarquia relativa, uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global” (MENDRAS, 1976, apud WANDERLEY, 1999, p.52). Nesse determinado tipo de economia, o resultado do trabalho obtido pela família é um todo indivisível, o trabalho desenvolvido pela família se diferencia da atividade do capitalista e do proletário. Os traços que sinalizam as características fundamentais do modo de produção camponês, como sendo um *sistema produtivo diferenciado* que tem como objetivo a reprodução familiar (WANDERLEY, 1989, p. 24).

Para Carvalho (2005), o fato de se diferenciar das estruturas capitalistas que têm como centralidade o lucro, a *agricultura camponesa*, centrada na reprodução, não significa “a exclusão do lucro na realidade camponesa”. O que se coloca como prioridade nesta situação são as expectativas em relação às necessidades e condições reprodutivas, que estão em primeiro lugar. Seria ingenuidade dizer que o camponês, a camponesa não aspira melhorar suas condições, visando agregar elementos do capital como meios de produção. Diferentemente dos empreendimentos agrícolas capitalistas que acumulam para aumentar o lucro, “a unidade camponesa acumula para tornar mais eficiente essa reprodução” (CARVALHO, 2005, p.183). Desta forma é aceitável a concepção de que, “o camponês é expresso como categoria social a partir de relações capitalistas de produção, mantendo, entretanto os valores do modo de vida camponês oferecendo resistência às mudanças impostas pelo mercado” (OLIVEIRA, 1988, p 23).

No caso específico da região oeste catarinense, foi possível observar, que mesmo resistindo às mudanças impostas pela modernização da agricultura, uma parcela significativa

de família se adequa ao modelo de integração às agroindústrias locais. A este respeito há debates de que mesmo integrado, não deixa de ser camponês, principalmente pelo fato de que a terra, enquanto meio de produção importante, continua sendo de propriedade da família, que por sua vez, tem autonomia para escolher sua forma de viver na agricultura, discussão essa não aceita por autores clássicos. Destacamos alguns aspectos. Marx, por exemplo, ao pensar a sociedade moderna identificou três grandes classes: “(...) os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários, (...) baseado no regime capitalista de produção” (MARX, 1985, p. 99).

Como o camponês trabalha com mão de obra familiar, ele tem outra lógica de produção que não é o lucro, mas primeiro produzir para a sobrevivência e depois vender o excedente no mercado. Marx já tinha chamado essa forma camponesa como pré-capitalista, porque a maneira de produzir os bens agrícolas já existia na época feudal. Na concepção dos movimentos da Via campesina, esse aspecto, nos permite pensar que os camponeses/as conseguem se proteger mais das crises capitalistas, porque o jeito de produzir não é tipicamente capitalista. A partir daí, foi sendo construída a idéia em torno da qual para Marx, o campesinato seria visto como uma sobrevivência ao modo de produção feudal e, portanto, secundário para o estudo em questão, não tendo qualquer papel relevante a cumprir na dinâmica do mundo capitalista. O livro “O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte” de Marx foi interpretado de forma diversa por marxistas e não marxistas. Uma das interpretações está na identificação dos camponeses franceses como incapazes de se constituir enquanto classe visto a impossibilidade de existência de uma representação política própria, pois estavam isolados de um contexto mais amplo. Sem um projeto político próprio que transforme seus interesses num programa de ação e construa um governo e Estado próprios, impossível seria constituir-se enquanto classe social.

A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira porque batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas, na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe (MARX, 1988, p. 115).

A concepção sobre a incapacidade política dos camponeses, vista por Marx, influenciou na perspectiva teórica de marxistas pós-Marx, que passaram à interpretação de que “a natureza do modo de produção capitalista implica uma constante diminuição da população

agrícola em relação à população não-agrícola” (MARX, *apud* LENIN 1988, p. 15), alertando no sentido de que, além de não poder ser politicamente independente, o campesinato tendia, a reduzir-se cada vez mais, talvez até seu completo desaparecimento. Dentre esses autores marxistas que se destacaram no pensamento pós-Marx encontra-se, no início de século XX, Vladimir Lênin. A partir de seu olhar para a economia russa conclui:

O campesinato antigo não se ‘diferencia’ apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (...) e o proletariado rural – a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados (LENIN, 1988, p. 113-114).

É neste contexto capitalista que Lênin prevê o início do processo de extinção do campesinato, com sua transformação em duas classes que se distinguem pelo seu papel no processo produtivo: a classe dos donos dos meios de produção, a burguesia rural, e a classe dos despossuídos, que para sobreviver devem vender sua força de trabalho à burguesia, o proletariado. Para Lênin “*O proletariado rural (...) envolve o campesinato pobre, incluído aí o que não possui nenhuma terra.*”. Esse novo ator social do campo russo, caracterizado pela venda de sua força de trabalho, detém metade dos estabelecimentos agrícolas é assim caracterizado por Lênin:

(...) possui estabelecimentos de extensão ínfima, cobrindo pedacinhos de terra, e, ademais, em total decadência (cujo testemunho patente é a colocação da terra em arrendamento); não pode sobreviver sem vender a sua força de trabalho (= ‘ofícios’ do camponês sem posses); seu nível de vida é extremamente baixo (provavelmente inferior ao do operário sem terra) (LÊNIN, 1988, p. 116).

Lênin, afirma que qualquer camponês que venda, ainda que em tempo parcial, sua força de trabalho a outrem, mesmo se conservar suas terras e continuar trabalhando nelas no tempo remanescente, é um proletário e não um camponês. De acordo com estudos realizados por Schneider, Kautsky enfrenta o debate com Lênin:

Kautsky afirma que o processo de transformação estrutural da agricultura sob o capitalismo não elimina, necessariamente, as pequenas propriedades desde que elas desenvolvam ‘formas de trabalho acessório’ (que podem ou não estar ligadas à agricultura) que lhes permitam manter sua reprodução social (SCHNEIDER, 2003, p. 105).

Neste sentido, Kautsky assim se pronunciou:

(...) não devemos pensar que a pequena propriedade territorial esteja em vias de desaparecer na sociedade moderna, ou que possa ser inteiramente substituída pela grande propriedade. A grande propriedade, por mais que rechace os camponeses

livres, sempre manterá uma parte deles à sua ilharga, uma parte que ressuscita como pequenos arrendatários (KAUTSKY, 1980, p. 178, apud SCHNEIDER, 2003 p.106).

Nesta perspectiva, é inegável que com o avanço do capitalismo no campo, subordinando o processo agrícola à grande indústria, transformou a família camponesa em consumidora dos produtos oferecidos pelo mercado, o que tem aprofundado a crise na agricultura, tornando visível o que pesquisas⁴³ tem apontado em Santa Catarina, onde cresce o número de pessoas que cada vez mais têm abandonado o campo, entre elas, destacam-se os jovens. Em geral, os autores falam das condições insuficientes de reprodução da família, bem como, das relações de subordinação dos jovens que buscam enquanto saída à vida na cidade, ao mesmo tempo, em que chamam atenção para as mudanças que vem ocorrendo no contexto do campo. Para Kautsky, a introjeção do capitalismo no campo gera uma combinação de formações sociais muito mais complexas do que burgueses e proletários, razão pela qual o novo camponês que já não é mais o camponês feudal, mantém-se como camponês exercendo múltiplas funções e não apenas a de produtor rural. Isso não significa dizer que se possa afirmar o fim da classe camponesa, nem mesmo negar a sua crescente e intensa pauperização. O que se pretende é encontrar outros caminhos de sobrevivência e luta para criar possibilidades acessórias que ampliem a renda da terra, e as condições de vida mais digna para quem ali deseja viver. Estranhamente à lógica do capital, o camponês, ao ser um “proprietário que trabalha” Wanderley (1989), não está simplesmente preocupado com a reprodução do “capital”. Ele estabelece um paralelo entre o trabalho despendido e a satisfação das necessidades da família, condicionando um ao outro. A diferenciação social será medida pelo tamanho da família, que determina sua capacidade de exploração da terra. A extensão das terras cultivadas, portanto, estará em grande medida, associada à capacidade de trabalho da família.

O que tem se verificado é que, cada vez mais a atividade agrícola torna-se insuficiente para a reprodução, levando a busca de alternativas. Conforme observou Schneider (1999), trata-se de situações nas quais as famílias ou os indivíduos recorrem às atividades não agrícolas e à pluriatividade apontadas enquanto “estratégias ou mecanismos para viabilizar seus interesses pessoais ou coletivos, em geral traduzidos na busca de rendas mais altas ou trabalhos menos penosos que a atividade agrícola” (SCHNEIDER, 1999, p. 125).

A questão da pluriatividade é importante neste estudo, visto que a pesquisa de campo

⁴³ Quase 13 mil pessoas deixaram os estabelecimentos rurais nos últimos três anos. Nada menos do que 91,7% dos que deixaram o campo nos últimos três anos têm entre 10 e 39 anos. Deste total, 63,7% possuem entre 20 e 39 anos e os outros 28% estão entre 10 e 19 anos. O baixo retorno da agropecuária é apontado como a principal razão por 20,4% dos entrevistados. Para 16,9% dos entrevistados, o estudo motivou a evasão. fonte: *Diário Catarinense* 22/07/2004.

registrou algumas situações em que as famílias recorrem a diferentes formas para viabilizar a renda na propriedade. Destacamos algumas famílias, a Rita Zapparoli, casada, mãe de duas filhas, seu marido é professor, ambos exercem a profissão de professor/a e tiram basicamente o seu auto-sustento na produção de hortaliças, sendo que a produção de pequenos animais, ovelhas, coelho, galinha caipira entre outros, uma parte se dá ao redor de sua casa e as ovelhas, são criadas de forma cooperada junto a outra família que reside no meio rural. Contudo, esta realidade não satisfaz à entrevistada, que explicita a falta de perspectivas apresentadas pelo contexto em que vive. Angela Roman, têm o pai que é servidor público, o irmão mais velho trabalha em projetos subsidiados pela prefeitura, sua mãe e seu irmão mais novo tomam conta da propriedade, o que lhes permite produzir alimentos para o auto-sustento, visto que somente o trabalho na propriedade é insuficiente para atender as demandas e necessidades dos seus membros, ou seja, a propriedade agrícola em si, não produz renda suficiente para o sustento das necessidades dos seus membros. São narrativas que mostram a pluriatividade, como forma de viabilizar a permanência da família no meio rural. Ao mesmo tempo, é visto pelas jovens e pelas mulheres enquanto estratégia para viabilização da renda familiar, um dos elementos fundamentais sem o qual se torna impossível a permanência e reprodução da família no meio rural.

1.4 De mulheres à camponesas

Há um processo de luta em construção caracterizado pela experiência das mulheres agricultoras do oeste catarinense, ocorrida nos anos de 1980, fazendo parte da emergência dos movimentos sociais do campo, que têm sido fundamental na construção das mulheres enquanto sujeitos sociais. Gradativamente, essas mulheres foram adquirindo visibilidade social, na medida em que se colocaram como sujeitos sociais, a partir de suas lutas concretas. De *mulheres* invisibilizadas, aos poucos as agricultoras que lutavam para mudar as estruturas sindicais, de origem patronal, assistencialista, contribuindo no fortalecimento das chapas de oposição sindical, foram se dando conta de que sequer podiam votar e ser votada. Questionando essa realidade criaram espaços próprios de reflexão e organização, que lhes possibilitaram enfrentar a “condição de subalternidade” em que estavam inseridas, resultando na criação de seu Movimento de Mulheres Camponesas conforme veremos de forma mais

detalhada no capítulo III.

A partir do ano 2000, quando a nível nacional, os movimentos específicos e autônomos de mulheres do meio rural, buscavam construir uma unidade nacional em torno de bandeiras comuns, o termo “camponês” é incorporado no Movimento, como temática de estudo que por sua vez, fundamentará as concepções e perspectivas assumidas pelas mulheres e pelo movimento. Oficialmente, em 2004, o termo *camponesa* é assumido enquanto expressão de unificação dos movimentos autônomos de mulheres do meio rural, que juntam em suas bandeiras de lutas, as perspectivas de gênero, classe, raça, geração o que não significa um processo que não se fez sem a ausência de críticas e contestações. Neste sentido, Paulilo (2007), por ocasião da entrevista realizada com uma das militantes do MMC, destaca.

A principal delas é que o termo “camponês” não é uma categoria nativa de muitos grupos considerados como parte do campesinato nacional. Em que pese a veracidade da contestação, deve-se recordar que o termo apareceu sempre em situações de luta, como foi o caso das Ligas Camponesas nos anos anteriores ao Golpe de 1964 (Entrevista com Dona Adélia Schmitz. Movimento de Mulheres Camponesas – MMC. Florianópolis, 5/08/2007. Entrevista realizada por Maria Ignez Paulilo).

A esse respeito Paulilo, toma como referência, Joan Scott (1999), no artigo “Experiência”, afirmando que “não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência” (p. 27 e 37). Entende também que “a identidade é um terreno de contestação, o local de exigências múltiplas e conflitantes” e que, se não as historicizarmos, estas perdem seu sentido (idem, 2007). Para o MMC, o termo “*camponês*”, “*camponesa*”, adquiriu relevância determinando na escolha do seu próprio nome: *Movimento de Mulheres Camponesas - MMC*. Tal relevância, encontra-se na reflexão de que, na origem, ‘camponês’ seria aquele/a que, vivendo em regime de economia familiar cooperada, com pouca terra, através do trabalho, produz sua própria alimentação, elemento determinante para o auto-sustento e renda. E, produzir *alimentos saudáveis* é uma das bandeiras de luta do movimento. Evidente que ao estabelecer este debate, o movimento propõe a crítica em relação à mudança de hábitos alimentares vivida no interior das famílias. Isso porque, a partir dos anos de 1970 e 1980, com o incentivo à monocultura rapidamente deixaram de produzir os alimentos básicos para o auto-sustento, buscando no mercado os produtos industrializados, além do mais incorporaram o processo de padronização da alimentação destruindo as culturas locais. “70% dos produtos industrializados são derivados de cinco culturas: milho, trigo, arroz, soja e batatinha. E quinze espécies respondem por 90% dos alimentos vegetais” (MACHADO, 2003, p.246).

Para o movimento, a palavra ‘camponês’, ‘camponesa’, se refere a todos/as que estão no campo: trabalhadores/as rurais, meeiros/as, ribeirinhos/as, agregados/as, pescadores/as artesanais, quebradeiras de coco, cortadores/as de cana, entre outros. Outro argumento que adquire expressão no MMC reside na *história de resistência do campesinato* frente à dominação do capital nos diferentes modos de produção. As lutas de resistência e enfrentamento ao modelo de agricultura química se intensificam nesse período, principalmente pela investida do agronegócio no meio rural brasileiro, trazendo conseqüências para as famílias que vivem em regime de economia familiar, que se vêm cada vez mais prejudicadas pela falta de incentivo público na agricultura. De acordo com dados do Centro de Estudos de Safras e Mercado (Cepa), nos últimos três anos, o setor rural perdeu R\$ 1,5 bilhão no Estado de Santa Catarina. Entre os vários fatores enfrentados pelo setor, estão as estiagens e preços baixos na hora de vender a produção e os criadores de suínos enfrentaram o fechamento do mercado russo, maior comprador de carne catarinense.

As mulheres camponesas ao se depararem com a situação em relação aos investimentos aplicados na agricultura, intensificaram suas lutas e protestos contra as desigualdades⁴⁴ vivenciadas. Para o movimento, o que se deseja construir é a possibilidade de convivência com a existência de jeitos diferentes de viver no campo, recuperando valores e estabelecendo novas relações e perspectivas, porém com reconhecimento e valorização principalmente do trabalho da mulher. Uma das questões que tem sido pautada pelo movimento foi o debate em torno da necessidade de criar um *Crédito Especial* para as mulheres na forma de políticas públicas sociais que também será melhor explicado no capítulo III. De acordo com documentos internos⁴⁵ do movimento, em meio as suas reivindicações e lutas sociais a *agricultura camponesa* é entendida enquanto:

Forma de recuperar as sementes crioulas, trocar suas experiências, estudar maneiras de, sem maior agressão ao meio ambiente, tirar da terra o auto-sustento e a renda necessária. Pois, as mulheres descobriram que todas as formas de agricultura provocam agressão ao meio-ambiente. Nesse sentido se faz necessário, trabalhar e cultivar a terra cuidando da fertilidade do solo, garantindo a biodiversidade, valorizando as espécies, cuidando da saúde e vida do planeta (Arquivos internos do MMC s/d).

Registros do MMC, afirmam que:

Quando a mulher camponesa toma em suas mãos, sua própria vida e sua própria

⁴⁴Esta desigualdade é vista quando, por exemplo, o poder público, repassa um montante de recurso destinado aos grandes produtores e aos pequenos produtores. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, em 2005 o agronegócio recebeu aproximadamente 39,5 bilhões de investimentos, enquanto que os pequenos produtores não receberam mais do que 7 bilhões.

⁴⁵“Quando falamos em agricultura camponesa, estamos nos referindo a um modo de vida cuja característica principal está na garantia da produção de alimentos saudáveis para os seres humanos” (GASPARETO y CIMA, 2006).

realidade, permitindo com seu olhar feminista perceber que o equilíbrio da natureza depende centralmente, da forma com que tratamos a terra, a água, o ar, o fogo, e a partir desta concepção, busca produzir o alimento que vai para a mesa de todos. A *camponesa* (grifo meu) não está apenas produzindo seu auto-sustento e renda, mas sim está produzindo um conhecimento que liberta. Neste processo, a mulher constrói de forma individual e coletiva a própria libertação, enquanto mulher e enquanto trabalhadora. De forma que a libertação da mulher só será possível na luta pela transformação social e vice-versa (Registro interno do MMC, sem identificação).

Para as mulheres do movimento, produzir as condições de sobrevivência, faz parte de seu papel enquanto agricultora. Ao fazer isso essas mulheres propõem repensar um *horizonte camponês*, através do qual não será possível conquistá-lo sem o acesso à terra, sem a reforma agrária, sem o acesso à renda, divisão das tarefas e autonomia das mulheres, elementos considerados indispensáveis para a continuidade e permanência no campo. É neste sentido que o movimento considera fundamental que as mulheres lutem contra o modelo químico de agricultura, cuja produção é baseada em insumos e uso de agrotóxicos, a padronização dos alimentos, entre outros. Bem como, a luta contra o agronegócio que ameaça o meio ambiente, a soberania nacional, colocando em risco a vida das famílias camponesas, assim também, o modelo capitalista de agricultura que reaviva o debate em torno do desaparecimento da agricultura camponesa. Para o MMC, o modelo praticado pelos grandes empresários do agronegócio está colocado como o principal responsável pelo empobrecimento, pelas desigualdades sociais e pela expulsão das famílias e das jovens, que, não encontrando perspectivas deixam o campo em busca de trabalho, estudo, renda e novas sociabilidades, atributos necessários para uma vida melhor. Pois não basta apenas desenhar boas estratégias, elaborar bons projetos, faz-se necessários condições práticas e efetivas para implementá-las no cotidiano das famílias. A perspectiva de *agricultura camponesa*, para o MMC, ultrapassa a idéia de produção econômica/agrícola ou auto sustento e renda, e se configura enquanto espaço social de construção de vivências, valores, autonomia e de uma identidade social que se diferencia do mundo urbano, mas que com ele dialoga. Esses debates feitos pelo MMC foram fazendo emergir novas realidades no interior do próprio movimento. Entre elas destaca-se a questão das jovens camponesas.

1.5 Uma construção política de sujeitos sociais: *As jovens camponesas*

Vários autores têm se dedicado ao esforço de maior compreensão teórica da juventude e das juventudes, visto que, não existe um conceito homogêneo. A faixa etária poderá ser flexibilizada a depender da época ou do grupo social, da representação dos próprios sujeitos

ou do grupo social. Conforme avalia Maria José Carneiro, esses e outros critérios⁴⁶ não podem virar amarras.

Ambos os critérios são igualmente frágeis e carregados de ambigüidades construídas culturalmente. Na verdade, ser jovem corresponde também a uma auto-representação que tende a uma grande elasticidade em termos etário, proporcional às dificuldades crescentes de ingresso e a sua informatização excessiva no Brasil (CARNEIRO, 1991, p. 01).

Entendendo também a flexibilidade e heterogeneidade da categoria juventude, Regina Novaes, no seu estudo sobre as diferenças e desigualdades da juventude brasileira, pondera:

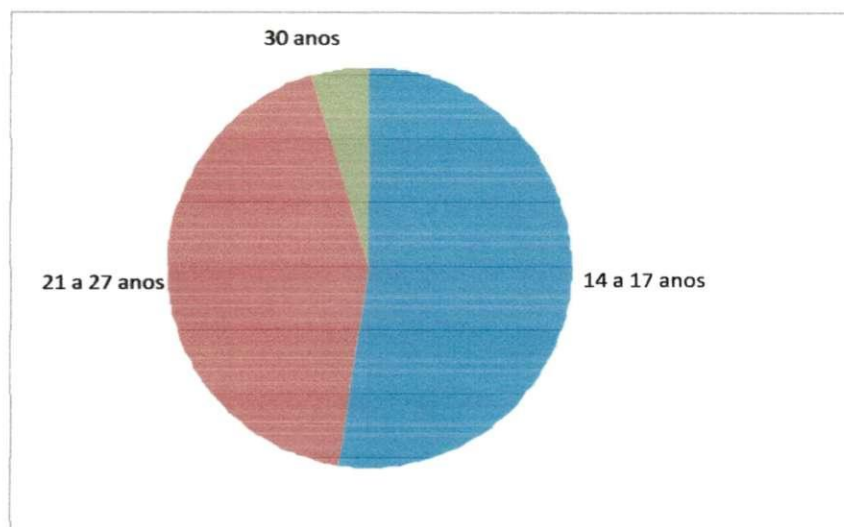
(...) Esses limites não são fixos. Para os que não têm direito à infância, a juventude começa mais cedo. E, ao mesmo tempo, o aumento da expectativa de vida e as mudanças no mercado de trabalho permitem que parte deles possa alargar o chamado tempo da juventude até 29 anos. Com efeito, qualquer que seja a 'faixa etária' estabelecida, jovens da mesma idade vão sempre viver juventudes diferentes (NOVAES, 2003, p.121-122).

Alguns autores enfatizam que se trata de uma categoria de auto-representação, como nos diz a Groppo (2000): “Juventude é uma concepção, uma representação social ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens” (GROPPO, 2000, p.7). Para Mannheim (1968), que trabalha nesta mesma perspectiva de construção, trata-se de pensar a juventude em termos das relações sociais históricas e contextualizadas. Concordo com Castro e Abramovay (2002), ao afirmarem que “(...) definir juventude implica muito mais do que cortes cronológicos, implica vivências e oportunidades em uma série de relações sociais, como trabalho, educação, comunicação, participação, consumo, gênero, raça, etc” (CASTRO y ABRAMOVAY, 2002, p.25). Ao apresentar a faixa etária das jovens pesquisadas tenho a intenção de identificar melhor de que jovens me refiro nesta pesquisa.

Nesse caso as jovens entrevistadas do MMC, em relação à faixa etária pode ser assim identificada: De 14 a 17 anos - 11 jovens = 52% ; 21 a 27 anos; - 09 jovens = 43%; 30 anos - 01 jovem = 10%. Conforme figura a baixo.

Gráfico 01 – Faixa Etária

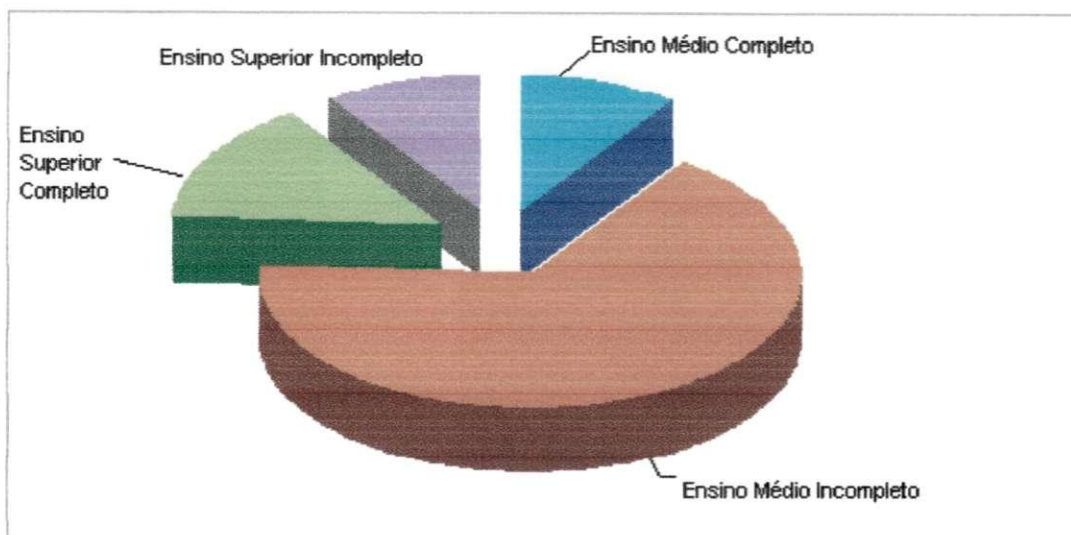
⁴⁶ Nilson Weisheimer, em: “Juventudes Rurais: Mapa de estudos recentes” (2005), identifica cinco abordagens relacionadas ao estudo da juventude rural: 1) Juventude como faixa etária; 2) A juventude como período de transição ou ciclo de vida; 3) O enfoque das gerações; 4) Juventude como cultura ou modo de vida e 5) Juventude como representação social e auto-representação.



Verifica-se que o maior número encontra-se na faixa etária de 14 a 17 anos - 52%, seguido de 21 a 27 anos - 43%. É importante destacar ainda que de acordo com o IBGE, jovens de 15 a 24 anos constituem um grupo populacional de grande importância dada sua função na sociedade, em termos sociais, políticos e culturais. Em 1995, este grupo somava 28,8 milhões de pessoas, de acordo com a PNAD, representando em torno de 20% da população total do País. Mesmo tendo presente que o IBGE considera juventude de 16 a 24 anos, outros estudos consideram de 16 a 29 anos. Neste trabalho, inicialmente, optei pela faixa etária de 14 a 30 anos levando em consideração que os primeiros contatos que as jovens camponesas tem com o movimento ocorre, sobretudo, a partir dos 14 anos e que aos 30 anos, é considerada, reconhecida e identificada como jovem, frente à trajetória histórica do próprio movimento.

Em relação à escolaridade a tabela a baixo nos mostra que as jovens entrevistadas: 14 jovens = 66% *ensino médio incompleto*, estão estudando e não concluíram o ensino médio; - 02 = 10% concluíram o ensino médio; 03 = 14% fizeram curso superior e 02 = 10% não concluíram o curso superior, representando no gráfico como curso superior incompleto.

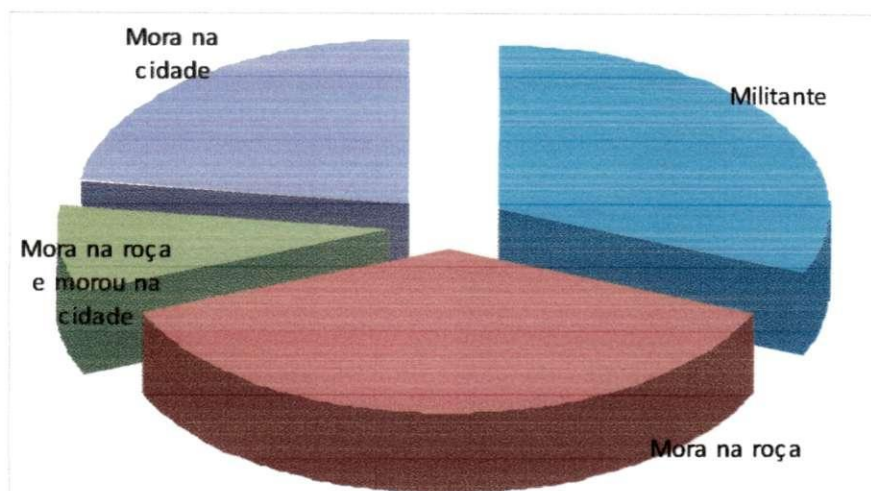
Gráfico 02 – Escolaridade



Percebi que *o estudo* é uma das aspirações das jovens. A principal questão exposta pelas jovens, mesmo considerando que todas as entrevistadas estão estudando, quando falavam sobre o acesso ao estudo deixavam transparecer certa insegurança frente às condições para prosseguir seus estudos, vistos que convivem com a instabilidade de suas famílias frente às exigências e imposições capitalistas na agricultura. Por outro lado, é visível o investimento do MMC quando se trata de criar condições para viabilizar o acesso das jovens em cursos superiores. Todas as jovens entrevistadas que estão cursando ou que já cursaram o ensino superior são *militantes* do MMC. Além disso, o movimento investe na organização da educação popular não acadêmica.

Quando perguntei sobre “onde moram as entrevistadas?”, obtive as seguintes respostas: Moram na Roça - 13 = 37%; Moram na cidade - 08 = 23%; Moram na roça e já moraram na cidade - 03 = 9%. Das jovens entrevistadas que responderam esta questão, as 10 = 31% estão inseridas no MMC/SC, razão pela qual aparece no gráfico.

Gráfico 03 – local de residência



Os dados apresentados mostram que, o movimento consegue atrair para suas atividades as jovens que moram na roça. Muitas delas levam consigo a experiência de terem convivido um tempo na cidade e, não encontrando as *melhores condições* retornaram ao campo. Dessas, a razão do retorno ao campo (9%) apresentaram problemas pessoais, familiares sendo que a questão central foi a impossibilidade de pagar uma faculdade e tirar seu auto-sustento com a oferta de trabalho encontrada no espaço urbano. No MMC, as jovens foram re-elaborando suas concepções em relação ao campo. Algumas delas percebem que o preconceito em relação ao campo ainda é forte fazendo parte do cotidiano dessas jovens.

Neste sentido, ao falar em *jovem camponesa* entendo ser esta uma *categoria heterogênea* em termos de idade, escolaridade e com percepções diferenciadas sobre o trabalho e vida no campo.

Vários autores têm se dedicado ao esforço de maior compreensão teórica da juventude e das juventudes, visto que, não existe um conceito homogêneo. A faixa etária poderá ser flexibilizada a depender da época ou do grupo social, da representação dos próprios sujeitos ou do grupo social. Conforme avalia Maria José Carneiro, esses e outros critérios⁴⁷ não podem virar amarras.

Ambos os critérios são igualmente frágeis e carregados de ambigüidades construídas culturalmente. Na verdade, ser jovem corresponde também a uma auto-representação que tende a uma grande elasticidade em termos etário, proporcional às dificuldades crescentes de ingresso e a sua informatização excessiva no Brasil (CARNEIRO, 1991, p. 01).

⁴⁷ Nilson Weisheimer, em: "Juventudes Rurais: Mapa de estudos recentes" (2005), identifica cinco abordagens relacionadas ao estudo da juventude rural: 1) Juventude como faixa etária; 2) A juventude como período de transição ou ciclo de vida; 3) O enfoque das gerações; 4) Juventude como cultura ou modo de vida e 5) Juventude como representação social e auto-representação.

Entendendo também a flexibilidade e heterogeneidade da categoria juventude, Regina Novaes, no seu estudo sobre as diferenças e desigualdades da juventude brasileira, pondera:

(...) Esses limites não são fixos. Para os que não têm direito à infância, a juventude começa mais cedo. E, ao mesmo tempo, o aumento da expectativa de vida e as mudanças no mercado de trabalho permitem que parte deles possa alargar o chamado tempo da juventude até 29 anos. Com efeito, qualquer que seja a 'faixa etária' estabelecida, jovens da mesma idade vão sempre viver juventudes diferentes (NOVAES, 2003, p.121-122).

Outros autores enfatizam que se trata de uma categoria de auto-representação, como nos diz Groppo (2000): “Juventude é uma concepção, uma representação social ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens” (GROPPO, 2000, p.7).

No caso das jovens militantes do MMC, entendemos que, além de ser uma categoria heterogênea em termos de idade, escolaridade e com percepções diferenciadas sobre o trabalho e vida no campo, é importante enfatizar que é também uma categoria construída em processos de socialização política. Um caso similar é o estudo de jovens do Movimento dos Trabalhadores Sem terra, realizado por Elisa G. Castro. Ela diz que: “neste contexto, a própria categoria jovem é construída e seus significados disputados (...) focalizará este ator social, o ‘jovem rural’, no contexto da construção da categoria jovem nesse meio rural” (2005, p. 12).

Santos em seu estudo sobre os jovens militantes do MST do Estado de Sergipe também ressalta a importância da socialização política na construção da juventude nos Movimentos sociais:

“Destacamos, essencialmente, que certo segmento da juventude, seja de classe e status privilegiado ou não, seja rural (o nosso objeto é a juventude rural sem terra, que não goza, portanto, de situação econômico e social privilegiada) ou urbana, tem construído sua identidade em torno também de movimentos sociais, dentre estes o MST, na sociedade contemporânea” (2008, p. 25).

Quanto à categoria *jovem camponesa*, é uma linguagem que foi sendo utilizada no MMC para identificar a jovem, atribuindo-lhe um lugar específico na família camponesa e no movimento. Trata-se, portanto, de uma construção das jovens que participam do MMC e vão se tornando militantes como atores políticos importantes quando se pensa na permanência e continuidade da família no campo. No entanto, essa construção não é um processo linear, automático que se deriva do fato de ser de uma família que vive do trabalho na terra ou de ser um membro do Movimento de Mulheres Camponesas. Mas, é um processo tenso, permeado de contradições, ambigüidades, pois estão em disputa várias concepções associadas à categoria camponês e outras categorias como jovens da roça. Ao se pensarem enquanto jovens

camponesas, elas explicitam o quanto é forte a reprodução de preconceitos em relação ao campo:

Agora falar de camponês é um pouco mais complicado, aí a gente tem que falar um pouco mais, o que é o camponês, o que é uma jovem camponesa, e muitas vezes pra você não falar isso, você acaba dizendo que você é jovem e mora no interior, pronto né (Ana Elza Munarini).

Algumas relatam que é mais fácil dizer que mora na roça. Desta forma, não precisa indicar os atributos negativos impregnados ao termo camponês. Sobretudo, porque as jovens falam a partir de uma realidade histórica local que têm, por muito tempo, associado o termo camponês e colono a sujeitos sociais posicionados em lugares inferiores na sociedade.

Se eu falar que eu sou camponês, as pessoas vão pensar o que é isso? Muitas pessoas não sabem, né. Ou se sabem, sabem que o camponês é um coitado, e muitas vezes pra gente não passar por esse coitado, a gente acaba ah, (...). (Ana E. M.)

Há uma imagem corrente que identifica camponeses, colonos, como “coitados”, seres inferiorizados. Morar no interior, participar do movimento, saber trabalhar na agricultura, (...) não é suficiente para identificar-se como “camponesa”, termo que requer explicações mais concretas.

Talvez o termo camponês não tá bem explicado pra algumas pessoas que pensam que o camponês é o jeca tatu, que vive todo jogado, todo pinchado, se fosse mais especificado o termo camponês compreenderiam melhor (Clarínês Panis).

A associação da imagem negativa de camponeses/as atribuída aos colonos se estende à identificação *jovem camponesa*, que por sua vez vai sendo re-significada e exigindo das jovens novos posicionamentos a partir das suas práticas sociais cotidianas. As duas narrativas acima revelam as tensões vivenciadas pelas jovens do movimento no processo de identificação enquanto camponesa, devido aos atributos negativos dessa categoria social. Quando as entrevistadas falam da necessidade de explicar melhor o termo, estão reivindicando para si a construção de identidade positiva, que sinalize para seu reconhecimento social e político. As jovens do meio rural não querem ser tratadas como “coitadas”, “inferiores”, “matutas”.

Pela diversidade de imagens, algumas negativas, desde o próprio ponto de vista interpretativo destes sujeitos, entendemos que a construção da categoria camponês, bem como, de jovem camponesa ocorre em um campo de disputas de concepções e de valores. Como nos ensina Thompson (1981), é uma identidade que se constrói no próprio fazer-se da luta social. Assim, a identidade jovem camponesa, não é um construto dado a - priori, mas é

uma construção política de mulheres – jovens e adultas – envolvidas na construção do MMC/SC. Conforme ressalta Thompson (1981): “As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer ‘agora’, ‘manipula’ a experiência, desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação” (THOMPSON, 1981, p. 189). Isto significa dizer que, a construção identitária das jovens estão permanentemente num processo dinâmico, pelo qual articula aspectos da cultura e da classe social.

Tratando-se especificamente das jovens camponesas, a análise contempla a realidade em que vivem as famílias, a vida no campo com dificuldades e privações, a dupla pressão cultural em que se encontram: de um lado, uma cultura tradicional patriarcal, e de outro, uma cultura de desvalorização relativa ao campo, que está disseminada através dos espaços institucionais (Escola, Meios de Comunicação Social), bem como, no cotidiano da vida social, nas relações sociais com outras jovens moradoras das cidades. Assim, assumir a identidade jovem camponesa é nos termos formulados por Julciane “um passo para a mudança”:

Jovem camponesa é um passo que se tem para uma mudança. Essa coisa de que no campo tudo é feio. Qualquer coisa serve, que a mulher é menos que o homem, né. A partir do momento que a jovem estudar e que ela puder expor o que ela aprendeu, eu acho que essa categoria vai ser mais importante, eu acho que quando a gente puder expor vai ser diferente. Quando a gente conseguiu atingir a juventude. Eu me refiro a ideologia, a mudança, a forma de viver, os conceitos, o que se aprende no movimento, a libertação da mulher camponesa. Não mais esse sistema que te oprime que te faz se sentir envergonhada (Julciane Anzilago).

A construção política da categoria camponês e jovem camponesa pretende transformar a visão do trabalho e vida no campo como atrasado, inferior, precário para concebê-lo enquanto lugar com qualidade de vida, onde o sentido do trabalho, nem opressor, nem explorador, mas sim livre e pertencente a quem produz.

Percebi que o ideário do MMC não é suficiente para transformar as categorias de auto-identificação, mas é um processo permeado por relação com o outro, com a memória, que se entrelaçam nas representações sociais. Clarinês, quando diz: “as jovens que participam do MMC, muitas vezes conseguem dizer eu sou uma jovem camponesa”. Isso mostra como participar no movimento é a experiência social que possibilita a construção identitária enquanto jovem camponesa. Explica essa jovem que se fosse esclarecido melhor os significados do termo, as jovens da roça entenderiam melhor, pois o aprendizado que adquire no movimento leva-lhes a compreender de que se trata de buscar diferentes formas de construir perspectivas de valorização, respeito e dignidade aos sujeitos sociais historicamente chamados na região de colonos e nomeados pelo MMC como ‘camponeses’. Isso se repete na

fala de Noeli, que se assume enquanto jovem agricultora, camponesa e militante. Ela afirmou que não tem vergonha de expressar sua identidade camponesa, mas reconhece que essa é uma construção utilizada e até familiar no movimento social. Noeli destaca que, “quando você fala com jovens que não tem uma clareza de movimento e tal, elas mostram certa vergonha de dizer eu sou *uma jovem da roça*, eu sou *uma jovem camponesa*. Preferem dizer eu sou uma *jovem doméstica*, eu moro lá no campo, mas trabalho dentro de casa. Ainda tem muito isso.” Percebe-se nesta dinâmica, uma construção política sendo evidenciada pelas próprias jovens camponesas. Noeli entende que esse conceito está mais próximo à jovem que vai se construindo enquanto sujeito de transformação. Afirma que se trata de uma concepção mais adequada e familiar às militantes, que, a partir de suas experiências, buscam repensar o seu espaço social e conquistar condições para uma vida digna.

Num dos encontros realizados com as jovens camponesas, foi perguntado às jovens cursistas sobre: “como vocês percebem *que valor possui as jovens da roça*”. Entre as discussões foi ficando claro de que, muitas vezes, as jovens ainda não superaram essas idéias negativas em relação ao campo, muito em função do meio em que vivem, visto que se trata de uma construção social, histórica, que vai sendo repassada de geração para geração e reafirmada pela negação de possibilidades concretas para ascender a uma vida melhor, bem como é resultado da difícil situação pela qual passa a agricultura. Um dos argumentos apresentados é de que o trabalho das jovens não é reconhecido por seus pais e pelas pessoas que as rodeiam. Da mesma forma pode-se dizer que, a falta de políticas públicas para o campo, preços justos, créditos subsidiados, a falta de opções e de oportunidades, principalmente para as jovens camponesas, vai reproduzindo esse ambiente cultural de discriminação em relação ao campo e tudo que dele provém.

Muitas delas vêm percebendo, que a designação de tarefas atribuídas historicamente às mulheres, é decorrente de um longo processo social, que as manteve no interior de seus próprios lares, cuidando de filhos, dos afazeres domésticos, em muitos casos ‘satisfazendo’ a seus maridos/parceiros/homens. Reconhecem que apesar das mulheres terem conquistado espaço na sociedade, ainda sofrem discriminações, retaliações e pré-conceito. Entretanto, no processo de socialização, algumas jovens começam mostrar sua capacidade e força de trabalho, o que lhes assegura credibilidade e valor. Como podemos observar neste capítulo, algumas narrativas enfatizam que para a elaboração de seus projetos de vida é fundamental superar essa construção histórica/cultural do campo enquanto lugar inferior, desprezado,

atrasado em consonância com uma situação de subordinação das mulheres. Identificar-se como jovem camponesa supõe enfrentar estas idéias e concepções. As relações de gênero na família camponesa do oeste catarinense adquire significados na perspectiva dessas jovens. É o que trataremos no capítulo II.

CAPÍTULO II - Relações de gênero na família camponesa do oeste catarinense

Em meados da década de 1980 a categoria gênero começou a ser largamente utilizada por vários estudiosos e pesquisadores do campo das Ciências Sociais e Humanas. Isso acontece num período em que está emergindo e ganhando força no Brasil, os movimentos de mulheres que passam a discutir e problematizar esta temática a partir das diferentes realidades onde está em jogo as disputas de poder na luta pela igualdade entre o masculino e feminino que se evidenciam no bojo da luta pela transformação social. A priori, entendo e compartilho da idéia de que não existe uma única definição para o conceito de Gênero. Compreendo essa categoria enquanto construção social, como fora estudada por várias autoras, entre elas cito Joan Scott (1995), Guacira Louro (1996) e Daniëlle Kergoat (1996), o que possibilita uma concepção de homem e mulher cujas relações se dão de forma articulada e inerente às questões de classe social, raça, religião, entre outras. Gênero não contempla somente uma aprendizagem de papéis ditos masculinos ou femininos, mas identidades subjetivas numa estreita relação com o social. O uso de gênero põe em evidência um sistema de relação que inclui o sexo, como afirma Scott (1995) mas que não é determinado pelo sexo ou pela sexualidade. É nesta perspectiva, que quando falo em relação de gênero visualizo as relações de poder. No início dos anos de 1980 havia, no interior dos movimentos sociais, um esforço em discutir gênero e classe. Entretanto, vale ressaltar de que não se trata de uma compreensão estanque, separada ou que cheira um “debate antigo”. Faz-se necessário esclarecer de que o esforço desta construção naquele contexto, se deve às desigualdades que as mulheres, no caso das agricultoras vivenciavam tanto no espaço da dominação doméstico, quanto no espaço institucional, seja na igreja, no movimento sindical, entre outros, quando começavam construir e moldar os passos de seu próprio movimento social. Assim, penso a dominação de uma forma mais relacional, polivalente e não exclusivamente unilateral. Entretanto, as questões relativas à divisão sexual do trabalho tornam-se relevantes, pois conforme Kergoat

(1996) estão imbricadas na divisão social do trabalho, onde as relações sociais se pautam numa relação hierárquica entre os sexos, combinando formas concretas de existência com práticas sociais distintas conforme o sexo, que se perpetua até os dias atuais. Em pese a importância das conquistas das mulheres ao longo de suas lutas, seja na perspectiva dos direitos, quanto na luta pela igualdade, a problemática de gênero continua fortemente presente nas relações e necessitam ser enfrentadas. A dominação do homem sobre a mulher é ainda muito forte, principalmente no contexto do campo.

Neste Capítulo, as relações de gênero constituem-se permanentemente e aqui serão compreendidas enquanto relações de poder que também se expressam pela divisão e organização do trabalho agrícola, no acesso a renda, pela forma como são trabalhados os padrões de herança, entre outros. Desta maneira, faz-se necessário esclarecer de que uma análise na perspectiva de gênero, está imersa e perpassa as inter-faces da estrutura familiar e social cujo foco está na experiência das mulheres camponesas.

2.1 Gênero e Divisão Sexual do trabalho

Pensar na divisão sexual do trabalho a partir do contexto das mulheres camponesas implica em perceber que, numa sociedade capitalista cuja cultura predominante ainda é patriarcal, segundo essa divisão, o trabalho doméstico com raras exceções, fica a cargo das mulheres, e de formar desvalorizada. A divisão sexual do trabalho, nos termos em que é colocada, expressa uma hierarquia de gênero que aponta sempre para a desqualificação do feminino, socialmente desvalorizado e mal remunerado e é ao mesmo tempo esclarecedora da hierarquia de gênero que a envolve. Se para a mulher do meio rural assumir atividades da roça como: roçar, capinar, plantar, colher, é tarefa cotidiana, já não é o mesmo para o homem quando se trata do trabalho doméstico visto que este tem sido delegado como atribuição “de mulher”. Não há neutralidade quando se pensa na divisão sexual do trabalho. Trabalho feminino e trabalho masculino são categorias importantes e devem ser pensadas não em função da natureza técnica da atividade, mas em função das relações hierárquicas que se estabelecem.

Para este estudo considereirei como fundamental a contribuição da obra de Elizabeth Souza Lobo, *A classe operária tem dois sexos*⁴⁸, que oferece alguns elementos para o entendimento da temática das *relações de gênero* nos vários desafios teóricos e metodológicos da sociologia contemporânea no Brasil. É uma das principais autoras que no início dos anos de 1980, período que marca a emergência de movimentos de mulheres, inaugura o debate sobre o surgimento das relações sociais de gênero. Lobo têm estreita ligação com a causa das mulheres do campo. Essa autora explicita a preocupação com a renovação do paradigma clássico das classes sociais, articulando-o ao debate sobre as diferenças ou heterogeneidades que influenciam as práticas sociais, simbólicas e políticas do que se convencionou chamar de "relações de gênero". Outro fator importante neste trabalho é que Lobo apóia-se no conceito de "formação de classes", na perspectiva thompiana, em detrimento da abordagem estrutural.

Adquire sentido as múltiplas expressões e dimensões das relações sociais, históricas, culturais e simbólicas da noção de gênero. Uma das questões constituídas enquanto desafio para autora foi mostrar a necessidade de rever os parâmetros analíticos da sociologia do trabalho, que se institucionalizou pela ênfase na força homogeneizadora das práticas produtivas, o que a levou a restringir o modelo conceitual do trabalho à imagem masculina. A outra questão relevante foi problematizar gênero no interior da análise dos mecanismos de controle e de submissão, relações que sempre estiveram ocultas por detrás das formas de dominação de classe. No caso específico das mulheres agricultoras e do seu movimento de mulheres no oeste de Santa Catarina, essa questão foi explicitada quando as agricultoras que naquele período participavam das lutas de oposição sindical sem poder votar nem ser votadas, foram se dando conta dessa dupla dominação nas relações sociais de gênero que estava presente nos diferentes espaços e lutas, por elas persistidas. E assim, mesmo inseridas num contexto da luta de classes, a discriminação e opressão de gênero se repetia fortemente. Trata-se de uma perspectiva que amplia o estudo sobre o trabalho feminino ao contestar a primazia explicativa clássica dos determinantes econômico-estruturais sobre os significados da subjetividade e da experiência. Os fenômenos sobre os quais se apóia a análise, antes localizados na economia ou na produção, passam a ser buscados pelas mulheres que começam perceber e interagir a partir das diferenças e nas relações da força e de poder entre atores que são capazes de ter iniciativa nos processos de luta e de organização. Muitas dessas

⁴⁸ *A classe operária tem dois sexos* é uma coletânea de artigos e ensaios teóricos elaborados por Elizabeth Souza-Lobo entre 1982 e 1991, organizada em torno de três grandes temas: estudos sobre sociologia do trabalho, reflexões sobre questões metodológicas e análises sobre as mulheres nos movimentos sociais.

agricultoras começaram a vivenciar seu "pertencimento" a um sexo. Daí a importância que foi adquirindo a construção de seu próprio movimento, enquanto espaço que lhes possibilita a problematização de sua realidade como mulher trabalhadora rural.

Souza Lobo se dedica a estudar sobre a participação das mulheres na construção da identidade dos movimentos sociais ou coletivos a partir da expressão das necessidades, experiências e visões de mundo das mulheres. E isto tem contribuído para que as mulheres pudessem explicitar com maior clareza e determinação a importância de suas lutas e de seu papel na sociedade. A questão da hierarquização desses temas também é recorrente nas análises feministas acerca da reprodução de uma divisão sexual do trabalho na esfera política, ou da cisão público e privado, onde se tem o privilégio dos chamados temas gerais em detrimento das denominadas questões específicas das mulheres ou de outros segmentos em desvantagem. De acordo com Sousa Lobo (1991), estas análises já revelaram, também, o comprometimento dos espaços políticos que reproduzem a dicotomia público-privado, no sentido de uma maior dificuldade de inserção das mulheres como sujeitos políticos. Foi nesse contexto que as mulheres agricultoras no oeste de Santa Catarina discutiram a problemática específica das mulheres articulando-as e percebendo-as em suas lutas sociais.

As relações de trabalho sexuadas comportam construções culturais e históricas interdependentes e complementares. Para Elizabeth Souza Lobo, "as relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto relações entre o que é definido como masculino e feminino: os gêneros" (SOUZA-LOBO, 1992, p. 260.) Gênero é uma categoria analítica que constrói uma relação social-simbólica, sem estabelecer uma mecânica de determinação. Esse conceito só têm sentido se for tomado dentro de relações sociais envolvendo pessoas que se diferenciam, confrontando formas diferentes de identidades que se constroem nas relações de confronto e de convivência. No caso do MMC, as mulheres têm feito o debate sobre a necessidade de superar a condição do trabalho penoso das mulheres, sofrido, desqualificado, invisibilizado, colocado em segundo plano, como simples "ajuda". E com o mito de ser "leve". Porque o atributo de trabalho "pesado" está designado ao masculino. Enfrentar as questões relacionadas à dupla jornada da mulher superando-a buscando condições de realização e igualdade no interior da família está associada à busca de novas perspectivas e novo sentido político de convivência da vida no campo.

É preciso reconhecer que as mulheres camponesas contribuem com a sociedade desenvolvendo um conjunto de atividades cotidianas não valorizadas e nem reconhecidas, inclusive economicamente. Exemplo disso é a produção de alimentos

como: verduras, frutas, grãos, legumes..., a criação de pequenos animais, a organização da casa: limpeza, comida, roupa; Cuidado com as crianças e os idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais (...), entre outros. Todo este conjunto de ações que vem sendo responsabilidade cotidiana das mulheres camponesas, que desenvolvem a par de seu trabalho produtivo, não é reconhecido e nem contabilizado como valor monetário produzido pelas mulheres (...).(Texto sobre crédito especial, arquivos do MMC sn, sd).

Esse esforço das mulheres na busca pelo reconhecimento do trabalho, visibilidade e valorização do trabalho produtivo conflita cotidianamente com a idéia da desigualdade e repercute fortemente na juventude camponesa. O peso da realidade desigual entre rapazes e moças que se verifica nos processos de socialização e nas oportunidades de inserção na atividade agrícola, estão presentes em alguns estudos, entre eles o de Brumer, (2004), o qual nos têm mostrado que as representações sobre a vida no meio rural, também são vistas diferentes por rapazes e moças. De acordo com Paulilo (2004), essa desvalorização das atividades desempenhadas pelas moças na agricultura, a invisibilidade de seu trabalho, fazem com que as mesmas sejam críticas e construam posições mais negativas em relação a sua vida no campo do que os rapazes e, conseqüentemente, buscam no espaço urbano maior autonomia. Mas isso também se verifica quando se trata de outras atividades "(...) pelo pouco espaço a elas destinado na atividade agrícola comercial, onde atuam apenas como auxiliares." (BRUMER, 2004, p.10). O movimento discute essas questões e orienta sobre a importância das mulheres repensar as relações familiares, principalmente em se tratando do papel que tem sido atribuído à mulher na família e incorporado pelas mulheres como o certo, o aceitável, o imutável. Trechos da entrevista de Adélia⁴⁹ mostram essa realidade.

Porque eu era aquela mulher que queria atender a todos da melhor maneira possível. Eu trabalhava de noite, eu fazia tudo. O meu marido vinha em casa da roça, eu pegava a toalha, a roupa tudo passadinha, empilhadinha e oh! Para o banheiro. Tudo assim. Eu achava que isso era tarefa minha. Hoje eu não faço mais. "Olha, a roupa está na gaveta." Cada um sabe onde é. Cada um pega a sua. Eles também têm que fazer alguma coisa. Eu fazia tudo, tudo, tudo, ninguém limpava o seu sapato. Eu limpava todos, lustrava todos, se não tinha outra hora eu fazia de noite. Hoje não, cada um limpa o seu sapato, lustra o seu sapato. Vamos dividir tarefas, não é? E eu sempre estava em casa com a sogra. Domingo, porque quando a sogra não saía, quem ficava em casa com a sogra era eu. Os outros iam para o jogo, e daí eu tirava leite de noite, cedo. Tratava todos os porcos. Quando eles vinham, domingo de noite em casa, estava tudo prontinho, tudo prontinho. E o Movimento me ensinou isso. Eu acordei. (...) Aí eu comecei, (...), eu consegui mudar. Não tratei mais porco, só tirei o leite das vacas. "Deixa eles fazerem depois." Eu aprendi no Movimento que tem que repartir as tarefas (Rev. Estudos em vol. 15 n 2. Florianópolis. Maio/agosto. 2007, Nara Widholzer – orgs).

⁴⁹ A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz, realizada por Maria Ignez Paulilo da Universidade Federal de Santa Catarina; Cristiani Bereta da Silva da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Adélia, a exemplo de outras mulheres, aprendeu dividir as tarefas, resultado de seu engajamento no MMC/SC. A dupla jornada se faz em consonância com as atribuições e cuidados com os membros da família, no caso de Adélia, a sogra, impossibilitando à mulher ao lazer e à gratuidade. Para muitas jovens militantes, há o reconhecimento de um processo gradativo de mudança, tanto no que diz respeito à divisão de tarefas e, conseqüentemente, à situação ocupada pela mulher na família que vai sendo firmada pelo confronto entre o que se vive na família e como a concebe no movimento. Trata-se de um aprendizado que se verifica em um ambiente contraditório e que vai fazendo parte do cotidiano das jovens, que aí crescem e vivem. Por muito tempo, as mulheres foram vistas como aquelas que não detêm o conhecimento tecnológico necessário para administrar a unidade de produção; como incapazes de administrar os recursos originados com a venda da produção, embora sempre participaram das atividades na área da produção. Entretanto, as atividades executadas, preferencialmente por mulheres, crianças e jovens no campo, caracterizaram-se, de um modo geral, por serem relacionadas principalmente ao preparo da terra para o plantio, colheita, seleção, embalagem dos produtos, bem como, ao cuidado de animais, alimentação, limpeza e ordenha. Além disso o cultivo da horta, principalmente se os produtos forem destinados ao consumo da própria família. A pesquisa realizada pelo Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (1994), mostra que além do trabalho na lavoura, as mulheres fabricam queijos, geléias, doces, artesanatos, plantam verduras, criam pequenos animais para sustento e renda das famílias. O trabalho de lidar com a horta é tarefa de 90,8% das mulheres, cuidar animais de pequeno porte envolve 87,9%, e o trabalho diário de tirar leite é exercido por 87,1% das mulheres (Pesquisa MMC, 1994). O cotidiano revela que na grande maioria, as jovens e a mulher camponesa têm ficado responsável com a produção de auto-consumo familiar distante do acesso aos bens e patrimônio da família.

Este trabalho realizado pela mulher e suas filhas não é reconhecido como trabalho e por isso é visto de forma hierarquizada considerado menos importante. Já o trabalho da comercialização é uma situação valorizada, portanto exercida pelo homem. Isto, também, se reproduz na visão de valorização do espaço urbano valorizado e a compreensão do espaço rural através de características negativas. Algumas situações apresentadas durante a pesquisa mencionam as vantagens do pai/homem na família em relação à mãe/mulher. Mesmo que ambos trabalhem, à mulher cabe a dupla jornada de trabalho, considerada como “ajuda”, conforme dito anteriormente. Vale reafirmar que, desde o início da colonização da região oeste de Santa Catarina, conforme nos mostra a pesquisadora Arlene Renk (1999), aos

homens se associa a idéia da realização do trabalho em si, sendo a mulher considerada como sua *ajudante*. A condição de ajudante designada à mulher no interior da família camponesa é estendida aos filhos/as. Os jovens também ‘ajudam’ no trabalho da família, sendo que o rapaz acompanha o trabalho do pai e a moça o da mãe. Brumer (2004) em seu artigo sobre a inserção das mulheres na agricultura familiar do Rio Grande do Sul, relata:

Os jovens são considerados parte da ajuda familiar, esperando-se que, com a vida adulta, constituam lares independentes. Como parte da ajuda familiar, trabalha como os outros e tem suas necessidades básicas atendidas no mesmo nível que os demais membros da família, mas devem pedir dinheiro aos pais quando pretendem ter alguma atividade de lazer fora do lar ou quando necessitam comprar algum objeto de uso pessoal. Enquanto que os rapazes exercem suas atividades com os pais, participando juntamente com eles ou substituindo-os em algumas responsabilidades, tal como a comercialização, especialmente se é feita na estrada ou em posto de comercialização, as moças exercem suas atividades junto a mães, acompanhando-as no trabalho produtivo e nos afazeres do lar ou substituindo-as nas tarefas domésticas (BRUMER, 2004, p. 215).

Como podemos perceber, há uma proximidade entre o que é atribuído à mulher é também estendido aos filhos, distinguindo-se da posição reservada ao *chefe na família*. Além da dependência dos jovens em relação aos pais, principalmente quando se trata da necessidade de recursos financeiros para realização pessoal, existe uma espécie de transferência do papel ocupado tanto pelo rapaz que acompanhará o pai, quanto pela moça que “deverá” se orientar pela figura da mãe na família. Essa forma de subordinação dos membros da família ao seu chefe foi mencionada pelas jovens como prática que ainda está presente e se deparam em suas realidades, porém por muitas delas é uma situação contestada, mas há dificuldades na busca de superação. Verifica-se que muitas jovens do meio rural, continuam trabalhando, recebendo alimentação, vestuário e moradia, quando afirmam que a “juventude também quer diversão, precisa dinheiro no bolso, se divertir, a jovem quer renda (...) porque trabalha muito.”

Uma das características da *economia camponesa*⁵⁰ é que ela sobrevive pela não remuneração individual aos seus membros, pelo rigoroso coletivismo interno e pela auto-exploração, sob o argumento de assegurar a sustentabilidade econômica da unidade de produção agrícola. A este respeito, nota-se uma manifestação de desconforto das jovens em viver num contexto de privacidade. Não aceitam conviver com esta realidade. Uma das questões que se coloca é: Como compatibilizar uma renda para cada componente sem “quebrar” a dinâmica da propriedade e a divisão sexual do trabalho na família? O acesso a uma renda própria, cujos recursos os jovens possam decidir como utilizá-los; bem como, a

⁵⁰Esta realidade poderá ser melhor aprofundada por autores que abordam esta temática de forma mais detalhada, como por exemplo: Chayanov (1987), Shanin (1973), Woortmann (1995).

questão da autonomia em relação aos pais foi constatada em estudos realizados (BRUMER, 2006) com filhos de agricultores familiares no sul do Brasil, mostrando que a busca pelo assalariamento, principalmente no meio urbano, marca na juventude a ruptura temporária ou definitiva em relação ao campo. De acordo com a pesquisadora Wanderley Nazareth, para o jovem rural que atua na agricultura familiar, a escolha profissional implica em decidir para onde vai; a grande questão é sair ou ficar. A relação familiar é mais difícil nesse caso, uma vez que o pai tem autoridade de chefe da família e chefe da unidade de produção com poder de controlar os escassos recursos financeiros. Segundo a autora, o jovem rural sempre se confronta com os compromissos com a família, e essa é uma diferença fundamental para qualificar o universo da juventude rural.

As relações sociais atualmente dão grande importância à condição de possuir ou não a necessidade de ter dinheiro, constituindo-se uma condição para os jovens homens sentirem-se aceitos no grupo social ou de amigos. Dada a dificuldade de a família não dispor de condições para atender este desejo dos jovens, isto leva muitos a deixar o campo buscando emprego no espaço urbano. No caso das moças essa realidade é ainda mais forte. É muito comum na região oeste catarinense, os jovens trabalharem na cidade e no final de semana voltarem até sua família para buscar alimentos como: frutas, queijo, carne, ovos, doces, verduras, pipoca, amendoim e outros, desta forma o/a jovem pode desfrutar dos espaços de lazer urbano. Se é difícil garantir o dinheiro, a renda para o jovem rapaz que exerce o trabalho produtivo normalmente acompanhando o pai, mais difícil será para a jovem mulher, cujo trabalho é invisibilizado, considerado como ajuda e ela não dispõe de poder de decisão em relação à aplicação da renda; O/a jovem deseja ter dinheiro para poder participar do mundo consumista seja quanto a acompanhar a moda, aquisição de bens como celular, a moto, enfim sentir-se igual a seu grupo de amigos/as. A este respeito Noeli acrescentou:

Lazer assim tem muito o que se entende hoje, porque hoje o mundo tá muito informatizado. Então no campo tem mal e mal telefone, falta muito essa questão da comunicação, internet, possibilidade assim. ir a grandes centros, grandes lojas, sabe assim, toda uma ... um modelo que as jovens vêm todo dia na TV, mas que não conseguem ter acesso. São várias coisas assim que faltam que faz com que as jovens tenham essa necessidade, essa vontade de sair e conhecer a cidade (Noeli Welter Taborda).

A narrativa de Noeli nos reporta à constatação de pesquisadores como: Brumer (2006), quando afirma que as dificuldades financeiras, a insustentabilidade da família camponesa inviabiliza a existência de uma renda específica para as jovens, considerada fundamental para a continuidade no campo. Entretanto, vale destacar que não são apenas fatores econômicos

que desestimulam as jovens camponesas. Conforme constata Stropasolas (2002), o acesso à educação, à cultura, ao lazer, entre outras, são questões determinantes relacionadas à realização pessoal “destas moças”. Pode-se dizer que associado à busca ao “acesso a educação, a cultura ao lazer” está o desejo de autonomia, de decidir, de acesso à renda e quem sabe de romper com a cultura patriarcal que se reproduz no interior das famílias reafirmando as diferenças entre o trabalho feminino do trabalho masculino.

2.2 Divisão social do trabalho, apropriação e partilha da renda

O debate em torno da divisão social do trabalho, entendida enquanto espaço ocupado por homens e mulheres na unidade de produção camponesa no oeste catarinense, foi gradativamente encontrando respaldo por parte de organizações políticas estabelecidas entre os homens e mulheres. Desde o início do desenvolvimento da agricultura originou-se profundas divisões sociais no trabalho. Com a introdução de pesados instrumentos agrícolas, a lavra da terra com a ajuda de animais de tração, entre outros tornaram-se trabalhos demasiado pesados que acentuaram uma separação de atividades entre homens e mulheres. Não que as mulheres não viessem exercer tais atividades. Pelo contrário, as mulheres sempre exerceram diferentes funções nas lidas agrícolas. De acordo com a pesquisa do DESER *dados sobre o trabalho pesado*, as mulheres ficaram assim excluídas duma participação ativa na vida social e política, situação que ocorreu em todas as civilizações. Não gozavam de qualquer dos privilégios políticos conferidos pela cidadania, não participando em assembleias, na magistratura ou em qualquer posição social comparável. É claro que havia diferenças entre as mulheres escravas, as mulheres de homens livres ou as de membros de nível elevado da sociedade. Mas, mesmo nestes casos, em que as mulheres nada produziam e gozavam de condições materiais excelentes na sua vida cotidiana, a sua existência desenrolava-se meramente num contexto dum sistema de vida patriarcal, cuja cultura foi sendo transferida de geração à geração, a ponto de associar todo trabalho realizado pelas mulheres, como menos importante e de menor valor em relação ao trabalho realizado por homens.

Com as transformações advindas a partir da modernização da agricultura, as famílias camponesas foram forçadas a buscar novas estratégias de reprodução social e viabilização econômica, o que implicou em mudanças significativas na divisão do trabalho. A participação de homens e mulheres em diferentes espaços de organização política e também permitiu uma reflexão mais crítica acerca de sua condição enquanto trabalhadores e trabalhadoras rurais. As mulheres camponesas passaram a ressignificar a categoria *trabalho* no âmbito da agricultura

camponesa, entendendo que esta vem acompanhada historicamente do processo nas lutas ocorridas nesta região. A luta pela visibilidade do trabalho feminino no campo foi colocando como exigência a necessidade de mudanças nas relações de gênero a partir das lutas de classe e vice-versa. O MMC parte do pressuposto de que através do trabalho, as mulheres e os homens tornam-se humanos, sendo capazes de projetar e refletir sobre o que fazem e porque fazem. Neste sentido, começa debater sobre as condições e realidades de trabalho sejam elas, o trabalho doméstico, o trabalho na lavoura entre outros. Questionando por sua vez, as diferenças sociais e as desigualdades de gênero.

Quando se pensa na questão da apropriação da renda na família camponesa, imediatamente volta-se ao peso considerável que é atribuído ao pai de família, na figura de “chefe” o qual, na maioria das vezes, determina a dinâmica do núcleo familiar. Várias situações foram mencionadas pelas jovens. Quando perguntadas sobre *como se dá a divisão do dinheiro na família*, com exceção de uma entrevistada que afirma administrar o dinheiro da família, todas responderam que o dinheiro fica com o pai. Embora cada realidade apresente suas formas diferentes de lidar com essa questão na família. A Suéli diz: “Quem administra, sempre é meu pai. Mas é decidido se tem que fazer alguma coisa, tem que entrar em consenso na família, vê se é viável, se não é viável, se vai trazer renda. E daí se alguém precisa um tênis e uma camisa, aí pede, daí tem.” A Julciane explica: “O pai e a mãe conversam muito que fazer com o dinheiro, mas “o dinheiro tá na carteira do pai”. Quem pega no dinheiro é o pai. Sempre foi assim. Sempre que precisamos nós lá em casa, todo mundo ia lá e pegava”. Tais narrativas explicitam uma representação da apropriação dos recursos financeiros obtidos pelo conjunto da família, o que não necessariamente significa renda propriamente dita. Evidente que para trazer um olhar sobre a renda seria necessário uma pesquisa mais detalhada sobre a condição da produção camponesa na região oeste de Santa Catarina, o que não ocorreu neste trabalho. Entretanto, alguns estudos mostram essa situação. Silvestro (2001), ao estudar sobre o processo sucessório na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina, identificou no conjunto das propriedades familiares pesquisadas que, aquelas onde residissem pelo menos um rapaz e uma moça com idade entre 13 a 29 anos, buscando examinar as expectativas profissionais dos jovens agricultores e os principais determinantes da escolha profissional, constatou que:

Apenas 13% dos estabelecimentos agrícolas do Oeste Catarinense propiciam um valor agregado superior a três salários mínimos por unidade de mão-de-obra ocupada, o que possibilita a manutenção familiar e também um certo nível de investimento e acumulação, sendo classificados, em termos de categoria econômica, como estabelecimentos capitalizados. Dentre os demais, 29% são

classificados como em transição, por terem uma renda agrícola entre um e três salários mínimos por unidade de mão-de-obra: são aqueles que vivem da agricultura, mas não conseguem realizar investimentos: 42% são estabelecimentos considerados descapitalizados, pois sua renda é menor do que um salário mínimo por pessoa ocupada por mês. Há também agricultores patronais que constituem 1,5% do universo regional e estabelecimentos nos quais a agricultura tem importância econômica irrisória na formação da renda familiar, que perfazem 14,5%. As grandes agroindústrias, privadas ou cooperativas têm sido as principais geradoras de oportunidade de trabalho mas, apesar de seu inegável e fundamental papel econômico e social, somente conseguem absorver a menor parte da força de trabalho e da capacidade de produção dos agricultores e dos trabalhadores urbanos, além de que a exclusão de integrados vêm se aprofundando. Outra consideração a fazer é que no mundo inteiro, a margem auferida ao longo das cadeias produtivas tem se concentrado nos setores secundário e terciário, ou seja, na industrialização e na comercialização, destinando-se apenas pequeno percentual aos que fornecem a matéria prima (SILVESTRO, 2001, p. 54).

Como podemos perceber, na agricultura camponesa dado ao contexto de exploração vivido não há ou tem poucas condições para distribuição de renda para a juventude. Isso não significa afirmar que não existam possibilidades para visualizar perspectivas que possam despertar maior interesse ao jovem na continuidade e permanência na agricultura. Aqui há alguns aspectos a considerar. Primeiro, a necessidade de romper com a cultura patriarcal de centralização em torno do pai e exercitar o diálogo e envolvimento nas decisões; segundo, fazer agricultura seguindo o modelo convencional o agricultor passa a vida trabalhando e utilizando a renda para adaptar-se as exigências do mercado e neste modelo não tem perspectiva para o jovem e nem para a família; terceiro, é o que vem propondo alguns movimentos sociais, entre eles o MMC, que é viabilizar a agricultura agroecológica. A orientação é de que se faz necessário o processo de conversão da produção convencional para uma produção diversificada a partir dos princípios da agroecologia, o que exige um tempo de maior. Daí é que as famílias se deparam com questões como: que subsídio a família tem para fazer este processo? Como irá se manter? Além do mais ao organizar a unidade de produção para fazer agroecologia ainda precisa considerar a distância do consumidor, a necessidade de ter políticas públicas que subsidiem a produção agroecológica, caso contrário ela não se mantém, além de outros aspectos não destacados. Para as mulheres, faz-se necessário pensar a questão da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento, contemplando a gestão da unidade de produção articulada à produção diversificada para o auto-consumo e renda, o que lhes proporcionará soberania e segurança alimentar. Devido à notória crise porque passa a agricultura camponesa na região oeste, a pesquisa com as jovens camponesas revelou que a procura por outras profissões que não as relacionadas às atividades agrícolas, se apresentam como auxiliar na complementação da renda familiar. Frente às dificuldades que se

intensificam no meio rural, cada vez mais um número maior de moças, desmotivadas, vão saindo do campo em busca de alternativas nas cidades maiores.

Desta forma, podemos dizer que são vários fatores que levam a desmotivação das jovens que deixam o campo. A ausência de renda, a falta de valorização do trabalho da mulher, a dificuldade de acesso ao estudo, a insuficiência de opções de lazer, a inferiorização do campo em relação ao espaço urbano, o fascínio ao consumo apresentado pela mídia, somando-se à precariedade do trabalho agrícola que está a mercê das intempéries, das leis de vigilância sanitária, da vulnerabilidade dos preços dos produtos, das exigências aos padrões do mercado transnacionais recaindo o custo de produção sobre a família, desqualificando o campo enquanto espaço possível de novas sociabilidades. É comum manifestações públicas, institucionais em relação à preocupação com o êxodo rural dos jovens. De fato ele é visível. No oeste de Santa Catarina 10% das famílias rurais não apresentam sucessores (BADALOTTI, 2006). Daí a necessidade de viabilização de políticas públicas, bem como outras alternativas para alterar esta realidade. A proposta de novas alternativas na agricultura através da agroecologia, que visa garantir a produção de auto-consumo e renda na perspectiva da diversidade regional, sustentabilidade econômica, cultural e ambiental, é um dos grandes desafios que o MMC/SC tem se colocado enquanto bandeira de luta. Algumas mulheres já articulam as experiências concretas da produção de sementes crioulas e de alimentos saudáveis com a necessidade de políticas públicas como forma de resistir no campo. Há um esforço na busca de criar melhores condições para que as gerações jovens possam redimensionar suas expectativas em relação ao campo. As jovens de hoje estão cada vez mais exigentes em relação às suas expectativas. Além da terra, outras questões que mais apareceram durante a entrevista, foram: o desejo de liberdade, “quero sair e não posso”. Afeto, “nunca tive”. Estudo, “fazer uma faculdade”, apoio nas decisões e “ter uma *renda*”. Quando perguntadas sobre as dificuldades enfrentadas no campo, a questão da renda adquiriu destaque:

Pra mim o que tem sido bastante dificultoso é a própria questão da *fonte de renda* mesmo. Porque eu faço todo o trabalho de casa, eu cuido da horta, (...) Eu tenho que pedir dinheiro pro meu irmão porque é ele que coordena o leite e aviário que é de onde sairia a fonte de renda. Tem que tá pedindo. na verdade seria nosso também. (...) Então é muito uma visão assim, que não dá para aceitar (Ana Elza Munarini).

Aparece com evidência, nesta narrativa, que muitas jovens, vão repetindo, de outra maneira a mesma experiência de suas mães, trabalham muito (casa, horta, pomar, jardim, comida, roupa lavada), tendo sua condição de trabalhadora invisibilizada e desvalorizada. Por

outro lado, a jovem além de indignar-se com essa realidade afirma que não mais concebe a vida no campo sem uma renda própria. Outras narrativas também insistem nessa questão:

Um dos problemas é na parte da *renda*, eu acho que se fosse discutido, lá em casa a gente nunca discutiu isso, tipo tanto da renda para você, tanto para você. Três partes, né. O restante para as outras coisas que são de todos, né. Essa não divisão é um dos problemas. E na lavoura, as jovens mulheres trabalham e às vezes até mais que os meninos, e a remuneração os meninos recebem mais (Clarínês Panis).

Clarínês ao reafirmar a necessidade de ter renda para as jovens, diz que essa é ainda uma realidade que sequer passa pela discussão familiar, menciona a desigualdade na forma de tratamento familiar dado aos homens e as mulheres em relação à remuneração, destacando que as mulheres trabalham até mais que os homens e continuam ganhando menos. Essa realidade mostra o posicionamento da jovem que percebe as contradições vividas no interior da família sendo por elas evidenciadas e questionadas. O que foi possível perceber é se as jovens conseguem questionar e propor mudanças e se houver aceitação de suas idéias, é possível a construção de novas relações das jovens em suas famílias. Caso contrário, o que lhes resta é a ruptura com o ambiente da família, deixando a residência paterna e buscando outros espaços, muitas vezes, nada diferente deste vivido anteriormente.

2.3 A problemática da sucessão e os padrões de herança

Se outrora, no seio da família a reprodução da cultura patriarcal apresentava algumas características básicas, entre elas: O homem, além de administrar os bens, possui decisão sobre a vida dos filhos e filhas inclusive em algumas situações determinando com quem devesse ou não casar. Ao filho pertence à terra, e à filha cabe-lhes o enxoval. Segundo Paulilo (2003) a mulher se torna agricultora com o casamento. Os valores e costumes conduzem para que a filha não herde a terra, mesmo que em termos legais, ela tenha direito. Na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina conforme pesquisa realizada por Tavares dos Santos (1978) e Renk (2000), nos casos em que a família possui terra, em geral as filhas não herdam a terra, recebem sua parte da herança na forma de auxílio para estudar, ou quando casam, recebem um dote em dinheiro, animais ou equipamentos que iriam compor o patrimônio da futura unidade. Neste sentido, Panzutti, (1996) observou que à jovem, ao ser excluída da posse da terra assim também é excluída do processo produtivo. É-lhes negada a possibilidade de participação social, levando-a ao isolamento no espaço doméstico familiar. Essa situação também fora encontrada anteriormente por Maestri (2005), quando estuda a questão relativa à divisão patrimonial, sendo que este autor dá ênfase e ressalta o papel de passividade das

mulheres. “O fato de as filhas serem deserdadas quando da partilha das terras era socialmente aceito” (MAESTRI, 2005, p.96).

A partir dessa “condição” da jovem não “ter terra”, adentramos num ciclo de privação de outros direitos fundamentais, também negados à mulher do campo, impossibilitando-a elaborar suas perspectivas, visto que as jovens querem agregar valores econômicos, culturais, sociais, entre outros. Entendem elas que essa situação, por sua vez, vem agravando e intensificando o processo de desestruturação de suas famílias. Por mais que as leis brasileiras “condenem” a discriminação por sexo, é possível perceber que a falta de acesso à terra, como direito das mulheres, têm sido um complicador a mais na vida familiar como um todo, visto que exclui também a mulher camponesa do acesso às políticas públicas voltadas à agricultura camponesa, mesmo considerando que se trata de uma luta histórica que as mulheres vem travando há muito tempo. Entretanto, vale ressaltar que as jovens não só recusam desempenhar o mesmo papel das suas mães, como também rejeitam o papel hierarquicamente inferior atribuído à mulher e evidenciado quando se trata da distribuição da herança. Contudo, faz-se necessário incorporar nesta análise a situação estrutural que a família camponesa vive hoje, conforme exposta no capítulo I. Quando questionada sobre o que gostariam receber de suas famílias, entre as reivindicações das jovens aparece *a terra*. Clarinês diz: “(...) terra é o que eu gostaria de receber do meu pai e minha mãe porque pra continuar sendo camponesa tem que ter terra. Eu acredito que essa terra é minha”. As jovens afirmam que sem a posse da terra para a mulher não é possível permanecer no campo. Entretanto sabemos que essa realidade está ainda muito distante da maioria das mulheres. A questão que se coloca é: Quais as alternativas buscadas pela família camponesa considerando a não possibilidade de distribuição da herança para seus filhos e filhas? A questão das regras de herança da terra soma-se ao tamanho diminuto da terra que se fragmenta a cada geração. Essa é uma das questões que se colocam quando se pensa na perspectiva e projetos de vida das moças no meio rural. É neste sentido que faz-se necessário colocar a centralidade de gênero, inclusive quando se trata da concentração fundiária, sobretudo porque os índices de desigualdade em relação à posse da terra para homens e mulheres são expressivos.

Conforme dados fornecidos pela assessora especial do Ministério de Desenvolvimento Agrário para Ações Afirmativas, (MDA), Andréa Butto, entre 1992 e 2002, o Programa de Agricultura Familiar (PRONAF) teve entre seus beneficiários/as apenas 7% de mulheres⁵¹.

⁵¹ MURDOCH e PRATT, 1993, P. 417.

Em 1996, as mulheres representaram 12,6% do total dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). De acordo com a mesma autora, a pesquisa da FAO/UNICAMP, revela que em 2002, foram para os homens 87% dos títulos distribuídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e 93% das terras do programa Cédula da Terra. Do total dos beneficiados pelo programa de aquisição de terras Cédula da Terra e Crédito Fundiário, apenas 7% eram mulheres. Outra pesquisa realizada na região Sul do Brasil pelo Departamento Sindical de Estudos Rurais (DESER), em relação à herança dada aos rapazes e moças, aponta os seguintes dados: Quando lhes foi perguntado quais as chances de rapazes e moças herdarem as terras dos pais, 32 % preferiram não responder e, embora 40% tenham respondido que as chances eram iguais, 51% não conheciam nenhuma moça que tivesse herdado⁵² terra. Os dados confirmam a relação desigual entre homens e mulheres no que diz respeito a posse da terra e também de acesso ao crédito. Essas questões são por sua vez interpretadas de formas diferentes sendo também influenciadas pelas concepções de famílias elaboradas pelos sujeitos sociais.

Quando se trata da herança, no caso das mulheres o dote, equivalente ao enxoval, este já havia sido pago com seu próprio trabalho durante toda vida, porém diariamente as filhas reivindicam ao pai sua própria valorização, através da aquisição de algum bem familiar, o que, nem sempre são atendidas. Anita Brumer (2004), constata que um dos motivos que também influencia em um maior número de moças a abandonarem o campo é a desvalorização da atuação feminina no campo. “Elas têm uma dupla jornada: o serviço de casa, que inclui cuidar dos filhos, das pequenas hortas e dos pequenos animais e, ainda, a ajuda na lavoura. Mas isso também não é considerado trabalho, uma vez que as mulheres não dominam a tecnologia e raramente ocupam a posição de gestoras, além de também não herdarem a terra. Assim, as moças saem para estudar porque não serão agricultoras”⁵³. A representação do trabalho da mulher e do homem é referência para filhos e filhas, em todas as dimensões da vida: afetiva, moral, no trabalho, no lazer, nos espaços de decisão, na religião entre outros. Principalmente, considerando as dinâmicas de mudanças e transformações pelas quais vem passando a família, visto que “é precisamente a partir das referências familiares que este indivíduo se constitui socialmente” (DUMONT, 1983). Algumas jovens vêm a

⁵²Essas informações têm como base a pesquisa “Avaliação dos Impactos Sócio Econômicos da Previdência Rural”, realizada em 1998, sob a coordenação do IPEA, com execução na região sul, pelo DESER e IPARDES. Foram realizadas 3.000 entrevistas com aposentados/as e pensionistas rurais, sorteados/as aleatoriamente em 150 municípios do sul.

⁵³Pronunciamento de Anita Brumer durante evento foi promovido em conjunto pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com apoio da Secretaria Nacional de Juventude. Realizado nos dias 02 a 04 de maio de 2006 no Rio de Janeiro.

figura da mãe como heroína, principalmente porque além da sobrecarga de trabalho, elas percebem que, em nome da *paz* para evitar a *discórdia na família* há dificuldade para *questionar* tais relações estabelecidas, principalmente relacionadas à figura masculina, pois nem sempre o homem permite repartir *o poder*. À mãe, em muitas situações, cabe também a tarefa de evitar os conflitos e reproduzir o modelo de família. Tem-se verificado que a “idéia” em torno da ‘família harmoniosa’, baseada no domínio de um chefe com poder sobre os demais, perpetuou-se, porém isso não significa afirmar que esta realidade exista sem a eminência de conflitos. (As cartas devem ir aqui)

2.4 Concepções de família e as formulações do MMC

Destaco duas abordagens, a funcionalista e a feminista, que julgo fundamental para melhor compreensão das concepções, formuladas pelas jovens militantes em relação ao universo familiar no qual estão inseridas, que permanentemente conflitam com as problematizações feitas no MMC. As abordagens fundadas no *funcionalismo*⁵⁴ concebem a família como aquela que desempenha importantes tarefas contribuindo para as necessidades básicas da sociedade e auxiliando a perpetuar a ordem social estabelecida. Tal concepção tem influenciado no jeito de ser e de se conceber a família, bem como o comportamento das jovens em seu meio, principalmente pela forma como os membros do núcleo familiar foram incorporando essas funções. Talcott Parsons destaca duas funções principais para a família: A socialização primária onde as crianças aprendem as normas culturais da sociedade e a estabilização da personalidade (PARSONS E BALES, 1956). Referindo-se ao papel desempenhado pela família ao assistir emocionalmente a seus membros, o casamento entre homem e mulher, por exemplo, é o arranjo/modelo pelo qual as personalidades adultas deverão seguir para ser consideradas saudáveis suas relações. Nesta perspectiva, as separações, as contrariedades e posicionamentos mais críticos dos membros da família quando questionam este “modelo”, não são aceitos socialmente, haja visto, a tentativa de construção de um padrão “universal” que define um papel para o homem e outro para a mulher, que em todos os tempos encontrou adesões e resistências. Este aspecto é importante ser considerado neste trabalho por fazer parte dos debates das jovens no movimento, que por sua vez, vão formalizando seus posicionamentos e embates vividos no interior de suas

⁵⁴O funcionalismo vê a sociedade como um conjunto de instituições sociais que desempenham funções específicas para assegurar a continuidade, a ordem e o consenso. Trabalha categorias como: coercitividade = indivíduo age de acordo com as regras estabelecidas. Generalidade = o fato social é coletivo, comum a todos. A educação é concebida como fato social que se impõe aos indivíduos pressionando-os a agir de acordo com as leis, normas e valores, costumes e tradições de uma sociedade. Como entidade moral. Conformação dos indivíduos aos padrões morais da sociedade. Utiliza o método da ciência positiva. A sociologia segue 3 princípios: 1. A sociedade é regida por leis naturais. 2. A sociedade pode ser estudada pelos mesmos métodos da ciência e da natureza. 3. neutralidade científica. Sua matriz teórica é seguida por T. Parsons, R. Merton É. Durkheim, Malinowski e Radcliffe-Brown entre outros.

famílias, visto que a maioria delas, ainda convivem com características dessa natureza. Ocasionalmente, as jovens quando chegam ao movimento pela primeira vez, têm manifestado tais idéias como sendo, as “únicas”, as “certas”, “as verdadeiras” principalmente quando mexe na figura do homem, do pai. Por ocasião do V encontro de Jovens do MMC realizado em Chapecó/SC, nos dias 30.01. a 02.02. 2007, na avaliação sobre o evento uma jovem⁵⁵ mencionou:

Estou me sentindo um peixinho fora d'água. Não conhecia praticamente nada, só sabia que existia um movimento formado de mulheres, que lutava por direitos trabalhista rurais. Ninguém das mulheres da minha família participa e olha que são muitas. (...) Eu sou uma pessoa religiosa, mas não fanática, desenvolvo trabalhos nela e nela me sinto muito útil e feliz, e por isso devo o dever e obrigação de ser sincera, mas meu objetivo não é magoar ninguém (...) então, no primeiro dia, me assustei por que se falava dos homens como se fossem o próprio diabo, é claro que existem aqueles que não merecem viver, porém nem todos possuem capinha vermelha e um par de chifres na cabeça, eu sempre tive uma figura masculina em casa, como exemplo e tudo que sou hoje, existem sim conflitos, mas nada que não se resolva com diálogo amoroso e um caloroso abraço (Cfme arquivos do MMC, 30.01.2008 à 02.02.2007).

Como podemos perceber, o movimento possibilita espaço para as jovens problematizarem sua vida cotidiana. Mexer nos padrões culturais conservadores fundamentados no patriarcalismo não é algo que se dá de forma harmoniosa, principalmente quando se trata das relações de gênero na família camponesa. As jovens levam para dentro do movimento elaborações, muitas vezes conservadoras, contraditórias, autoritárias, preconceituosas, lidam com elas e gradativamente vão re-significando-as, adaptando-as à outras visões. Parsons destaca funções especiais para o homem e para a mulher na família. Desta abordagem tem origem a concepção de que o homem é o provedor, por isso adquire uma “função instrumental” sendo que o papel da mulher está restrito à “função afetiva” emocional em outras palavras, o papel da mulher está ligado à reprodução e, por sua vez, destinada ao ambiente doméstico. Percebe-se que esta concepção de família continua influenciando no papel de seus membros frente à sociedade, principalmente no meio rural. Quando se busca o questionamento, originam-se os principais conflitos, no caso das jovens, o movimento se traduz como um dos espaços que possibilita a experiência de mulheres, mães que lutam contra a subordinação da mulher e dos filhos enraizada em tais modelos de família. Esta desempenha um papel formador das jovens e se depara com interesses, com valores, a considerar que vivemos num sistema capitalista globalizado que associa as relações com a cultura patriarcal, determinando o padrão tido como ideal para a vida de família. A importância de trazer presente este debate se dá sobretudo porque, na história do MMC/SC

⁵⁵ Não consta o nome da jovem, visto que não sabemos se houve autorização para publicação.

esse tem sido uma das principais contribuições das mulheres: a contestação e a busca de outras perspectivas para a família, principalmente tomando com ponto de partida e desconstrução em torno do papel da mulher no interior do grupo familiar. Se a família é conservadora, lidar com essa realidade no movimento não será tarefa fácil.

Por outro lado, no movimento, as jovens debatem que quando seus membros começam a questionar as relações de poder, a família pode se constituir enquanto espaço emancipador e construtor de novas relações, pois como dizem muitas jovens; “a família é tudo para mim”. As jovens vão descobrindo que, quando algumas mulheres camponesas foram percebendo e repensando as relações na família, orientadas por outras perspectivas e abordagens, não era mais possível ficar apenas no questionamento, senão exigia das mesmas a busca pela superação da dependência dessa *superioridade masculina*, que coloca o homem como superior à mulher, o pai superior aos filhos (as), o irmão superior à irmã e assim sucessivamente. Pouco a pouco as mulheres do movimento foram se dando conta de que essas relações de subordinação facilitam a adequação da família ao modelo de agricultura moderna que se fundamenta em relações de opressão e exploração do trabalho de seus membros.

Neste sentido, as *abordagens feministas*⁵⁶, persistidas no movimento, concebem a família tanto como fonte vital de alívio e conforto, amor e companheirismo como também entendem que a família pode ser um lugar de exploração, solidão e desigualdade. Elas serviram para respaldar as razões que legitimam as lutas de emancipação familiar, social, política das mulheres organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas. Nesse espaço, as jovens vão se apropriando dessa concepção assumida em (2004), por ocasião da consolidação do Movimento Autônomo Nacional afirmando “ser um Movimento camponês e feminista”. Para o MMC não é possível separar o ser camponesa e o ser feminista, o desafio consiste na luta para superar todas as formas de exploração, opressão e violência, ao mesmo tempo, em que se constróem novas relações entre homens e mulheres e destes com a natureza buscando fazer do ambiente que vivemos um lugar mais justo. Isto supõe ruptura de normas, leis, hábitos, modelos, articulados com processos de libertação e emancipação. Neste sentido, é que a o movimento busca avançar na autonomia econômica, no direito das mulheres de decidir sobre seu corpo, ocupar mais espaços de decisão e poder e principalmente enfrentar a cruel realidade da violência praticada contra as mulheres.

⁵⁶Feminismo – pensar um grupo social vítima da segregação e numa relação de alteridade. Homem é a norma Mulher é o outro. O feminismo para o MMC significa a perspectiva de luta histórica das mulheres que reagiram e lutaram contra a desigualdade de gênero, raça e classe social.

Conforme propõe o documento tese (2004) do MMC, se faz necessário: “enfrentar a cultura patriarcal/machista, rompendo todas as formas de opressão, discriminação, subordinação, violência, medo, culpa impostas sobre as mulheres e os pobres e enfrentar as multinacionais, ALCA, FMI, transgênicos”; apresenta como princípio a “construção de novas relações de igualdade entre as pessoas, com a terra, com a água, com a natureza e a vida como um todo”. (Documento Tese do MMC, 2004). A construção de novas relações de igualdade também desafiou a sociologia, contestando a visão de família como lugar harmonioso e igualitário. Para as jovens a família aparece tanto como um lugar de aconchego quanto um espaço de conflitos. E o papel ocupado pelas mulheres, a figura da mãe no interior de suas famílias passam a ser questionados por parcelas significativas das jovens.

Por ocasião de um evento⁵⁷ promovido pelo MMC em um dado momento, a partir de debates sobre “situações” vivenciadas pela mulher na família camponesa, suas relações, seus problemas e perspectivas, foram solicitados, que as jovens escrevessem uma carta direcionando-a a alguém que considera muito especial em sua vida, contando-lhes sobre o encontro. Poderia ser a mãe, o pai, irmão, um amigo. A grande maioria das jovens era a primeira vez que saía de casa, ficava fora do ambiente familiar e participava de um evento que reunia somente as jovens / moças. O que chama atenção, é que as participantes se dirigiram às suas mães, conforme expressa Loreci de Azevedo “a pessoa em quem sempre confiei e a cada dia representa mais a importância de meu viver. Ela que enfrenta tudo (...)”. Foi possível verificar que, para a maioria dessas jovens, o papel que a mulher ocupa na família camponesa, transfere à figura da mãe, uma dimensão de “centralidade”. Mas que “centralidade” é essa? Existe uma construção histórica que impõe a idéia do privado sob o domínio e responsabilidade da mulher, no que se refere ao espaço doméstico, casa, comida, afeto, filhos, considerado como não trabalho, portanto sem valor e que se repete no interior de suas famílias. O foco central das cartas expressa a posição social das mulheres vistas pelas filhas sob a ótica do *heroísmo* da mãe, ligado à capacidade de enfrentar a *dureza da vida* que se verifica, tanto nas relações de subordinação ao masculino, expresso na figura do esposo/pai, quanto na sobrecarga do trabalho, bem como, pelas dificuldades cotidianas da família, que comumente recai sobre a responsabilidade da mulher. Da mesma forma a relação de poder nas decisões familiares cada vez mais se apresenta de forma conflitiva.

⁵⁷Refiro-me ao Encontro Estadual de jovens camponesas, promovido pelo MMC, realizado em fevereiro de 2005, cuja temática discutia *juventude, mulher e socialismo*. Neste encontro, a partir da necessidade de um estudo mais específico sobre as jovens camponesas do MMC e os debates internos feito pelos movimentos da Via Campesina, já havia decidido sobre a temática do projeto de pesquisa.

Esta realidade se repete em algumas narrativas. Noeli, por exemplo, conta que com 14 anos começou a namorar e aos 19 anos casou-se. Encontrou na figura da mãe, sua principal referência: “ela sempre teve que batalhar muito, trabalhar muito por dia, pra conseguir manter, porque o pai nunca contribuiu com nada”. Noeli deixou claro de imediato que, além de ter lhes faltado o afeto, o carinho do pai, sua vida de família, foi marcada pela união entre seus irmãos/irmãs e a mãe. Trata-se de uma narrativa reveladora de que a sua vida no campo “nunca foi muito tranqüila”, não apenas porque sua mãe e seu pai separaram-se quando ainda era criança, ou mesmo porque sua mãe com os filhos obrigou-se a dupla jornada de trabalho. O que a jovem percebe é que a falta de condições leva à exigência de esforços redobrados de seus membros, visto que cada vez mais fica difícil manter a família no campo, associado a isso está a falta de autonomia. Além disso, inúmeras dificuldades relativas à vida em família, no oeste de Santa Catarina, exigiam de seus membros, principalmente das mulheres, que assumissem responsabilidades, desde muito cedo, passando de mãe para filha, uma sobrecarga por vezes, além de suas potencialidades vividas na infância. Noeli diz:

...dos sete anos e pouco, eu praticamente, tomava conta de meus irmãos e fazia os serviços da casa depois mais, quando eu tinha uns doze anos, treze, eu comecei ir junto com a mãe trabalhar por dia. Então a gente ia aos vizinhos trabalhava, com isso comprava o que faltava, as outras coisas a gente produzia em casa. Então sempre foi assim uma vida bastante difícil (Noeli Welter Taborda).

Algumas jovens ao reclamar da sobrecarga e falta de tempo para realizar suas atividades, têm reclamado que a família não dispõe mais de tempo para dar atenção aos filhos/as “Eles tem pouco tempo. Eles vão pra roça e voltam cansados, [...] pouca atenção”. Perguntadas sobre *como gostaria de ver sua família hoje*, as respostas foram as mais variadas: A Suéli, deseja uma família “mais unida, menos guerra dentro de casa”. Alessandra afirma ter recebido muito de sua família, acrescenta: “[...] Ainda espero deles o apoio e os conselhos nos momentos de decisão”. Há uma rede de relações pela qual o ambiente familiar está condicionado socialmente, relegando à jovem um papel que lhes priva das condições de liberdade para fazer suas escolhas de vida, desestimulando as jovens a permanecerem no campo. As jovens falaram sobre o trabalho das mulheres, como resultado de sua desvalorização econômica, social, cultural e política, que têm-lhes colocado diferentes obstáculos. Rosana na carta que escreveu à mãe destaca:

Mama, ser trabalhadora camponesa não é fácil, mas você tem garra e espírito de sacrifício, acorda cedo, trabalha, trabalha, trabalha o dia todo e ainda tem tempo para fazer doce carinho pra nos aconchegar e mostrar que nos ama mais do que a si mesma, pois está sempre disposta a dar a vida por nós. (...) E quando cansada desta luta, que eu não desanime, (...) que tu não tenhas mais tanta dor nas costas, que tu

não tenhas mais a pele tão queimada, que tuas mãos não estejam mais tão sofridas, que tu se sinta mais valorizada, porque mama, você é a mulher da minha vida e me mostrou que a luta se encontra no dia a dia, que é preciso coragem pra ser mulher (...) Mãe, eu te amo (Rosana da Silva – Santa Terezinha do Progresso – 03/02/05).

Na fala de Rosana encontramos referência à mulher que na família “trabalha, trabalha muito”. Significa dizer que participa diretamente das atividades consideradas econômicas, o “trabalho na lavoura”, acorda cedo, trabalha nas lidas domésticas, e encontra tempo para o afeto aos filhos. Isso se dá em meio às condições adversas, numa situação de subordinação e de desvalorização de seu trabalho. O seu corpo expressa as marcas da produtividade, sem poder usufruir da valorização como trabalhadora. A Andréia, ao falar sobre o dia-a-dia do trabalho, disse que “é bem puxado. Diferente de um funcionário que vai faz suas horas e volta. A gente não tem horário, é meio que direto, termina uma coisa tem que começar outra”. Afirma que quando a família consegue se organizar internamente, “ainda dá um tempinho pra participação na comunidade, nos grupos que nós temos de reflexão, de cooperação. Então a gente tenta se ajudar”. No geral, observa-se que muitas mulheres continuam impelidas a desempenhar papéis secundários, não participam de negociações de cunho econômico ou financeiro em conjunto com o marido, não aprendem a manusear os instrumentos tecnológicos a disposição da família não possuem autonomia para tomar decisão nem sobre assuntos de cunho doméstico, muito menos sobre o trabalho produtivo (SOUSA, 2008, p.01). Há uma tendência de reproduzir no interior da família camponesa os condicionamentos sociais cujas praticas tentam impor atribuições específicas aos homens e papéis restritos às mulheres. As jovens começam não apenas a perceber a existência de práticas cotidianas que em seu meio muitas vezes reproduzem a condição de subalternidade, mas sobretudo formulam posicionamentos rejeitando tais situações. Quando perguntado à Ângela Roman sobre: *Se você pudesse mudar algo na família camponesa, o que mudaria*, ela acrescentou:

Essa coisa de que ainda a mulher tem que tirar o leite no sábado de tarde enquanto os homens tão no boteco. Tu que tem que sentar assim, de perminha cruzada, bebe água sem olhar pros lados e se tu olhar, pelo amor de Deus, acho que ainda existe esta idéia retrograda de meninas e meninos. (...) As meninas não tem a mesma liberdade dos meninos. As meninas se rebaixam, porque elas mesmas ajudam comentar as coisas? (Angela Roman).

Para Ângela, as jovens também reproduzem as relações de discriminação contra as mulheres quando se submetem a tais comportamentos exigidos seja por seus pais, família, escola, comunidade ou até mesmo quando se deixam influenciar pelas atitudes cobradas como certas para as meninas e para os meninos. Ângela, ao mesmo tempo em que reconhece que *as meninas não têm a mesma liberdade que os meninos*, questiona a reprodução dessa condição

desigual por parte de algumas colegas. As jovens também fizeram menção à falta de lazer, associado às poucas alternativas para as jovens.

Dificuldades no meio rural para as jovens, têm poucas alternativas. No final de semana o que as jovens vão fazer, vão ficar em casa. E se vão sair, quem tem moto, quase sempre são os meninos. Alguns pais pensam que os filhos homens têm mais direitos que as jovens mulheres. Talvez isso já esteja mudando, mas ainda não é bem nítido (Clarines Panis).

Elas fizeram questão de reafirmar que “o lazer é diferente para as jovens da roça. As condições ao acesso ao lazer são diferentes para as moças. O mais comum é o rapaz ter moto, e as jovens “ficar em casa”. “Os rapazes, por mais que tenha crise na família, sempre têm o dinheirinho deles, as moças é muito difícil..., parece que a gente não precisa, sei lá...” (Julciane). Assim as oportunidades de lazer se restringem a visitar as amigas, se reunir na comunidade, participar das festas. A renda é uma necessidade colocada pelas jovens.

2.5 Família: aconchego e conflitos

Assim, muitas mulheres organizadas no movimento passaram a questionar a visão de que a família é uma unidade cooperativa, baseada em interesses comuns e apoio mútuo. Compreenderam que as relações de poder desigual dentro da família se expressam pela prática cotidiana em que certos membros tendem a ter mais benefícios do que outros. Aos poucos, muitas jovens também começaram a questionar algumas dessas práticas vividas em suas famílias. Visto que esses debates decorrentes da prática social das mulheres que participam do movimento fazem parte das discussões das jovens, levando-as a repensarem os conceitos de família. Não há como negar que, no caso do MMC, houve uma reação individual e coletiva frente a esse processo conflitivo que provocou mudanças na forma e nas concepções de família. Isso não se fez sem conflitos, nem sem rupturas. Quando não foi possível o acordo que resultasse em novos relacionamentos, aconteceram separações, divórcio, sendo para muitas mulheres, compreendidos como sinônimo de liberdade “do jugo de um varão”, mesmo que para uma parcela de sua comunidade local poderia estar associado “a um ensinamento recebido do MMC, de ser contra a família”. “Elas vão lá naquele movimento e aprendem a ser contra os homens”. O que vemos se repetir por parte de jovens que reafirmam ser a família o lugar da paz.

A este respeito, o documento tese do MMC faz referência a *outra família comprometida*, aquela na qual seus membros, carregam em si o potencial para construir as novas relações. E o documento reafirma a importância da “Valorização da família como

forma de fortalecimento do movimento.” A família funciona como um elemento-chave não apenas para a "sobrevivência" dos seus membros, mas também quando se trata da transmissão de valores culturais, afetivos, da proteção e socialização dos mesmos, bem como, na transmissão da posse do capital econômico. A este respeito, quando não há patrimônio a ser distribuído, os problemas tomam forma e dimensão ainda maior, aumentando o sofrimento para as famílias.

Alguns estudos mostram que este papel de mediação que a família opera entre indivíduo e sociedade encontra na imagem feminina a representação universal da mulher “como eterno ventre e eterna reprodutora/protetora da família”. Não há como negar a existência de um papel conservador da família que perpassa a experiência do próprio movimento. As mulheres incorporaram condutas, padrões culturais, estabelecidas socialmente como aceitável ou não. Por exemplo, uma gravidez fora do casamento, não é algo fácil de lidar em muitas famílias camponesas dessa região. Desconstruir isso e reconstruir novos significados não é tarefa fácil. E o movimento é feito dessas mulheres que trazem suas marcas, suas histórias, suas convicções. Entretanto há um esforço cotidiano por parte das mulheres que freqüentam o movimento em reeducar-se, bem como ressignificar seu papel na sociedade. Nem por isso podemos afirmar que o MMC é conservador, embora, convive com esta realidade, na qual a família adquire um papel importante na formação de seus membros. Mais do que definir uma conceituação sobre a família, observa-se o sentido que ela adquire na experiência das jovens aqui estudadas. Pois como nos mostra Sarti (2000), a família passa a ser a concretização de uma forma de viver, no cotidiano, os fatos básicos e elementares da vida. Desta maneira, a mesma não pode ser compreendida, sem uma interpretação interdisciplinar, visto que se trata de relações de pluralidades, multidimensionais profundamente interligadas. A família passa por profundas transformações, mas não perde seu sentido. Muito pelo contrário, agregam-se novos significados. Bilac (2000), destaca que se faz necessário a busca de abordagens sobre a família “que dê conta da complexidade desse objeto, em nossos dias”, a partir de “uma *construção interdisciplinar*”, visto que se trata de uma realidade em permanente mudança, sendo que nos referimos a um universo constituído por relações diferenciadas, interligadas ao contexto social mais amplo. Para Fachin (2001), é “inegável que a família, como realidade sociológica, apresenta, na sua perspectiva histórica, desde a família patriarcal romana até a família nuclear da sociedade industrial contemporânea, íntima ligação com as transformações operadas nos fenômenos sociais” (FACHIN, 2001, p.11). A realidade familiar não é única e nem mesmo pode ser analisada de forma homogênea,

porém por se tratar de um núcleo determinante na formação de seus membros, é impossível pensar sobre as jovens, sem situá-las, no contexto de mudanças pelas quais passam suas famílias.

Chamo atenção no sentido de que se trata de um contexto em que “tudo” conspirava contra as mulheres. O caráter androcêntrico da sociedade com o primado masculino, os padrões de herança que legitima a desigualdade entre os homens e as mulheres. O peso de instituições como as igrejas, que por muito tempo havia se fundamentado na bíblia, no gênese, “sofrerás as dores do parto e obedecerás ao marido”. Os livros didáticos, a escola, a proibição de filiação das mulheres aos sindicatos, etc. No âmbito doméstico, a violência praticada contra as mulheres. E a sociedade, de modo geral, legitimando essa situação.

Trata-se de diferentes formas de percepção sobre as mudanças, que por sua vez, questionam a estruturação familiar tradicional, tida como modelo ideal. Novos arranjos familiares colocaram diferentes funções para os seus membros na sociedade contemporânea, destacando neste ambiente a necessidade de estabelecer outras leituras sobre a família numa perspectiva do direito, enquanto possibilidade democrática que visa substituir o elemento centralizador patriarcal pelo diálogo, pela reciprocidade, pela partilha do poder e pela confiança entre seus membros. Muitas jovens já não aceitam mais a disciplina rígida imposta por seus pais e irmãos. Desejam construir referências novas, re-pensar seus projetos de vida e suas perspectivas, de forma livre e sem os condicionamentos impostos pela família. Giddens (2000), aponta para a necessidade de uma *democracia das emoções da vida cotidiana*: “uma democracia das emoções é exatamente tão importante quanto à democracia pública para o aperfeiçoamento da qualidade de nossas vidas” (GIDDENS, 2000, p.72). Isto no cotidiano das jovens também apresenta-se de forma contraditória. Na família, elas não aceitam o domínio masculinizante, questionam o modelo de família e desejam construir algo diferente. Entretanto, ao deixar a “casa paterna”, muitas vezes estarão novamente sendo submetidas às ordens do patrão ou patroa, outras vezes deixam-se influenciar pelas imposições da mídia tornando-se consumidoras em potencial.

É nesta experiência conflitiva que as jovens vão encontrando caminhos e formulando suas concepções. Sarti (1999) ao descrever sobre “o jovem na família: o outro necessário”, mostra que temos dificuldade de tratarmos do problema da família, porque cada um de nós constrói um ideal de família e dos conflitos existentes entre o jovem e a família. Em muitas situações, a família tem proporcionado às jovens captar “uma ordenação do mundo segundo

as regras da sociedade em que vive.” Ou seja, “quando ouvimos as primeiras falas, não aprendemos apenas nos comunicar, mas acima de tudo, captamos uma ordem simbólica” (SARTI, 1999, p. 118.). No entanto trata-se de um processo conflitivo, segundo o qual, as jovens camponesas, no caso, militantes do MMC, começaram a discutir coletivamente sobre suas preocupações e anseios, sendo que, algumas delas, gradativamente foram re-formulando seus posicionamentos. Na maioria das vezes, essas jovens não mais aceitam passivamente as imposições determinadas pelo ambiente familiar tradicional patriarcal, embora têm se deparado com a difícil realidade de reagir contrariamente, enfrentar a discussão no interior da família, mudar de atitudes. Percebe-se, entre elas, que a busca de suas liberdades pessoais, muitas vezes têm sido a saída da casa paterna, razão pela qual, afirmam que “esse jeito que eles (pais) foram criados não serve mais”.

A este respeito adquire importância os estudos de Michelle Perrot (1993), quando mostra que a história da família é longa, feita de rupturas sucessivas, não linear e que vem sofrendo constantes modificações. Os diferentes tipos de família, (nuclear, heterossexual, monógama, patriarcal), que herdamos do século XIX, através das quais se exigia assegurar o funcionamento econômico, a formação da mão-de-obra, a transmissão dos patrimônios. Essa célula da reprodução, que formava bons cidadãos, patriotas conscientes dos valores de suas tradições, conforme a exigência da sociedade passa por transformações diversas. Em se tratando da família patriarcal, dominada pela figura do pai, cujo nome se expressa na figura do chefe representante do grupo familiar, tem a mulher e os filhos como seus subordinados. A esposa destinada ao lar, aos limites de sua casa, ajudante do marido e garantidora da fidelidade absoluta. Os filhos deviam submeter suas escolhas, profissionais e amorosas, às necessidades familiares. “Para as moças, vigiadas de perto, não havia outro caminho senão o casamento e a vida caseira”. A autora mostra que é essa família ambígua, a quem denomina *o nó*, que é rejeitado e não mais aceito nos dias atuais. O que se deseja é o *ninho* enquanto sinônimo de felicidade. A jovem deseja ser ela mesma, busca escolher sua própria atividade, sua profissão, seus amores, sua vida.

Passados os 18 anos, (...) As mulheres, talvez mais ainda, queriam ser pessoas, ir e vir livremente, viajar, instruir-se, administrar seus bens, eventualmente trabalhar e dispor de seu salário. Sonhavam com o amor e preferiam não raro o celibato a um marido imposto (PERROT, 1993, p.7.).

Não é a família em si que as jovens recusam, mas o modelo excessivamente rígido e normativo que assumiu no passado. Elas rejeitam o nó e não o ninho. Tanto é significativo,

que o “espaço familiar” para a jovem é reservado como o lugar do aconchego, do afeto, o lugar “da volta, do retorno” quando precisar. Por mais adversas que sejam as situações vividas. Algumas jovens, quando não encontrando oportunidades fora da família, por vezes quando o casamento é fracassado, quando a cidade já não lhes corresponde, busca-se o refúgio na volta à família. Porém este retorno, já não mais está ancorado pelos velhos parâmetros culturais da família, senão baseados pela reconstrução de valores novos. Como bem mostrou Ana em sua narrativa quando falava de sua auto-biografia.

Sai do campo e fui pra cidade, que era uma necessidade do momento (...), trabalhei na cidade para continuar pagar meus estudos (...) só que nós batia na questão de que não tinha condições de pagar, como era uma universidade particular. Daí surgiu a oportunidade de eu estar estudando fora, pelo movimento, pelos movimentos sociais, representando o movimento de mulheres e eu fiquei um período, um ano e meio cursando o curso de pedagogia, acabei desistindo e acabei vindo, morar na cidade de novo. Daí dei uma parada assim na minha vida, fui junto com um companheiro, não deu certo, fui trabalhar fora não era fácil. Daí eu engravidei da Anita, com 21 anos, voltei pra casa morar com meus pais, sempre tive apoio, quando engravidei, quando eu desisti do meu curso, eles não me apoiavam, mas aceitaram por ser uma opção minha. (...) Daí fui morar com meus pais, nunca deixei, neste período de participar da comunidade de ajudar, por mais que eu tava com a menina pequena sempre tive esse interesse e daí eu voltei a participar do movimento. Eu fiquei um ano afastada do movimento, mas sempre fiquei sabendo, até porque minha mãe participava. Daí eu optei por fazer um novo vestibular quando a Anita tinha um ano de idade fiz o vestibular, passei e comecei cursar um novo curso, Direito. Já passei por história, pedagogia e agora Direito. Estou no 5º período. Daí engravidei novamente, voltei a namorar com o pai da Anita e acabei engravidando da Maria Heloisa. Não deu certo, fiquei na casa da mãe. Pra mim foi uma surpresa, mas eu nunca desisti assim, sempre disse, vai ser mais um motivo pra mim continuar na luta, continuar estudando. E mesmo morando com meus pais eu sempre tive isso bem claro. E hoje eu moro no interior, na casa de meus pais, cuido das minhas filhas e estudo a noite. É mais difícil estudar dessa forma com duas crianças, mas dou mais valor, e hoje só consigo estudar porque tenho bolsa integral da universidade senão não teria essa condição. Tenho a sustentação da família que é mais importante (Ana Elza Munarini).

Para Ana Elza, que em meio à luta pelo estudo, o que considera fundamental para a realização de suas expectativas de vida, dividindo sua militância com a busca de oportunidades. Deixou a família no campo, iniciou três cursos de nível superior, um deles oportunizado pelo movimento, foi morar duas vezes na cidade, teve suas experiências amorosas, gravidez, duas filhas e nos momentos mais difíceis, retornou à casa dos pais, onde encontrou sustentação e aconchego para dar continuidade às suas buscas por oportunidades. Esta narrativa mostra que o espaço do movimento recoloca as questões da família numa outra perspectiva desconstruindo por sua vez determinados padrões culturais, por exemplo, morar junto com o companheiro sem ter casado oficialmente, engravidar fora do casamento, entre outros. Anteriormente tido como valores fundamentais para a família. No caso de Ana, o *ninho* familiar lhes possibilita a vivência de um novo valor: o retorno garante-lhes a acolhida

da nova vida. O espaço que Ana encontra na casa que reúne as famílias, lhes oferece condições para viver com suas filhas, possibilidades para continuar seus estudos e retorno a sua militância, que pela relação estabelecida com a mãe “mantinha-se sempre informada”. As famílias para as jovens adquirem sentido enquanto espaço de construção de valores propositivos, que lhes permitam alimentar os sonhos e perspectivas para suas vidas.

A casa é, cada vez mais, o centro da existência”. O lar oferece, num mundo duro, um abrigo, uma proteção, um pouco de calor humano. O que eles desejam é conciliar as vantagens da solidariedade familiar e as da liberdade individual. Tateando, esboçam novos modelos de famílias, mais igualitárias nas relações de sexos e de idades, mais flexíveis em suas temporalidades e em seus componentes, menos sujeitas às regras e mais ao desejo. O que se gostaria de conservar da família, no terceiro milênio, são seus aspectos positivos: a solidariedade, a fraternidade, a ajuda mútua, os laços de afeto e o amor. Belo sonho (PERROT, 1993, p.19).

Para muitas jovens, o sistema familiar tradicional, é *o nó*, que não mais lhes agrada, nem satisfaz. Buscam elaborar outras perspectivas. Desejam construir suas próprias experiências familiares. Querem administrar suas propriedades, em outras palavras reivindicam liberdade e autonomia para a realização de seus projetos de vida. Elas reivindicam sua própria valorização. No movimento, muitas delas têm ampliado suas possibilidades de diálogo na busca da construção de seus projetos de vida e de suas perspectivas. Entretanto, em que medida as proposições do movimento dialogam com suas realidades concretas? Até que ponto o projeto de agricultura camponesa em construção no movimento, mexe com as concepções e projetos de vida das jovens em relação à continuidade e permanência no campo? Em que medida a proposta de educação trabalhada no movimento oferece elementos para as jovens elaborarem suas expectativas? Quais são as principais reivindicações consideradas fundamentais para as jovens elaborarem suas expectativas e projetos de futuro? O que estão buscando essas jovens? É o que veremos no Capítulo III.

CAPÍTULO III – Trajetórias e a construção da proposta de agricultura camponesa

Neste capítulo analiso a formulação de propostas do MMC e suas influências na vida das jovens, a partir das questões consideradas significativas, expressas pelas mesmas, por ocasião das entrevistas realizadas. Didaticamente delimito as duas temáticas gerais relacionadas ao MMC salientadas pelas jovens: Uma diz respeito *ao projeto de agricultura*

camponesa, evidenciando a concepção do MMC sobre o projeto de agricultura camponesa, quais são seus critérios, princípios e valores. De onde se origina este debate, o que o movimento propõe com esse debate. Em que medida o debate sobre o projeto de agricultura camponesa têm dialogado com a experiência das jovens?

Busco exemplificar através da prática organizada e realizada pelas mulheres na *produção, recuperação e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças*, por intermédio da qual, as questões relativas ao acesso à terra, à renda e à autonomia devem ser compreendidas, para além de uma visão economicista, mas a partir de “valores” trabalhados internamente, para os quais a prática da *reciprocidade*⁵⁸ entre as mulheres ganha maior evidência. Para o MMC, a reciprocidade entre as mulheres e suas famílias camponesas, adquire significado quando consegue extrapolar as relações compreendidas sob a lógica capitalista que visa centralmente o lucro. Uma de suas expressões está na festa da família camponesa, através da qual, o movimento reúne as famílias e de forma recíproca as mulheres celebram e compartilham os frutos de suas colheitas, conforme veremos mais adiante.

A orientação do significado da reciprocidade no movimento está na capacidade da troca das novas sementes recuperadas, melhoradas e produzidas pelas mulheres, através de seus experimentos conforme veremos neste trabalho. Alguns autores têm desenvolvido temáticas que apontam nesta direção. Edward P. Thompson (1998), buscando melhor compreender os motins da fome na Inglaterra em finais do século XVIII e início do XIX, percebeu que o aumento do trigo e pão, devido à expansão comercial capitalista, se confrontava com normas sociais tradicionais e reciprocidades que resultavam na proteção à subsistência de camponeses, artesãos e trabalhadores assalariados. A partir daí, este autor, enfrenta o debate com a economia clássica de Adam Smith que está baseada no livre comércio

⁵⁸A este respeito ver estudo sobre RECIPROCIDADE E CAMPESINATO - Uma leitura de James Scott, Enrique Mayer, Antonio Candido e Emilio Willems, realizado por Marilda Menezes. A autora analisa como esses quatro autores desenvolvem a temática da reciprocidade a partir de configurações históricas específicas. Para James Scott, a reciprocidade é analisada como um princípio da economia moral dos camponeses, ou seja, uma economia e sociologia da ética da subsistência, objeto de seu livro *A economia moral dos camponeses* publicado em 1976. O conceito de economia moral inclui o princípio de *safety-first* (segurança-primeiro) ou “*risk-avoidance*” (risco mínimo) e a noção de justiça permeada na rede de reciprocidade entre amigos, parentes e relações entre patrões e trabalhadores ou com o estado (Scott, 1976, p.27). Scott tem como referência o caso empírico de desenvolvimento histórico da sociedade agrária da Baixa Burma e Vietnam, no período de 1930 a 1970. Destaca a reciprocidade assimétrica entre patrões e camponeses em uma sociedade de transição agrária. Na Baixa Burma, a população já era quase totalmente assalariada e à mercê do mercado de trabalho, os laços de proteção e mutualidade estavam completamente desintegrados, enquanto que na Alta Burma, esses laços ainda existiam (Scott, 1976, p.71-5). Enrique Mayer, no seu livro - *The Articulated peasant household economies in the Andes* - ao mostrar como o caso andino da agricultura camponesa persiste como um modo de vida entre outros sistemas econômicos nas sociedades contemporâneas. Estudo realizado entre as décadas de 1960 e 1990 na região dos Andes no Peru. A reciprocidade é entendida como regra básica da sociabilidade e organização comunitária entre os camponeses andinos no Peru. Antonio Candido em *Os Parceiros do Rio Bonito* escreve uma etnografia sobre os Caipiras paulistas. O livro representa uma referência central na sociologia dos espaços agrários no Brasil. A primeira edição é de 1964 e baseia-se em pesquisas realizadas no período de 1947 a 1954 nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Candido trata de reciprocidade enquanto construtor da sociabilidade no bairro e demarcador do sentimento de pertencimento. O livro de Emilio Willems, em *Uma Vila Brasileira*, publicada em 1961, também é uma etnografia da vida rural paulista na década de 50, baseada em pesquisa empírica no município de Itapeva.

das mercadorias como regulador da vida social mostrando que a vida social não se resume no *homo economicus*, mas orienta-se por normas e valores⁵⁹, daí a similaridade citada em relação ao MMC quando amplia suas relações de sociabilidades. Neste sentido, busco perceber como se posicionam as jovens no movimento das mulheres camponesas a partir de suas vivências no interior de suas famílias?

A outra questão está relacionada à luta pela *educação formal no movimento*. Como surgiu, qual é a proposta do MMC, através da qual a jovem vai sendo motivada a participar e que repercussão teve na prática das jovens que tiveram acesso a algum curso frequentado. Os cursos formais, oferecidos pelo MMC às militantes contribuem para que essas jovens ressignifiquem seus projetos de vida em relação à permanência no campo? Em que medida o fato de cursar uma faculdade pode servir de estímulo para muitas jovens buscarem outras profissões, encontrando outros espaços de realizações pessoais, familiares e sociais?

Essas foram as duas questões com maior incidência, mencionadas pelas jovens em suas narrativas, quando solicitadas que falassem sobre as propostas do MMC que mais lhes *interessam*, daí a razão de suas escolhas. Assim sendo, retomo aspectos da trajetória das mulheres agricultoras do oeste catarinense que vai desde sua participação inicial nas CEBs à constituição do MMC, destacando elementos do Projeto de Agricultura Camponesa a partir da percepção das jovens camponesas. Bem como, na luta pela ampliação dos direitos sociais, abordo a questão do acesso à escolarização das jovens.

3.1 As mulheres agricultoras e a experiência do MMA/SC ao MMC

No oeste catarinense, a experiência das agricultoras emerge com maior expressão a partir da inserção das mulheres nos movimentos sociais do campo, centralmente no movimento sindical. Conforme vimos nos primeiros capítulos, durante as décadas de 1970 e 1980, em todo o Brasil, não diferentemente em Santa Catarina, as populações rurais se depararam com a expansão da revolução verde e o fim da fronteira agrícola, que ameaçam ainda mais a pequena propriedade rural. Para enfrentar essa realidade, os diferentes grupos

⁵⁹ Malagodi e Menezes realizaram um estudo sobre o debate entre Thompson e Smith. O conceito de “*economia moral*” de E. P. Thompson: um exercício para pensar a agricultura camponesa, mimeo, 2006.

sociais vão se organizando constituindo pouco a pouco os movimentos sociais. Neste contexto adquiriu papel fundamental o apoio que esses movimentos encontraram na Igreja. Principalmente porque as mulheres mantiveram uma atuação conseqüente através das Comunidades Eclesiais de Base, CEBS. Vários estudos têm tratado sobre a influência das Igrejas, para a criação dos movimentos sociais do campo nesta região. De acordo com Gabriela Miranda Marques⁶⁰, estes movimentos “se formam dentro dos grupos da Igreja Católica ou com o apoio desta, como é o caso do MST, dos Movimentos Contra Barragens, etc.” Para Daboit, “a relação com as CEBS é fundamental para a conscientização política dessas mulheres” (DABOIT, 1996, p.37).

O Movimento de Mulheres Agricultoras⁶¹ se origina contando principalmente com o incentivo da igreja católica da Diocese de Chapecó, apoiado por Dom José Gomes, bispo da diocese na época, pela Igreja Luterana e pela presença atuante de Irmãs religiosas que optaram pela Teologia da Libertação. Esse bispo é citado e reconhecido por lideranças populares e autores⁶² locais, como grande líder animador que juntamente com muitas lideranças das pastorais sociais contribuiu no processo de formação popular, participação e envolvimento do *povo*⁶³ como sujeito na busca de alternativas para seus problemas. Casagrande (1991), que trabalhou sua dissertação de mestrado discutindo sobre Movimentos sociais do campo: mulheres agricultoras em Santa Catarina, também faz menção a influência da Igreja para a constituição destes movimentos. Tanto foi expressiva esta relação da igreja com o MMA/SC, que, em 1983, no início do movimento, em sua assembléia estadual, instância máxima de decisão do movimento no Estado, as mulheres agricultoras participantes da Assembléia, definiram manter a estrutura das CEBS, como forma de organização, preservando o sentido de *base*, que posteriormente foi influenciando nos grupos de base específicos das mulheres do MMA/SC. Discutiui-se o papel de cada militante como fundamental para a luta das mulheres. E nesta mesma assembléia, o movimento mantém o critério de trabalho por regionais conforme a Igreja havia organizado seu trabalho nas CEBS. No início, o MMA/SC, contou inclusive com a estrutura física da Igreja que disponibilizava

⁶⁰Artigo sobre o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e as Comunidades Eclesiais de base: relatos dos tempos da abertura, de Gabriela Miranda Marques - Acadêmica da sétima fase do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq. Cfine: <http://www.efh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Gabriela%20Marques.pdf>. Pesquisa feita em 11.04.2009.

⁶¹O MMA/SC hoje atua sob o nome de MMC - Movimento de mulheres Camponesas em Santa Catarina. Isso se deve a organização nacional dos movimentos autônomos de mulheres do meio rural, a partir da unificação destes movimentos marcados pelo Congresso Nacional do MMC no ano de 2004.

⁶²Pedro Uczai, professor da UNOCHAPECÓ e deputado estadual do PT, é o organizador de uma importante obra que trata da importância da atuação pastoral da diocese de Chapecó, cuja expressão está expressa no seu título: D. JOSÉ GOMES, *mestre e aprendiz do povo*.

⁶³Essa é uma categoria utilizada pelas CEBS e Teologia da Libertação. Para a Igreja da América Latina, a palavra *povo* faz referência às maiorias pobres e oprimidas, em oposição à aristocracia dominante da classe oligárquica. É uma palavra situada sociologicamente. A Igreja Povo de Deus corresponde semanticamente à expressão Igreja dos Pobres. D. Oscar Romero, por exemplo, associa esta palavra à consciência de um destino comum diante da massa sempre manipulada pelos poderosos. (Ver a homilia de 19 de fevereiro de 1978, in Mons. Oscar Romero, *Su pensamento*, tIV, p. 26.)

salas para reuniões e para alojar a coordenação. Algumas paróquias da diocese colaboravam com material para divulgação e organização.

Entretanto, há que se discordar de idéias como as de Daboit (1996), quando em sua tese defende que a igreja ao se abrir para o apoio efetivo na organização e movimento das mulheres agricultoras no início dos anos de 1980, queria manter sob sua rédea “o movimento para poder impedi-lo de ir contra os preceitos católicos”; afirmando que as mulheres foram totalmente submissas à Igreja. A discordância com tais idéias se dá em função de que neste período de emergência dos movimentos sociais no oeste de SC, paralelo às transformações sociais que vinham ocorrendo, a Igreja Católica também passava por mudanças nas suas práticas, moral e ética. Com a escolha da opção preferencial pelos pobres, iniciada com o Concílio Vaticano II (1962-65) e reforçada pela Conferência Episcopal de Puebla - México (1979), esta visão, ligada à Teologia da Libertação, possibilitou novas posturas de parcelas da Igreja frente aos problemas sociais e sobre a realidade mundial. Como instrumento de inserção na realidade, setores da Igreja passam a propagar uma aproximação com o mundo dos fiéis, re-orientando sua ação pastoral numa perspectiva em que as dimensões da política e da fé não devem ser dissociadas. Esta perspectiva passa a levar em conta os aspectos históricos, geopolíticos, sociais e culturais que aparecem implícitos nesse período. Na concepção desta igreja, as mediações concretas da história são os lugares teológicos escolhidos para levar a cabo sua existência. Para a Igreja das CEBs e da Teologia da libertação, é a presença efetiva ao lado dos pobres que permite ouvir o chamado de justiça que brota deste mundo. A missão da Igreja não é de ordem política, mas não pode permanecer indiferente ante a situação concreta vivida por seus membros e pelo povo em geral. Esta conotação adquire importância no caso das agricultoras, porque é neste contexto que ocorre a busca de alternativas para superarem os desafios pelos quais passavam suas famílias na agricultura e nesta região é forte a cultura religiosa e a ligação com a igreja principalmente no meio rural. Diga-se, a grande maioria das mulheres participam de alguma liderança nas comunidades ligadas à igreja.

Neste período, muitas agricultoras, na medida em que participavam dos cursos de formação de lideranças, liam a Bíblia, interpretavam o papel das mulheres e passavam a re-elaborar suas práticas sociais. Num primeiro momento mais centradas nas lutas de classe, foram gradativamente questionando as relações de gênero e formalizando o próprio

movimento, que recebe apoio da igreja mas é criado e organizado pelas próprias mulheres. Em relação a isto, uma fala de D. José Gomes⁶⁴ esclarece:

Nós nunca dissemos que deveria haver um movimento de mulheres. Foram elas que a partir das discussões que faziam que chegaram à conclusão de que deveria haver o seu movimento. Não surgiu da nossa idéia. Não dissemos vocês devem fazer isso ou aquilo. Ele foi surgindo. O bonito foi que a consciência dos direitos sócio-políticos, etc, foi despertando e elas organizaram o seu Movimento.

O movimento foi crescendo e não demorou muito para que seguisse seu rumo, com a busca pela autonomia das mulheres que dele participam: conforme afirma Adélia⁶⁵:

O MMC se caracteriza por ser autônomo, quem decide os rumos são as mulheres organizadas no MMC, nós não somos mandadas por sindicatos, por igrejas, nós mesmas definimos o que nós queremos. As decisões somos nós que tomamos: somos um movimento democrático e popular, as mulheres tem voz e voto. O MMC busca organizar todas as mulheres trabalhadoras do campo (Adélia Schimtds).

Conforme verificamos, nos últimos trinta anos, a história de luta e organização das mulheres trabalhadoras rurais em Santa Catarina, vem se constituindo a partir de iniciativas dessas próprias mulheres, considerando o aspecto conjuntural de emergência dos movimentos sociais do campo. Pouco a pouco foi agregando mais mulheres para o enfrentamento de problemas a que estavam submetidas, resultando em formas organizadas e coletivas. A busca de autonomia do movimento levava as mulheres a questionarem-se a si próprias em relação à sua posição no trabalho, na família, no espaço público. Ou seja, na medida em que construíam seu movimento, também se repensavam enquanto mulher e agricultora. O preconceito em relação às mulheres agricultoras, as práticas de violência em casa, nas lutas sociais, a busca pela construção de novos valores no jeito de fazer agricultura, entre outras, foram fazendo parte das *rodas sociais*⁶⁶ organizadas pelas mulheres no percurso de suas trajetórias. As agricultoras se reuniam para refletir sobre as consequências da revolução verde⁶⁷, consideradas como questões fundamentais que acompanhou a luta das mulheres ao longo dos tempos. Uma parcela das mulheres agricultoras estava sempre presente, desde o início, nas

⁶⁴GOMES, Don José Apud DABOIT, Op. Cit.p.43.

⁶⁵Entrevista com Adélia Schmitz realizada por Maria Ignez Paulilo.

⁶⁶Quando o MMA/SC começou as suas primeiras atividades, não tinham ainda uma organização mais consistente nem mesmo lugares definidos para se reunir. Era preciso fazer alguma coisa, criar seus espaços. Pois algumas agricultoras, que vinham de uma militância em outros espaços, sabiam que se fazia necessário a prática do diálogo entre as mulheres, a fim de que pudessem expressar, falar de seus problemas, de sua realidade. As lideranças das mulheres, aprendiam as idéias de que "Ninguém se educa sozinho". E começavam chamar as mulheres para a responsabilidade que lhes cabia naquele contexto. Aos sábados e domingos (geralmente a tarde) era comum nas comunidades rurais, as *rodas* de mulheres, em baixo de árvores, nos pátios de suas casas, nos salões comunitários. Algumas dessas ocasiões, com a cuia de chimarrão, pipocas, entre outros, levados pelas próprias mulheres, elas ali, reunidas, falavam, ouviam, argumentavam, refletiam e iam elaborando suas perspectivas que pouco a pouco foi consolidando o seu próprio movimento. Esse jeito que as mulheres encontraram para fazer valer suas lutas, por mim expresso na terminologia *rodas sociais*, adquire um valor simbólico que se repete nos dias atuais, resignificado pelas próprias camponesas, principalmente através das oficinas de sementes crioulas, conforme veremos mais adiante.

⁶⁷ Publicação de cartilha do Movimento de Mulheres Camponesas: Uma história de organização, lutas e conquistas, sd, p. 08. "Os impactos da Revolução Verde alteraram o modo de vida camponesa, trazendo uma série de consequências, como é o caso do endividamento nos bancos, baixo preços dos produtos, corte de subsídios agrícolas, êxodo rural e outros."

lutas gerais da classe trabalhadora, mesmo que, invisibilizadas. Aos poucos foram se dando conta de que participar de todo processo de luta sindical, mesmo sem poder votar e ser votada, se fazia necessário para criar espaços próprios de reflexão e buscas de alternativas para a superação da “condição de subalternidade” em que estavam inseridas dentro de casa, no espaço social do sindicato e na sociedade. E assim o fizeram.

Buscando uma articulação com as mulheres organizadas nos demais movimentos do campo, o movimento das mulheres realizou concentrações, celebrações, mobilizações, marcadas pelos acampamentos estaduais e nacional em datas históricas⁶⁸ e significativas como o dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher dia de luta, resistência e compromisso com a vida; 28 de maio, Dia Internacional de luta pela saúde da mulher; 12 de agosto, dia nacional de luta das mulheres trabalhadoras rurais contra a violência no campo e por Reforma Agrária; 7 de setembro, Grito dos Excluídos, 25 de novembro dia luta pelo fim da violência contra a mulher. Também intensificaram de forma conjunta as lutas pela continuidade e ampliação dos direitos previdenciários, por saúde pública, fizeram as campanhas de documentação, organizaram a formação política, direcionada aos diferentes níveis da militância e base, além de produção dos materiais próprios, entre eles, cartilhas, vídeos, panfletos, folhetos e cartazes como instrumentos de trabalho. Assim, pouco a pouco, o enfrentamento assumido de forma coletiva e individual frente ao suposto argumento utilizado na época de que as mulheres eram “representadas socialmente” por seus maridos, levou as mulheres a reivindicarem a paridade, como nos explica Renk:

As mulheres requereram também a paridade e possibilidade de associarem-se e não serem representadas. Anteriormente, na região, as mulheres associavam-se somente em caso de viuvez. Hoje muitas mulheres entendem que homem e mulher são a cabeça do casal (RENK, 2000, p.333.)

Renk, (2000) quando fala da tentativa de romper com a estabilidade, refere-se:

[...] à fração de mulheres que passam a se sindicalizar e a participar do Movimento de Mulheres Agricultoras. Expressam-se que antes eram cruas, cegas e não enxergavam. Nas falas há um momento de ruptura, de despertar, a partir do qual passaram a enxergar, já que antes estavam com a venda nos olhos (idem, p. 334).

A percepção em relação aos espaços públicos fora sendo redimensionado pelas mulheres. Seja na Igreja, sindicato, partido, no próprio movimento autônomo e outros.

Antes dos anos 80, raramente se constava em um documento a qualificação de

⁶⁸Essas datas são destacadas pelo MMC, pois têm-se construído a nível nacional, unidade no direcionamento dos debates e das ações realizadas pelos movimentos nos estados, que forma fundamentais para o processo de consolidação do movimento nacional., o MMC do Brasil.

agricultora, e sim a de prendas domésticas ou do lar. Se anterior a 1988 esta qualificação era indiferente, com os direitos conquistados na Constituição daquele ano, passaram a exigí-la (idem p.335).

De “prendas domésticas”, “rainha do lar”, as mulheres do meio rural conquistaram uma identidade coletiva passando a exigir no recadastramento do título eleitoral a sua profissão de agricultora. Houve todo um processo intensivo de lutas, através de manifestações em cartórios eleitorais da região, protestando contra a qualificação que rotineiramente constava como “do lar” ou “prendas domésticas”, reivindicando para que fosse substituída por “agricultora”. Ao mesmo tempo, em que as mulheres foram se envolvendo neste processo, foram se convencendo da importância de conquistar e assumir essa sua profissão. Se é verdade que esta experiência lhes conferiu, no interior de muitas famílias, a reivindicação do poder de decisão, pois mais mulheres começaram a envolver-se opinando e argumentando suas opiniões na vida familiar. Há que se dizer também que, o fato de “sair de casa, envolver-se mais na comunidade” e na luta sindical contribuiu para as mulheres dialogarem sobre as decisões familiares que até então pertenciam ao marido. Assim, elas foram se tornando visíveis social e politicamente. O que não ocorreu sem a eminência de conflitos devido ao processo de desconstrução de determinados padrões culturais. Uma das questões a destacar é que “o esforço feminino nas lidas agrícolas passa a ser enunciado enquanto trabalho e não ajuda. Na esfera moral, trabalho feminino, visto é avaliado enquanto ajuda, pressupunha posições hierarquizadas e de subordinação” (RENK, 2000, p. 336). Essas questões são trabalhadas no movimento. Renk destaca:

“Nas reuniões do MMA é freqüente alguém dizer que está “ajudando” o marido na lavoura, logo, em coro, corrigem-na: trabalhando; o que consiste num esforço na interiorização dessa categoria” (p. 336).

As mulheres vão aprendendo a resistir e propor outra relação de trabalho na unidade de produção, com o intuito de superar e romper os limites da cultura patriarcal⁶⁹ e do modelo capitalista que considera o trabalho da mulher como trabalho improdutivo, sendo que esta concepção é reproduzida nas relações sociais pelas instituições: família, escola, meios de comunicação, religião e outros. Assim pode-se perceber que ao longo de sua trajetória, o MMC foi reafirmando a luta das mulheres na perspectiva de gênero e de classe. Para as mulheres que militam há mais tempo no movimento, a luta pela igualdade nas relações está profundamente ligada a sua identidade como trabalhadora. Assim, também, gradativamente,

⁶⁹Para o MMC um dos desafios a serem enfrentados, reside na “consciência de que o patriarcado se reproduz sob quatro pilares, ou seja, a dependência econômica das mulheres, o não direito de decidir sobre seu corpo, a pouca participação nos espaços de decisão e a violência exige do movimento um aprofundamento maior para poder enfrentar os problemas e construir alternativas.” (Cartilha do Movimento de Mulheres Camponesas, Uma história de organização, lutas e conquistas, sd, p. 34 e 35).

as lutas específicas e gerais foram se traduzindo enquanto principal espaço educativo e elemento formador da nova mulher camponesa. Neste meio, estão se desenvolvendo as jovens camponesas. Elas nascem, num contexto em que as mulheres, muitas delas são suas mães, começam enfrentar, o debate em torno das relações na família, a questão do trabalho, entre outras. Algumas acompanhando de forma mais atuante, outras menos. Convivem com representações e concepções diferenciadas que perpassam o universo familiar. Das que foram entrevistadas, a maioria dessas jovens teve alguma participação assumindo, em determinados momentos, as bandeiras de lutas do movimento em Santa Catarina, o que contribuiu para o avanço da organização a nível nacional. Também permitiu maior visibilidade tanto do movimento quanto da presença jovem que se renova neste espaço buscando valorização da profissão de agricultora e do conjunto de relações que perpassa a vida camponesa.

Entre as principais bandeiras de luta desde a origem do movimento, destaco: a luta pela emancipação da mulher, a luta pelo direito à sindicalização, políticas agrícolas, documentação pessoal e profissional, direitos previdenciários - a garantia da condição de seguradas especiais (aposentadoria, auxílio acidente de trabalho, auxílio doença, salário maternidade⁷⁰, pensão às viúvas...), e a participação política da mulher na sociedade. Após as primeiras conquistas dos direitos previdenciários, o movimento intensificou suas lutas contra o modelo de agricultura extensiva, química e industrial, principalmente contra as sementes transgênicas. As mulheres começaram a refletir sobre as conseqüências deste modelo de agricultura e a partir daí foram propondo outro projeto de agricultura.

3.2 Projeto de agricultura camponesa

Esta temática norteou o debate da VIII Assembléia estadual de 2001, onde as mulheres decidiram trabalhar na perspectiva de construir um projeto de agricultura camponesa agroecológica. Este é um dos pilares da luta do MMC em âmbito nacional. Conforme podemos verificar no documento tese do movimento, as mulheres esclarecem três razões que lhes motivam a lutar nesta direção:

⁷⁰O Salário Maternidade foi conquistado em 1994, trazendo consigo o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, provocando na sociedade o debate sobre a função social da maternidade. Junto com isso, está a questão da seguridade social que inclui previdência, assistência e saúde pública.

Projeto Popular de Agricultura:

- pela viabilização de políticas agrícolas como por exemplo crédito especial para mulheres⁷¹;
- pela defesa, preservação, conservação da água e das sementes crioulas, patrimônio da humanidade, como garantia da soberania alimentar;
- pelo direito à terra através da Reforma Agrária e fim do latifúndio e estabelecendo o limite de propriedade (Documento Tese do MMC, 2004, p. 5).

Trata-se de aspectos determinantes quando se pensa nos projetos de vida e perspectivas das jovens camponesas. O crédito especial para as mulheres, além de se constituir enquanto possibilidade concreta para efetivar na prática o aprendizado que vivenciam no movimento, poderá lhes autorizar a fazer suas próprias experiências com maior autonomia. Também, poderá desenvolver a produção de alimentos saudáveis, oferecendo às famílias melhor qualidade de vida bem como agregar valor e formação de renda para as mulheres. A perspectiva da agroecologia, na luta pela soberania alimentar vai, por sua vez, possibilitando às mulheres e suas famílias uma re-elaboração no jeito de fazer agricultura alterando seu modo de vida. Sendo que estas questões estão articuladas com a luta pelo direito à terra através da reforma agrária⁷², que só será possível com mudanças estruturais mais amplas, entre elas o fim dos latifúndios. Buscando aprofundar este debate, em 2002 o MMA/SC, discutiu formas de concretizar este projeto e organizou o *programa de produção, recuperação e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças*. Isto se dá de forma articulada ao debate internacional dos movimentos do campo da via camponesa que lançam a *campanha mundial "sementes patrimônio da humanidade"*⁷³. Neste contexto, as mulheres organizadas no MMC assumem a recuperação de sementes crioulas de hortaliças. Esta decisão aponta para duas necessidades: a prática da recuperação das sementes e produção de alimentos saudáveis e maior motivação das mulheres para a necessidade de estudar. Para construir o projeto de agricultura camponesa agroecológica cada uma "deve se tornar cientista de sua própria profissão". Para o movimento, trata-se de uma luta difícil cheia de dificuldade, contradições e limites. Uma luta de enfrentamento local e que mexe nas relações de produção

⁷¹ Entende-se que na luta por Política Agrícola está inserida a questão dos preços justos, infra-estrutura para o campo, direito à habitação digna para quem vive no meio rural.

⁷² O MMC está de acordo com as posições explicitadas por João Pedro Stédile quando em entrevista afirma: A luta pela reforma agrária vai existir enquanto tivermos na sociedade brasileira a contradição entre 30 mil fazendeiros, 4 milhões de famílias sem-terra e 11 milhões de famílias que estão em programas assistenciais do governo. Menos de 1% dos proprietários controla 46% de todas as terras no Brasil. (...) A sociedade brasileira precisa discutir como enfrentar a crise econômica que está aí. Precisamos discutir como produzir alimentos sem agrotóxicos, como ter uma agricultura sustentável, como preservar a terra, a água e a biodiversidade, que são bens da natureza, repartidas entre todos os brasileiros, e não apenas entre fazendeiros e empresários. (Cfme Entrevista de João Pedro Stedile na página na internet da revista EPOCA.

<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI64249-15223,00->

[NUNCA+USAMOS+DINHEIRO+PUBLICO+PARA+FAZER+OCUPACOES.html](http://www.nunca.usamosdinheiropublico.para.fazerocupacoes.html)) Pesquisa feita em 21.03.2009.

⁷³ O objetivo desta campanha é defender os direitos de agricultores/as camponeses/as e familiares, dos povos indígenas e quilombolas de produzirem, guardarem e trocarem as sementes, mas também de questionar a ofensiva neoliberal de monopolizar e comercializar todas as formas de vida.

no campo presente em muitas famílias. Pacheco (2002), fala do projeto para a agricultura pensado e proposto pelo MMC :

O Movimento de Mulheres Camponesas, por exemplo, defende um projeto popular para a agricultura, através da agroecologia, da preservação da biodiversidade, do uso das plantas medicinais, da recuperação das sementes como patrimônio dos povos a serviço da humanidade, da alimentação saudável como soberania das nações, da diversificação da produção e da valorização do trabalho das mulheres camponesas. Sublinham a necessidade de fortalecer experiências de resistência para a construção desse projeto. Relacionam esta pauta com o desafio de enfrentar a cultura patriarcal machista, com suas formas de opressão, discriminação, subordinação e culpa impostas às mulheres e pobres (PACHECO, 2002, p.17).

Com o crescimento da ofensiva do capital no campo, particularmente com as mudanças nas formas de produzir e na caracterização do trabalho agrícola, conforme visto anteriormente imposto pelo pacote de modernização da agricultura no oeste catarinense, as camponesas do MMC⁷⁴ perceberam que debater e aprofundar sobre um Projeto Popular de Agricultura Camponesa, requer antes de tudo considerar aquilo que para o movimento se constitui enquanto “valores, princípios e limites da agricultura camponesa”. Neste debate o movimento recupera o *trabalho familiar como valor que garante a produção diversificada de auto-sustento e renda*. “Possui uma ciência de combinar a produção vegetal e criação animal o ano todo”. (Cartilha – Mulheres Camponesas em defesa da saúde e da vida. MMC Nacional, s/d. pg. 29). O respeito à terra e à natureza é absorvido na convivência que pode renovar a relação entre a mulher, o homem e destes com a natureza. A comunidade adquire sentido enquanto lugar de sociabilidades e trocas permanentes. Os princípios defendidos neste ‘Projeto de agricultura camponesa’ são baseados na agroecologia que recomenda a preservação do meio ambiente como condição de viver, com o cuidado com os recursos naturais (terra, água, ar, biodiversidade, energia...) como bens comuns, patrimônio da humanidade. Incentiva a produção e economia camponesa enquanto possibilidade para a autonomia das famílias no auto-sustento e renda, integrando campo e cidade. E desloca o controle dos meios de produção tanto no que diz respeito a quem detém o poder, neste caso as multinacionais ou os/as camponeses/as, quanto ao seu direcionamento, isto quer dizer que

⁷⁴Neste mesmo período, os movimentos autônomos⁷⁴ no Brasil aprofundam o debate sobre a construção de um movimento nacional. Em Santa Catarina as mulheres organizadas no Movimento de Mulheres Agricultoras – MMA/SC, realizam por ocasião dos 20 anos de existência o mutirão de organização nos grupos de base. Este mutirão encerra com o III Congresso do MMA/SC, realizado em Chapecó, em novembro de 2003, entre outros desafios, o congresso estuda a proposta de consolidação do movimento autônomo nacional. A necessidade de unificar as lutas feministas, aprofundando a história das mulheres e de elaborar coletivamente a intervenção política para a construção de uma sociedade igualitária aponta para a constituição de um movimento popular, autônomo, classista e feminista. Este processo leva a realização do congresso nacional, em Brasília, de 5 a 8 de março de 2004. Nesta mobilização que reuniu mulheres de 16 estados, marca a consolidação do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC. Depois disto no estado Santa Catarina continuou o processo de debate sendo que na IX Assembléia Estadual, realizada em Itapiranga/SC, em novembro de 2004, o MMA/SC passou a se denominar Movimento de Mulheres Camponesa em Santa Catarina – MMC/SC.

*está à serviço do lucro, ou a serviço da vida*⁷⁵. Assim, quando o movimento problematiza suas ações a partir de um projeto de agricultura camponesa, ele está querendo dizer que:

É preciso pensar o acesso e controle dos meios de produção (terra, equipamentos, tecnologia), que possa garantir a segurança e soberania alimentar, a recuperação das sementes crioulas ou tradicionais, respeitando a diversidade local e regional. Distribuir renda inclusive para as mulheres significa valorizar e reconhecer o trabalho da mulher na produção de alimentos diversificados e saudáveis (Cartilha – Mulheres Camponesas em defesa da saúde e da vida. MMC Nacional, s/d. pg. 31).

Para o MMC, este debate requer uma nova compreensão do trabalho da mulher enquanto possibilidade de humanização e emancipação. Pois, o movimento esclarece as mulheres no sentido de que a agricultura camponesa também reproduziu padrões e limites da cultura patriarcal de opressão da mulher, do modelo capitalista de exploração da classe trabalhadora, e estas práticas precisam ser superadas. Por muito tempo, a dominação de gênero e a exploração de classe vem tratando a mulher como um ser inferior, menos preparada, invisibilizando seu trabalho e suas potencialidades, e desprovida de autonomia. E isso precisa ser superado na perspectiva de transformação social. Assim, o desenvolvimento de tecnologias simples, acessíveis, adequadas e que apresentam resultados satisfatórios, adquire importância quando se propõe tornar o trabalho no campo mais leve, gratificante, rentável, valoroso e que a presença feminina também signifique poder de decisão. Faz-se necessário a combinação entre projeto de vida e projeto de sociedade, por intermédio da qual será possível uma vida melhor, mais alegre, saudável, ecológica e de solidariedade. A valorização de uma cultura *camponesa e feminista*⁷⁶, que incorpore elementos e redimensione as relações sociais e com a natureza, respeitando a cultura camponesa, suas crenças, rituais, festas, mutirões entre outros. O movimento destaca que “fazer agricultura camponesa não se trata de voltar ao passado, mas sim de re-significar valores da cultura camponesa de autonomia, de diversificação da produção, de cuidado com o ambiente, de novas relações.” (Cartilha – Mulheres Camponesas em defesa da saúde e da vida. MMC Nacional, s/d. pg. 30). Este debate vem associado à reflexão que o MMC realizou sobre:

[...] as conseqüências dos venenos, insumos, doenças e a liberação das sementes transgênicas, das quais o movimento se posicionou contrariamente. A luta contra o pagamento da Dívida Externa, contra as políticas do Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) porque estas instituições interferem na matriz produtiva mundial e impõem a

⁷⁵Esta é uma expressão utilizada pelas CEBs, pela igreja, levada para o movimento.

⁷⁶Para o MMC, “o feminismo se constitui enquanto atitude política que analisa as relações de gênero, étnico-raciais e de classe, realiza o enfrentamento ao patriarcado e busca a construção de uma sociedade igualitária com a socialização do poder, das riquezas e do saber”. O feminismo é uma referência histórica de análise relações de gênero, étnico-raciais e de classe expressos nas lutas (...) de emancipação das mulheres no mundo. (Cartilha MMC, sd, p. 15).

monocultura, o uso de agrotóxicos, as sementes transgênicas que destroem a biodiversidade e ameaçam a soberania nacional (Cartilha - Movimento de Mulheres Camponesas – uma história de organização, lutas e conquistas, p.17).

Percebe-se que o MMC ao longo de seu processo de constituição, vai intensificando as lutas contra a dominação e subordinação das mulheres e da sociedade, buscando formas concretas de intervenção social. Pois, as raízes dessa opressão, encontram sua origem, no sistema capitalista e patriarcal. Para o movimento, as lutas conjunturais, a luta pelos direitos previdenciários devem estar, intimamente ligadas à luta contra o sistema capitalista que é quem determina a lógica na agricultura, sendo este comandado pelas transnacionais. Estas questões foram sendo cada vez mais discutidas entre as mulheres que participam do movimento. Por ocasião da oitava assembleia estadual, o MMC:

Decidiu pelo enfrentamento do modelo de agricultura capitalista e a busca de ações concretas para avançar no projeto de agricultura agroecológica, a partir do cotidiano das mulheres. (...) O movimento assume o programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças (idem).

A partir de 2002, a compreensão das mulheres e do movimento em relação ao seu papel na defesa da soberania alimentar aparece com maior evidência. As mulheres que participaram desse debate começaram a desenvolver essa prática que busca a recuperação, a produção e o melhoramento de sementes crioulas de hortaliças.

O programa está sendo desenvolvido com grupos de base do MMC/SC e que mostraram interesse em estudar e desenvolver as experiências em suas unidades de produção e em suas comunidades. As atividades são realizadas em oficinas regionais, utilizando uma metodologia com os princípios da educação popular. Para compor o público participante, as coordenadoras municipais do movimento identificam as mulheres interessadas e quais sementes elas querem recuperar e cultivar. Essas mulheres e suas experiências vão se transformando em referência para outras que vão se agregando ao programa (*Baseado em texto de Inês Claudete Burg Eng. Agrônoma, GT Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia*) e *Carmem Munarini (Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina)*.

Foram organizados grupos de mulheres em 59 municípios, envolvendo 977 mulheres⁷⁷ que estão recuperando variedades de hortaliças⁷⁸. Após a realização das oficinas regionais, aconteceram os seminários para avaliação das atividades, aprofundamento dos temas trabalhados e encaminhamento de propostas para continuidade do programa. No ano de 2003,

⁷⁷TECCHIO Andréia, MACAGNAN Ivo Severino, MUNARINI Carmem.. *Práticas de Recuperação, Produção e Melhoramento de sementes crioulas de hortaliças do MMC/SC*. Caderno número 1 do MMC. Estampa Editora Gráfica Ltda, Chapecó/SC, 2005, p. 40.

⁷⁸Entre as variedades de sementes recuperadas, melhoradas e produzidas pelas mulheres, destaca-se: cenoura, tomate, alface, pepino, radiche, feijão-de-vagem, melão, melancia, pimentão, orégano, salsa, batatinha, chicória, rúcula, mostarda, quiabo, chuchu, couve, alho, morango, jiló, melancia de porco, ervilha, gengibre, fava e batata cará.

em Curitiba, o MMA/SC realizou o Seminário sobre a agricultura agroecológica por intermédio do qual as mulheres socializaram as sementes crioulas que já haviam produzido e recuperado em suas propriedades. Com o Lema *Filhas da Terra produzindo sementes crioulas, alimentando sonhos de libertação*, o movimento motivou ainda mais as camponesas para a continuidade na luta pelo que chamou de *novo jeito de viver na agricultura*. O movimento orienta as mulheres no sentido de que a construção do projeto de agricultura camponesa se fortalece na medida em que as mulheres recuperam as sementes crioulas, as plantas medicinais, as árvores frutíferas e nativas, as fontes e nascente de água, produzem de forma diversificada o auto-sustento e a renda, bem como, passam a assumir a reeducação alimentar, buscando estabelecer novas relações entre as famílias e destas com a natureza. Pois, “para as mulheres do MMC, a defesa da Agricultura Camponesa deve ter um objetivo de transformar o Brasil em uma nação justa, soberana e digna, que tenha no campesinato a base da produção de alimentos e da preservação da biodiversidade”.

Vale destacar que tais orientações do movimento mobilizaram mais mulheres, que através dessas oficinas, começaram aos poucos alterar algumas formas de trabalhar na unidade de produção. Intensificou-se a prática da partilha das sementes crioulas produzidas pelas mulheres, muitas delas motivaram-se para o estudo da agroecologia, outras começaram a repensar a diversificação da produção de auto-sustento levando a uma maior variedade e qualificando a dieta alimentar. Este estudo possibilitou o conhecimento nutricional dos alimentos orgânicos em relação a agricultura convencional como vemos na tabela⁷⁹. Também a prática de produção, recuperação e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças desenvolvida pelo MMC oferece possibilidade às mulheres avançar na compreensão do conhecimento prático-científico.

⁷⁹BENEFICIOS NUTRITIVOS DE VERDURAS BIOLÓGICAS

	CALCIO	MAGNESI O	POTACIO	SÓDIO	FERRO	COBRE
ALFACE						
Biológico	40,5	60,0	99,7	8,6	227	69,0
Convencional	15,5	14,8	29,1	0,0	10	3,0
TOMATE						
Biológico	71,0	49,3	176,5	12,2	516	60,0
Convencional	16,0	13,1	53,7	0,0	9	3,0
ESPINAFRE						
Biológico	23,0	59,2	148,3	6,5	1938	53,0
Convencional	4,50	4,5	58,6	0,0	1	0,0
FELJAO						
Biológico	96,0	203,9	257,0	69,5	1585	32,0
Convencional	47,5	46,9	84,0	0,8	19	5

Estudo Realizados por la Rutgers University (Miliequivalentes de minerales por 100 gramas) Fonte: Boletín de la asociación VIDA SANA, verno del 2002. pg. 10-12. Científicamente lãs alimentos biológicos son más seguros y mas nutritivos! KIRCHNER, Maria Helena, COLLET Zenaide *Alimentação: uma necessidade vital. Caderno 2 MMC*, Estampa Editora Gráfica Ltda, Chapecó/SC, 2006, p. 26.

Nesta perspectiva, o MMC foi criando formas de divulgar, informar, animar as mulheres que estão assumindo este desafio. Em 2006, o MMC/SC realizou na comunidade Faxinal dos Rosas⁸⁰ em Chapecó/SC a primeira festa da família camponesa que teve como lema: *somos da família camponesa*. Na festa, o movimento reuniu as famílias que através de apresentações, “almoço natural”, banca de sementes, reflexão apontando para a necessidade de avançar na discussão sobre o *jeito de viver no campo* e foi socializado as conquistas e frutos da produção agroecológica. Em 2007, o MMC a nível nacional lança a Campanha Nacional pela produção de alimentos saudáveis, com o lema: *“Produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza”*. Em novembro de 2008, o MMC realizou a *segunda festa da família camponesa em São Miguel do Oeste/SC*, onde as mulheres organizadas nos grupos de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças apresentaram nas bancas as sementes que recuperaram alimentos, sucos, artesanato, plantas medicinais, mudas de árvores nativas entre outras. Foi uma festa diferente daquelas que se realizam periodicamente nas comunidades rurais. A troca de experiência, a divulgação e apresentação do trabalho das mulheres, é mais uma forma encontrada para dialogar com as famílias camponesas sobre os desafios e possibilidades existentes no campo.

Aos poucos, as mulheres estão aprendendo que as sementes são um patrimônio da humanidade a serviço dos povos, não devem ser vendidas e nem negociadas, mas sim compartilhadas entre os povos, pois são eles os eternos guardiões deste bem natural. Porém, esta constatação não está isenta de conflitos, impasses e contradições. Logo que as mulheres assumiram este programa de recuperação das sementes crioulas de hortaliças, houve um entusiasmo maior. Mas no processo de continuidade, elas foram se dando conta de que se tratava de mudanças no modo de fazer agricultura e isso começou não agradar a todas. Muitas desistiram e os grupos ficaram menores. Aquelas que continuaram, precisaram ir discutindo com a família o processo de transição da agricultura convencional para a agricultura agroecológica e isso não é nada fácil. Nesse sentido, também nem todas conseguiram dar este passo devido às questões já colocadas do modelo capitalista e da cultura patriarcal ainda muito impregnado no contexto camponês. Para aquelas que permaneceram nos grupos, o processo de implementação também não é homogêneo. Há que se considerar que no movimento já existe um acúmulo na experiência, principalmente pela atuação das camponesas

⁸⁰O local Faxinal dos Rosas, carrega um forte simbolismo. De um lado, é a terra da família Rosa Kiliam, cujos filhos e netos estão engajados em diferentes movimentos sociais. De outro, o faxinal era, no período anterior à colonização, um espaço de criação que compatibilizava a criação de gado e plantio, mantendo as árvores, principalmente os pinheiros. De modo geral, os faxinais carregam o nome das famílias. O modo tradicional de vida nos faxinais poderia ser qualificado como pré-capitalista e imbuído de uma economia substantiva, a exemplo do estudo por Karl Polany, em *A Grande Transformação*.

monitoras que desde 2002 vem exercitando e coordenando este trabalho, estudando e praticando em suas hortas e propriedades a produção baseada na agroecologia. Umas avançaram, outras ainda estão iniciando as experiências, mas conforme constata o MMC “o importante é que há o trabalho e a proposta de uma agricultura ecológica”. Isto motiva as mulheres a estarem permanentemente pensando suas bandeiras e estratégias de luta.

3.3 Crédito Especial para as Mulheres

Uma das estratégias para criar melhores condições para as mulheres e viabilizar a unidade de produção, foi a proposição apresentada pelo MMC ao governo de uma nova linha de Crédito Especial para as mulheres, com o intuito de garantir à mulher camponesa:

a) Acesso ao Crédito independente de seu estado civil; b) que a mulher tenha autonomia de acesso, mesmo que seu marido já tenha solicitado outro Crédito (isto porque no período da elaboração da proposta, se o marido tinha crédito, a mulher ou mesmo o filho não poderia ter; c) liberação do Crédito para a mulher sendo ela a titular ou não da terra. (porque o título de posse de terra na maioria dos casos está em nome do marido); d) que o aval seja solidário no grupo de mulheres. Que o Crédito Especial seja subsidiado; e) terão acesso ao Crédito Especial: pequenas proprietárias, assentadas, arrendatárias, parceiras, meeiras, pescadoras artesanais, extrativistas, quebradeiras de coco. O Crédito Especial servirá para: Produzir alimentos saudáveis. Recuperar o valor e produzir sementes crioulas. Investir em ervas medicinais, hortaliças, frutas e ajardinamento. Investir na criação de pequenos animais. Proteger e recuperar mananciais de água. “Precisamos garantir a aquisição da infra-estrutura necessária para a industrialização dos alimentos, construindo, por exemplo, moinhos coloniais, fabriquetas de embutidos, conservas, compotas, entre outros” (Folder MMC, 2005).

Para o MMC: “O crédito viabiliza renda, qualifica a participação das mulheres como protagonistas do processo de acesso às políticas públicas, gerenciamento e execução do investimento, superando a cultura de “pedir licença” para o marido, o sindicato ou gerente do banco, como acontece em outros créditos oferecidos para as mulheres” (Carta MMC, 2005). Mesmo não conseguindo uma conquista maior, existe um entendimento no MMC de que as bandeiras de luta pelo *crédito especial* contribuiu para que o governo criasse o *Pronaf*

*Mulher*⁸¹ como parte integrante das políticas públicas para as mulheres, o que evidentemente tem sua importância pelo reconhecimento da mulher enquanto sujeito político e agente econômico. Porém, ainda, não responde centralmente às reais necessidades das mulheres, nem mesmo contempla integralmente as propostas apresentadas pelas agricultoras, não satisfazendo às expectativas deste movimento, visto que um número considerado insignificante de mulheres tiveram acesso ao Programa⁸².

Para termos uma idéia dos parques investimentos na Agricultura Camponesa, o Pronaf Mulher de 2003 e 2004, foi acessado por somente 600 mulheres no Brasil⁴, isto que, o governo liberou apenas três milhões de reais. Avaliou-se que as mulheres não acessaram o tal PRONAF, por motivo de impedimentos burocráticos, desde os sindicatos, AS EMATERs, bancos etc. Os poucos créditos que as mulheres conseguiram acessar, era para algo que já estava definido: servir ao modelo de agricultura dando lucro para as empresas de agro-químicos e aos bancos (Texto: A LUTA DAS MULHERES CAMPONESAS CONTRA OS DESERTOS VERDES NO RIO GRANDE DO SUL. Isaura Isabel Conte, militante do MMC/RS).

As mulheres do movimento também constataram que as linhas de crédito existentes não são direcionadas ao fortalecimento da agricultura camponesa, sendo que a mesma não tem contribuído para romper com a lógica imposta pelo modelo de agricultura química. Acrescido a isso se destaca o olhar das camponesas sobre as exigências burocráticas e a cultura patriarcal existentes que têm inviabilizado às mesmas a esse tipo de crédito.

Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, foram acessados apenas 660 contratos de Pronaf/Mulher, para a safra 2004/2005, em todo o Brasil. Esta é a linha de crédito oferecida às camponesas para a produção nas pequenas propriedades rurais. Isso prova a inviabilidade desta linha de crédito, onde as camponesas esbarram na burocracia e na estrutura familiar para o qual o projeto foi concebido (texto interno / MMC, 08/03/2007).

Estudiosos como Souza (2006), alerta sobre a importância da implementação de políticas públicas que promovam a inclusão social, como forma de contribuição para que os diferentes segmentos possam avançar nas respostas em torno de suas demandas e perspectivas para a conquista de uma vida melhor. Entretanto:

⁸¹PRONAF MULHER - Programa de apoio à mulher na agricultura familiar. Tem como OBJETIVOS: Apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. São consideradas BENEFICIÁRIAS: as mulheres, independentemente de sua condição civil, que pertençam a unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos "C", "D" ou "E", comprovado mediante "Declaração de Aptidão ao PRONAF" - DAP. Considerados ITENS FINANCIÁVEIS: Atendimento de propostas de crédito relacionadas com projetos específicos de interesse da mulher integrante da unidade familiar de produtor rural, sempre que o projeto técnico ou a proposta de crédito contemplar atividades agregadoras de renda e/ou novas atividade exploradas pela unidade familiar. São oferecidas as seguintes CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO: Encargos Financeiros: a) 3,00% a.a. nas operações dos Grupos "C" e "D"; b) 7,25% a.a. nas operações do grupo "E". Este programa prevê Carência de até 3 (três) anos ou até 5 (cinco) anos, quando a atividade assistida requerer este prazo e o projeto técnico ou a proposta de crédito aprovar a sua necessidade. A Amortização é de até 5 (cinco) anos. Quanto à Forma de Amortização: a periodicidade de pagamento do principal poderá ser mensal, trimestral, semestral ou anual. GARANTIAS: aval, penhor e hipoteca quando requerida, na proporção de 150% do valor do financiamento proposto.

⁸²Reconhece-se que de 2003/2004 para cá houve avanços importantes relativos ao PRONAF MULHER, porém, na visão do MMC, trata-se de um campo de lutas que muito se tem a avançar para que venha corresponder com as diferentes realidades camponesas.

Ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população (SOUZA, 2006, p.20).

O movimento entende que é preciso pensar nas mulheres camponesas como demandantes de políticas públicas que venham fortalecer e potencializar o seu trabalho na perspectiva dos direitos, que devem ser tratados a partir da ótica da singularidade, visto que as mesmas sempre contribuíram socialmente, mesmo desenvolvendo atividades⁸³ cotidianas embora nem sempre valorizadas. As mulheres camponesas demandam muito além de cursos de formação, de escola, de política educacional, de política de proteção contra os riscos de desvios. Demandam políticas na área da produção, da cultura, da participação, dos direitos. Políticas públicas que contribuem na construção de um projeto de agricultura camponesa que crie condições e possam motivar a juventude. A viabilização de recursos em forma de crédito especial para as mulheres, para que elas mesmas realizem a administração e execução dos projetos é uma forma de assegurar a experiência baseada na agroecologia proposta pelo movimento. “Este crédito especial servirá para produzir alimentos saudáveis, sem a utilização de agrotóxicos, recuperar e produzir sementes crioulas, investir na produção de ervas medicinal, hortaliças (...)” (Arquivos internos MMC, 2007).

O movimento esclarece que um projeto de agricultura camponesa agroecológica não será possível sem a garantia de políticas públicas como forma de “viabilizar, potencializar, facilitar, ampliar e garantir direitos das trabalhadoras e trabalhadores do campo” (Cartilha: Mulheres Camponesas em defesa da saúde e da vida. MMC, Brasil, sd, p. 31.). Neste sentido as principais demandas para garantir *a construção de um projeto popular de agricultura*, tem se apresentado até aqui enquanto bandeiras de suas lutas, que são: Reforma agrária com acesso à terra para as mulheres produzir alimentos saudáveis; Previdência pública universal e solidária⁸⁴; Saúde Pública; Subsídio público⁸⁵; Documentação pessoal e profissional; Moradia digna, saneamento, luz, estradas; Investimentos públicos na pesquisa, ciência e tecnologias⁸⁶; Políticas públicas de combate à violência e proteção das mulheres e das crianças; Política de comercialização e aquisição direta de alimentos e produtos da agricultura camponesa; Educação popular do campo com o princípio da construção consciência emancipatória. Para

⁸³Produção de alimentos, criação de pequenos animais, organização da casa, proteção de fontes, ajardinamento, horto medicinal, transformação de alimentos em doces, embutidos, conservas.(...).

⁸⁴Neste sentido o movimento luta pela garantia da condição de seguradas especiais e dos direitos adquiridos (salário maternidade, aposentadoria, auxílio doença, acidente de trabalho, auxílio reclusão), bem como a ampliação dos direitos até aqui conquistado na luta.

⁸⁵O movimento defende investimento na agricultura camponesa, com a garantia de recursos para as mulheres, acesso e autonomia na administração dos mesmos. Bem como o seguro agrícola para reposição de perdas de produtos atingidos por intempéries.

⁸⁶Para o MMC, se faz necessário investir na pesquisa, ciência e tecnologia a serviço da vida, adequadas às necessidades da agricultura camponesa agroecológica e que venha facilitar o trabalho no campo, bem como, de acesso a todos.

as mulheres do movimento existe uma consciência planetária enquanto aprendizado que levadas à formulações em torno da vida camponesa:

O campo não é o lugar de quem não teve oportunidade na vida. Estar no campo hoje é acima de tudo uma opção e uma missão de produzir alimentos saudáveis, preservando os bens naturais comprometidos com a vida, a saúde e a justiça para todos (Cartilha - Movimento de Mulheres Camponesas – uma história de organização, lutas e conquistas, p.31).

*Como começar*⁸⁷ na prática a construção do projeto popular de agricultura? Essa questão é estudada pelas mulheres nas oficinas que realizam através da prática de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças. Percebi que as jovens adquirem um acúmulo de conhecimentos e esclarecimentos a partir de seu envolvimento no movimento.

3.4 Elementos que não podem faltar no Projeto de Agricultura Camponesa, na perspectiva das jovens.

Quando perguntei sobre *quais os elementos que não poderiam faltar num projeto popular de agricultura*, as jovens levantaram várias questões, entre as quais busquei sintetizar aquelas consideradas como principais e as que foram mais vezes por elas destacadas e que estão relacionadas às suas expectativas, a partir de suas necessidades. Evidente que essa construção se origina de seu envolvimento cotidiano com aquilo que vivem, discutem e aprendem no movimento, em confronto com sua realidade vivida na família. É de certa maneira, uma re-significação que as jovens fazem a partir de seu aprendizado no MMC/SC, no qual os elementos construídos pela experiência das mulheres se confrontam com as condições almejadas pelas jovens quando pensam seus projetos de vida dessas jovens.

⁸⁷1. Ter a convicção de que precisa mudar a forma de produzir; 2. Fazer um estudo, um levantamento das potencialidades que dispõe na unidade de produção; 3. Compatibilizar o que deseja produzir com o tipo de solo, clima e suas condições; 4. Planejar a diversificação da produção vegetal, animal visando auto-sustento e a renda familiar; 5. Saber que disponibilidade da força de trabalho familiar tem; 6. Organizar o controle financeiro para viabilidade da produção; 7. Estudar, buscar a formação e capacitação de todos os membros da família. Cada pessoa tornar-se cientista de sua profissão; 8. Organizar o processo de manejo no solo; 9. Livrar-se dos agrotóxicos, fertilizantes, adubos, químicos, sementes híbridas ou transgênicas; 10. Produzir a própria alimentação; 11. Organizar um pomar diversificado; 12. Plantar árvores e prever a reserva de matas pois são fundamentais para o equilíbrio ecológico; 13. Avaliar a que possibilidade existe de geração de energia; 14. Cuidar da água. Proteger fontes, rios, córregos e mananciais; 15. Exercitar a criatividade, repartir poderes construindo novas relações entre as pessoas e com a natureza; 16. Participar das lutas da classe trabalhadora pelos direitos e pela transformação da sociedade; 17. Exercitar na troca e partilha das sementes e também na entre ajuda em períodos de plantio e colheita. (CF. Cartilha - Movimento de Mulheres Camponesas uma história de organização, lutas e conquistas, p.32).

Ter um pedaço de chão para poder produzir numa perspectiva diferente, de forma agroecológica, a produção para auto-sustento. Produzir a própria alimentação. O projeto das sementes crioulas com horta, com espaço para as jovens. Condições para fazer cisternas de captação de água das chuvas. “Se muitas jovens não ficam na roça, não é porque não gostam, é porque não tem possibilidades e não se cria condições para motivar as jovens”. (Noeli) É porque não tem um pedacinho de terra que elas possam produzir seu auto-sustento, possam produzir e ter a renda. Precisa deixar esse espaço bonito, que mais pessoas querem ir pra lá. (Ana). Trechos dessas narrativas adquirem significado quando constata-se que a desigualdade na distribuição de terras no Brasil permaneceu inalterada nos últimos 20 anos. Enquanto as unidades rurais com até 10 hectares ocupam menos de 2,7% da área total dessas unidades, a fatia ocupada pelas propriedades com mais de mil hectares concentram mais de 43% da área total. Essa realidade é a mesma indicada nos Censos Agropecuários de 1985, 1995-1996 e 2006. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 30.09.2009)⁸⁸. Outra questão apresentada pelas jovens é a importância que adquire a luta pela agroecologia. Como avançar nesta perspectiva quando a constatação é de que há um” crescimento de 88% na produção de monocultivos, sendo que a soja foi a cultura que mais se expandiu na última década? Para isso, em 46,4% desses estabelecimentos optou-se por sementes transgênicas. Apenas 1,8% dos estabelecimentos agropecuários praticavam agricultura orgânica no país (IBGE – Censo agropecuário / 2006).

Ter direito à educação e a educação como direito, “que é uma coisa que tá bastante difícil”, quem consegue fazer um segundo grau, ficando na agricultura camponesa produzindo daquele jeito (tradicional) não consegue fazer uma faculdade, que é muito difícil. “Se você não consegue entrar em vagas federal você tem que ir lá pra Florianópolis, isso impossibilita de você permanecer no campo” (Noeli). Trechos da narrativa de Noeli é compatível com dados que mostram uma grande maioria de jovens excluída do sistema de ensino superior brasileiro. 73,9% dos alunos de Ensino Superior no Brasil são oriundos de escolas particulares (IBGE/2006). Atualmente, segundo dados do Ministério da Educação (MEC), apenas 12,1% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados no ensino superior. Esse índice é menor que o das nações de primeiro mundo e inferior até mesmo ao de países em desenvolvimento, como a Coréia do Sul, que possui 89% dos jovens em universidades, (http://www.olharvirtual.ufrj.br/2006/imprimir.php?id_edicao=260&codigo=3. Pesquisa feita em 02.02.2010).

⁸⁸ Reportagem de Thais Leitão, da *Agência Brasil*, publicada pelo *EcoDebate*, 01/10/2009

Outra questão que se coloca, para além do acesso ao ensino superior está nas condições para manter-se até o final de seus cursos. "Estudo recente do Observatório Universitário da Universidade Cândido Mendes revela que 25% dos potenciais alunos universitários são tão carentes que 'não têm condições de entrar no ensino superior, mesmo se ele for gratuito'" (Pacheco & Ristoff, 2004, p. 9). Há uma explícita solicitação das jovens camponesas apontando para a necessidade de um amplo movimento em prol da democratização da educação que requer políticas públicas adequadas e capazes de dar conta na ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis. Mas, requer também políticas voltadas para a permanência dessas jovens no sistema educacional de ensino. Grignon e Gruel (1999) traçam um quadro bastante detalhado de vários aspectos da condição do estudante: financiamento dos estudos, moradia, transporte, alimentação, saúde, condições e hábitos de trabalho, relações com o meio de origem e com o meio estudantil, cultura e lazer. Sem essa perspectiva positiva e favorável para a manutenção e continuidade dos estudos, o acesso ao ensino superior, não pode ser considerado como fator de sucesso. Permanece o questionamento: O que será preciso para que as jovens camponesas conquistem o acesso ao ensino superior e as condições para a continuidade e manutenção em seus estudos?

Tem que ser **um projeto que contemple a família toda**, tem que ter uma discussão de gênero, porque senão vai continuar um sendo superior do outro. "Essa dependência que se tem do marido e dos pais não cabe mais pra sociedade, não tem como continuar assim. As jovens não podem aceitar isso". (Julciane). **Não se discriminar entre as próprias mulheres**. "eu vejo minhas colegas, elas próprias não se dão valor, tem vergonha, sei lá, de ser uma jovem camponesa, da roça. Isso é um absurdo. (Ângela). Percebe-se que, com a inserção das mulheres trabalhadoras rurais na política, organizando seu próprio movimento e participando de outros movimentos sociais, no início dos anos de 1980, as transformações sociais daí originadas, também foram provocando mudanças de comportamento das mulheres que, por sua vez, mexeram nas tensões e diferenças ocorridas no interior das famílias, como educação dos filhos, papel da mulher, casamento, sexualidade entre outras. Essa realidade, não só foi mencionada pelas jovens como também, aparecem enquanto apelo para a mudança na forma como se trata a perspectiva na agricultura, onde, por sua vez, ainda se reproduz a desigualdade entre os membros da família, principalmente quando se trata da decisão no processo de produção, na distribuição dos recursos e na atribuição dos direitos e papéis de cada membro.

Precisa participação. A jovem quer participar. Participação nas lutas e trabalho deve ser conciliado. Precisa motivação e conhecimento sobre o que as jovens querem de fato. “As jovens tem que se sentir sujeitos e ajudar a pensar esse projeto. Participar no todo do processo.” (Rosmari). “Eu imagino e penso que o campo deveria ser um espaço onde a juventude tivesse opinião considerada, poder realizar experiência, um espaço, importante”. (Rita) “Senão a gente fica por fora”. (Clarínês). Ser sujeito para as jovens significa envolvimento e participação. Andréia, reafirma a importância de uma participação efetiva das jovens.

Porque a partir do momento que nós ajudar a construir esse projeto e nós se envolver, nós vamos dar uma olhada em especial pra nós. Quem faz os grandes projetos pra agricultura? É o homem que tá pensando esse projeto, não é nós mulheres. Nós até participamos, de uma forma muito tímida, a partir do momento que a gente ajudar a construir esse projeto e mostrar as alternativas que nós temos, acho que nós vamos se sentir útil e vamos se sentir envolvida. O que falta é o nosso envolvimento, a nossa participação pra que a gente construa um projeto de agricultura sustentável, pensar a questão da renda, porque a gente tem toda essa bagagem, a gente sabe disso. (...) (Andréia da Silva Fossal).

As jovens querem participar no processo de planejamento e execução de atividades produtivas geradoras de renda em suas unidades de produção. Pelo menos parte das atividades produtivas desenvolvidas pelas jovens deverá ficar sob sua própria responsabilidade. Daí a importância que adquire para as jovens, o acesso à políticas de acesso à terra que lhes possibilita sua continuidade no campo, como uma das possibilidades de realização de seus projetos de vida. Alguns dados apontam que Santa Catarina, é um dos Estados do sul onde há um maior numero de moças que emigram, do campo para a cidade. “Os jovens entre 15 a 24 anos são mais de 6 milhões, dos quais 13,2% vivem na Região Sul: 39,7% no PR, 24,3% em SC e 36,0% no RS (em SC, a emigração de jovens supera a do RS e PR)” (<http://www.ivarpavan.com.br/admin/especial/arquivos/PesquisaJuventudcAF.ppt>. Pesquisa feita em 03.02.2010) . PAREI AQUI

Ter uma vida em comunidade onde as pessoas se ajudam. Onde as pessoas conseguem trabalhar coletivamente, com o direito de poder dizer aquilo que pensa, aquilo que sonha. Um projeto popular de agricultura deve contemplar aos jovens o direito de poder trabalhar. O direito de ter renda. “A gente sabe que dentro do momento, na sociedade que a gente vive, as pessoas tem necessidades, tem vontades, querem ter uma roupa bonita, várias coisas que não é necessário, mas que as jovens querem ter. Não são necessidades mas que também seriam direitos. A falta de condições para suprir essas necessidades fazem com que muitas jovens não permanecem no campo por isso”. (Noeli) A questão da renda deve ser

discutida e as jovens mulheres tem que ter acesso à renda. “Eu quero que as meninas tenham liberdade delas poderem transformar o espaço de trabalho delas em renda, auto-sustento. Não precisa ser milhões, um monte de dinheiro, agora é necessário ter alguma coisa pra ti se manter”. (Andréia)

Precisa Planejamento. Como será, quem vai participar, qual a decisão dos/as filhos/as ou é só o que o pai diz. Todos devem contribuir e fazer parte até o final da venda. Os produtos vendidos em nome dos/as filhos/as. A forma de produção camponesa agroecológica exige conhecimento, teoria e prática. Isto precisa ser planejado em cima de possibilidades reais de execução.

Oportunidades de Lazer. “Nos final de semana fazer o que? Seria interessante desenvolver áreas de lazer nas comunidades, trilhas, sem necessidade de sair dali para se divertir”. (Clarines). Gostamos de esporte, musica, dança, cursos pra jovens não precisar vir pra cidade. (Suéli). Principalmente a diversão. Para as jovens, é importante, o que tem lá passa ônibus, vão para outros lugares, as colegas falando besteira, não só o trabalho, produzir. (Marquiela). Gostamos de festa. Tem que ter o cuidado, a visita, a união isso é fortalecer a cultura camponesa.

Independência e autonomia das jovens. Para isso, precisa parar com este sistema de integração. “Quando a mulher se libertar do sistema de integração, ter seu auto-sustento e poder se impor de uma forma que não precisa depender de ninguém, daí sim vamos ter uma grande transformação”. (Rita) “Se as jovens tiverem a consciência e o retorno do seu serviço, acho mais fácil ficar no campo”. Porque se for só renda, elas vão pra cidade igual. (Julciane). Por isso que é importante estimular as meninas do trabalho de base. Porque quem mora no campo é ridicularizado. “Se tu vai pra cidade, nem sempre consegue estudar. E quem disse que quem ta no campo não pode estudar”. (Clarínês) “Se conseguir propor um projeto delas poder se libertar e conseguir seu auto-sustento, elas vão poder se impor e vão ficar no interior e compreender a importância do campo”. (Rita)

Emancipação das mulheres e das jovens, expressa o sentimento e o desejo das jovens de estabelecer rupturas consideradas fundamentais para que possam melhor elaborar seus projetos de vida bem como, têm sido apontado pelas mesmas enquanto possibilidade coletiva para a efetiva formulação de políticas públicas, políticas agrícolas, assim como o fortalecimento da luta pela Reforma Agrária, necessária para que as

camponesas estejam inseridas no processo de conquista da terra. Sem a luta pela emancipação das mulheres, conforme afirmam as jovens, não há perspectivas para vislumbrar projetos de vida. Para Clarinês, “a emancipação da mulher vem junto com o projeto da agricultura camponesa. Porque se a mulher continua escrava ela nunca vai produzir sementes, nem a mudança no jeito dela viver”.

Desta forma, podemos dizer que o aprendizado das jovens no movimento, que debatem a construção de um *novo jeito de pensar a agricultura e a vida no campo*, lhes motiva, ao mesmo tempo, em que lhes provoca questionamentos, aumentando os desafios. Se por um lado, a lógica de suas famílias na unidade de produção não lhes assegura as condições necessárias para efetivarem as ‘novas’ práticas por elas discutidas no movimento, por outro, elas, em contato com outras jovens no movimento, passam a re-pensar sua forma de convivência, os valores construídos e ampliam as possibilidades⁸⁹ para reelaborarem perspectivas e projetos pessoais. Assim também podemos verificar na busca pela escolarização que no movimento se inclui na luta pelos direitos sociais.

3.5 A escolarização como direito das jovens camponesas

Ao mesmo tempo em que no movimento, se dava o debate em torno do projeto de agricultura camponesa, conforme já foi mencionado, o direito à educação formal foi um dos pontos também assumido pelas mulheres. O acesso ao estudo, foi fundamental para que as jovens e mulheres do movimento começassem questionar por exemplo, a perda da biodiversidade, o empobrecimento do solo, a padronização da alimentação o aumento crescente de agrotóxicos e transgênicos, buscando somar forças junto a outros grupos que há mais tempo vem realizando experiências de produção agroecológica. A iniciativa das mulheres de recuperar as sementes crioulas levou algumas delas a repensar seu jeito de viver subsidiando ao movimento possibilidade para re-pensar suas formas de luta – ‘resistência e enfrentamento’ ao modelo químico de agricultura que passou a ser por elas questionadas. Estudando elas começaram fazer uma re-leitura das causas estruturais de um modelo de agricultura desigual, excludente que requer medidas mais profundas como por exemplo a

⁸⁹A noção de campo de possibilidades é formulada por Velho G, 1994.

necessidade da reforma agrária. Por ocasião das entrevistas as jovens evidenciam o sonho de estudar. No movimento, esta questão toma forma nos seus documentos oficiais.

[...] pelo direito e acesso à educação libertadora, não sexista⁹⁰ e voltada à realidade do campo, através de programas de alfabetização de mulheres e homens no campo, garantia de escolarização com a criação de unidade infantil nas comunidades rurais, 1º e 2º graus, universidade pública do campo (Documento Tese do MMC, 2004, p. 5).

A pauta em torno da educação formal, ganhou maior visibilidade a partir de 1997, processo que teve como expressão a realização do II Congresso do MMA/SC cujo lema: *Nenhuma trabalhadora rural sem estudar*, o que levou as mulheres do movimento a intensificar o debate junto aos grupos de base e destes às famílias camponesas sendo que a partir daí formalizou uma proposta de criar um curso de ensino fundamental e médio buscando atender a esta realidade. Esta proposta concreta de estudo para as mulheres camponesas, foi apresentada às universidades, ao governo federal através do Pronera e governo estadual. Naquele contexto devido às exigências burocráticas postas pela universidade e pelas Instituições governamentais, entre outras questões, a experiência não se concretizou. A partir daí cresce ainda mais a motivação das mulheres quanto à necessidade e importância do estudo em suas vidas. Este período faz parte do contexto em que os movimentos da Via Campesina estão preocupados com a construção e avanço da consciência e a necessidade de produzir novos conhecimentos. Para os movimentos sociais, existe uma compreensão de que, seus/suas militantes necessitam permanentemente do *estudo*. O movimento em conjunto com a Via Campesina assumiu a proposta de intensificar a formação, buscando a viabilização de cursos de educação formal, para as lideranças e militantes. Este processo começou atrair um número maior de jovens mulheres do campo, desejosas de realizar uma de suas expectativas que é a continuidade dos *estudos*, visto que se trata de um público específico cujas estatísticas⁹¹ revelam dados que se constituem em desafios, inclusive para os movimentos sociais.

Ao longo desses anos, intensificaram-se as lutas para a formalização de outros cursos para militantes, sendo que a *educação formal* foi a mais tempo assumida enquanto bandeira de luta prioritária para estes movimentos. No MMA-SC e com a unificação dos movimentos autônomos das camponesas no Brasil, a partir de 2004, houve um convite especial às jovens do meio rural, “buscando-as” através da proposta de seguir seus estudos, frequentando os

⁹⁰Entende-se que a perspectiva das relações sociais de gênero, classe e raça devem perpassar a concepção de educação a fim de não reproduzir a desigualdade e as discriminações.

⁹¹Conforme o IBGE. Censo 2000, a população feminina no meio rural de 15 anos ou mais, no Brasil, soma um total de 6,33%, destas, 4,53% são alfabetizadas e 1,80% não foram analfabetizadas.

curso de nível superior, organizados e coordenados pelos movimentos da Via Campesina. Muitas das jovens que permanecem mais tempo no MMC, chegaram ao movimento através desta proposta. A partir do ano 2000, 39 jovens fizeram cursos encaminhados pelo MMC. Destas, 15 jovens continuam morando no campo. 22 continuam no MMC, 17 jovens não participam mais do MMC e 10 jovens não concluíram os estudos. No curso de Desenvolvimento rural e Gestão Agroindustrial 3 jovens concluíram os estudos; 3 concluíram Pedagogia da Terra; 5 concluíram o curso Técnico Agropecuário Ecológico. Uma concluiu o curso de extensão Realidade brasileira, uma concluiu o Curso Técnico em Saúde Comunitária e uma concluiu o Curso de Medicina, sendo ao todo 14 jovens que concluíram diferentes cursos oferecidos pelo MMC. Continuam estudando. 18 jovens (algumas concluíram um curso e estão fazendo outro) nos seguintes cursos: 3 cursando medicina, uma em agroecologia, 2 pedagogia da terra, 1 em Licenciatura em Educação do Campo, 6 integram o Curso da Juventude da Classe Trabalhadora do Campo e da Cidade, 3 no Curso 'Pós-médio em Técnica Agropecuária Ecológico e 2 no Tecnólogo em Agroecologia. Com relação ao nível superior, 4 mulheres concluíram o Curso de graduação e 9 estavam cursando Pedagogia e Administração e Desenvolvimento Rural. As jovens que concluíram e continuam no MMC estão atuando na direção do Movimento, na organização de base, na coordenação do coletivo de educação e contribuindo na escola FUNDEP, no grupo de monitoras do Programa de Recuperação Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças e no coletivo de saúde integral.

Para as jovens, o *interesse pelo estudo* se apresenta como meio importante, mesmo que não exclusivo, para a formulação de seus projetos de vida. Por vezes as jovens expressaram a dupla intenção em deixar suas famílias para estudar fora buscando uma profissão ao mesmo tempo em que demonstraram o desejo de permanecer residindo na localidade de origem. A Ângela Roman, jovem que na época da pesquisa, se preparava para fazer o curso de medicina na Venezuela, indicada pelo MMC, quando perguntada sobre quais propostas do MMC mais lhes interessa, acrescentou:

É a oportunidade de estudar. Eu quero ser médica. (...) Eu queria trabalhar em São José do Cedro, trabalhar lá, que de tardinha pudesse voltar pra casa do pai e da mãe. Porque no Cedro, não mudou nada. Continua a pureza que todo mundo se cumprimenta. Acho que esses PSF, por mais insuficiente, é uma forma de ajudar, só que é algo muito fechado. (...) Eu queria que meu Cedro, meu mundo mudasse, com as oficinas de semente, pra que fosse crescendo (Ângela Roman).

Apesar da intenção declarada por algumas jovens de residirem na localidade de

origem, são poucas as jovens que têm retornado para junto de sua família, ou mesmo para o campo, após terem cursado algum curso oferecido pelo movimento. O que tem-se observado é que uma parte destas, conseguiu algum espaço no movimento social, outras estão atuando como professora, outras ainda, buscam encontrar saída para responder as suas expectativas, e neste sentido o estudo passa a se constituir enquanto condição fundamental para buscarem possibilidades de uma vida melhor. Quando foi perguntado, *Como jovem, o que você gostaria de receber da família*, a maioria das entrevistadas também, de uma ou de maneira, ressaltou a importância do estudo.

Na minha família nunca teve privilégios, o que faltou foi educação (estudo) (Noeli Welter Taborda).

Eu sou muito grata na possibilidade do estudo. Acho que é uma coisa primordial que meu pai, minha mãe, meus irmãos sempre tiveram isso bem claro, nós vamos possibilitar tudo pra você estudar (Ana Elza Munarini).

Eu me sinto mais firme em minhas decisões, de poder estudar e me firmar enquanto professora, enquanto estudo, saber mais, estudar mais, ler mais (Marquiela Trombeta).

Eu queria ter mais acesso para estudar e continuar estudando. Por mais que eu queira, eu entendo que a gente não tem condições financeira, a gente tem que abrir mão pra que o outro estude. Eu lá em casa é, gostaria de continuar estudando mas não dá, primeiro o Eloir tenque terminar pra eu voltar. E apoio no trabalho da gente, porque isso motiva a gente viver (Andréia Fossal).

No caso dessas narrativas, com exceção de Ana que afirma ter conseguido encontrar formas para viabilizar a continuidade de seus estudos, destacando o apoio da família. As demais jovens mostram como a realidade do acesso ao estudo para as jovens do meio rural, mesmo que as moças tem conseguido estudar mais que os rapazes, é ainda algo distante dado às difíceis condições de auto-sustento das famílias, que na sua grande maioria não dispõem de uma renda impossibilitando de certa forma, assegurar a continuidade dos estudos. Daí é que aparece a busca por outras alternativas por parte das jovens. E os cursos promovidos e/ou oferecidos pelo MMC para algumas delas somou-se às expectativas de suas buscas.

Eu acho que o curso foi a porta de entrada pro movimento. Fazer uma faculdade pra mim sempre foi um sonho muito presente sempre. Fiz o segundo grau, fiquei parada um ano sem estudar e que meu sonho era fazer uma faculdade. E aí quando o movimento chega com a proposta desse curso eu não queria nem saber o que era. O importante era que eu ia fazer o curso. Então acho que a educação, graças ao movimento e pela proposta do movimento eu fiz a faculdade e hoje eu tenho o terceiro grau completo. Se eu fosse depender de lá em casa, da produção pra conseguir pagar uma faculdade nunca eu ia conseguir. Tanto é que meu irmão não estuda não porque não tem vontade, mas porque não tem condições de estudar. Que é uma coisa muito presente em nós do estudo, da formação. E que acho que além da faculdade da educação, pela proposta do movimento e da escola que é da Via

Campe sina, foi muito além da faculdade, o conhecimento que agente adquiriu na escola e pela metodologia da escola e por ser do movimento, eu sempre digo, a gente faz duas faculdades ao mesmo tempo. Porque tu aprende as coisas que é da faculdade mas tu aprende o viver no coletivo, conviver junto com outras pessoas e compreender do trabalho junto, da proposta da escola de agroecologia, de produzir a comida, produzir a vida, daquilo que é do campo enfim (Julciane Anzilago).

Para Julciane, ao mesmo tempo em que a possibilidade real de estudo encontrada por ela no movimento, serviu com o que chamou de *porta de entrada para o movimento*, respondeu a “um sonho” que, segunda a mesma, seria impossível conquistá-la no contexto de vida de sua família, não porque seus pais lhes proibissem de estudar, ou pelos motivos alegado outrora a tantas mulheres, de que jovem/mulher da roça não precisa estudar, mas sobretudo pela falta de condições. Entretanto, Julciane chama atenção para a importância do estudo na produção de um conhecimento que parte da interação e da realidade dos sujeitos nele envolvidos. Há por assim dizer uma reivindicação das jovens em relação ao acesso a uma educação de qualidade e que venha responder às especificidades do campo e aponta para a necessidade de criação de políticas públicas educacionais a partir da realidade camponesa. Tal constatação foi encontrada na pesquisa de Mansan, quando destaca que a juventude da Via Campesina clama por uma educação que venha responder aos desafios específicos de suas realidades camponesas.

Todos reivindicam e acreditam em uma educação que seja do campo, de onde os jovens não tenham que sair. Só aqui temos o consenso de quatro intervenções de três estados, que reivindicam uma escola *do e no* campo. Percebemos que é uma questão comum de todos, pois, em todos os espaços da juventude da Via Campesina ela aparece (MANSAN, 2008, p. 112 e 113.)

Ao recuperar a história do MMC, percebe-se uma estreita ligação entre o direito ao acesso à educação e a construção do projeto de agricultura camponesa agroecológica. Para o MMC, fazer a agricultura na contramão do modelo de agricultura extensiva, química e industrial supõe planejamento, implementação, avaliação, ou seja, prática teoria e prática. O movimento entende de que é a dialética entre trabalho e estudo que poderá levar a construção do projeto de agricultura camponesa agroecológica. Por isso a educação⁹² no Movimento deve oportunizar o entendimento e a busca de outras perspectivas para os problemas seja nas relações, no trabalho produtivo e de auto-sustento, no acesso aos direitos sociais ou políticas públicas, bem como na capacidade de interpretação dos sujeitos frente a realidade vivida. Esta nova perspectiva de educação é expressa na carta da via campesina:

⁹²Há uma perspectiva no MMC de que a educação exerce uma função importante quando se pensa na preparação das jovens para os próximos períodos. Cada vez mais faz-se necessário “estudar” para entender-se a si e ao mundo no qual vivemos, buscando construir formas para mudar as diferentes realidades que não respondem mais às necessidades da humanidade e do planeta.

A Via Campesina, está na base da criação destes esforços de integração latino-americana, de caráter político pedagógico, pensados como uma nova qualidade de internacionalismo. Trata-se de uma estratégia de transformação social, que multiplica raízes, sementes não transgênicas, identidade, cultura, memória, organização e rebeldia. (...) Oportunidade para fortalecer espaços político-organizativos de base, comunitários, em que se afirme o direito à vida, à educação e à saúde, não como doação dos de cima, mas como esforço militante, como "criação heróica dos povos". (...) Oportunidade para pensar novamente as políticas educativas populares, a pedagogia dos oprimidos e oprimidas, descartando as soluções assistencialistas monitoradas pelo Banco Mundial, destinadas a reproduzir a dominação e a pobreza, a miséria ética e a alienação cultural (KOROL Claudia, maio, 2006, p. 2).

De certa forma, este documento traduz o desejo e o significado da educação para os movimentos populares. Em particular para o MMC, a formação é um instrumento de luta contra a subordinação e busca juntar mais mulheres para se apropriar do conhecimento contribuindo na busca pela transformação social. É um processo coletivo e permanente de produção do conhecimento que capacita educadores/as e educandos/as a lerem criticamente a realidade socio-política-econômica e cultural com a intenção de transformá-la. É também um jeito organizado de encarar o desafio e as perspectivas de muitas mulheres e jovens camponesas que têm o estudo como um sonho que lhes foi negado historicamente. Dado a importância da educação o MMC também assumiu o debate e luta dos movimentos sociais, sobre a possibilidade da criação de uma universidade popular que se ampliou envolvendo outras instituições, autoridades políticas, setores da educação, órgãos governamentais fazendo o processo legal para a efetivação da mesma. Aos poucos esta luta foi se concretizando na aprovação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS abrangendo 396 municípios que compõe a mesorregião da fronteira do Mercosul, tendo sua sede em Chapecó/SC. A UFFS já inicia com diversos campus, sendo dois no Rio Grande do Sul nas cidades de Cerro Largo e Erechim e dois no Paraná nas cidades de Realeza e Laranjeiras do Sul.

O Movimento de Mulheres Camponesas – MMC assumiu esta luta por entender que o acesso a educação é um direito da população e que na região principalmente a população do campo, historicamente ficou excluída pelo poder público. Dados revelam que a população do campo no Brasil possui apenas 4,5 anos de estudo, enquanto que a urbana possui 8,5 anos de estudos. Na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios divulgada em 2007 revelam que, embora 82,1% dos adolescentes entre 15 e 17 anos estejam na escola, 44% deles ainda não concluíram o Ensino Fundamental e apenas 48% cursam o Ensino Médio dentro da faixa etária adequada (Informativo do MMC, ed. jun/jul, p. 03 2009).

Faz-se necessário considerar que conforme mostram os dados da última pesquisa a realidade da educação no campo constitui-se num grande desafio. Isso intensifica o processo de mobilidade vivida no campo, onde cada vez mais é crescente o número de pessoas que residem no meio rural e exercem trabalho assalariado em frigoríficos, serviços públicos,

empregadas domésticas. Torna-se ainda mais expressivo quando para as empresas as jovens da roça possuem preferência, sobretudo porque introjetaram alguns valores considerados fundamentais na dinâmica empresarial, como é o caso, da disciplina, da obediência e da capacidade e resistência para 'produzir' mais e melhor. Para muitas jovens, a cidade passa a lhes parecer mais atrativa, em detrimento da vida dura que a roça lhes oferece. O que não significa afirmar que a cidade responderá às expectativas buscadas pelas jovens. Em outras palavras, a realidade encontrada nesta pesquisa nos leva a concordar com as concepções elaboradas no MMC no sentido de que no modelo capitalista de agricultura extensiva, química e industrial não tem espaço e cada vez mais limita as perspectivas para as jovens. Quando o movimento propõe o debate em torno da necessidade de um Projeto Popular de Agricultura, ele não apenas elabora propostas imediatas e conjunturais bem como aponta para o desafio das mudanças estruturais, como possibilidade e alternativa de um novo horizonte que permita a possibilidade da perspectiva camponesa, não encontrada no atual modelo de sociedade. Neste sentido, o acesso ao estudo oferecido pelo movimento às jovens, as possibilitam ampliar seus conhecimentos e habilidades. Entretanto outros aspectos são fundamentais na re-elaboração das perspectivas e projetos de vida. É o que veremos no capítulo que segue.

CAPÍTULO IV - Perspectivas e projetos de vida das jovens camponesas.

Neste capítulo analiso a participação das jovens camponesas no ambiente familiar e no Movimento de Mulheres Camponesas, destacando principalmente as suas representações em relação à *vida* e ao *trabalho*, especificamente, compreender como as diferentes formas de participação das mulheres no MMC repercutem na elaboração de suas expectativas e projetos de vida. Destaco o papel da família, relacionando às problemáticas de gênero e de classe, no processo de socialização dessas jovens implicadas com as transformações sociais. É na família que se inicia o processo de socialização dos seus membros. Wanderley (2007), destaca a importância que adquire a socialização no interior da família, a escolarização e a preparação para uma profissão que reforçam a condição de quem se prepara para a vida adulta.

Retomo igualmente à categoria *experiência*, formulada por Thompson, a partir da qual posso compreender as jovens camponesas como sujeitos que vivem, pensam, sentem suas experiências e, nesta dinâmica vão elaborando suas respostas/perspectivas frente ao contexto histórico-social em que se encontram inseridas. Busco por assim dizer, analisar a partir das respostas determinadas pela “sua condição enquanto *jovens mulheres camponesas*”. Conforme ressalta Thompson (1981): “As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer ‘agora’, ‘manipula’ a experiência, desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação” (THOMPSON, 1981, p. 189). Isto significa dizer que, as respostas/perspectivas das jovens estão permanentemente em construção, num processo dinâmico, pelo qual articula aspectos da cultura, da classe social. Tratando-se especificamente das jovens camponesas, a análise contempla a realidade em que vivem as famílias camponesas, a vida no campo⁹³ com dificuldades e privações, a dupla pressão cultural em que se encontram: de um lado, uma cultura tradicional patriarcal que se impõe por meio dos adultos/homens, e de outro, uma cultura de desvalorização relativa ao campo, que se impõe tanto através dos espaços institucionais (escola, Meios de Comunicação Social) bem como do contato com outros jovens moradores das cidades. Como essas jovens reagem? Em que medida emergem novas respostas e em que medida se reproduzem as estruturas dominantes?

4.1 Dificuldades e alternativas

Constatei no decorrer deste trabalho, que a sociedade atual se configura e se organiza de forma a dificultar cada vez mais os espaços para a viabilidade efetiva da agricultura camponesa⁹⁴. Em que pese as contradições evidenciadas pelas jovens muitas vezes reproduzindo concepções dualistas, sendo que ainda aparece a idéia do campo visto enquanto sinônimo de atraso, e a cidade enquanto expressão do moderno e do avanço, considero fundamental os estudos de Stropasolas (2002), que chama atenção para a necessidade de

⁹³Conforme, Kosik (1995), a história, na perspectiva marxista, é a história do mundo real, sendo que o Mundo real é o mundo da práxis humana. É a compreensão da realidade humano-social como unidade de produção e produto, de sujeito e objeto, de gênese e estrutura. “O mundo real é o mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social”. (KOSIK, 1995, p. 23). Nesta perspectiva esse mesmo autor esclarece que *totalidade* não significa todos os fatos, mas sim a “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido.” (KOSIK, 1995, p. 44).

⁹⁴Vista como forma ultrapassada de produção agrícola, intensificando um processo de desvalorização em detrimento das demandas da agricultura industrial.

ultrapassar essa dualidade campo/cidade visto que tais realidades são socialmente produzidas. Entendo que o campo constitui-se em um espaço de embate e de conflito. É neste lugar de reprodução da vida, de construções de relações sociais, de formação de identidades que as jovens falaram de si, de suas vidas, de suas possibilidades. É, por sua vez, aí, no contexto de inserção da família camponesa, nesta dinâmica de conflitividade, que emerge as perspectivas apresentadas pelas jovens.

No MMC/SC, há um esforço em elaborar propostas como o Projeto de Agricultura Camponesa, a escolarização das mulheres, trabalhados no Capítulo III, que ao mesmo tempo em que adquirem importância para as jovens, também se configuram insuficientes dado ao modelo de agricultura e contexto social em que vivemos.

O discurso dominante insiste na eliminação social do campesinato como forma ultrapassada de produção agrícola. Esse discurso se transforma, na maior parte das vezes, em políticas públicas em todo o mundo sob a direção do FMI, Banco Mundial e OMC seja para subordinar os camponeses ao agronegócio seja para facilitar a apropriação das suas terras pelas empresas capitalistas. E os meios de comunicação de massa reproduzem o discurso dominante sobre o campesinato, induzindo muitos camponeses a uma perda de auto-estima e da vontade de resistir na terra (CARVALHO, 2002, P.25).

A família camponesa, conforme vimos nos capítulos anteriores, cada vez mais vê-se diante de uma situação que não dispõe de renda para dividir entre seus membros. A maioria das famílias no meio rural, não se sustenta com aquilo que produz na agricultura. Além disso, a questão *com quem fica os recursos*, também constitui-se numa relação conflituosa. “O dinheiro fica na carteira do Pai” (Julciane). “Meu pai fica com o dinheiro da produção. Ele que administra”. (Clarínês). Stropassolas, 2002, em sua pesquisa junto aos jovens de Ouro/SC, constatou que um dos problemas principais entre pais e filhos no meio rural é em relação à alocação do dinheiro. Existe, por outro lado um conjunto de dificuldades e necessidades, na maioria das vezes, não encontradas no meio rural, explicitado pelas jovens que as condicionam à busca de outras possibilidades:

A desvalorização e desqualificação por ser mulher na roça é muito forte. O preconceito por eu estar no movimento. Como as pessoas gozam, dão risada. Em casa mesmo. (...) Cada vez que eu tenho que sair é quase uma guerra que dá na casa porque um não qué, outro xinga (Marquiela Trombeta).

Assim como Marquiela, Andréia também reafirmou essa situação: “Desde o atendimento nos espaços públicos nos lugares, quando a gente se identifica enquanto agricultoras, camponesas, né se tem um olhar com descaso”. Julciane, por sua vez, ao falar sobre dificuldades que as jovens camponesas enfrentam, disse:

Boa parte das jovens tem o sonho de estudar e hoje na roça a gente não consegue estudar. (...). Parece que a roça é um lugar feio, sem perspectiva de futuro e sem lazer e aí não é isso que a juventude quer. (...) Eu penso assim, pouca juventude quer ser o que o pai e a mãe foram. Porque o que a gente enxerga em nossas mães: sofrimento, muito trabalho, uma vida cheia de trabalho, os pais trabalham muito, mas é diferente. (...) Eu afirmo que a gente tem que recuperar, re-significar muitas coisa que tem de bonito pra juventude ficar na roça, mas a gente não consegue (...).

A narrativa de Julciane, menciona que em meio às dificuldades vividas no campo, por mais que as jovens admiram suas mães elas não querem seguir a mesma condição. Mesmo com as lutas das mulheres, as conquistas, as jovens mostram que suas mães estão em desvantagens em relação aos homens. “Não tem poder de decisão”. Champagne (1986), mostrou que as moças utilizavam como argumentos para mostrar os aspectos negativos da atividade agrícola, a realidade da vida de suas mães a elas transmitidas. Constatou ainda que a opção pela cidade e ou por uma atividade não agrícola está na comparação entre as condições de vida dos trabalhadores da cidade e do campo.

O que explica esta representação majoritariamente negativa da condição agrícola reside em grande parte no fato de que as transformações internas no meio camponês, embora consideráveis, não foram nem suficientes, nem bastante rápidas para que as condições de existência a que está submetida hoje em dia a maioria dos agricultores pudessem apoiar positivamente a comparação com o modo de vida dos assalariados ou trabalhadores da cidade. (...) As condições de vida objetivamente difíceis (...) se tornam insuportáveis quando estas populações podem, mais ou menos concretamente comparar-se aos assalariados. Elas são então levadas a se perceber como uma fração minoritariamente e desfavorecida de uma população mais ampla (CHAMPAGNE, 1986, p.85).

Esta comparação entre urbano e rural, principalmente no que diz respeito ao acesso às múltiplas oportunidades é constante entre as jovens. Klaas Wortmann quando analisou as relações entre pais e filhos, na agricultura, mostrou que “os filhos vivem sonhando com a cidade”. “(...) o herdeiro recusa-se a herdar. Introduzem-se então, no universo da colônia e da família os projetos individuais dos filhos, em oposição ao projeto coletivo da família, pedra de toque da organização social” (KLAAS WORTMANN, 1990, p. 32). Faz-se necessário a busca de novas alternativas. O desejo de exercer atividades complementares, foi expresso na fala de Clarinês: “Eu gostaria de continuar no meio rural e desenvolvendo outras atividades, porque só na propriedade não dá para sobreviver. Mas tudo lá é muito difícil.” As jovens, juntamente com as mulheres do movimento, foram percebendo que o acesso aos recursos públicos para as mulheres, têm sido insuficiente e quando conquistado foi resultado de muitas lutas. Outra constatação é de que o agronegócio tem percentual⁹⁵ mais elevado nos recursos públicos que a

⁹⁵ A título de ilustração, em 2004, os grandes proprietários acessaram R\$ 5,125 bilhões de crédito para investimento na agricultura, enquanto os agricultores familiares conseguiram apenas R\$ 504 milhões no mesmo período. (Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural - Banco Central, 2004)

economia camponesa. Falta terra, há falta de água⁹⁶ para produzir agroecologicamente, as propriedades estão cada vez mais descapitalizadas. As desigualdades nas relações de gênero, conforme vimos no capítulo II, entre outros aspectos, também foram mencionados pelas jovens. Brumer, (2004), destacou alguns fatores que considera fundamentais para a permanência dos jovens na agricultura. Entre eles:

A viabilidade econômica dos empreendimentos, através da geração de uma renda considerada adequada pelos futuros agricultores, em comparação com as alternativas que lhes são oferecidas; - da qualificação necessária para a integração do novo agricultor num mercado competitivo; - das oportunidades e das estratégias de obtenção de rendas complementares às atividades agrícolas (pluriatividade), por um ou mais membros da família; - das relações de gênero, através das quais existem maiores ou menores oportunidades para as mulheres e das possibilidades de mudanças nas mesmas; - da escolha profissional e valorização da profissão de agricultor relativamente a outras profissões, assim como da apreciação da vida do campo em contraposição à vida na cidade, pelos novos agricultores (BRUMER, 2004, p.21).

A não visualização da possibilidade de satisfazer tais necessidades, principalmente a questão *da renda*, têm levado as famílias do meio rural e as próprias jovens a buscarem outras alternativas, como forma de resistir e permanecer no campo, como muitas delas morando no campo procuram trabalhos em outros espaços que não a agricultura. Existe um grande esforço para criar suas próprias experiências de produção alternativa como é o caso das pequenas agroindústrias camponesas. Neste sentido, constantemente as mulheres camponesas e as jovens buscam meios para pensar essa realidade o que lhes permitem elaborar propostas, programas para buscar saídas para as dificuldades apresentadas. Como exemplo cito, a palestra para jovens, sobre *Incentivo ao desenvolvimento à agroindústria* realizada em março de 2009 na cidade de São José do Cedro/SC. O engenheiro agrônomo Osvaldir Dalbello da Epagri⁹⁷, re-afirmou que é possível desenvolver agroindústria no campo e não necessariamente deverão estar ligadas a atividades agropecuárias. Ele explica que os commodities como soja, leite e carne, que se constituem enquanto os “principais” meios de sustento das famílias na agricultura, não geram lucro suficiente, já que o preço de venda é pouco maior que o preço de custo. Por esse motivo, é essencial desenvolver novas alternativas de renda. Um fator importante para o desenvolvimento de agroindústrias são as estatísticas. Destaca:

Cerca de 45% da população rural tem mais de 50 anos. Em comparação com anos anteriores, pode-se constatar que a população rural está ‘envelhecendo’ de um modo geral, pois os jovens não permanecem na terra. Apenas 1,1% deles diz que saem da

⁹⁶ A partir das necessidades o MMC reivindica desde 2007 junto ao governo do estado a instalação de cisternas, nas comunidades onde se realizam a experiência da produção de alimentos saudáveis/sementes crioulas.

⁹⁷ Palestra incentiva desenvolvimento da agroindústria no município de São José do Cedro, 26/03/2009.

agricultura por não gostarem do ofício. A grande maioria atribui a saída à renda insuficiente, e buscam mais dinheiro nas cidades (www.prefcedro.sc.gov.br. Pesquisa em 28.08.2009).

Dalbello, mostrou que uma das alternativas que podem ser buscadas pela própria juventude está nas pequenas agroindústrias, como é o caso da: “industrialização de derivados de frutas, como geléias, derivados da cana, produtos de panificação, costura, entre muito outros. As alternativas são muitas, é preciso apenas criatividade e gerenciamento” (www.prefcedro.sc.gov.br. Pesquisa em 28.08.2009). Algumas jovens, entre elas militantes, têm acesso a esse tipo de eventos que propicia debates diferenciados em torno das necessidades da juventude rural. O próprio MMC ao mesmo tempo em que realiza tais eventos, incentiva as jovens a participarem de outros. Pois, entende que esses momentos têm se constituído enquanto espaços de contestação, proposição e análises das perspectivas das mulheres, da juventude e da própria vida camponesa. Ao mesmo tempo, a busca por criar alternativas na produção, como por exemplo a prática de recuperação, melhoramento e produção de sementes crioulas de hortaliças que articula a temática da alimentação saudável é constante no MMC. Neste sentido, é que a busca pela valorização do campo na tentativa de torná-lo um *lugar digno e bom de viver e de morar*, tem sido um ponto destacado pelas jovens integrantes do movimento, quando se dão conta da importância da elaboração de seus projetos pessoais. Ao mencionar as possibilidades de ampliação da produção, seja para o auto-sustento quanto para a busca de uma renda, as jovens reconhecem, que deveria haver uma certa “autonomia” por parte de camponeses/as, principalmente quem não está integrado a uma agroindústria, para poder decidir o que vai plantar/colher/consumir/vender, o que ainda se constitui enquanto desafio.

4.2 Os posicionamentos das jovens frente às propostas do MMC

Durante as entrevistas, quando as jovens falavam sobre as propostas do MMC que despertam seu interesse, todo este debate que se dá a partir do projeto de agricultura camponesa foi citado pela maioria das militantes. Elas não apenas reconhecem a necessidade de mudança na forma de viver e de fazer agricultura, bem como se motivam a buscar novos conhecimentos. Vão se dando conta de que isso mexe centralmente numa estrutura de poder enraizada, historicamente distante das mulheres. Entretanto, esbarram em obstáculos que

deverão ser por elas persistidos. Muitas delas, além de estarem ausentes das atividades agrícolas, não recebem apoio e estímulo para continuar no campo. Se aproximam do movimento buscando um espaço para encontrar novas perspectivas, entretanto, nem sempre aquilo que o movimento propõe a elas é compatível com sua realidade, sobretudo pela falta de condições para viabilizar seus projetos na agricultura. Elas desejam colocar em prática nas suas propriedades o exercício de um jeito diferente de fazer agricultura, mas terão que enfrentar as idéias e concepções de uma agricultura química enraizada em suas famílias, principalmente na figura masculina que é ainda quem determina e escolhe como fazer agricultura. Não raramente, o confronto de tais concepções reforça o desestímulo em relação à vida no campo. Marquiela, quando estudava pelo movimento em 2003, conta que quando participou de uma oficina de sementes do MMC em Caçador, ficou animada com a proposta e levou algumas sementes de batatinha para plantar na sua propriedade, “daí plantamos, tava bonita, mas por causa que tinha uns pé de capim no barranco o pai foi lá passou veneno e morreu tudo”. Percebe-se nesta narrativa, o choque existente na concepção em torno do jeito de fazer agricultura. A prática do veneno é ainda muito expressiva e foi incorporada por muitos/as camponeses/as. Julciane de 26 anos, até o momento em que foi estudar pelo MMC, sempre morou com seus pais no campo, quando perguntada sobre como é o dia-a-dia do trabalho na unidade de produção, ressaltou:

Foi mecanizado parte da roça e aí onde é de maquina faz de maquina e o restante, parte foi plantado reflorestamento de eucalipto que foi uma briga tremenda entre nós. Eu e a mãe contra e o pai quis plantar e plantou. Foi uma crise. Porque a gente firma uma proposta enquanto movimento contra a monocultura, os transgênicos e essas coisas tudo que a gente entende que não é cultura camponesa e chega em casa e o pai plantou eucalipto e tu reage e aí começa os conflitos. Na parte mecanizada plantamos milho, em boa parte, teve uma época que nós criava suínos e integrados na ALFA⁹⁸ e não deu mais porque era mais prejuízo, aí produzimos milho e leite.

Essa narrativa reafirma o embate que se dá frente aos novos valores que a jovem elabora no movimento, em relação à agricultura e aquilo que encontra na família. Mesmo que a jovem questione o pai, alterar a decisão não será tarefa fácil. Muitas jovens sentem-se impotentes frente a tais realidades. Algumas delas reclamaram a falta de condições para permanecer no campo. Noeli, jovem de 27 anos, casada, falou sobre sua experiência no campo.

Eu sempre tive uma paixão por viver lá na roça. Nunca queria sair. Então, uma das propostas que mais me motiva é o projeto de agricultura camponesa. Essa nova possibilidade de buscar formas pra conseguir permanecer no campo, que é muito

⁹⁸A Alfa ou Cooperativa Regional Alfa é uma cooperativa empresarial, que incorporou pequenas cooperativas da região, ocupando um dos primeiros lugares na sua categoria, na América Latina.

difícil. Então, das propostas que o movimento tem, essa é uma das que mais me motiva. A gente vê que há outras possibilidades de permanecer no campo, sem tá, por exemplo, me matando com os venenos.

Noeli é uma das poucas jovens no movimento que dispõe de um pedaço de terra e pode decidir sobre o tipo de agricultura que deseja em sua unidade de produção. Evidente que terá o trabalho de discutir e construir isso com seu companheiro. Porém diferente daquelas, que vivem em suas famílias, cujo chefe é o homem. No caso de Noeli, até o momento em que assumiu uma militância mais direta no MMC, trabalhava na agricultura de forma convencional, sendo que a produção de fumo, a qual necessita altas doses de venenos, era uma das formas de buscar a renda. Explica a jovem:

Para produzir fumo são as melhores terras, pra produzir frango integrado, não pode criar a galinha caipira, as mulheres camponesas tem muita dificuldade de fazer uma produção, as jovens então muito mais, porque não tem um pedacinho de terra que tá destinado pra elas fazerem um trabalho delas. Que o principal da terra tá toda pra produção de venda, que é dentro do modelo tradicional, químico. E aí muitas vezes não se tem um espaço, as mulheres muitas vezes, pra produzir as miudezas que falam, que deveriam ser grandezas, é aquela briga, pra ter uma horta, as vezes é os piores pedaços, longes que não conseguem acompanhar. Então, essa é uma grande dificuldade e também, porque toda a propriedade tá embasada no modelo químico, não conseguem produzir uma comida saudável que é uma missão das mulheres. Então é o modelo químico, é a falta de um pedaço de terra pra ela produzir, é assim, por exemplo, quem tem galinheiro⁹⁹ tem que ficar 24 hs em função das galinhas, quem tem vacas tem que viver em função das vacas em torno disso tem as cooperativas, melhor propriedade, propriedade modelo, sabe, os cursinhos de culinária sabe, fazem tudo pra que as mulheres fiquem mais acomodadas, para elas não perceber que tem outras formas de produzir.

Muitas narrativas das jovens re-colocam em evidência a necessidade de viabilização de políticas públicas¹⁰⁰ sociais para as mulheres que historicamente faz parte da luta das agricultoras/camponesas. Elas afirmaram que “sem políticas agrícolas não dá para fazer agroecologia” (Ana). No movimento, muitas delas foram se dando conta de que, “o direito à terra e as políticas para agricultura é um desafio para as mulheres e para o conjunto da família camponesa. Isto porque as políticas agrícolas ainda repetem a lógica da sociedade capitalista, patriarcal e machista (Carta MMC sobre o crédito 2005). Neste sentido, há mais tempo o MMC vem mostrando que “historicamente não se propiciam políticas públicas que resgatem, promovam e contribuam para autonomia das mulheres camponesas” (Carta interna do MMC sobre Crédito Especial para as mulheres, 2007, p. 03).

⁹⁹Refere-se à avicultura de integração vertical com a agroindústria, exigindo cuidados e vigilâncias diurnas e noturnas.

¹⁰⁰SOUZA apresenta algumas definições sobre políticas públicas: “Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, (...). Dye (1984) “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (SOUZA, 2006, p.21). Talvez para as camponesas, “a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz” (SOUZA, 2006, p. 26).

O MMC, ao fazer o debate sobre as políticas públicas chama atenção no sentido de que, “este papel social que as mulheres camponesas desenvolvem precisa ser reconhecido como um bem para a humanidade, pois articula a reprodução da vida, geração dos filhos (as) com a garantia da produção do alimento” (Carta interna do MMC sobre Crédito Especial para as mulheres, 2005, p. 02). Na concepção do movimento, o Estado¹⁰¹, precisa resgatar sua dívida social com as mulheres. Considerando que historicamente prestaram serviços à sociedade, cuidando e preservando os recursos naturais e não tiveram o devido reconhecimento. A partir desta compreensão, que elas também propõem uma nova linha de crédito especial para as mulheres, tratados no capítulo III. Cada vez mais cresce o número de jovens que já percebem que o modelo extensivo, químico e industrial de agricultura, determinado pela lógica do capital, se contrapõe ao projeto de agricultura camponesa, à biodiversidade e ganha prioridade quando se trata de investimentos públicos, conforme já mencionado. O desafio está em criar políticas públicas que beneficie as mulheres camponesas em sua realidade de trabalho no campo, visando potencializar o trabalho na produção, seja na linha de crédito, ou mesmo de seguro agrícola, bem como avançar na conquista de direitos sociais entre eles, educação, saúde, moradia, lazer. Tomar politicamente esta decisão é reconhecer a mulher camponesa como sujeito político, econômico, social, cultural. Isto implica em alterar as relações sociais na agricultura camponesa, dar visibilidade à produção das mulheres e de seu papel importante na conservação, preservação e cuidado com a biodiversidade. O que conseqüentemente servirá de estímulo para muitas jovens pensarem seus projetos de vida a partir da realidade camponesa. Mesmo enfrentando dificuldades, algumas delas, buscam uma perspectiva de mudança na forma de viver a vida camponesa. Noeli, quando falou sobre sua vida no campo, relatou:

A nossa forma de produzir era totalmente no modelo químico, então depois dessa entrada no movimento, com o projeto da recuperação de sementes, que eu comecei participar de algumas oficinas, então a gente foi levando pra casa e dentro disso começou ter várias mudanças na forma de produzir, nos hábitos alimentares. Assim, era muita coisa comprada que daí a gente começou a produzir, a voltar a ver que essa é a melhor forma e também a questão da autonomia, né. Porque assim você é muito dependente do mercado tanto na semente como na questão do adubo químico e dentro dessa mudança você percebeu que você pode ter sua própria semente, você pode produzir tua própria comida e que isso te dá uma grande autonomia.

¹⁰¹De acordo com Poulantzas (1985), o Estado é um agente formulador de políticas públicas que é relacional, pressionado pela sociedade civil. Por outro lado, numa perspectiva de leitura do MMC, para que o Estado venha a cumprir com sua função social em relação às mulheres e à agricultura camponesa pode-se dizer que há concordância com Santos, (1995, p.03) quando este afirma que o papel do Estado deve ser reinventado.

E a minha opinião dentro disso é que de fato, a gente consegue fazer isso em harmonia com a natureza. Hoje nós temos uma maior diversidade. Antes nós tinha uns porquinho, umas galinhas, hoje nós temos patos, angolas, trabalhamos pra ter mais tipo de porquinho, raças do tempo dos pais, dos avós. Tipos de comida se recuperou mais. A gente comprava muito açúcar, hoje a gente faz o açúcar mascavo. Melado. Várias mudanças que acabaram influenciando e agente percebe que tem certa, assim, na vida pessoal, você tem mais saúde, mais possibilidade e a gente não é tão dependente do mercado. Verduras a gente tem maior diversidade que a gente tinha antes. Pipoca, amendoim, coisas assim que a gente tinha parado de produzir, que a gente retomou. E que isso teve uma grande mudança não só na minha casa, como também da minha mãe. A mãe também começou recuperar essas coisas. É dedicado tempo pra fazer o sabão caseiro, é dedicado o tempo pra produzir, fazer a vassoura, várias coisas que se tinha perdido e se retomou, se percebeu uma mudança muito grande. Do jeito que tava era bem mais difícil.

A narrativa de Noeli explicita vários aspectos: A militância no movimento levou ao questionamento da prática cotidiana vivida na agricultura, mexeu com os hábitos culturais, pode-se dizer que neste caso, começou por alterar o seu jeito de viver no campo. Noeli fala da autonomia¹⁰², no sentido de poder decidir sobre o que vai produzir na sua propriedade e o que vai comer. Assim como Noeli, outras experiências vem sendo construídas no universo de luta das mulheres. Porém, essa não é uma prática comum às jovens do movimento. Ao contrário, por vezes se constitui quase uma exceção. Essa jovem diferentemente de tantas mais, é casada, não tem filhos, vive numa pequena comunidade rural, pela liderança que ocupa no movimento, isto também lhe confere determinado poder sobre os destinos da propriedade, o que lhe favorece a aplicabilidade prática de suas convicções. Noeli, procura conciliar a militância no movimento dedicando-se parte do tempo para a produção do auto-consumo. Forma encontrada para enfrentar a difícil situação vivida na agricultura, bem como o exercício prático para estabelecer novas relações com a natureza.

Andréia tem 30 anos, casada, mãe de uma filha. Concluiu o ensino superior, no momento da pesquisa ela auxiliava na organização financeira do MMC/SC e militava em sua comunidade, Faxinal dos Rosas, Chapecó. Quando perguntada sobre *quais as propostas do MMC que mais te interessam*, destacou que:

Como profissional é essa questão das sementes crioulas. É a que mais me identifica. Primeiro que sempre na faculdade eu batia contra essa questão da transgenia, contra não, mas assim defendia que era possível enquanto universidade a gente buscar outras coisas. Até mesmo meu projeto eu tive que mudar porque não tinha um orientador que buscasse isso. Não tinha formação nisso. Então, desde a universidade eu vinha buscando e quando as mulheres começam essa luta do resgate. Eu lembro que a Carminha [Carmem Munarini] quando iniciou as primeiras propostas eu tava junto. Essa é uma das coisas que a gente tem condições de ta resgatando e buscando. Como concretizar isso na prática é mais difícil, parece que todo mundo é contra, né.

¹⁰² CHAUI, Marilena de Sousa. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Cortez, 1997.

A Andréia, assim como a Noeli, entre outras, não sobrevivem unicamente da atividade agrícola. A complementação da renda vem de outros trabalhos. No caso de Andréia, que mora no meio rural, o esposo também exerce atividades remuneradas fora da propriedade, o que lhe possibilita uma renda familiar. Andréia afirma que há uma identificação prática em sua vida com aquilo que o movimento levanta enquanto bandeira de luta em relação à produção, recuperação e melhoramento de sementes crioulas. Questiona os limites da universidade, quando a mesma teve que mudar a temática de seu projeto porque não encontrou “orientação” teórica na perspectiva diferente do convencional de fazer agricultura. Isso não significa afirmar que não haja pessoas, profissionais no ensino superior que não estejam abraçando causas como esta que está em discussão. Em regras gerais, as universidades, principalmente nos dias atuais, estão mais a serviço do mercado, e menos a serviço da produção de novos conhecimentos na perspectiva do trabalho e de trabalhadores/as. No caso de Andréia, o que ela encontra no movimento esbarra contraditoriamente com aquilo que estuda na universidade, a ponto de ter que mudar o foco de sua pesquisa. Neste caso, ao mesmo tempo em que constata que é possível fazer diferente, se pergunta, *como concretizar isso na prática?* Chamo atenção para a importância de perceber que as duas narrativas acima citadas mostram a necessidade de juntar teoria e prática como condição para a viabilização de uma experiência.

Como podemos observar no decorrer deste trabalho, as diferentes narrativas das jovens concordam com o movimento de que se faz necessário trabalhar um “projeto de agricultura diferente do que está aí. Porque a gente vê o que o modelo químico tá fazendo no campo”. Para Ana “o movimento tem uma proposta bem interessante nesse sentido, de mudar o jeito de trabalhar”. Afirma: “Pensando no futuro, nas minhas filhas esse é o caminho”. A Julciane conclui: “Esse novo jeito de fazer as coisas. De re-significar o jeito de produzir a comida, dos valores que a gente cultiva entre nós. Isso me cativa”. Constatam: “O problema é que nós jovens não temos como e onde fazer essas experiências”. Dai é que se coloca também a necessidade de uma reavaliação mais aprofundada das bandeiras de luta dos movimentos sociais a partir das demandas postas pela juventude camponesa. Em outras palavras, a pergunta que cabe ao movimento neste contexto é: em que medida as ações estratégicas do MMC estão (ou não) encontrando sentido na vida das jovens camponesas?

A partir das constatações acima mencionadas, uma das estratégias do MMC que tem sido mencionada pelas entrevistadas é a possibilidade e acesso à educação formal. Para a maioria das jovens *o estudo* adquire significado de mediação para uma profissionalização que

ela não tem encontrado no campo, considerado fundamental para a mesma. Vale destacar de que não se trata de um estudo qualquer, mas de cursos que motivam as estudantes a se pensarem frente às suas realidades e que lhes abrem diferentes perspectivas. Uma questão que merece destaque neste tipo de curso oferecido pelo movimento às estudantes, é que estes levam-nas à possibilidade de pensar como enfrentar a situação na agricultura, buscando outras formas de resistência e enfrentamento ao modelo químico de agricultura, responsável pela situação de empobrecimento das famílias camponesas.

A idéia de que a valorização do estudo tem se apresentado “como condição para o jovem do campo conseguir um emprego que está em grande parte, associado ao abandono da atividade agrícola”. Conforme pode ser constatada em dados da pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, onde, 66% de jovens que trabalham, mais da metade, (37%) estão vinculados ao trabalho na cidade o que indica *ausência de alternativa no meio rural*. (Carneiro, 2008, p. 250), também merece ressalvas. Mesmo não sendo objeto deste trabalho, há que se questionar de que “estudo” nos referimos. Qual tem sido seu direcionamento? As perspectivas ali apresentadas? Historicamente, a educação no Brasil, salvo raras exceções, têm sido responsável por reproduzir e legitimar as idéias dualistas que vinculam o campo ao atraso e a cidade ao moderno. Não reproduziu apenas a dualidade, mas nela reproduziu os sentimentos de inferioridade, desvalorização que foram influenciando as experiências de camponeses/as passando de geração a geração. No caso das jovens camponesas, o estudo oferecido pelos movimentos sociais têm levado às mesmas a estabelecer outros olhares através dos quais não apenas passaram a questionar a dualidade campo X cidade, mas perceber que se trata de um processo histórico e cultural cuja perspectiva permite as construções a cerca de limites e possibilidades. Daí o esforço em estar permanentemente buscando caminhos que venham recuperar a auto-estima camponesa. De acordo com estudos já realizados, sabemos que investir na educação da geração jovem, como um caminho para o futuro, qualquer que seja o projeto profissional, está entre as estratégias dos jovens e suas famílias (Wanderley, 2007, p.32).

4.3 Nem sempre a voz do MMC é a voz das jovens camponesas

Percebi que as condições objetivas vividas pelas jovens na família, tanto no que diz respeito ao acesso a terra, a renda, ao estudo, quanto às formulações elaboradas no espaço do movimento funcionam como condicionantes para as jovens formularem seus projetos de vida e perspectivas de futuro. Entendo que os projetos de vida das jovens e suas perspectivas de futuro tendem a ser re-pensados permanentemente a partir, inclusive, das elaborações que constroem no movimento em confronto com as suas realidades cada vez mais difíceis de apresentarem possibilidades concretas. Entretanto, observei que as condições materiais, são fundamentais, mesmo não sendo exclusivas elas exercem grande influência quando se trata da tendência apontada pelas jovens em relação à permanência e continuidade no campo, devido a crise pela qual passa a agricultura e a sociedade nos dias atuais. Da mesma forma, as propostas e possibilidades vivenciadas pelas jovens no movimento, também influenciam, mas não determinam centralmente a formulação de suas escolhas. Não raras vezes, o movimento constitui-se para as jovens como uma extensão de suas próprias casas, principalmente quando se trata das cobranças de responsabilidades, papéis e atribuições militantes. Outras vezes, apresenta-se enquanto porta de entrada para a *saida de casa*, condição que muitas jovens consideram fundamental para a conquista de outros espaços sociais, bem como de outros valores, quando aquilo que desejam, não fora por elas encontrado no meio rural em que estão inseridas. Vejamos:

As jovens acabam saindo porque elas querem ser independente, elas não querem sempre ficar pedindo tudo o que precisam (Clarines).

Eu saí da roça, (...) sei lá a questão de desprezo, de humilhação, não dava pra agüentar, Eu tô me sentindo melhor porque eu tenho liberdade que em casa eu não tinha. (Marquiela)

Não há tempo para conversar com a família, tempo ao lazer, (...) hoje os vizinhos não se visitam mais (Noeli).

Dito de outra maneira, mesmo que o meio rural oferecesse condições objetivas e subjetivas para uma vida digna, agregando esse elemento ao da militância no movimento popular, um número maior de jovens certamente daria continuidade à profissão de agricultora, porém isso não significa afirmar que todas as jovens traçariam o campo enquanto horizonte para suas vidas. Conforme demonstrado neste trabalho, no oeste de Santa Catarina muitos agricultores produzem leite, aves, suínos, fumo no sistema de integração à agroindústria.

Estas indústrias são grandes empresas¹⁰³ que, para manter suas taxas de lucro baixam os preços dos produtos agrícolas e aumentam os preços do produto industrializado no supermercado para o consumidor.

A falta de uma renda, faz com que um expressivo número de jovens busque trabalho assalariado nas agroindústrias, no serviço público, mesmo que continuem residindo no campo. É preciso destacar que essas/es jovens assalariados se mantêm não porque o salário é suficiente para suprir suas necessidades, mas porque tem a mãe, ou a esposa que em casa garante o auto sustento, a roupa lavada, o cuidado das crianças menores. Ou seja, o grau de exploração que se estabelece sobre este tipo de mão-de-obra é imenso, por isso que o *estudo* aparece para muitas jovens, também como possibilidade de aumento salarial.

Não há como negar que faz parte do contexto de crise na agricultura os conflitos internos familiares que dizem respeito à sucessão familiar, relacionado aos papéis de seus membros. Percebe-se que existe uma construção no universo familiar camponês, principalmente em relação às filhas, incentivando-as para o “estudo e a busca de um ‘bom emprego’ na cidade”. Ricardo Abramovay coordenou uma equipe que fez uma pesquisa em Chapecó, Santa Catarina, constatando a existência de uma crise no desenvolvimento da agricultura familiar proveniente dos padrões sucessórios e dos papéis sociais no interior da família visto que estes não acompanharam as mudanças nas condições objetivas de reprodução social, afetando diretamente o estímulo dos jovens em prosseguir na profissão paterna (ABRAMOVAY, 1996). Por outro lado, se observa uma motivação para atrair o jovem do campo ao espaço urbano diferenciando-se de parte das jovens vinculadas ao MMC que explicitam sua ligação com o mundo rural, nas suas expectativas e projetos de vida. Porém, isto não se faz de forma homogênea e tão pouca tranqüila. As jovens levantam duas questões ao movimento: A primeira diz respeito a falta de autonomia na unidade produtiva. E a segunda a sobrecarga dentro do próprio movimento. Como conciliar a militância com a luta pelo auto-sustento e a renda?

¹⁰³ A exemplo da Sadia, Aurora, Cooperalfa, entre outras.

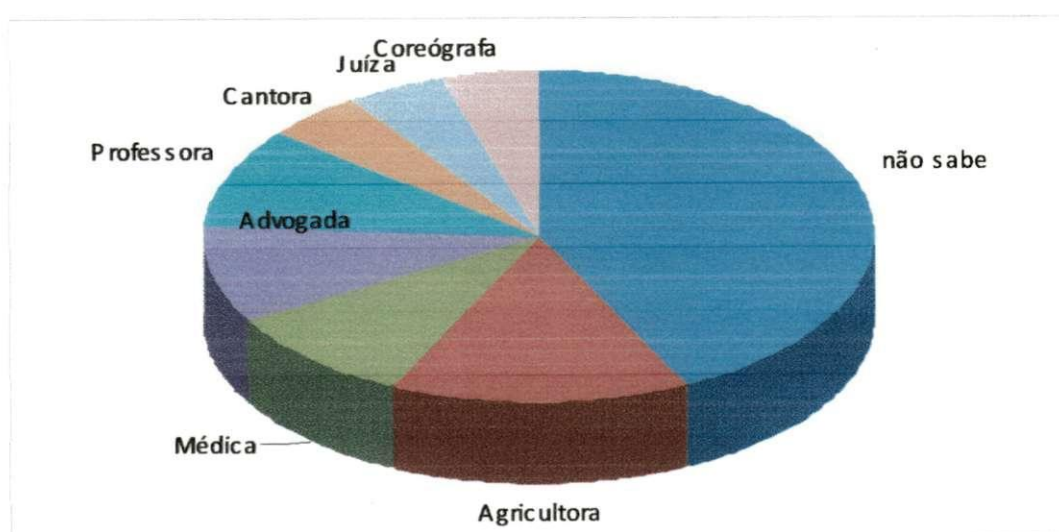
4.4 Perspectivas das jovens camponesas

As perspectivas apontadas pelas jovens, podem ser melhor compreendidas a partir daquilo que Thompson (1978), definiu como *cultura* por intermédio da qual os sujeitos lidam com o sentimento como normas, obrigações familiares, de parentesco e reciprocidades, como valores, ou mediante formas mais elaboradas na arte ou nas convicções religiosas. (1978, p.363). Explica o autor:

Os valores não são apenas “pensados”, nem “chamados”; são vividos e emergem no interior do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem nossas idéias. São as normas, regras, expectativas etc., necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento), no *habitus* de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e cessaria toda produção (THOMPSON, 1978, p. 367).

É neste sentido que a utilização da categoria *experiência* nos permite pensar que as jovens camponesas também percebem subjetivamente como a discriminação vai sendo reproduzida social e culturalmente. Isso explica porque quando perguntadas sobre “que profissão desejam exercer” elas escolhem as profissões que do ponto de vista social são mais valorizadas. Vejamos as respostas: Não sabe - 09 (menos ser agricultora) = 42%; Agricultora - 03 = 13%; Professora - 02 = 10%; Advogada - 02 = 10%; Médica - 02 = 10%; Cantora - 01 = 05%; Coreógrafa - 01 = 05%; Juíza - 01 = 05%.

Gráfico 04 – Escolha da Profissão



Percebi aqui, que o *silêncio* - expresso no argumento *não sabe* - representa a resposta da maioria das entrevistadas. Esta realidade se repetiu, quando na entrevista solicitei que

falassem sobre a profissão. As jovens silenciaram, algumas demoraram em dizer “não sei”, outras baixaram a cabeça, não disseram nada, outras ainda, suspiraram profundamente, me olharam, sorriram. A maioria acrescentou: “menos agricultora”. Elas explicaram que o meio rural está “feio demais”, “a jovem não é valorizada”, “sem perspectiva”, “é muito trabalho e não se vê resultado”, aparece à desvalorização do campo, da mulher, da jovem e da vida camponesa. Este é ainda um lugar de sofrimento. A maneira pela qual vivem seus pais não motiva as jovens. “Não queremos ser e viver como nossos pais”. A falta de renda e de terra para as jovens. “Não temos acesso à tecnologia, computador, internet”. A não autonomia combinada com o machismo ainda forte na família camponesa, na escola, na igreja, na sociedade; bem como, a falta de oportunidades de lazer, de novas sociabilidades no meio rural foi sempre muito mencionada pelas jovens.

De 21 jovens, apenas três delas disseram que desejam para si a profissão de agricultora. Entretanto, a maioria delas manifestou que se o campo oferecesse alternativas de vida para as jovens seriam agricultoras. Outras, por sua vez, manifestaram que, independente de ter ou não condições dignas, escolheriam outra profissão que não a de agricultora.

Outro dado interessante é que as jovens do campo, apesar de enfrentarem a dureza na agricultura, apontaram para a busca de profissões valorizadas normalmente exercidas no espaço urbano. 45% das entrevistadas, dizem escolher profissões como médica, advogada, juíza, entre outras. Neste particular observei uma tendência, principalmente das militantes, quando afirmam a necessidade de estudar para exercer uma profissão visto que a vida no meio rural não lhes oferece condições objetivas de permanência e continuidade no campo. Razão pela qual, sinalizam para o desejo de exercerem uma profissão na cidade, mas escolhendo o campo como lugar de moradia, destacando centralmente o contato com a natureza e o que dela pode ser aproveitada. Nesta questão, percebe-se a influência do movimento que vai mexendo nas concepções das jovens no sentido de ressignificar o campo enquanto lugar digno para viver. Essa idéia de exercer uma profissão aparece fortemente na fala das militantes. Elas manifestaram o apreço à vida camponesa, querem morar no campo, desde que asseguradas por outra profissão.

Mesmo hoje estudando pra ser uma advogada, ou alguma coisa assim, nesse sentido. eu quero continuar no campo tendo lá minha horta, meu pomar, onde eu possa dar pra minhas filhas uma alimentação um pouco mais saudável. Como eu falei, não que o campo seja minha fonte de renda principal, não é meu objetivo, até porque vendo hoje a nossa propriedade não teria condições de fornecer isso, se fosse dividido em 05 irmãos, né. O que é possível pro meu futuro, é uma

chacrinha, onde tem os animais, horta, pomar, pra mim e pra minhas filhas. Porque eu quero ficar no campo (Ana Elza Munarini).

A narrativa de Ana mostra um universo camponês que possibilita uma vida saudável, mas não lhes garante a renda, que deverá ser buscada fora do meio rural. A Clarinês, ao mencionar seu curso ligado à agricultura, demonstrou que deseja atuar no meio rural, mas não como profissão *agricultora*. “(...) como tô fazendo o curso técnico em agropecuária, eu também pretendo ser agricultora, só não como profissão, mas estar no meio rural e desenvolver as atividades que eu aprendi no curso, contribuindo com o movimento, com a comunidade e com as pessoas, falta investimento na agricultura” (Clarinês). Alex Sandra disse: “Vejo a roça como o lugar perfeito para se viver e criar os filhos, pelos valores de vida que se tem aqui, pelo respeito às pessoas e a natureza que se pode educar uma criança.(...) Economicamente acho difícil viver no campo, (...) você precisa ter outro tipo de renda e a alternativa, muitas vezes, se volta para a cidade”. Julciane afirmou: “eu tenho dúvidas o que eu quero, por mais que eu goste da roça, mais eu tenho dúvidas, ali tá muito difícil, pouca terra, parece que tu não vê perspectivas, tenho dúvidas”. Conforme podemos observar algumas narrativas nos levam a pensar que o tamanho diminuto da terra entre outras questões apresentadas, é uma barreira para a constituição da condição camponesa vista na perspectiva dessas jovens.

As idéias em torno de que “ser alguém na vida”, significa não ser agricultor, ainda é forte, dado a situação de crise na agricultura e na sociedade em geral. Estabelecem-se e, ainda, predominam relações de subordinação e opressão/submissão das mulheres, no campo. Faltam condições de trabalho remunerado para as jovens, bem como, autonomia para traçarem seus rumos. No caso das jovens camponesas, soma-se aí, os impasses oriundos das contradições vividas no campo, os questionamentos em sua militância e os limites na vida familiar. Uma das reivindicações das jovens aponta para a necessidade de “mudança nas relações familiares”, por intermédio da qual será possível uma maior participação dos seus membros, na tomada de decisões visando alcançar um maior espaço de atuação, igualdade e de poder das jovens. Situações semelhantes, que tratam sobre a falta de renda e de autonomia mostram que a maneira de lidar com essa realidade é diferenciada entre rapazes e moças, decorrente da socialização a que são submetidos.

Em pesquisa realizada num assentamento no Rio de Janeiro, Castro (2005), constatou que os rapazes envolvem-se nas atividades desenvolvidas pelos pais, seja na construção ou reforma da casa, seja nas tarefas agrícolas; enquanto que as moças restringem-se ao apoio às

atividades desempenhadas pelas mães, predominantemente no espaço doméstico, que inclui os trabalhos da casa, cozinha, roupa, cuidado de crianças menores, da horta e animais domésticos. “Ao mesmo tempo, a família mantém maior controle sobre as mulheres, “principalmente ‘jovens’” que são ‘proibidas’ ou sofrem muitas restrições quanto à circulação dentro e fora do assentamento” (CASTRO, 2005, p.332). Para os rapazes, como mostra Castro (2005) além do trabalho externo ao lote no assentamento, o ingresso nas forças armadas contém a possibilidade de obtenção de renda e autonomia, uma vez que “o alistamento militar obrigatório para os homens representa um processo de conquista de liberdade, mesmo sem sair da casa dos pais”. A conquista de autonomia - ou de *liberdade*, na expressão das jovens – em muitos casos, é obtida com a saída da casa dos pais, pois o controle sobre elas é exercido enquanto estiverem vivendo com eles (CASTRO, 2005, p. 337).

Essas observações de Castro sobre o assentamento estudado adquire importância neste estudo, em particular quando pensamos nas militantes que tiveram oportunidade de estudar pelo MMC em Santa Catarina. Neste caso, o próprio movimento serviu como uma porta de entrada para a busca do que as jovens consideram como *condição* para a conquista de autonomia, porque lhes permitem elaborar novos elementos para a formulação de seus projetos de vida. A intenção do movimento é que pelo estudo a jovem possa re-elaborar melhor seus próprios sonhos. Vale destacar que, para algumas jovens, a frequência a uma escola no meio urbano significa passo importante na busca de alternativas e uma de suas grandes expectativas é “fazer uma faculdade” ao lado do acesso a um “bom emprego”. Em relação aos estudos, as jovens mencionaram suas dificuldades. Muitas foram obrigadas a largarem seus estudos para ajudar na manutenção da família, ou ainda para que seus irmãos menores tivessem possibilidade de frequentar a escola. O acesso à escolarização conjugado com condições de trabalho, renda e autonomia, não tem sido tarefa fácil de conquistar. A esse respeito Noeli diz:

Outra coisa que marcou muito que eu sinto muito, foi que aos 16 anos eu tive que parar de fazer o segundo grau (...) eu era professora substituta de um professor. Mas como eu tinha 15 anos, como eu não tinha 16 anos, um outro professor que morava na comunidade foi na prefeitura e denunciou. Então ele disse que eu não poderia tá lecionando porque eu não tinha 16 anos e que era aquela lei que menor não pode trabalhar. Daí foi tirado essas aulas, eu não pude mais dar então ficou difícil né, de nós manter a casa e aí eu resolvi parar de estudar, na primeira série do segundo grau pra poder ajudar a mãe, né. Então a gente ia trabalhar fora o dia inteiro pra minhas irmãs e meu irmão continuar estudando. Pra eles ao menos conseguir fazer o ensino fundamental. Então foram coisas assim que me marcaram bastante (Noeli Welter Taborda).

A narrativa mostra que o fato de ter que deixar os estudos para assumir os trabalhos no interior das famílias tido como “algo normal” no cotidiano das mulheres, aos poucos, foi sendo contestado pelas jovens. Como podemos verificar, frequentar a escola não fazia parte do universo das mulheres, ministrar aulas muito menos. As escolas, seguindo o padrão de uma cultura patriarcal da época, eram destinadas *preferencialmente* aos filhos homens. As meninas, em épocas passadas, não precisavam estudar ou, se estudavam, era em condições mais adversas que os meninos (RENK 1997). Em outubro de 2002, o MMC/SC realizou uma pesquisa em 15 municípios do Estado. Os dados mostram que 61,79% das mulheres frequentaram a escola até quatro anos e 11,7% das mulheres do campo são semi-analfabetas. Weisheimer (2004), constatou que nos dias atuais as moças investem mais na educação do que os rapazes, principalmente com vistas à preparação para um emprego na cidade. Em se tratando das jovens pesquisadas, nota-se que o perfil das estudantes, que frequentam o movimento, na sua grande maioria cursa o ensino médio, o que lhes permite contato regular com a cidade e acesso a relações sociais mais amplas. Isso tem influenciado às jovens a redesenhar suas perspectivas de vida e projetos de futuro. O que não significa dizer que elas propõem o abandono da vida camponesa. Pelo contrário, quando as jovens afirmam o desejo de estudar para conquistar uma profissão que “não a de agricultora” mas querem continuar morando no campo conforme nos relata Noeli: “No campo (...) você vive mais tranquilamente, não sofre tanta violência, pode caminhar tranquilamente, depende o lugar que você tem, vive uma vida mais saudável, tem uma alimentação mais saudável”. Para algumas dessas jovens, a realidade em que se encontram hoje, não lhes oferece condições para lá permanecerem desfrutando de um viver integralmente esperado. E, as jovens não aceitam a idéia de viver num mundo de privacidade. A escolha da profissão está relacionada ao desejo de sua própria valorização.

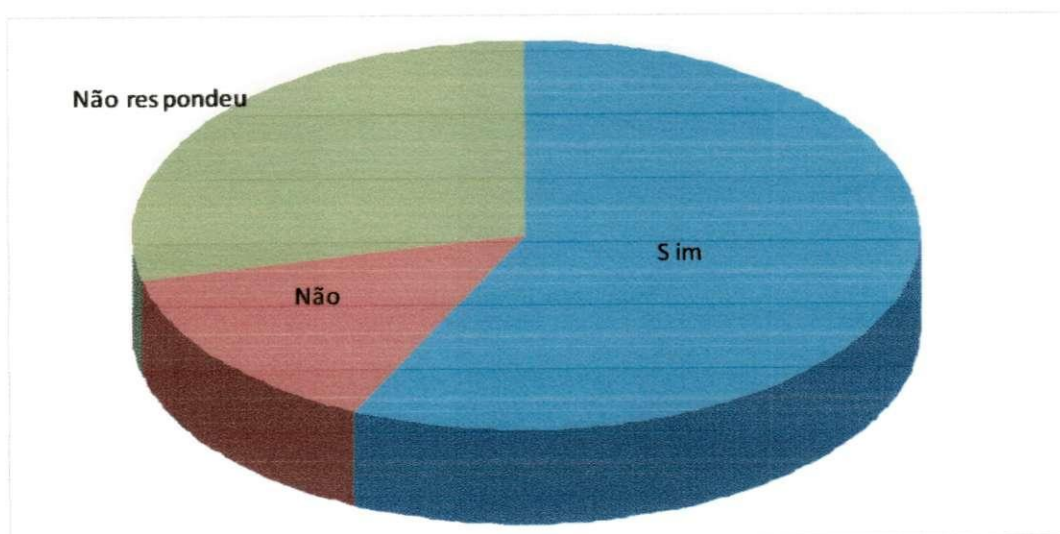
Shanin (1980), mostra que uma das características dos grupos camponeses é a posição subalterna. Ou melhor, são tratados como subalternos. E os projetos do MMC e das jovens repudia essa perspectiva e propõe-se a construir e ter uma sociedade na qual ser camponesa não signifique subalternidade. Ao contrário, nesta sociedade, se busca diminuir a assimetria interna na família e também diminuir a assimetria em relação àqueles que produzem alimento nas propriedades através do trabalho familiar. É neste sentido que *estudar*, poderia ser o oposto para o abandono, pode ser uma forma de permanecer em condições diferentes. No caso desta pesquisa não se trata de uma *situação vantajosa*, para as moças o estímulo ao estudo, até porque, uma parcela significativa ainda mantém a expectativa de conquistar o acesso à

condições objetivas e subjetivas para *dar continuidade* de seus estudos, principalmente em se tratando do ensino superior, visto não ter este sido assegurado pela sua família e em alguns casos, não há possibilidades reais para a família criar condições de estudo aos filhos, dada a situação que se encontra a agricultura camponesa. Por outro lado, no caso daquelas jovens que conseguem estudar, por mais que, a despesa dessa jovem é mantida como compensação por sua exclusão da partilha da terra em muitos casos, a maioria das famílias também não dispõe de renda para auxiliar no pagamento das mensalidades, mesmo contribuindo com a alimentação, visto que os empregos assumidos pelas jovens não lhes possibilita arcar com os altos custos do estudo e da vida na cidade, sendo que um pequeno grupo consegue freqüentar e concluir o ensino superior.

O “estudo” aparece também como alternativa em detrimento do trabalho pesado no campo. Da mesma forma como retorno financeiro e as incertezas sobre o futuro da agricultura levando os agricultores a busca da cidade como alternativa desejável para os filhos, onde a vida é vista como “mais fácil” em comparação às dificuldades que representa a atividade agrícola no País. Entretanto, há de se considerar que outras alternativas começam a fazer parte dos debates realizados pelos movimentos sociais. Nesse sentido, podemos observar que, quando perguntei sobre: você gosta da vida no campo? As respostas foram as seguintes:

Sim - 12 = 57%; Não respondeu 06 - 29%; Não - 03 = 14%.

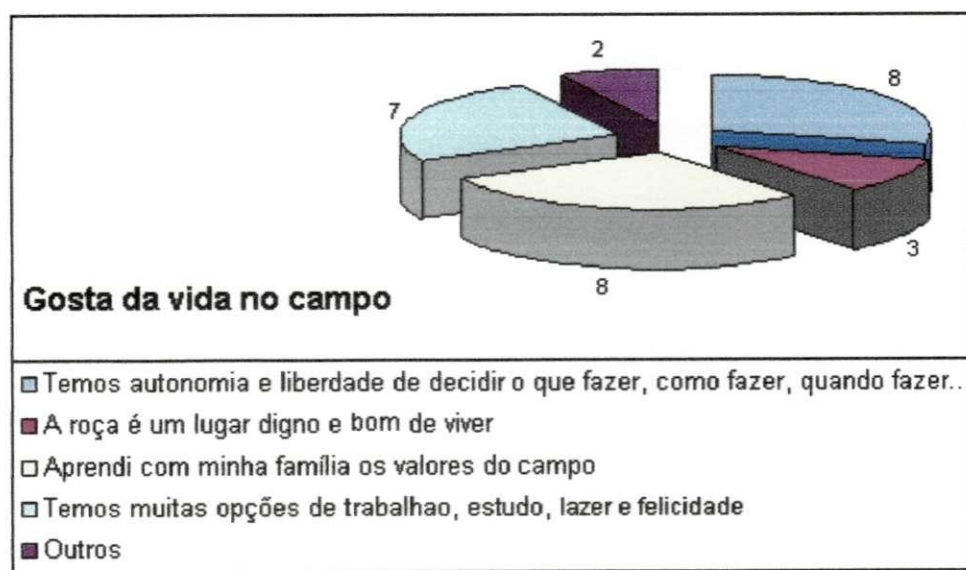
Gráfico 05 – Gosto pela vida no campo



57% das jovens afirmaram que gostam da vida no campo. Destacaram as amizades sinceras, o contato com a natureza, a produção de alimentos saudáveis, “mais qualidade de vida”, flexibilidade, visto que não precisam cumprir horário, entre outros aspectos. Reafirma-se aqui a idéia de que a falta de condições e oportunidades para as jovens leva-as a repensarem seus projetos de vida. O fato de 29% não ter respondido a esta questão, também pode estar sinalizando a dúvida entre o que vivem, como vivem e como poderia ser vivido. Visto que, para as jovens que participam de movimentos sociais, este debate se faz presente. Duas jovens, na ocasião da pergunta afirmaram: “se a gente não sofresse tanto eu diria que gosto (...)”, Outra jovem pontuou: “O campo é bom, mas é muito sofrido”. “Não dá pra dizer que gosto”. Apenas três jovens, (14%) definiram imediatamente: “Eu não gosto do campo”. “Se eu tivesse como sair, sairia hoje mesmo”. “Não tem futuro”. “Quem sai não volta mais”. Nas narrativas está clara a idéia que uma coisa é gostar do campo, mas não do trabalho; outra é escolher o campo como meio de vida, como profissão. As expressões das jovens sinalizam para um espaço rural vivido hoje no oeste catarinense, no qual muitos tem emprego na cidade e moram no campo. Daí o grande questionamento que perpassa os debates do MMC: Como pensar na agricultura camponesa hoje, a partir deste contexto?

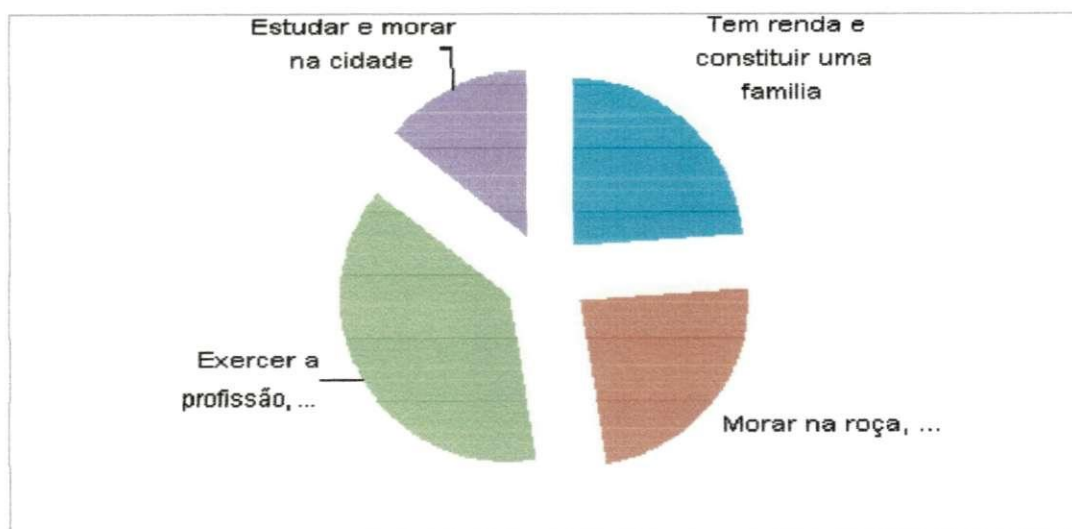
Também perguntei sobre quais os aspectos que mais lhes desperta o interesse, o gosto pela vida no campo. Essa questão da autonomia/liberdade para decidir o que/como/quando fazer aparece de forma significativa na referência das jovens. Aparece ao lado dos *valores relativos ao campo*, considerado aprendizado vivido na família e retomado no MMC.

Gráfico 06 – Razões pelo gosto da vida no campo



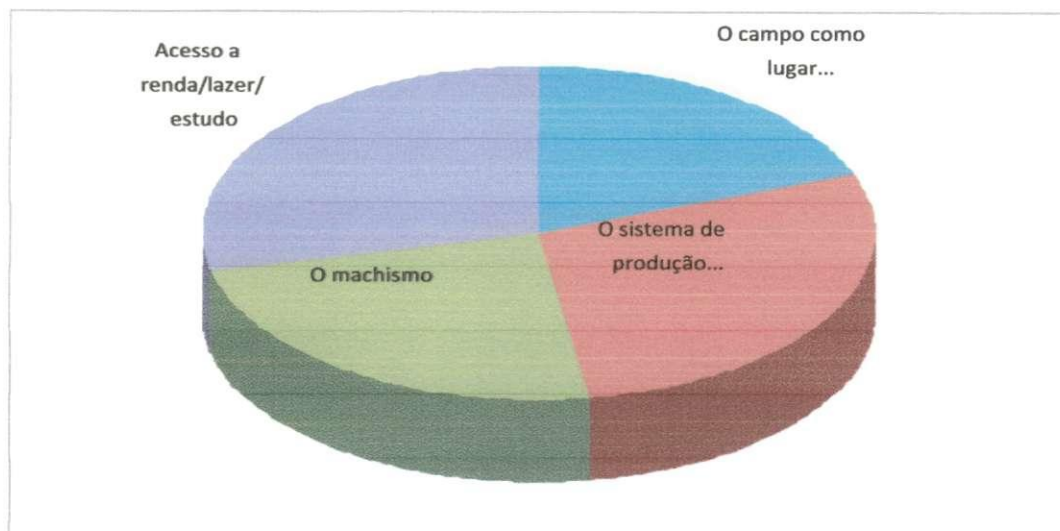
Foi neste contexto de discussões que outras jovens, ao se confrontarem com sua realidade camponesa manifestaram o desejo de permanecer no local de origem desde que, realizando outras atividades que não as ligadas à agricultura.

Gráfico 07 – Expectativas em relação ao local de moradia



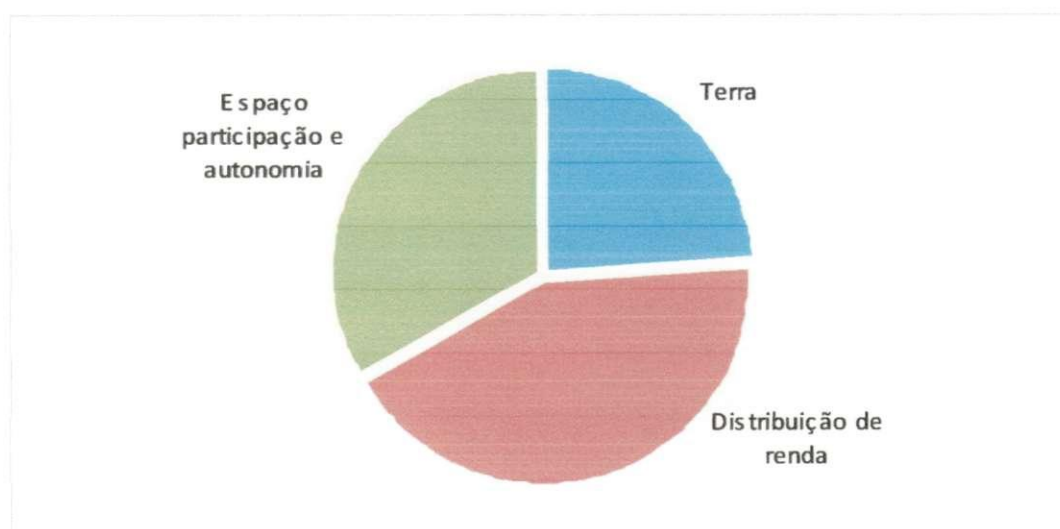
Neste item, 14% das jovens dizem que suas expectativas estão em estudar e morar na cidade. Para este grupo em particular, percebe-se claramente que *morar na roça* está condicionado às possibilidades de trabalho para o auto-sustento e a renda, somando-se à necessidade de autonomia das mulheres. 24% desejam ter renda, constituir uma família. Merece destaque que 36% das jovens, disseram que desejam ter uma profissão, continuar militando prestando sua colaboração na luta pela mudança social e morar no campo.

Gráfico 08 – O que mudar no campo



Quando indaguei sobre: *se pudesse mudar algo na vida camponesa o que mudaria?* As jovens responderam: O acesso à renda/lazer/estudo foi destacado por 06 jovens = 28%; Mudar o sistema de produção química pela agroecologia é visto por 06 = 28%. Aqui percebe-se a influência do trabalho que o movimento realiza e que diz respeito aos anseios da juventude. O machismo ainda é forte e de acordo com 25% das jovens, precisa ser mudado. Da mesma forma, 19% diz que se faz necessário superar as idéias do campo como lugar de sofrimento/sacrifício/atraso.

Gráfico 09 – Elementos da agricultura camponesa



Em se tratando da construção do projeto de agricultura camponesa, as jovens destacam três elementos centrais. A *Renda* para 43% das jovens é uma questão que precisa ser conquistada. O *Espaço de participação e autonomia* para a jovem camponesa, foi visto por

33% das entrevistadas como condição para que se estabeleça o debate em torno de um novo projeto de agricultura. As jovens afirmam que sem sua participação o projeto de agricultura não se viabiliza. Outra questão decisiva, mencionada por 24% das jovens é possuir *acesso à terra*. Através do Projeto de Agricultura Camponesa, o movimento propõe a lutar pela conquista da terra como meio para produzir a renda, e como direito, aspecto que está entre as principais demandas apresentadas pelas jovens. *Estudo, renda, terra e autonomia*, estão incluídos na perspectiva de projeto popular para a agricultura elaborado pelo MMC e são reivindicações apresentados pelas jovens (Conforme arquivos internos do MMC). Situação similar tem sido encontrada em outros estudos, entre eles cito uma pesquisa nacional¹⁰⁴, através da qual foi constatado de que “os três assuntos que mais interessam os jovens rurais atualmente são: *educação, emprego, cultura e lazer*. Estes não diferem dos apontados pelos jovens urbanos.

4.4.1 Matizes do perspectivar das jovens no MMC: Terra, renda, educação.

Considerando as idas e vindas das trajetórias estudadas e paralelamente fazendo referência à pesquisa de Wanderley¹⁰⁵ (2007), que ao estudar sobre juventude rural de famílias de pequenos agricultores chama atenção para uma dupla dinâmica social. A dimensão espacial, que relaciona a casa (família), a vizinhança (comunidade local) e a cidade (o mundo urbano industrial) enquanto “espaços de vida que se entrelaçam e que dão conteúdo a experiência dos jovens rurais e a sua inserção na sociedade” (p.23). Nestes espaços, a vida cotidiana e as perspectivas para o futuro são imbuídas de uma dinâmica temporal: o passado das tradições familiares – que inspira as práticas e as estratégias do presente e do encaminhamento do futuro: o presente da vida cotidiana – centrado na educação, no trabalho e na sociabilidade local e futuro, que se expressa, especialmente através das escolhas profissionais.

A busca de saídas para as jovens camponesas *na cidade*, também permeia os debates das jovens no MMC e revelam as matizes dessas trajetórias. Em um dos encontros¹⁰⁶

¹⁰⁴ Refiro-me a *Retratos da juventude brasileira, análises de uma pesquisa nacional*, org. Helena Wendel Abramo e Pedro Martoni Branco et alli. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008. ISBN 978-85-7643-053-7.

¹⁰⁵ Estudo/pesquisa sobre JOVENS RURAIS de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. IN: JUVENTUDE RURAL em perspectiva: Carneiro Maria José & CASTRO. Elisa Guarani: Organizadores Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. ISBN 978-85-7478-240-9

¹⁰⁶ Neste evento participava jovens que já tinham ido para a cidade e retornado ao campo, outras que estavam morando na cidade, na casa de parentes para continuar seus estudos, algumas delas manifestando o desejo de sair de casa, sendo que a maioria eram jovens que residiam com suas famílias na roça.

realizados com as jovens do MMC, uma das questões, levava-as a pensarem sobre: *se a busca pela cidade têm sido solução para as jovens rurais*. As respostas dos grupos, foram as mais variadas:

Na maioria das vezes a cidade não é a saída. Por que muitas jovens não tem que fazer, ser empregada doméstica? Trabalhar dia e noite só pela comida e algumas roupas? A maior parte vai com a ilusão de poder cursar uma faculdade, mas não conseguem (Renata, Sandra Hubner, Salete, Solange, Luziane, Mariana, Rosana, Verenice, Alessandra, Flavia).

Algumas dão sorte de conseguir estudo e um ótimo emprego, outras já não têm a mesma sorte e acabam até na prostituição e drogas (Juliana Dala Possa, Carla Maschio, Cristina Boito, Adriana).

Não. Pois no campo tem varias formas de sobrevivência (Catiane, Stela, Camila, Rita, Luceni).

A cidade pode ser a saída das jovens, dependendo do curso (faculdade) que ela cursar. E é claro se tiver um bom trabalho. As jovens trabalhadoras que saem da roça e vão para a cidade, são mais procuradas, pois tem mais garra e determinação para conseguir seus objetivos, mas isso não quer dizer que elas são valorizadas (Rubia, Edriânia, Hérica, Edy, Andressa).

A cidade tem seu lado bom, como faculdades ótimas etc, mas muitas jovens vão para a cidade e não conseguem emprego ou estudo e para sustentar-se se envolvem na prostituição e muitas outras coisas (Luana, Gisele, Claudia, Rubia, Ângela, Letícia, Jaqueline).

Das respostas apresentadas pelos grupos, podemos constatar que: Algumas jovens percebem que a cidade, idealizada como lugar de muitas possibilidades, raras vezes oferece perspectivas para as jovens do campo. É interessante observar, como a questão da *desvalorização*, também aparece não apenas na atribuição dada à empregada doméstica, mas sobretudo porque tais atividades realizadas são mal remuneradas, colocando as jovens a uma condição que mal dá para a sobrevivência. Ao não conseguir alcançar o que almejam, a cidade, poderá resultar no declínio dos sonhos de muitas jovens. Durante a pesquisa com as jovens camponesas, percebi que existe por parte das mesmas um esforço para a elaboração de seus projetos de vida. Longe de afirmar que as jovens camponesas “não sabem o que querem”, que elas “não têm perspectivas”, devo dizer, que elas estão cotidianamente lidando com suas escolhas de vida, buscando encontrar perspectivas para a realização dos sonhos. Porém, quando não mais visualizam concretamente possibilidades reais, tão cedo partem em busca de novas oportunidades. Vejamos:

Das 10 jovens militantes do MMC, que atuavam no movimento quando iniciei a pesquisa, no período de dezembro de 2006 a maio de 2009, 03 delas buscaram outras saídas, na expectativa de usufruir da renda como condição para melhorar a vida. Duas continuam atuando como militantes. Destas, uma mora no campo e outra na cidade. As outras estão no campo, participando das atividades agrícolas. Em relação às escolhas de vida as jovens camponesas de Santa Catarina, afirmaram que nem sempre encontraram aquilo que tinham enquanto horizonte para suas vidas. A difícil situação, principalmente a luta pela sobrevivência tem levado-as a buscar outras oportunidades que nem sempre faziam parte de suas expectativas. E isso tem se repetido depois de conhecer o movimento. A Rita quando falou sobre sua história de vida, fez questão de dizer que:

Saí cedo de casa, fui trabalhar numa fábrica de calçados, pra ajudar na renda familiar. Todo dinheiro que eu recebia eu dei todo pros meus pais. Não tenho nada desse dinheiro que trabalhei nas firmas, dei tudo. Não guardei nada pra mim. 5 anos trabalhei lá. Trabalhava fora, morava na cidade com uma tia, não precisava pagar muito aluguel, não ganhava muito, mas o que ganhava dava pros meus pais (Rita Zaparoli).

Neste caso, mesmo saindo para trabalhar fora, o recurso que recebia de seu trabalho era uma forma de ajudar a família. Durante 05 anos de trabalho, seu salário, que conforme afirma, “não era muito”, entregava aos pais. Rita, casou teve duas filhas. Disse na entrevista que sempre queria buscar algo diferente. “(...) Eu disse pra ele (marido) antes de vir, que nós vinha pra Quilombo, mas não ia trabalhar na Aurora. Eu não ia me vê matar e pendurar galinha. Eu queria uma coisa diferente. A partir do estudo eu tive uma visão diferente” (Rita). Esta jovem foi assumindo sua militância neste movimento desde 2002. Quando perguntada durante a entrevista sobre sua profissão manifestou o desejo de “continuar no movimento e fazer um trabalho extra, como educadora. Um tempo no movimento e um tempo como educadora.” Rita atuou 07 anos no movimento. Passado este tempo, se tornou referência junto às jovens e em meio ao movimento. Dado às circunstâncias na luta pela sobrevivência, recentemente, decidiram buscar outras perspectivas, através da qual estarão assumindo um trabalho de cuidar de um restaurante. Certamente não seria este, o horizonte de seus sonhos, mas foi o que lhe restou como alternativa. Quando, Rita comentou sobre sua nova decisão, argumentou: “aqui não tem futuro”.

É interessante observar outros dados relativos ao público feminino que encontrou no movimento espaço para estudar. O movimento conta hoje com 23 estudantes. Destas, 05 moram na cidade, 05 estão diretamente nas escolas, e 13 moram no meio rural. Das 15 jovens

que estudaram pelo movimento, 04 foram para a cidade, 01 coordena trabalhos do MMC em uma escola dos movimentos e 10 estão no campo. O Movimento também investiu em outras 18 militantes do MMC, que atuam mais diretamente, priorizando o movimento, 05 moram na cidade e 13 no campo.

A participação das jovens no MMC pode ser vista enquanto espaço de encaminhamentos de expectativas e projetos que busca superar a relação de discriminação. Na expressão de Julciane, “Um passo que se tem para a mudança”. Faz-se necessário um trabalho de envolvimento das jovens, mas acima de tudo, elas reivindicam espaços para exporem seus aprendizados. O MMC representa mobilidade social. Assim como Julciane, outras jovens encontraram no movimento a porta de entrada para a realização de um curso superior. Conquista reconhecida pelas jovens como fundamental para lhes esclarecer e produzir novos conhecimentos. Na medida em que a juventude cria e se apropria de novos conceitos, começa por alterar a suposta condição de vítima que lhes oprime, na condição de jovem camponesa, sujeitos de seus próprios ideais. Noeli faz questão de afirmar: “É preciso que a sociedade saiba que a gente tem anseios, que a gente tem sonhos, que a gente quer ser sujeito, quer viver”. E destaca que mesmo nesta sociedade que não valoriza as jovens que vivem no campo, as construções depreciativas em relação às mesmas começam a ser mudadas. “Várias jovens com que eu convivo dizem: sou jovem camponesa, moro no campo.” Rita, fala da jovem camponesa relacionando-a a *identidade de projeto*, uma jovem que vai adquirindo certa consciência de seu espaço, de suas condições, das relações de poder e ela existe porque chama atenção para a necessidade de exercer, praticar e construir uma nova consciência em relação ao campo.

Uma jovem camponesa é uma jovem que vai criando consciência da sociedade que nós *tamo* vivendo e ela sabe que o campo é um lugar bom de viver. Aquela que contribui com uma mudança da sociedade, não é aquela jovem que só pensa em dança, que só pensa em esporte, que não tem consciência. É uma jovem consciente do futuro, o que vai ser essa sociedade no futuro se nós não lutar pelos nossos direitos, pela igualdade porque o machismo, o patriarcado ta cada vez mais forte em minha opinião (Rita Zapparoli).

A fala de Rita chama atenção para a importância de superar as relações de submissão, machismo, que se repetem. Continua Rita:

E se as jovens não começar se mexer, saber que ela é capaz, qual é o papel dela, que temo que agir, não é jovem camponesa. Não basta morar no campo pra dizer que é uma jovem camponesa, ela tem que estudar, se formar, criar nova consciência. Porque até pela experiência que eu to dando aula, tem jovens ali que acham que é só festa.

Rita registra a importância da emergência das jovens enquanto protagonistas de sua própria história, num cenário em que a dimensão camponesa adquire um significado novo, porém carece de condições, que apresente perspectivas. O apelo mais forte continua sendo no sentido de que se faz necessário um “despertar” ainda mais incisivo por parte da própria juventude. É no exercício de suas práticas cotidianas, na capacidade de tomada de posição frente às diferentes realidades, que a jovem vai moldando os contornos de seus projetos de vida. Continua Rita:

Uma jovem que mora na cidade, se ela tiver consciente e sabe o que é a agricultura, como é a vida no campo, que tem esse amor a terra, as suas raízes culturais na terra, que o povo do campo é um povo sofrido e a sociedade pode ser mudada, ela tem que ter uma consciência aberta, (...) pra ser caracterizada como uma jovem camponesa. Tem que ter a teoria e a prática. Só de teoria ninguém vive, só de prática ninguém vive. Eu acho que tem que ter alguma vinculação com o mundo camponês.

Paixão e amor a terra, dignidade e respeito ao povo do campo, combinados na teoria e na prática, apresentam-se como elementos fundamentais na identidade forjada pelas jovens camponesas. Pois na definição de Rita:

A jovem camponesa pra mim é uma pessoa consciente daquilo que quer, do que sonha, porque muitas jovens não têm mais sonhos, é uma pessoa que sabe que faz parte dessa sociedade e tem um papel muito importante de ajudar nessa transformação. Que busca seus sonhos, seus ideais e tem consciência que pode fazer a mudança e para isso ela tem que lutar que hoje em dia sem lutar não se consegue nada.

Para Rita as jovens camponesas são mulheres que assumem uma atitude de sujeito capaz de produzir ações de ruptura das relações de exploração historicamente reproduzidos e legitimados pela cultura patriarcal e pelo modelo de sociedade capitalista. As jovens estão em atitude de busca na elaboração dos projetos de vida para si, ao mesmo tempo em que lutam para viabilizar melhores condições de vida. Muitas delas mostraram-se dispostas a ampliar os espaços de questionamento para não aceitação dos lugares que até então a mulher foi colocada na sociedade. Suas perspectivas propõem uma modificação de mentalidade da sociedade em relação às diferenças e desigualdades vividas no campo. A questão do estudo para muitas delas, alimenta uma forma de suscitar perspectivas de futuro para elas. Todas as jovens entrevistadas estão estudando e desejam dar continuidade em seus estudos. O projeto de vida para a maioria das jovens entrevistadas está fortemente vinculado à educação e a busca de garantia de uma renda que lhes permite uma vida digna. Para algumas militantes, a conquista da terra é fundamental para viabilizar suas experiências na construção do Projeto de Agricultura Camponesa e permanência no campo. Somado a isso, acrescenta-se o desejo de

autonomia dessas jovens, que lhes coloca numa atitude de busca e continuidade na elaboração de suas perspectivas e projetos de vida.

Considerações finais

Tendo em vista os aspectos que observei durante a realização deste trabalho, sustento a convicção de que o MMC, desde seu surgimento até os dias atuais, através de suas formas de organização de base, de mobilização política, de formação de quadros militantes, vai se constituindo, em um agente de transformação social. Alinhado à Via Campesina, tem se destacado na luta pelos direitos das mulheres e por um projeto de agricultura camponesa agroecológica. A luta ofensiva contra as transnacionais, é considerada neste movimento, como elemento-chave que explica a tentativa de destruição da agricultura camponesa e o avanço de uma sociedade na perspectiva neoliberal e adquire importância visto que cada vez mais o campo se evidencia como um espaço conflituoso, de disputa, de concorrência, de diferentes concepções e também passa por profundas alterações como:

a) No aspecto físico ou estrutural é visível a concentração e o processo de minifundização da terra que, desde a colonização da região oeste catarinense têm intensificado a expulsão das famílias camponesas, principalmente da juventude. Ficando mais evidente com a modernização da agricultura que mexeu centralmente no jeito de viver e de fazer agricultura. Com o avanço do monocultivo intensificou-se a perda da diversidade vegetal e animal e o controle do território está sob domínio de empresas transnacionais. b) No aspecto ambiental, os bens naturais são visto como mercadoria que devem ser explorados concentrando a riqueza nas mãos de poucos. c) No aspecto humano, em decorrência desse modelo de agricultura química, industrial, percebe-se o processo de envelhecimento do campo onde cresce o número de famílias sem sucessores. A migração das jovens do meio rural para cidade, têm acentuado o processo de masculinização no campo. Bem como é possível observar as conseqüências do crescente processo de urbanização e assalariamento do campo. Cada vez mais pessoas que moram no campo trabalham como assalariadas normalmente numa agroindústria. d) No aspecto subjetivo ainda é forte a descrença, o desânimo, em relação ao trabalho do campo. O sentimento de inferioridade, desprezo e desqualificação da profissão

de agricultora associado à cultura patriarcal de dominação, opressão, discriminação da mulher mantém e agrava em muitos casos situações de violência, o que têm levado as jovens a re- eleborarem suas perspectivas e projetos de vida. e) Outro fator é em relação à ausência de políticas publicas ou aquelas que se apresentam são insuficientes para assegurar condições de garantia de preços justos dos produtos e renda para as famílias.

Apresenta-se no cenário de disputa pelo campo enquanto espaço de sociabilidades, o crescimento de experiências baseadas na agricultura agroecológica que se caracteriza como resistência e enfrentamento ao modelo acima citado. Aqui também é possível identificar questões, como: a) Aspecto físico ou estrutural: pouca terra onde a unidade de produção se organiza a partir da demanda local. Registra-se um esforço em consolidar experiências que busca a recuperação do solo, a produção de sementes crioulas, o cultivo de vegetais e a criação de animais a partir dos princípios da agroecologia em busca de uma produção diferenciada e de qualidade. b) No aspecto humano interessa articular, planejar e dividir o trabalho com os membros da família e busca-se discutir os investimentos e a partilha dos recursos. c) No aspecto subjetivo há um sentimento de amor, dedicação e valorização do trabalho e a alegria de apresentar uma produção saudável aos consumidores/as. Há sinais de mudança nas relações entre as pessoas e destas com a natureza criando uma concepção de cuidado e equilíbrio ecológico, quando estas passam a mudar seu jeito de fazer agricultura, conforme foi mencionado em algumas narrativas. d) Em relação às políticas públicas há limites quando se trata da vigilância sanitária, do controle na comercialização, da ausência de subsidio para fazer o processo de transição da agricultura química para a agricultura agroecológica. Principalmente, a falta de crédito especial para as mulheres. Aqui está presente o elemento da luta e da solidariedade entre as famílias que optam em fortalecer a agricultura camponesa agroecológica. Neste sentido, há necessidade de uma re- estruturação do campo proporcionando condições de conforto semelhante às do meio urbano, como por exemplo, novas possibilidades de lazer, ampliação de programas de habitação, telefone, internet, teatros entre outros. Esta *magia da cidade* precisa ser levada para o campo.

e) No aspecto ambiental, a orientação se dá no sentido de que os bens naturais são visto como bens comuns que devem ser utilizados com responsabilidade social, preservação, equilíbrio ambiental e compromisso com as futuras gerações. Estas concepções perpassam a experiência das mulheres e de seu movimento, e por elas vão sendo ressignificadas e reelaboradas ao longo de suas trajetórias. Pois, para o MMC não basta

apenas questionar a visão tecnológica do modelo de agricultura química, mas faz-se necessário propor alternativas concretas, dado a complexidade da vida camponesa.

Ademais, a falta de renda na maioria dos casos, a pouca terra também influencia nas escolhas das jovens camponesas. Constatou-se também que, quando se trata da divisão social do trabalho ainda são expressivas as relações nas quais estão presentes a invisibilidade do trabalho feminino. Em que pese a contribuição social da luta das mulheres contra a dominação/opressão e pela igualdade, o trabalho da mulher, em muitos casos, continua sendo considerado e reproduzido como simples “ajuda”. Isso também se repete na experiência das jovens seja no lazer, no convívio social, no cotidiano de suas vidas. É visível, nas narrativas a reprodução de características da família patriarcal camponesa, reproduzidas nas relações sociais gênero e de classe.

Considerando esses aspectos, acredito que o MMC não apenas recupera e reafirma a categoria *campesinato* enquanto um ator político, ativo, atuante, bem como, é nele que as jovens também aprendem a re-colocar novas categorias, numa perspectiva diferente. Tanto do ponto de vista de seu histórico de luta contra o capital na sociedade brasileira e internacional, bem como, das relações sociais de gênero e de classe. É, portanto, essa nova ação das mulheres que possibilita nesse movimento a construção de um novo sujeito, dentro de uma categoria mais ampla do *campesinato*, que são *as jovens camponesas*. Foi a partir da experiência das mulheres e do MMC que muitas jovens passaram a re-elaborar suas concepções em relação à família e ao papel “atribuído” à mulher camponesa. As jovens passaram a não mais aceitar como “natural” esse universo de privacidade atribuído à mulher. As jovens da primeira década do segundo milênio querem viver diferentes de seu pai e sua mãe, buscam outras profissões, estão em busca de formulações que sinalizam para perspectivas de “uma vida melhor”.

O debate e a luta em torno do Projeto de Agricultura Camponesa, a busca de autonomia, bem como a possibilidade de acesso ao estudo, foi destaque para a maioria das militantes entrevistadas quando falaram sobre seus projetos de vida e suas perspectivas. As jovens explicitaram elementos que consideram fundamentais para a experiência camponesa: “Ter um pedaço de chão; Ter direito à educação e a educação como direito; Tem que ser um projeto que contemple a família toda; Precisa participação; Ter uma vida em comunidade; Precisa Planejamento; Oportunidades de Lazer; Independência e autonomia das jovens; Emancipação das mulheres e das jovens”.

Assim, a leitura estabelecida neste trabalho, permitiu dialogar com as jovens camponesas, com um campesinato re-colocado pelas mulheres do MMC, enquanto identidades que vão sendo construídas no percurso de ações e práticas sejam elas, histórica, social, política de seus sujeitos. Entre os desafios está a necessidade de luta para superar a cultura hierarquizada que inferioriza a mulher, a jovem, o campo, a produção de auto sustento entre outros. Isto só será possível no processo de construção de uma identidade propositiva de resistência e de projeto. Retomar princípios da agricultura camponesa agroecológica parece ser um caminho acertado para se contrapor a esse “modelo” de agricultura química imposto historicamente sendo que este só será possível com a viabilização de políticas sociais públicas.

Resta perceber que: Se as jovens pesquisadas não apresentam uma discussão “mais elaborada” em relação aos seus projetos pessoais isso não significa afirmar que elas carecem de perspectivas para suas vidas. Evidencio que, o destaque feito pelas mesmas em relação a falta da terra, falta de renda, dificuldades em relação ao acesso ao estudo, falta de soberania, constituído enquanto necessidades das jovens e da família camponesa, é mais um apelo que vem fortalecer o processo de cobrança a ser feita às instituições responsáveis pelos próprios sujeitos que sofrem com tais privacidade vividas no campo, bem como a necessidade do movimento na reavaliação de suas bandeiras e formas de luta nas quais as jovens estão inseridas. Da mesma forma, um dos impasses evidenciados durante a pesquisa foi perceber que as militantes, não raras exceções, ainda limitam-se a cumprir tarefas designadas pelo movimento. As suas ações específicas “de jovens”, entre elas, os cursos, encontros, entre outros, carecem de elaboração propositiva de bandeiras que contemplam as suas necessidades, advindas das próprias jovens. Por fim, há que se reconhecer que as jovens camponesas do MMC, estão permanentemente re-colocando questões mediadoras tanto no âmbito estrutural quanto conjuntural, na perspectiva de um novo horizonte para a família, em relação ao trabalho e à vida camponesa que por conseguinte, deverão ser ouvidas, respeitadas e valorizadas pelos movimentos sociais, pelas instituições públicas e pela sociedade.

Referencial bibliográfico

ABRAMO, Helena Wendel. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*. In: PERALVA, Angelina Teixeira; SPÓSITO, Marília Pontes (Orgs). Revista Brasileira de Educação, número especial : Juventude e Contemporaneidade, n. 5-6, maio-dez. 1997. p. 25-36.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.

ABRAMOVAY, R.; VICENTE, M. C. M. ; BAPTISTELLA, C. S. L. ; FRANCISCO, V. L. F. S. *Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola no Estado de São Paulo*. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 67-88, 1996.

_____, Ricardo. "Uma nova extensão para a agricultura familiar". In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1997, Brasília.

_____, Ricardo et al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Chapecó/Brasília: FAO/INCRA/EPAGRI-SC/Centro de Pesquisa para Pequena Propriedade, 1997.

_____, Ricardo & CAMARANO, A. A. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos*. Revista Brasileira de Estudos da População, Brasília, v. 15, n. 2, 1998.

_____, Ricardo & SILVESTRO, M. CORTINA, N. BALDISSERA I. T. FERRARI, D. L. TESTA, V. M. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília. Ed. UNESCO, 1998.

_____, Ricardo. *O admirável mundo novo de Alexander Chayanov*. In Estudos Avançados. Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Vol. 12, n. 32, p. 69-74, 1998.

ALMEIDA, Rosemeire A. de. *Identidade, Distinção e Territorialização: O processo de (Re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul*. 2003. Tese (Doutorado em Geografia), Unesp, Presidente Prudente.

_____, Rosemeire A. *Redescobrimo a família rural*. In: RBCS, n.1, vol.1, julho, 1986.

BAUER, Carlos. *Breve História da Mulher no Mundo Ocidental*. São Paulo: Xamã, Edições Pulsar, 2001

BILAC, Elisabete Dória. "Família: algumas inquietações", In CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). *A família contemporânea em debate*, São Paulo: Cortez, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

_____, Pierre. *O poder simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992.

_____, Pierre. *A propos de la famille comme catégorie réalisée. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 100, déc. 1993.

_____, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*, Lisboa: Presença, 1996.

_____, Pierre. *A dominação masculina*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

BRUMER, Anita. *Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do rio Grande do Sul*. Estudos Feministas, Florianópolis, jan./abril/2004.

CAMARANO, et al. Como vive o idoso brasileiro? In: CAMARANO, A. A. (org.) *Muito além dos 60. Os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.

CAMPOS, Índio. *Os Colonos do rio Uruguai: relações entre pequena produção e agroindústrias no Oeste Catarinense*. Dissertação (Mestrado em História). Chapecó: Unoesc, 1987

CARNEIRO, M.J. *Política e desenvolvimento e o "novo rural"*. In CAMPANHOLA, C& GRAZIANO DA SILVA, J. (eds). *O novo rural brasileiro. Políticas públicas*. Jaguariúna – SP: EMBRAPA Meio Ambiente / UNICAMP, V. 4. 2000

_____. M. J. *O ideal Rurbano: Campo e cidade no imaginário de jovens rurais in Mundo Rural e Política: Ensaio interdisciplinares*. Ed. Campus/Pronex, 1999.

CARVALHO, Horácio Martins. *Comunicación y Planificación*. em colaboração com Juan Diaz Bordenave Quito, CIESPAL, 1978.

_____, Horácio Martins. (Org). *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____, Horácio Martins. *Comunidades de resistência e superação*. Curitiba, 2002. Mimeo.

_____, Horácio Martins. O camponês no capitalismo atual, *Revista Sem Terra*, nº 19, abril/junho, 2003.

_____, Horácio Martins. (Org). *O campesinato no século XXI. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 2005.

CASAGRANDE, Jacir Leonir. *Movimentos sociais do campo: mulheres agricultoras em Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas. 1991.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. *Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes*. Brasília: UNESCO, 2003.

CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

CHAMPAGNE, Patrik. A ampliação do espaço social e crise da identidade camponesa (tradução do texto 'Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne'). Cahier d'Economie et Sociologie Rurales, n. 3, dec. 1983.

CHAYANOV, A.V. *La organización de la unidad económica campesina*. B. Aires, Nueva Vision, 1974.

_____, A. V. 1981. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J.G.; STOLCKE, V. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____, A. V. Sobre la Teoria de los Sistemas Económicos no Capitalistas. In: THORNER, D. et al. *Chayanov y la Teoria de la Economia Campesina*. 2ª. Ed. México: Ediciones Pasado y Presente, 1987.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Discutindo subjetividades contemporâneas*. Subjetividades Contemporâneas, São Paulo, v. 1, 18-25, 1997.

DABOIT Pedro Carlos. *Do sócio-religioso ao sócio-político: a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a igreja católica no oeste catarinense*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1996.

DENARDI, Reni Antônio. *Agricultura familiar e políticas públicas*. Paraná: ADRS, 2000. 15p

DESER (Departamento Sindical de Estudos Rurais). *Perspectivas de vida e trabalho da juventude rural na região sul*. Curitiba, 2000. Mimeo.

Dumont, L.. La teoria de la alianza matrimonial. In: Introducción a dos teorías de la Antropología Social. Barcelona: Anagrama; 1983.

DURSTON, John.. *Juventud rural en América Latina: Recudiendo la invisibilidad*. Trabalho apresentado ao XXI Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia. São Paulo, 1997.

FACHIN, Rosana Amara Girardi. *Em busca da família do novo milênio*, Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

FARIA, Vilmar E. *Desenvolvimento Urbanização e Mudança na Estrutura do Emprego. As experiências Brasileiras*. In B. Soy e M. H. T. de Almeida (Orgs) Sociedade Pol no Brasil Pós -64, SP Brasiliense, 1983.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos Sociais e Espacialização da Luta pela Terra. Gramado: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária (anais), 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (et al.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERRARI, D. L. *Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina*. Campinas: Unicamp, 2003. 190 p. (Dissertação de mestrado. Unicamp/Instituto de Economia).

GALESKI, Branislaw. *Basic Concepts of Rural Society*. Manchester: Manchester University Press, 1975.

GASSON, Ruth e ERRINGTON, Andrew. *The farm family business*, Wallingford, Cab International, 1993.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrolado – o que a globalização está fazendo de nós*, Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOFFMAN, Erving. (1959). *A representação do eu na vida cotidiana*, Petrópolis, Vozes, 1975.

GOMES, Ramonildes Alves. A política de desenvolvimento territorial como estratégia para redução das desigualdades sociais: agentes, processos e mudanças. In: *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. GT 06 – Democracia e Desigualdades Sociais. 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE).

GUANZIROLI, C. E. *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília: INCRA/FAO, 1996.

GROPPO, Luis Antonio. *Juventude: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

HOBSBAWM, Erich. *Rebeldes primitivos*. Ariel, Barcelona, 1974.

_____. *Era de extremos: o breve século XX – 1914-1991*. 2. ed. 23. reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 2002

JOLLIVET, Marcel. MENDRAS, Henri (dir.) *Les collectivités rurales françaises*. 1. Étude comparative de changement social. Paris, A. Colin, 1971. 223 p.

KAGEYAMA, A. BERGAMASCO, S.M.P. *Novos dados sobre a produção familiar no campo*. In: XXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1989, Piracicaba/SP. Anais do Congresso. Brasília/DF : SOBER, 1989.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Júlia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDON, Vera Regina (Orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KOROL Claudia. *Via Campesina: semeando revoluções*, maio de 2006.

LAMARCHE, H. *Agricultura familiar*. Campinas, UNICAMP, 1993. 336p.

_____, Hughes (coord), *A agricultura familiar II: comparação Internacional – Do*

mito à realidade. Traduzido por Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. (Coleção Repertórios).

LENIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. *Karl Marx: Sociologia*. Coletânea de textos. IANNI, Octávio (org). 6. ed. São Paulo: Ática, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta Júlia Marques;

MAESTRI, Mario. *Os senhores da Serra. A colonização Italiana no Rio Grande do Sul (1875 – 1914)*. 2ª. ed. ver. Ed. ampl. – Passo Fundo/RS, UPF, 2005.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro, FILHO, Luiz Carlos Pinheiro Machado, RIBAS, Clarinton D. E. C. *Sementes, Direito natural dos Povos*. Org. CARVALHO, Horacio Martins de. *Sementes Patrimônio dão Povo a serviço da Humanidade*. Ed. Expressão Popular, 1. edição, São Paulo – SP, 2003.

MALAGODI, E.A. e Menezes, M.A. O conceito de “*economia moral*” de E. P. Thompson: um exercício para pensar a agricultura camponesa, mimeo, 2004 (no prelo).

MALLMANN, Cleiton Franz.. *A visão dos jovens agricultores de São Carlos (SC) sobre o mundo rural*. Dissertação de Mestrado, 2004.

MANHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MANSAN, 2008, p. 112 e 113

MARX, K. *O 18 Brumário*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *O capital*. v. II e III. São Paulo: Abril Cultural, 1985 (Coleção Os Economistas).

MENDRAS, Henri. *Sociétés paysannes*. Paris, A.Colin, 1976.

_____. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

_____. Henri. *La fin des paysans; suivi d'une réflexion sur La fin des paysans vingt ans après*. Paris, Actes Sud, 1984. 437 p.

MENEZES, M. A. . História oral: uma metodologia para o estudo da memória. Vivência (Natal), Natal - RN, n. 28, p. 23-36, 2005.

_____. Marilda Aparecida. *Reciprocidade e Campesinato: uma leitura de James Scott, Enrique Mayer, Antonio Candido e Emilio Willems*. In: MARTINS, P.H. Polifonia do dom, pp. 209-233. Editora Universitária. Recife. 2006.

_____. Juventudes rurais do Nordeste: trabalho, migrações e movimentos sociais. Rel. Pesquisa CNPq, 2009

MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (Orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MORAIS, Clodomir Santos de. *Elementos de Teoria da Organização*. Brasília: Lattermund, 1997.

MORENO REJON, Francisco. *Desafios à teologia moral na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1990 p.26.

MURDOCH, Jonathan, and PRATT, andy. "Rural Studies": Modernism, Pós-Modernism and the "Post-Rural". *Journal of Rural Studies*, v. 9, n.4, 1993, p. 411-427.

NEVES, D. P. *Agricultura familiar: questões metodológicas*. Revista Reforma Agrária, v. 5, n. 2 e 3, Campinas, SP: ABRA, maio/dez 1995.

NOVAES, Regina. Juventude, Exclusão e Inclusão Social: Aspectos e controvérsias de um debate em curso. IN: FREITAS, Maria Virginia, & PAPA, Fernanda C. (Org.). *Políticas Públicas e Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez, 2003

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1988.

PACHECO, Maria Emília. *Entrevista sobre agroecologia*. 2002. Disponível em: <http://www.historianet.com.br> Acesso em 20 de agosto de 2006.

PACHECO, Eliezer; RISTOFF, Dilvo I. *Educação superior: democratizando o acesso*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2004 (Série Documental. Textos para discussão n. 12).

PAULILO, Maria Ignez Silveira. "Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio". *Cadernos de Pesquisa*, Florianópolis: UFSC, n. 21, p. 1-17, jun. 2003.

_____, Maria Ignez Silveira. *Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise*. *Revista de Estudos Feministas*, Vol. 12, n. 1, 2004.

_____, Maria Ignez Silveira. *Terra à vista. . . e ao longe*. 1. ed. Florianópolis/SC: UFSC, 1996. v. 1.

_____. Maria Ignez Silveira. A mulher e a terra no brejo Paraibano. In: *Trabalhadoras do Brasil*. S. Paulo: Brasiliense/ F. C. Chagas, 1982.

_____. *Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da "igualdade de gênero"*. In: B. Fernandes, L.S. Medeiros e M.I.Paulilo. (orgs). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. Volume II – A diversidade das formas das lutas no campo. Coleção História Social do Camponato. SP: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2009, p.179-201

PANZUTTI, N. P. M. *Linguagem Científica e Interpretação*. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 137-142, 1996.

PARSONS, T. & BALES. *Família: Socialização, e o processo de interação*, Glencoe, I11:Free Press, 1956.

PELUSO Jr., Victor Antônio. *Aspectos Geográficos de Santa Catarina*. Florianópolis: FCC Ed., Ed. da UFSC, 1991.

PERROT, Michelle. *O nó e o ninho*. In: VEJA 25 anos; reflexões para o futuro. São Paulo: Abril, 1993.

POLI, O. L. *Aprendendo a Andar com as Próprias Pernas: o processo de mobilização nos movimentos sociais no Oeste Catarinense*, 1995, (Dissertação de Mestrado).

_____. Os Fundamentos da Educação e Formação do Educador. *Revista Pedagógica* (Chapecó), Chapecó (SC), v. 1, n. 1, 1998.

POULANTZAS, N. Parte I, II, III e IV. In: *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, São Paulo, n.15, abr 1997.

PORTO, Maria S Gossi; SIQUEIRA, Deis E. *A pequena produção do Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas*. Cadernos de sociologia n. 6, Porto Alegre: PPGS, UFRGS, 1994. p.76 a 88.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1978.

RENK, Arlene. *Mulheres camponesas: experiência de geração*. In: Antonio Morga. (Org.). *História das Mulheres de Santa Catarina*. 1ª ed. Florianópolis/ Chapeco: Letras Contemporânea/ Argos, 2001, v. 1, p. 218-248.

_____, Arlene. A. *Uns trabalham e outros lutam*. *Horizontes Antropológicos*, UFRGS Porto Alegre, v. 14, p. 239-258, 2000.

_____, Arlene. *Sociodicéia às avesas*. Chapecó, Grifos, 2000. v. 01.

_____, Arlene. *A luta da Erva*. Grifos, 1999.

_____, Arlene. *Anais do IV Encontro de Cientistas Sociais*. Ijuí, UNIUI, 1996. v. 2.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. *Reforma agrária e distribuição de renda*. In: STÉDILE, Pedro (Org.). *A questão agrária hoje*. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SAFIOTTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado e Violência*. Coleção Brasil Urgente. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abremo, 1986.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia*. São Paulo: Abril, 1985.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Modernidade*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____, Boaventura de Souza. A construção Multicultural a Desigualdade e da Diferença. *Conferência no VII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1995.

SARTI, Cynthia A. "Família e individualidade: um problema moderno", In CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). *A família contemporânea em debate*, São Paulo: Cortez, 2000.

SEYFERTH, Giralda. "As identidades dos imigrantes e o melting potnacional" In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, nº14, p.143-176, novembro de 2000.

SILVESTRO, Milton. *Estratégias de Reprodução da Agricultura Familiar: O Caso do Oeste Catarinense*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- Pós Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Rio de Janeiro, 1995.

_____, Milton Luiz; ABRAMOVAY, Ricardo; MELLO, Márcio Antônio; DORIGON, Clovis; BALDISSERA, Ivan Tadeu. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SOUZA Celina. A introdução Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: *Sociologias*, Porto alegre, ano 8, n.16, jul./dez, 2006.

SOUZA LOBO, Elizabeth. *O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 252-265

_____, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SOUZA, V. S. Ana Elizabete Mota. *A precarização do trabalho e a ausência de proteção social no setor produtivo de confecções de Pernambuco*. In: XVI Congresso de Iniciação Científica da UFPE, 2008, Recife. Anais XVI CONIC, 2008.

SCHNEIDER, Sergio. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. 2006.

_____, Sérgio. Teoria social, agricultura e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 99 a 120, fevereiro de 2003.

_____. *Agricultura familiar e pluriatividade*. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande Sul, UFRGS, 1999.

SCOTT, Joan W. "Experiência." In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). *Falas de gênero*. Florianópolis: Mulheres, 1999.

_____, Joan W. *Uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

_____, Joan W. *Gender and the politics of history*. New York, Colúmbia University Press, 1988.

SHANIN, Teodor. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista*. Revista NERA - Presidente Prudente. Ano 8, nº. 07. Julho/Dez de 2005.

_____, Teodor. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações o velho e o novo em uma discussão marxista*. Estudos Cebrap. Trabalho e dominação. São Paulo, Cebrap; Petrópolis, Vozes, 1980.

_____, Teodor. A Natureza e a Lógica da Economia Camponesa. In: *Journal of peasant studies*. 1973. Tradução: Paulo Rogério Ferreira Garcia (1985).

STÉDILLE, J. P. *A Questão Agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária: 1946-2003*. São Paulo. Expressão Popular: 2005.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. *O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro/SC*. 2002. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

TECCHIO Andréia, MACAGNAN Ivo Severino, MUNARINI Carmem. *Práticas de Recuperação, Produção e Melhoramento de sementes crioulas de hortaliças do MMC/SC*. Caderno número 1 do MMC. Estampa Editora Gráfica Ltda, Chapecó/SC, 2005.

TESTA, V. M., et al. *O Desenvolvimento Sustentável do Oeste Catarinense*. Florianópolis : EPAGRI, 1996. 247 p.

THOMASSET, Claude. *Da Natureza Feminina*. IN: História das Mulheres no Ocidente - Porto: PT: Ed. Afrontamento Ltda, 1990.

THOMPSON, Eduard Paul. *Costumes em Comum, Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____, Eduard Paul. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. I-A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, Eduard Paul. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Eduard Paul. *The Poverty of Theory and Other Essays*. London: Merlin, 1978.

UCZAI, Pedro (org.) *D. José Gomes mestre E aprendiz do povo*. ARGOS editora universitária. Chapecó/SC, 2002.

VEIGA, Jose Eli. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. Sao Paulo, Edusp/Hucitec, 219p (Estudos Rurais, 11), 1991

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1994.

VICENZI, Renilda. Terra nova, vida nova: a colonizadora Bertaso e a ocupação colonial do Oeste catarinense. 1920-1950. Passo Fundo, 2003. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, UPF, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel.. *Projeto de Pesquisa; Juventude Rural: vida no campo e projetos para o futuro*. Recife; (mimeo) 2003. 44 p.

_____, Maria de Nazaré Baudel. "A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo". Estudos Sociedades e Agricultura, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 15, 2000.

_____, Maria de Nazaré Baudel. *Em busca da modernidade social*. Uma homenagem a Alexander V. Chayanov. Unicamp, Departamento de Ciências Sociais, 1989. Trabalho não publicado.

WEISHEIMER, Nilson. *OS JOVENS E SEUS PROJETOS PROFISSIONAIS*. Um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz/RS. Dissertação de mestrado, UFRGS. Porto Alegre, 2004.

WOLF, Eric. *Sociedades camponesas*. 2ª Ed, Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOORTMANN, Klaas. "Migração, família e campesinato". Revista Brasileira de Estudos de População, January-June 1990.

_____. *Com parente não se negoceia: o campesinato como ordem moral*. Anuário Antropológico nº. 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

WOORTMANN, Ellen. F. Herdeiros. Parentes e compadres. *A Emigração e as colônias*, ed. NUNB p. 108, 1995.

WOORTMANN, E.F. *Colonos e Sitiantes: um estudo do parentesco e reprodução camponesa*. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília. 1988.

Artigo

CEPAL - DIVISION DE DESAROLLO SOCIAL. "Juventud rural: fuerza de modernidad y democracia". In: CEPAL. *Juventud rural: modernidad y democracia en América Latina*. Santiago do Chile, 1996.

Artigo sobre o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e as Comunidades Eclesiais de base: relatos dos tempos da abertura. Artigo de Gabriela Miranda Marques - Acadêmica da sétima fase do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq.

Artigo sobre COMPANHIA COLONIZADORA BERTASO: AÇÃO COLONIZADORA EM CHAPECÓ (1918-1950), de Renilda Vicenzi. Apresentação feita por ocasião do II Seminário de História Regional, realizado na Universidade de Passo Fundo – UPF.

Artigo sobre *Agronegócio e Reforma Agrária*, de FERNANDES, Bernardo Mançano, publicado na página do MST (<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=501>) em 09/08/2004.

Artigo sobre o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e as Comunidades Eclesiais de base: relatos dos tempos da abertura, de - Acadêmica da sétima fase do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq. Cfme: <http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Gabriela%20Marques.pdf>. Pesquisa feita em 11.04.2009.

Artigo de jornal

Menos gente e dinheiro no campo. *Jornal Expresso d'Oeste*. 20 de Out. 2006. http://www.adjorisc.com.br/jornais/expressodoeste/noticias/index.phtml?id_conteudo=74103. Pesquisa feita em 09.08.2009

Quase 13 mil pessoas deixaram os estabelecimentos rurais. *Jornal Diário Catarinense*. p.01, Florianópolis, Julho/2004.

Artigo de revista

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista NERA*, Presidente Prudente Ano 8, n. 7 pp. 1-21 Jul./Dez. 2005.

WIDHOLZER, Nara(orgs.). *Revista Estudos*, vol. 15 n 2. Florianópolis. Maio/agosto. 2007.

Congresso, Conferência, Palestra

BADALOTTI, Rosana Maria; BERTONCELLO, Andressa; DALLAZEN, Rosilene; ROSSI, Adriana May *Agricultura familiar e juventude rural no oeste catarinense*. Debate apresentado no VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, de 20 a 24 de novembro de 2006, Quito, Equador.

BRUMER, Anita. Pronunciamento proferido durante o evento realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade

Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e pelo *Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD)* do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com apoio da Secretaria Nacional de Juventude. Rio de Janeiro, 02 a 04 de maio de 2006.

_____, Anita. *A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade*. Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, VII, 20-24 de novembro de 2006, Quito, Ecuador.: <http://www.alasru.org/cdaldasru2006/02%20GT%20Anita%20Brumer.pdf>. Pesquisa feita em 02. 03.2009.

SAFFIOTI, Heleieth. Conferência proferida durante o V Simpósio Baiano de Pesquisadoras (es) sobre: *Mulher e relações de gênero*. Encontro anual do NEIM/UFPB". UFBA, Salvador Bahia, 2000.

SALES, Celecina de Maria Veras. Anais do VII Seminário Fazendo Gênero. GT Gênero e Juventude– ST 01. Universidade Federal do Ceará –UFC. *GÊNERO E JUVENTUDE RURAL: permanência de traços da herança cultural camponesa e a produção de novos valores na construção do presente*. 28, 29 e 30 de 2006.

STÉDILE, João Pedro. *Palestra sobre a crise*, proferida durante o Curso de Especialização em jornalismo da PUC-SP/CEPIS/ENFF, São Paulo, 27 maio, 2009.

Entrevista

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Entrevista concedida por Dona Adélia Schmitz**. Revista Estudos Feministas, v. 15, p. 399-417, 2007.

Pesquisa na Internet

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/1EncNacSobreMigracao/AnaisENSMigracaoCuritiba1997p303a327.pdf> (Pesquisa 05.10.2008)

<http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Gabriela%20Marques.pdf>. Pesquisa feita em 10.04.2009.

(<http://www.defesabiogaucha.org/terror/terror04.htm>.) Pesquisa feita em 26.07.2009.

(Entrevista com Maria de Nazareth Baudel Wanderley por Eliana Lima. Última modificação 10/08/2007 18:16 <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/o-novo-gipaf>. Pesquisa feita em 10/08/07.

(<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=501>) em 09/08/2004. Pesquisa feita em 09.08.2009.

Entrevista de João Pedro Stedile na página na internet da revista EPOCA. <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI64249-15223,00->

NUNCA+USAMOS+DINHEIRO+PUBLICO+PARA+FAZER+OCUPACOES.html)

Pesquisa feita em 21.03.2009.

Relatório

Movimento de Mulheres Camponesas. Relatório / Documento Tese, Brasília, 2004.

Movimento de Mulheres Camponesas. Relatório / Pesquisa sobre *A Mulher Agricultora em Santa Catarina*, MMA/SC, agosto, 1994.

FAO/INCRA. Relatório sobre Perfil da agricultura familiar no Brasil. Dossiê estatístico. Brasília, 1996.

IBGE/PNAD 2003 – 2004, Relatório de Pesquisa de Sonia Rocha Instituto de Estudo do Trabalho e Sociedade – IETS, Brasília 2006.

UFRJ – Olhar Virtual

(http://www.olharvirtual.ufrj.br/2006/imprimir.php?id_edicao=260&codigo=3). Pesquisa feita em 02.02.2010)

Documentos do MMC (interno).

Cartilha da *ANMTR 1º Encontro Nacional*, 1997.

Cartilha do Movimento de Mulheres Camponesas: *Uma história de organização, lutas e conquistas*, Chapecó, SC, sd.

Cartilha do Movimento de Mulheres Camponesas: *As relações sociais de gênero e classe*. Chapecó, SC, Sd.

GASPARETO, Sirlei & CIMA, Justina. *MULHERES CAMPONESAS, resistência e enfrentamento*. Chapecó, SC, 2006.

Debates preparatórios ao *Congresso Nacional de Consolidação do Movimento de Mulheres Camponesas* – MMC. Brasília, 2004.

Eventos

Encontro Estadual das jovens do MMC, Chapecó, fevereiro de 2005.

Curso Estadual das jovens do MMC, Chapecó, janeiro de 2007.

Congresso Nacional do MMC, Brasília, março de 2004.

Anexos

Anexo 1 - Questionário complementar da pesquisa sobre as jovens camponesas

Data: ___ / ___ / ___

Localidade:

Município:

1- Dados de identificação da família

1.1- Nome da família:

1.2- Nome dos componentes da família:

Nome do membro da família	Idade	Escolaridade	O que representa na família:
Pai:			Pai:
Mãe:			
Irmãos/ãs:			
Avô			
Avó:			

1.3 - Etnia:

- a) Cabocla ()
 b) Índia ()
 c) Quilombola ()
 d) Mestiça ()
 e) Outros ()

1.4 - Religião:

- a) Católica () b) Evangélica () () luteranos c) Outras

1.5 – Naturalidade da família:

- a) RS ()
 b) PR ()
 c) SC ()
 e) Outros ()

1.6 – De onde vieram ?

Local	Município	Estado	Ano da vinda

1.7 – Eles participavam da vida em comunidade?

- a) Sim () b) Não ().

1.8 – O lazer era uma prática na vida de:

- a) Homens () b) Mulheres () c) Jovens ().

1.9 – Qual era a atividade de cada membro da família?

Divisão do trabalho na propriedade dos seus pais

Atividades	Homens	Mulheres	Crianças	Jovens	Idosos
Cuidar da casa e das crianças					
Jardim, horta e pomar,					
Produção de Leite, aviários, suínos.					

Produção de grãos (milho, soja, feijão...)					
Planejamento das atividades					

1.10 – O que significa para seus pais a vida no campo?

- a) Meio de sobrevivência por escolha ()
- b) Meio de sobrevivência por falta de outras possibilidades ()
- c) Trabalho penoso / sacrifício ()
- d) Liberdade / autonomia ()
- e) outros ()

1.11 – O que a Vida no campo representa para você jovem?

- a) Futuro garantido () b) Liberdade () c) Incerteza ()

2– Sobre a participação social

2.1- A família participa de algum tipo de organização? (Associação, Sindicato, Cooperativas de produção ou consumo, Cooperativa de crédito, movimento Social, Pastorais)

- a) Sim () b) Não () c) Outros ().

2.2 Quem participa?

- a) O homem (), b) A mulher, () c) jovens (), c) Todos da família ()

2.3- De que forma?

- a) Grupal () b) Individual. ()

3- Sobre a estrutura organizacional do modo de vida camponês:

3.1- A Propriedade é:

- a) Própria ()

b) Arrendada ()

c) Emprestada ().

3.2- Qual o tamanho da propriedade?

a) Grande ()

b) Suficiente para atender as necessidades da família ()

c) Pequena, não atende as necessidades ()

3.3- A família utiliza mão-de – obra:

a) Apenas familiar ()

b) Contratada/ diarista ()

c) Troca/ parente, vizinho/ troca de dias mutirão ()

d) Outro ().

3.4 - A mão de obra é suficiente para todas as atividades?

a) Sim ()

b) Não ()

3.5 - Alguém da família presta serviço fora da propriedade ?

a) Sim ()

b) Não ()

3.6 - Qual a principal entrada de dinheiro da família:

a) Venda de produtos ()

b) Trabalho para terceiros ()

c) Artesanato ()

d) Aposentadoria ()

e) Outras ().

**3.7 – A Jovem camponesa, participa de todos os trabalhos na propriedade? Sim ()
Não (). Por que?**

3.8 – Em relação ao dinheiro:

() Fica com a jovem o dinheiro que ela recebe por assumir algum trabalho extra propriedade.

- () O dinheiro da família é repartido de igual para igual com todos os membros da família
- () As jovens camponesas não recebem nenhum valor em dinheiro.
- () As jovens moças recebem o mesmo valor que os jovens rapazes.

4- Atividades da unidade de produção

4.1 Como fazem o trabalho, que tipo de atividade é assumida pelos membros da família.

Tabela B- Divisão do trabalho na propriedade

Atividades	Homens	Mulheres	Crianças	Jovens	Idosos
Cuidar da casa e das crianças					
Jardim, horta e pomar,					
Produção de Leite, aviários, suínos.					
Produção de grãos (milho, soja, feijão...)					
Planejamento das atividades					

4.2 No planejamento das atividades de produção, como sua família age em relação ao meio ambiente?

- a) Busca preservá-lo de todas as formas ()
- b) Meus pais pensam que “não é necessário preservar o meio ambiente ()
- c) Minha família sabe que precisa preservar, mas não tenho condições ()

4.3 O que você pensa em relação ao modo de agricultura camponesa agroecológica:

- a) É uma maneira de fazer a agricultura produzir o auto-sustento e a renda garantindo maior qualidade de vida. ()
- b) É uma maneira de fazer a agricultura mais natural, mas inviável nos dias de hoje, pela falta de tecnologia avançada. ()
- c) É um meio de ganhar mais dinheiro porque os produtos naturais são mais caro no mercado.

d) É uma forma de fazer agricultura atrasada. Voltar ao passado. Ninguém mais quer isso.
()

4. Vocês perceberam alguma mudança nos últimos 20 anos, no modo de vida camponês? Que mudanças foram essas?

- a) Mudanças na forma de produção ()
- b) Mudança no envolvimento comunitário da família ()
- c) Melhorou a vida na roça ()
- d) As jovens camponesas são mais livres para fazer suas escolhas ()
- e) Outros ()

5. Expectativas

5.1 – Você quer ser agricultora ou camponesa?

Sim () Não ()

Se, Sim, porque:

- a) Por não ter outra alternativa ()
- b) Porque gosto ()
- c) Porque é mais fácil ()
- d) Outros ()

Se, Não, porque:

- a) Porque no campo não tem alternativa para um futuro com dignidade. ()
- b) Meu desejo é morar na cidade. ()
- c) Nunca gostei da roça. ()
- d) A roça para mim é sinônimo de “sacrifício”, “prisão”. ()

5.2 – Sua vida no campo, hoje é:?

- a) Agradável ()
- b) Muito boa ()
- c) Difícil ()
- d) Ruim ()
- e) outros ()

5.3 – Vivendo no campo me sinto:

- a) Feliz e realizada ()
- b) Descontente ()
- c) Sem perspectivas ()

5.4 – O que você gostaria receber de sua família

- a) terra e casa ()
- b) conhecimentos de como trabalhar na terra ()
- c) Estudo ()
- d) Liberdade para escolher o meu caminho ()

5.5 – Como gostaria de ver a sua família?

- a) No campo, produzindo em alta escala ()
- b) No campo produzindo o auto-sustento e renda, preservando as árvores nativas, os bichos do mata, cuidando da vida ().
- c) Continuando do mesmo jeito que está ()
- d) Na cidade, com um bom emprego, todos estudando. ()

5.6 – Se você tivesse muito dinheiro e morasse no campo, o que faria?

- a) Faria todo o preparo do solo com maquinas e venenos ()
- b) Buscaria forma de produzir sem degradar o meio ambiente ()
- c) Trabalharia com só um tipo cultura ()
- d) Investiria na produção agroecológica, industrialização e comercialização ()
- e) Compraria uma casa na cidade e apenas administraria a propriedade á base da mais alta tecnologia.

5.7 Para você, jovem camponesa a modernização da agricultura?

- a) Mudou para melhor, a vida das famílias no campo ()

- b) Inovou. Facilitando o jeito de trabalhar. Houve maior o acesso a terra. ()
- c) Aumentou a produção e a quantidade de venenos na terra e degradação dos recursos naturais ()
- d) Motivou a juventude para ficar no campo. ()

5.8 Em relação ao seu futuro, você pretende:

- a) Morar no campo ()
- b) Morar na cidade ()
- c) Estudar e morar no campo ()
- d) Estudar e morar na cidade ()

5.9 Que profissão deseja?

- a) Ser agricultora – camponesa ()
- b) Ser agrônoma ()
- c) Ser médica ()
- d) Ser professora ()
- e) Outra () Qual? _____

6. Gosto da vida no campo porque:

- a) Temos autonomia e liberdade de decidir o que fazer, como fazer, quando fazer... ()
- b) A roça é um lugar digno e bem de viver ()
- c) Aprendi com minha família os valores do campo ()
- d) Temos muitas opções de trabalho, estudo, lazer e felicidade ()
- e) e) Outros () _____

6.1 Não gosto da vida no campo porque:

- a) É muito sofrimento ()
- b) Não tem perspectiva de vida.

- c) É só sofrimento
- d) Não posso estudar.
- e) Outros () _____

7. Se você pudesse mudar alguma característica na vida camponesa, o que mudaria;

- a) A desigualdade no tratamento das moças e dos rapazes; ()
- b) O super poder do pai sobre a família ()
- c) A falta de opções de lazer para as jovens camponesas ()
- d) A idéia construída de “a roça é o lugar do atraso”, do sofrimento. Da falta de oportunidades ()

Anexo 2 - Entrevista realizada com as militantes do MMC**Identificação da entrevistada:**

Nome: _____

Local Residência: _____

Idade: _____ estado civil: _____ Escolaridade: _____

Filhos: () Sim () Não; Quantos: _____ Idades e Sexo:

Local de nascimento: _____

1. Participação própria

- Você participa do MMC ou de outra organização? Se participa: quando começou a participar?

- Quais são as propostas do MMC?

- Quais as propostas que mais te motivam a participar nas lutas? E as que mais te interessam (necessidades / demandas)

- Na sua opinião o que está faltando no MMC para motivar (ainda mais) as jovens mulheres camponesas?

- Conte-nos um pouco sobre sua história COMO JOVEM CAMPONESA, envolvendo sua família, o que mais marca vc em sua trajetória de vida até aqui.

2. Participação da família

2.1 Sua família participa de algum tipo de organização?

() Sim () Não

2.2 Qual: () Associação, () Sindicato, () Cooperativas de produção ou consumo, () Cooperativa de crédito, () movimento social Qual? () Pastorais Qual?

2.3 Quem da família participa () Pai () Mãe () Irmãos

2.4 O que você pensa da participação deles?

2.5 Como (de que forma) eles participam?

3. Cotidiano da família no campo

3.1 Lá na sua casa, como é o dia-a-dia do trabalho? Na roça? Em casa?

3.2 Como é o dia-a-dia dos filhos

3.3 Como é a divisão do trabalho?

3.4 Como a família obtém a renda monetária?

3.5 E a divisão do dinheiro, como se dá?

4. Modo de produzir

4.1 Na sua família existe algum trabalho relacionado à agroecologia? Como é? O que você pensa disso?

4.2 Você percebe alguma mudança, que possa ter ocorrido no modo de vida camponês? Que mudanças foram essas? Qual sua opinião sobre essas mudanças?

5. Representações sobre vida no campo

5.1 Quais os problemas, dificuldades para as jovens mulheres camponesas?

5.2 Se está na cidade: como você está se sentindo?

5.3 Como jovem, o que você gostaria receber de sua família? E como gostaria de ver a sua família hoje?

5.4 Como você gostaria que fosse a vida no campo? Porque?

5.5 Você gosta ou não gosta da vida no campo? Porque?

5.6 Como vocês jovens se auto-denominam e também como você concebe, entende a própria categoria de jovem camponesa?

6. Perspectivas de futuro

6.1 Que profissão deseja exercer? Porque?

6.2 Me fale um pouco sobre suas expectativas de vida?

6.3 Me fale um pouco em relação ao seu futuro, o que você pretende?

6.4 Quais são suas maiores necessidades hoje?

6.5 E os sonhos?

6.6 Na sua opinião, se você pudesse mudar alguma característica na vida camponesa, o que mudaria? Porque?

6.7 Na sua opinião, o que não pode faltar num projeto de agricultura camponesa, para responder às expectativas das jovens mulheres camponesas?